

2004

anos

Liliana Mercuri de Almeida

ORGANIZADORA

**10 ANOS DA
PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU
DA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO SALVADOR
(2004-2014)**

PÓS

2014

UCSalPRESS



**10 ANOS DA
PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU
DA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO SALVADOR
(2004 – 2014)**



•NOVA•
UCSAL

UCSaIPRESS 

CONSELHO EDITORIAL UCSAL PRESS

Amilcar Baiardi

Ana Thereza Meireles Araújo

Ângela Maria Carvalho Borges

Antônio Alberto da Silva Monteiro de Freitas

Antonio Marcio Buainam

Carmen Chirinos Garcia

Edilson Machado de Assis

Filipe Ferreira de Almeida Rego

Geraldo Jorge Barbosa Moura

Gisela Cunha Viana Leonelli

Inaiá Maria Moreira de Carvalho

Laila Nazen Mourad

Lúcia Vaz de Campos Moreira

Marcello Raimundo Chamusca Pimentel

Marcellus Caldas

Miguel Mahfoud

Moacir Santos Tinoco

Neysi Palmero Gómez

Samuel Piña Fernández

Zander Navarro de Toledo

Liliana Mercuri de Almeida

ORGANIZADORA

**10 ANOS DA
PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU
DA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO SALVADOR
(2004 – 2014)**

SALVADOR, UCSALPRESS, 2019

UCSAL
Sistema de Bibliotecas

A447 Almeida, Liliana Mercuri de
10 anos da Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Católica do
Salvador (2004 – 2014) [recurso eletrônico] / Liliana Mercuri de Almeida .___
Salvador: UCSalPress, 2021.
419 p.: PDF.

Formato digital
Disponível em: <http://ri.ucsal.br>
Inclui Bibliografia

ISBN 978-65-87378-15-2 [Recurso Eletrônico]

1.Universidade Católica do Salvador – História 2. Pós-Graduação 3. *Stricto Sensu* - UCSal 4. Mestrado 5. Doutorado I. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – UCSal II.Título.

CDU 378.046.4(813.8)

AGRADECIMENTOS

Ao Reitor, Professor Doutor Maurício da Silva Ferreira, e ao Superintendente de Pesquisa e Pós-Graduação, Professor Doutor Jose Euclimar Xavier de Menezes, pelo honroso convite e por acreditar na realização deste trabalho, colocando à disposição documentos institucionais e informações sistematizadas, mais especificamente sobre os Programas de Pós-Graduação da UCSal.

Agradecimentos especiais aos Professores Giancarlo Petrini, José Newton Alves de Sousa, Maria Julieta Mandarino Firpo Fontes, Elsa Kraychete, Maria do Socorro Paim de Figueiredo e Ana Cecília de Sousa Bastos, pela disponibilidade em conceder entrevista de cunho testemunhal, contribuindo com informações relevantes para o registro da história de 10 anos da Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UCSal.

Aos coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Professora Lúcia Vaz de Campos Moreira, em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social e em Planejamento Ambiental, Professor Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva, e em Políticas Sociais e Cidadania, Professora Ângela Maria Carvalho Borges, e equipes de professores de cada um dos Programas, os mais sinceros agradecimentos pela elaboração dos respectivos Relatos Históricos de cada Programa.

Em especial, à Professora Teresinha Fróes Burnham, por sua excelente orientação e seu apoio fundamental na consultoria prestada durante todo o período de elaboração e edição do presente documento, contribuindo com avaliações, sugestões e comentários valiosos. É também digno de registro a contribuição dada pelo Professor Doutor Sergio Ferreira da UFBA, ao se colocar à disposição para complementar informação a respeito da pesquisa que realizou sobre a última Avaliação Trienal da CAPES relativa aos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Bahia. Registro sinceros agradecimentos ao trabalho competente e cuidadoso de revisão efetuado por Maria José Bacelar.

Agradeço a muitos professores, alunos e técnicos da UCSal que efetivamente contribuíram na elaboração deste documento. Dentre esses, estiveram mais presentes, Telma Landim Santos, Frâncis Barbosa da Silva Alvarez

e Orlando Jorge Miranda Aderne Sá, quer complementando informações quer disponibilizando registros indispensáveis que serviram de base para a redação do segundo capítulo denominado “Trajetória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Contexto do Projeto Pedagógico Institucional”. Destaco a participação de Francisca dos Santos Aragão presente na elaboração desse segundo capítulo, bem como na leitura crítica do quarto capítulo. Da mesma forma, a Neuza Faria que, à época à frente da Biblioteca da UCSal, reuniu documentos institucionais indispensáveis, colocando-os disponíveis para a elaboração do presente documento. Estendo ainda os sinceros agradecimentos a todos os funcionários, na pessoa da secretária Aina Miranda Santos da Secretaria Geral da Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Registro agradecimentos aos alunos (mestrandos e doutorandos) e egressos dos Programas de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, em Planejamento Ambiental e Políticas Sociais e Cidadania que acolheram espontaneamente o convite formulado e participaram, mediante suas narrativas, com a qualidade de testemunhas pessoais e dessa forma contribuíram para resgatar a história viva da Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Católica do Salvador.

Liliana Mercuri de Almeida

OUTUBRO DE 2015

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea: Produção dos Docentes – UCSal, 2013
- Gráfico 2** Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea: Produção dos Docentes – UCSal, 2014
- Gráfico 3** Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea: Comparativo da Produção dos Docentes – UCSal, 2013-2014
- Gráfico 4** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social: Produção dos Docentes – UCSal, 2013
- Gráfico 5** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social: Produção dos Docentes – UCSal, 2014
- Gráfico 6** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social: Comparativo da Produção dos docentes – UCSal, 2013-2014
- Gráfico 7** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental: Produção dos Docentes – UCSal, 2013
- Gráfico 8** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental: Produção dos Docentes – UCSal, 2014
- Gráfico 9** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental: Comparativo da Produção dos Docentes – UCSal, 2013-2014
- Gráfico 10** Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania: Produção dos Docentes – UCSal, 2013
- Gráfico 11** Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania: Produção dos Docentes – UCSal, 2014
- Gráfico 12** Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania: Comparativo da Produção dos Docentes – UCSal, 2013-2014
- Gráfico 13** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social: Alunos Matriculados e Inscritos – UCSal, 2005-2014
- Gráfico 14** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental: Alunos Matriculados e Inscritos – UCSal, 2005-2014
- Gráfico 15** Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea: Alunos Matriculados e Inscritos – UCSal, 2005-2014
- Gráfico 16** Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania: Alunos Matriculados e Inscritos – UCSal, 2006-2014
- Gráfico 17** Programas de Mestrado: Evolução do Número de Inscritos e Matriculados – UCSal, período 2005-2014
- Gráfico 18** Programas de Doutorado: Evolução do Número de Inscritos e Matriculados – UCSal, período 2009-2014

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** Nota, Conceito e Características dos Cursos de Pós-Graduação
- Quadro 2** Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea: objetivo, perfil do egresso, área de concentração e linhas de pesquisa – UCSal, 2014
- Quadro 3** Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea: Estrutura Curricular – UCSal, 2014
- Quadro 4** País, Organizações e Professores representantes reunidos em Roma (IT), ago. 2012
- Quadro 5** Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea: Avaliação Trienal da Capes – Período 2010-2012
- Quadro 6** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social: objetivo, perfil do egresso, área de concentração e linhas de pesquisa – UCSal, 2014
- Quadro 7** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social: Estrutura Curricular – UCSal, 2014
- Quadro 8** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social: Produções mais Relevantes – UCSal
- Quadro 9** Autor/orientador e título dos trabalhos apresentados na Semoc, 2012
- Quadro 10** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSal: Autor, Orientador e Título da Dissertação apresentada por alunos
- Quadro 11** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental: Objetivo, Perfil do Egresso, Área de Concentração e Linhas de Pesquisa – UCSal, 2014
- Quadro 12** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental: Estrutura Curricular – UCSal, 2014
- Quadro 13** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental da UCSal: Produção Bibliográfica de Docentes e Egressos por Título e Autor
- Quadro 14** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental: Produção Acadêmica e Técnica dos Docentes por Título e Autor – UCSal, 2012-2013
- Quadro 15** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental: Avaliação Trienal da CAPES – Período 2010-2012
- Quadro 16** Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania: Objetivo, Perfil do Egresso, Área de Concentração e Linhas de Pesquisa – UCSal, 2014

- Quadro 17** Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania: Estrutura Curricular – UCSal, 2014
- Quadro 18** Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania: Autores e títulos de livros e artigos em periódicos publicados por docentes da UCSal
- Quadro 19** Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da UCSal: Avaliação Trienal Capes – período 2010-2012
- Quadro 20** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social: Produções Acadêmicas e Técnicas mais Relevantes
- Quadro 21** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social: Autor, Orientador e Título da Dissertação Apresentada pelos Alunos da UCSal
- Quadro 22** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental: Autor, Orientador e Título de Dissertações Apresentadas pelos alunos da UCSal
- Quadro 23** UCSal: Grupos de Pesquisa Certificados

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** Distribuição de Programas de Pós-Graduação interdisciplinares (número e percentual) por regiões – Brasil – Trienal fev. 2007-2009/2012
- Tabela 2** Cursos de Pós-Graduação – Bahia e Brasil – 2010-2012
- Tabela 3** Cursos de Pós-Graduação por notas obtidas nas avaliações da Capes – Bahia – 2010-2012
- Tabela 4** Classificação dos cursos de pós-graduação nas instituições de ensino superior por notas obtidas nas avaliações da Capes – Bahia – 2010-2012
- Tabela 5** Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da UCSal: Número de Inscritos, Alunos Matriculados e Alunos Concluintes por Ano – Salvador (BA) – 2005-2014
- Tabela 6** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSal: Número de Inscritos e Alunos Matriculados por ano – Salvador (BA) – 2013-2014
- Tabela 7** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSal: Número de Inscritos, Alunos Matriculados e Concluintes, por ano – Salvador (BA) – 2005-2014
- Tabela 8** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental da UCSal: Número de Inscritos, Alunos Matriculados e Concluintes por Ano – Salvador (BA) – 2007-2014
- Tabela 9** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental da UCSal: Número de Dissertações por Ano – Salvador (BA) – 2009-2014
- Tabela 10** Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da UCSal: Número de Inscritos, Alunos Matriculados e Concluintes – 2006-2014

LISTA DE SIGLAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABE	Associação Brasileira de Educação
ABEP	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESC	Associação Brasileira das Escolas Católicas
ABRUC	Associação Brasileira das Universidades Comunitárias
ADUCSal	Associação de Docentes da Universidade Católica do Salvador
ALAS	<i>Asociación Latinoamericana de Sociología</i> /Associação Latino-Americana de Sociologia
Aninter-SH	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades
Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduandos
Anpocs	Associação Nacional de Pesquisadores em Ciências Sociais
ANPUH	Associação Nacional de História
APCN	Aplicativos para Propostas de Cursos Novos
ASSUCSal	Associação dos Servidores da UCSal
CADCT	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CDV	Centro Dom Vital
Cebela	Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos
CEDAHP	Centro de Desenvolvimento Humano Aplicado
CEDES	Centro de Estudos Educação e Sociedade
Ceped	Centro de Pesquisas e Desenvolvimento
Cepex	Centro de Pesquisa e Extensão
CES	Câmara de Educação Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CIAGS	Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social

CLACSO	<i>Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales /</i> Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPD	Comissão Nacional de População e Desenvolvimento
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cofam	Centro de Orientação Familiar
Conaes	Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior
Coninter	Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
Consun	Conselho Universitário
Consep	Conselho de Ensino e Pesquisa
CONLACTRAHO	Confederação Latino-americana e do Caribe de Trabalhadoras Domésticas
CPqGM	Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz
CRA	Conselho Regional de Administração
CRA	Centro de Recusos Ambientais
CROP	<i>Comparative Research Programme on Poverty</i>
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CTC	Conselho Técnico Consultivo
Curplan	Curso de Administração e Planejamento de Recursos Ambientais para América Latina e Caribe
C&T	Ciência e Tecnologia
DCE	Diretório Central dos Estudantes
Dinter	Doutorado Interinstitucional
DSN	Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (Grupo de Pesquisa)
EAF	Escola de Administração Fazendária
Edufba	Editora da Universidade Federal da Bahia
ESS	Escola de Serviço Social
Fabep	Família, Autobiografia e Poética (Grupo de Pesquisa)
Fapesb	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz

FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Fundesp	Fundação Escola de Serviço Público do Estado da Bahia
GAPPS	Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais
GEOAMB	Geotécnica Ambiental
GERES	Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior
IAT	Instituto Anísio Teixeira
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB	Instituto de Ciências Biológicas
ICS	Instituto de Ciências Sociais
ICT	Instituição Científica e Tecnológica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
ILPE	<i>Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación</i> / Instituto Internacional de Planejamento da Educação
INCT	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPD	<i>Instituto de Perfeccionamiento Docente</i>
IPEA	<i>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</i>
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
ISA	<i>International Sociology Association</i> / Associação Internacional de Sociologia
ISC	Instituto de Saúde Coletiva
ITCP	Incubadora Técnica de Cooperativas Populares
LABPLAM	Laboratório de Planejamento Municipal
LASA	<i>Latin American Studies Association</i> / Associação de Estudos Latino-Americanos
LEMA	Laboratório de Estudos do Meio Ambiente
Limpurb	Empresa de Limpeza Urbana do Salvador
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério de Educação

Mercosul	Mercado Comum do Sul
Minter	Mestrado Interinstitucional
MPTDS	Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social
MPSC	Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania
NEBIC	Núcleo de Estudos em Biotecnologia e Conservação (Grupo de Pesquisa)
NEF	Núcleo de Estudos em Tributação e Finanças Públicas(Grupo de Pesquisa)
NEHMA	Núcleo de Estudos Hidrogeológicos e do Meio Ambiente(Grupo de Pesquisa)
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
NPEJI	Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventudes, Cidadania e Cultura(Grupo de Pesquisa)
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAE	Programa de Apoio ao Estudante
PCCS	Plano de Cargos e Salários
PCD	Programa de Capacitação Docente
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDDM	Planos de Desenvolvimento Municipal
PDSE	Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior
PFSC	Programa em Família na Sociedade Contemporânea
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PICD	Programa Institucional de Capacitação Docente
PIDCT	Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica
PMPA	Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGAU	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

PPGFSC	Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea
PPGPSC	Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania
PPGPTDS	Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PPSC	Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania
PPTDS	Programa em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social
Premem	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino
Procad	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
Progestão	Programa de Capacitação à Distância para Gestores Escolares
Pronex	Programa de Apoio a Núcleos de Excelência
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PUL	<i>Pontificia Università Lateranense</i>
PUR	Planejamento Urbano e Regional
RITLA	Rede Iberoamericana de Tecnologia da Informação
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RTC	Regime de Tempo Contínuo
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Sebrae	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Semoc	Semana de Mobilização Científica
Seplan	Secretaria do Planejamento
Seplantec	Secretaria de Planejamento Tecnológico
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
Sindilimp-BA	Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza Pública do Estado da Bahia
SindSaúde	Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado da Bahia
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
SPPG	Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação
SPSC	Seminário de Políticas Sociais e Cidadania
SUS	Sistema Único de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UC	<i>Universidad Católica de Chile / Universidade Católica do Chile</i>
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UDF	Universidade do Distrito Federal
UEBS	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal de Sergipe
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSE	Universidade Federal de Sergipe
UME	Unidade de Microscopia Eletrônica
Unafisio	Unidade de Assistência em Fisioterapia
UNB	Universidade Federal de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unicap	Universidade Católica de Pernambuco
Unicef	<i>The United Nations Children's Fund</i> / Fundo das Nações Unidas para a Infância
Unifacs	Universidade Salvador
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo
Unime	União Metropolitana de Educação e Cultura
Uniplac	Universidade do Planalto Catarinense
USAID	<i>United States Agency for International Development</i> / Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USCCB	United States Conference of Catholic Bishops / Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

- 23 // **Prefácio**
- 25 // **Prólogo**
- 27 // **Apresentação**
- 31 // **Introdução**

PRIMEIRA PARTE

CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UCSAL

CAPÍTULO 1

- 39 // **UCSal: uma Universidade em construção**

ANTECEDENTES HISTÓRICOS // 39

PROCESSO DE CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO DA UCSAL // 47

CAPÍTULO 2

- 71 // **Trajetória da pós-graduação *stricto sensu* no contexto do projeto pedagógico institucional da UCSal**

REFERÊNCIAS DA PESQUISA E DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* // 71

BREVE HISTÓRICO DA PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* // 87

Primeira fase (1975-1985) // 88

Segunda Fase (1985-1995) // 89

Terceira Fase (1996-2005) // 91

BASES DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* // 95

ORGANIZAÇÃO INTERNA DA UCSAL // 104

CAPÍTULO 3

- 107 // **Criação e desenvolvimento da Pós-Graduação *stricto sensu* na UCSal (2004-2014)**

INTRODUÇÃO // 107

PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL // 108

Estrutura e Organização do Sistema Nacional
de Pós-Graduação // 127

Contexto Socioeconômico da Bahia – 2000-2013 // 130

Notas sobre a Oferta de Cursos de Pós-Graduação
Stricto Sensu na Bahia // 133

CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO
SENSU*: OS PROGRAMAS // 143

Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade
Contemporânea: Mestrado e Doutorado // 149

Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Família
na Sociedade Contemporânea // 160

Programa de Pós-Graduação em planejamento territorial e
desenvolvimento social: mestrado e doutorado // 181

Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social // 184

Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental // 199

Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania:
Mestrado e Doutorado // 213

CAPÍTULO 4

243 // Importância da pós-graduação *Stricto Sensu* da UCSal: pensando o futuro

PROPOSTAS PARA O FUTURO // 246

UNIVERSIDADE PÚBLICA E COMUNITÁRIA // 256

SEGUNDA PARTE

RELATOS HISTÓRICOS DOS PROGRAMAS

CAPÍTULO 5

279 // Programa de pós-graduação em família na sociedade contemporânea: mestrado e doutorado

INTRODUÇÃO // 279

HISTÓRICO // 283

PANORAMA ATUAL // 285

PERSPECTIVAS // 289

CAPÍTULO 6

291 // Programa de pós-graduação em planejamento territorial e desenvolvimento social: mestrado e doutorado

HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DOS MESTRADOS
E DO DOUTORADO // 292

Da extensão universitária para a pós-graduação em
planejamento territorial e desenvolvimento social // 292

ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E EM PLANEJAMENTO AMBIENTAL // 294

RESULTADOS OBTIDOS E PERSPECTIVAS // 297

CAPÍTULO 7

311 // Programa de pós-graduação em políticas sociais e cidadania: mestrado e doutorado

INTRODUÇÃO // 311

OBJETO, OBJETIVOS, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
E LINHAS DE PESQUISA // 312

CORPO DOCENTE PERMANENTE // 313

CORPO DISCENTE // 315

A PESQUISA NO PPG // 316

DEPOIMENTOS DE DOCENTES // 322

ATIVIDADES PROMOVIDAS PELO PPG E ABERTAS AO PÚBLICO
EXTERNO // 326

Seminários em Políticas Sociais e Cidadania (SPSC) // 327

INSERÇÃO SOCIAL // 332

DOUTORADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA // 334

Caráter interdisciplinar do Curso // 334

Eixos centrais e perspectiva interdisciplinar do curso // 336

PERSPECTIVAS // 341

343 // Conclusão

347 // Referências

APÊNDICES E ANEXO

APÊNDICE A

361 // Relação dos cursos iniciais

PRIMEIRAS UNIDADES // 361

APÊNDICE B

365 // Grupos de pesquisa da UCSal – diretório dos grupos de pesquisa/ CNPQ – 19/09/2014

APÊNDICE C

369 // Estatuinte UCSal – 1991-1996 (Dados sumários mais importantes)

PARTICIPANTES DOS NÚCLEOS DA ESTATUINTE // 369

1º E 2º CONGRESSOS ESTATUINTE // 371

O PROJETO PEDAGÓGICO // 372

APÊNDICE D

375 // Quantitativo de bolsas de científica (atualizado em set/2014)

POR COTAS DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA (FAPESB) // 375

POR COTAS DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ) // 376

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL) // 376

APÊNDICE E

377 // Produção dos docentes dos programas de pós-graduação da UCSal

APÊNDICE F

385 // Mestrados e doutorados UCSal: alunos inscritos e matriculados

APÊNDICE G

**389 // A palavra do discente e do egresso da pós-graduação
*Stricto Sensu***

INTRODUÇÃO // 389

RAZÕES DA ESCOLHA DO CURSO/INSTITUIÇÃO // 394

Dar Continuidade aos Estudos (Continuar
Aprendendo) // 394

Qualidade do Corpo Docente // 395

Identificação com a Instituição/Programa da Pós (sentimento
de pertença e desejo de continuidade do vínculo
estabelecido) // 396

Reconhecimento da UCSal como Instituição de Ensino Superior
de qualidade // 397

APRENDIZAGENS E COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS NO
CURSO (IMPACTOS GERADOS NA VIDA PESSOAL E
PROFISSIONAL) // 398

Aspectos teórico-práticos de refletidos e aprofundados durante
o desenvolvimento do curso // 404

Interdisciplinaridade/Multirreferencialidade // 405

A questão da neutralidade científica e a subjetividade
nas Ciências Sociais // 406

Compromisso Social *versus* Cidadania // 407

Ênfase na formação em pesquisa // 409

Comunicação em Eventos Científicos/Inserção na Comunidade
Acadêmico-Científica // 410

AVALIANDO E PROJETANDO A PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU DA UCSAL // 411

Estágio Doutoral // 411

POTENCIALIDADES DOS PROGRAMAS DA PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU // 413

Qualidade do corpo docente // 413

Formação Diferenciada do corpo discente // 413

Qualidade da relação pedagógica // 414

Ambiência Acadêmica/Clima de produtividade // 414

Autoavaliação // 415

Avaliação Global // 416

**INDICATIVOS DE POLÍTICAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU // 417**

Potencializar o Quadro Docente existente de alta
qualidade // 417

Criar Novos Cursos // 418

Fortalecer a Inserção Social/Responsabilidade Social // 418

REFERÊNCIAS // 419

ANEXO A

421 // Portaria nº 1.670/2011 de recredenciamento da UCSal

Prefácio

O presente documento propõe-se a apresentar uma síntese dos 10 primeiros anos de existência da Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Para tanto, procura resgatar sucintamente a origem e a trajetória da UCSal como primeira e única instituição comunitária confessional da Bahia, com destaque para a relevância social e a consolidação dos doutorados e mestrados no âmbito educacional do estado.

A publicação tem o propósito de socializar essas informações e mostrar como a instalação da Pós-Graduação *stricto sensu* na UCSal vem cumprindo um importante papel na qualidade do Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Nesses anos de vida é possível reconhecer os resultados positivos alcançados nas dimensões da formação e da capacitação qualificada dos profissionais doutores e pesquisadores, nas atividades de pesquisa e produção teórica, além da ampliação da oferta de cursos desse nível para o estado da Bahia, como parte do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) *stricto sensu*.

A Pós-Graduação *stricto sensu*, em seus 10 anos de atuação bem-sucedida, é parte da história de construção permanente da UCSal. Sua existência e sua ação levam a Universidade Católica do Salvador a estruturar-se como Instituição Comunitária Confessional com ensino, pesquisa e extensão, cumprindo, assim, o ciclo inicial proposto e alcançando a consolidação do *novo* modelo de Universidade.

Esse registro, que se constitui em uma memória, permitirá ao leitor conhecer os principais mentores e demais participantes dessa construção, os

quais estiveram envolvidos em sua instalação, seu desenvolvimento e consolidação, portanto na história viva da Universidade Católica do Salvador.

Por fim, cabe registrar seu caráter autoral e fruto de convite formulado pelo Magnífico Reitor da Universidade Católica do Salvador, o Professor Doutor Maurício da Silva Ferreira, e a interveniência do Superintendente de Pesquisa e Pós-Graduação, o Professor Doutor José Euclimar Xavier de Menezes, que, desde o primeiro momento, apoiou a iniciativa e disponibilizou documentos da Instituição para a concretização deste trabalho. Acredita-se que, certamente, o resultado final ajudará a avançar na compreensão da própria história da Universidade Católica do Salvador.

Prólogo

O livro que passo a apresentar reúne o conjunto da breve e vitoriosa história da Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador, que doravante chamarei apenas de UCSal.

Neste ano de 2021 quando a UCSal celebra seus 60 anos de existência, somos presenteados com esta obra necessária e lindamente escrita pela professora Liliana Mercuri. Em suas páginas ela nos mostra com evidências claras que é inquestionável a relevância da UCSal para toda a sociedade baiana e toda a comunidade acadêmica também neste seguimento. Nos relata a enorme grandeza de sua contribuição na pesquisa e Pós-Graduação na Bahia e seu papel consolidado na produção da ciência para o nosso país.

Esta obra nos apresenta claras evidências da sua inevitável e ampla contribuição na formação de especialistas, mestres e doutores e sua produção científica de elevado impacto e contribuição nas mais diversas áreas do conhecimento, a saber: Ciências Sociais, Ciências Humanas, Ciências Ambientais e em diversos seguimentos da área interdisciplinar.

Quando em suas linhas belissimamente escritas, o aprofundamento das suas cuidadosas evidências e resgate de eventos históricos que, não fosse pelo registro nos apresentado aqui, poderiam talvez, ser esquecidos. Esta obra nos garante que entre tantos outros seguimentos do seu projeto institucional, também a trajetória da UCSal na pesquisa e Pós-Graduação, especialmente do *Stricto Sensu*, seja relatado de maneira fidedigna e cuidadosamente relatada, garantindo o seu papel informativo, formativo e histórico.

Em poucas palavras é possível afirmar que temos aqui um rico material sobre um dos seguimentos da história da UCSal. Do meu ponto de vista deixo o meu testemunho de que em suas páginas encontram-se o único e mais fiel relato da história integral e inquestionável da Pós-Graduação nesta Universidade que é também por este motivo patrimônio imaterial da sociedade baiana.

Prof. Dr. Moacir Tinôco

PRÓ REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – UCSAL

Apresentação

Pela sua vocação a *Universitas magistrorum et scholarium* consagra-se à investigação, ao ensino e à formação dos estudantes, livremente reunidos com os seus mestres no mesmo amor do saber.

(PAPA ALEXANDRE IV)

A Universidade Católica do Salvador (UCSal), fortalecida pelo seu caráter confessional, comunitário e filantrópico, nos seus quase 60 anos, consolidou-se como uma das mais importantes instituições educacionais da Bahia e do Nordeste. Ela testemunha a fé viva e a operosidade social da Igreja, pelas quais se compromete com a preservação de uma identidade e uma unidade na formação do ensino superior inspirada no ideário cristão.

Embora sua implantação definitiva tenha ocorrido em 1961 (ano do credenciamento como Universidade), sua expansão e consolidação se deram a partir dos anos 1970, basicamente, por intermédio do ensino de graduação, da extensão universitária e dos cursos de especialização, como a grande maioria das universidades brasileiras, principalmente nas áreas das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas. Nos anos 90, a UCSal viveu uma nova fase de expansão mediante o crescimento e a qualificação de seus recursos humanos, a reestruturação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, a consolidação das bases para o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa, o incremento das atividades de extensão e ação comunitária, a modernização das

atividades administrativas e a realização de investimentos em infraestrutura, bibliotecas, informática e laboratórios.

No início dos anos 2000, a UCSal implementou o processo de verticalização do seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) na direção da pós-graduação *stricto sensu*, criando bases para o desenvolvimento acadêmico-científico, por meio da instalação de programas de apoio à pesquisa, assim como da implantação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

Os primeiros Programas de Pós-Graduação *Strictu Sensu* foram apoiados em parcerias institucionais (História Social UCSal/PUC-SP, Planejamento Urbano e Regional UFRJ/IPPUR/UCSal e Direito UFPE/UCSal), na modalidade Minter. A maturação destes percursos acadêmicos gerou a criação de novos Programas sob a guarda da UCSal (Família na Sociedade Contemporânea, Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Políticas Sociais e Cidadania, e o mestrado profissional em Planejamento Ambiental), fundamentais, entre outros, para uma leitura, reprogramação e qualificação institucional do Ensino e da Extensão.

Podemos afirmar que as perspectivas, nascidas tanto das parcerias institucionais como da maturação interna, continuam sendo duas asas importantes nos rumos futuros da pesquisa na UCSal. Esta afirmação é ainda mais contundente na atualidade, que exige, também das Universidades, aquela abertura à cooperação e à inovação que caracterizam qualquer projeto desejoso de qualificação e resultados úteis ao conhecimento e à sociedade.

A devida perícia técnica e o rigor científico, reconhecidos nos frutos e resultados de mais de uma década de implantação dos Programas de *Strictu Sensu* na UCSal, continuam sendo desafios identitários do seu ser e fazer pesquisa científica. E, especialmente em duas direções: a partir da natureza própria da Universidade e no amor à busca da verdade. A primeira, respalda a congruência, logicidade e inteligência requeridas aos seus deveres regulatórios e institucionais, e a segunda, assegura sua inquietação interior pela qual respeita a alteridade do conhecimento e da ciência, enquanto simultaneamente torna-se servidora da verdade com comprometimento ético por uma sociedade justa e fraterna. Portanto, enquanto pesquisa, se aperfeiçoa e se exercita na missão de formar, pelo amor à busca da verdade, cidadãos éticos e profissionais comprometidos em servir ao ser humano e colaborar com o desenvolvimento social.

Revisitar a história, além de uma necessária prestação de contas, é também uma ação de graças e um olhar para novos horizontes, projetualizar e ser animado por esperanças. Docentes, discentes e colaboradores, com suas *expertises* e os talentos ontem e hoje, constituem-se no ponto alto desta re-visitação. Por eles e elas temos a história viva e pulsante, que permite que Cursos de Graduação, Especializações, MBAs, Grupos de Pesquisa, Bolsas de Iniciação Científica, Internacionalização, Programas de Formação de Docentes, novo Mestrado em Direito e outras iniciativas mais recentes propiciem, no presente, gerem e alimentem atitudes, habilidades e competências que nos permitem mirar, com credibilidade, os desafios e compromissos com o futuro da pesquisa na UCSal.

Por isso mesmo, concluo com uma abertura: muito obrigado! Muito obrigado a todos e todas que, desde a mais tenra época, contribuíram – mesmo de modo discreto – para a ação de graças desta hora da UCSal. E esta gratidão se assemelha à esperança, nascida da alegria pelo que há de vir, esperado e trabalhado com competência, dedicação e generosidade, sentido como o odor e aroma suaves que, embora lançado sobre um lugar específico, beneficia todos os ambientes por onde passa.

Introdução

A elaboração deste trabalho, cujo propósito central consiste em estabelecer a memória dos 10 primeiros anos da Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Católica do Salvador, constituiu-se uma exigência para a retomada da trajetória de construção da própria UCSal e do seu PPI, este marcado pelas peculiaridades de uma Universidade Comunitária Confessional mais especificamente, nas décadas de 1990 e 2000.

Considerando a participação da autora nessa trajetória, a intenção prevista na abordagem proposta é compartilhar experiências, motivações e esforços realizados para construir a Pós-Graduação *stricto sensu* da UCSal os quais possibilitaram um desenho inovador, com destaque para a perspectiva interdisciplinar e a natureza confessional e comunitária da instituição.

Assim, não se pretende fazer uma avaliação, ou tampouco uma análise crítica da Pós-Graduação *stricto sensu* e seu formato, mas, sim, possibilitar o conhecimento do processo vivido pela UCSal, descrevendo a criação e o desenvolvimento dos Programas, pontuando o seu papel no reconhecimento da Instituição como Universidade e como incentivo para seu contínuo crescimento na desafiante tarefa de qualificar recursos humanos para o desenvolvimento do estado da Bahia. Além disso, tenciona-se possibilitar, também, o registro do esforço coletivo realizado por todas as pessoas que foram diretamente responsáveis pela construção da Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Católica do Salvador.

O documento é composto de duas partes, a primeira com quatro capítulos. O primeiro, intitulado “UCSal: uma universidade em construção” faz

referência ao debate sobre a concepção de Universidade instituído no país, nas primeiras décadas do século XX, com foco no papel social e político dos intelectuais e na influência do pensamento católico cujo movimento culminou com a criação do modelo de universidade voltado para a formação profissional em detrimento da pesquisa e da extensão. Situa ainda o contexto no qual são criadas as primeiras universidades católicas, revisitando os fundamentos que nortearam os educadores católicos, com destaque para a instalação da Universidade Católica do Salvador, em 1961.

Na sequência, o Capítulo 2, que tem como título “Trajetória da Pós-Graduação *stricto sensu* no Contexto do Projeto Pedagógico Institucional”, registra as discussões que ocorreram no âmbito da UCSal na década de 1990 e resultaram no desenho do Projeto Pedagógico da Instituição (PPI), com destaque para os referenciais e indicativos de política para a Pesquisa e a Pós-Graduação *stricto sensu* construídos durante o processo Estatuinte.

No Capítulo 3, com o título “Criação e desenvolvimento da Pós-Graduação *stricto sensu* na UCSal (2004-2014)”, razão principal do presente documento, tratou-se de situar a pós-graduação no Brasil, com ênfase nos Planos Nacionais de Pós-Graduação. Em seguida, sucintamente, apresentam-se informações sobre o contexto socioeconômico da Bahia – de 2000 a 2013 –, incluindo Notas sobre a Oferta de Cursos de mestrado e doutorado no estado da Bahia. Na seção denominada “Criação e consolidação da Pós-Graduação *stricto sensu*: os Programas”, apresentam-se o registro histórico da origem e as principais atividades desenvolvidas pelos Programas de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC) – o primeiro instalado em 2004, seguido do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (PPGPTDS), em 2005, Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental (PMPA), em 2006, e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC), também em 2006.

Nas reflexões explanadas no Capítulo 4, intitulado “Importância da Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UCSal: pensando o futuro”, são retomadas as contribuições que emergiram durante entrevistas com dirigentes, docentes, doutorandos, mestrandos e egressos dos Programas de Pós-Graduação da UCSal.

Ao registrar a Pós-Graduação, optou-se por utilizar duas fontes de informação: documentos do acervo institucional e depoimentos de profissionais

que participaram diretamente do processo de construção da Política Institucional da Pós-Graduação e Pesquisa, bem como de cada um dos Programas. Foram, portanto, os resultados da análise e da compilação das informações oferecidas pelos documentos que embasaram parte do texto que aqui se apresenta, bem como o resultado da análise e da sistematização das transcrições das entrevistas realizadas com pessoas que fizeram essa trajetória e que, naturalmente, plasmaram sua história, influenciando e deixando suas marcas e características. Pessoas cujos esforços foram fundamentais para a superação dos obstáculos e dos grandes desafios em diversos momentos e períodos do processo de criação e implantação dos cursos. As entrevistas foram orientadas pelos seguintes objetivos: resgatar os programas por meio das trajetórias pessoais, com destaque para o papel desempenhado por figuras-chave na construção da concepção; conhecer o desenvolvimento da experiência desde os primeiros passos, estratégias adotadas, principais dificuldades, aspectos relevantes, avanços; registrar a relevância da pós-graduação, isto é, os impactos gerados nos âmbitos pessoal, social e religioso, identificando limites existentes na atualidade e potencialidades. Tratou-se ainda de enriquecer o documento, incluindo a sistematização de narrativas de egressos e alunos regulares (ver Apêndice G).

Nessas bases, relata-se que a UCSal começou a dar seus primeiros passos para instalar a Pós-Graduação *stricto sensu* na década de 2000, contando com a participação de seus gestores, professores e técnicos e, também, com aportes de consultores, com destaque para a Professora Maria Julieta Firpo Fontes, Superintendente de Pesquisa e Pós-Graduação, e do Professor Doutor Giancarlo Petrini, mentor do pioneiro Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, pela iniciativa e concepção original que trouxeram para a temática Família, a partir de 2004, durante o reitorado do Professor José Carlos Almeida da Silva.

Nesse processo, fizeram parte do núcleo que delineou a concepção do PPGFSC os professores Giancarlo Petrini, Ana Cecília Bastos, Elaine Pedreira Rabinovich, Ana Maria de Almeida Carvalho, Mary Garcia Castro, José Euclimar Xavier de Menezes e o consultor Wilson Gomes; do PPGPTDS Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva (UFBA), Cristina Maria Macêdo de Alencar (Economia UCSal e Assessora da SPPG), Elsa Kraychete (Economia UCSal e Assessora da SPPG), Pedro de Almeida Vasconcelos (Geografia/UCSal, con-

vidado como consultor), Barbara Christine Nentwig Silva, Iracema Reimão Silva e Maria Helena Matue Ochi Flexor (UFBA). Participaram da concepção e elaboração do Mestrado em Planejamento Ambiental, os professores Cristina Maria Macêdo de Alencar (Economia UCSal e Assessora da SPPG), SylvioBandeira de Mello e Silva (Territorial UCSal), Juan Carlos Roossi Alva (BIO/UCSal), Miriam de Fátima Carvalho Machado (ENG/UCSal), Peter José Schweizer (Territorial UCSal), Nelson Baltrusis (Territorial UCSal) e Iracema Reimão Silva (Territorial UCSal) e do PPGPSC, os professores Maria do Socorro Paim de Figueredo, Ângela Maria Carvalho Borges, Cristiana Mercuri de Almeida Bastos e Márcia Macedo, dentre outros citados no terceiro capítulo. São pessoas que trouxeram ideias renovadoras e, efetivamente, contribuíram no desenho e na concepção da pós-graduação, com ênfase em temáticas que expressam manifestações de problemas e questões que inquietam a sociedade na busca de soluções para conflitos familiares, para melhoria da qualidade de vida nas cidades, e para a implementação de políticas e programas vinculados aos direitos humanos e sociais.

Dessa forma, pretende-se mostrar, em termos mais amplos, que a UCSal procurou ser fiel a sua vocação enquanto Universidade Comunitária, buscando uma concepção que estivesse sustentada e apoiada em cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas experiências de extensão e comunitárias, assim mantendo uma aproximação com a caminhada realizada junto a bairros de periferia e em programas voltados para o fortalecimento e a organização popular.

Em termos mais específicos, pretende-se evidenciar o caminhar na direção de oferecer, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, formação numa linha crítica e de questionamento, em consonância com a missão constante do PPI e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de “[...] formar profissionais, cidadãos críticos e comprometidos com a solução dos problemas e desafios da realidade social, privilegiando as dimensões ética, social e humana [...]” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2011, p. 115). Enfatiza-se, assim, o papel fundamental dos dez primeiros anos de existência na formação de pesquisadores qualificados, produzindo conhecimentos científicos que atendem a questões e interesses da sociedade, além de demandas sociais da população do estado da Bahia e do Brasil.

Ressalta-se ainda a participação dos técnicos/assessores Frâncis Barbosa da Silva Alvarez, Orlando Jorge Miranda Aderne Sá, Telma Landim Santos e

Francisca Santos de Aragão, presentes ao longo do processo de construção das propostas para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). É incontestável que, graças à experiência acumulada nos primeiros anos de oferta dos cursos de mestrado, foi possível garantir a consolidação da pós-graduação da UCSal, logrando então um novo avanço, a aprovação dos doutorados em Família na Sociedade Contemporânea, em 2008, Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, em 2012, e Políticas Sociais e Cidadania, em 2014.

Na segunda parte deste documento consta o Relato Histórico de cada um dos Programas, oferecendo ao leitor a possibilidade de conhecer, conforme visão do coordenador e de sua respectiva equipe de professores, a origem, a concepção e as principais atividades de cada Programa. Optou-se ainda por transcrever a carta de Dom Giancarlo Petrini dirigida ao Grão-Chanceler Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger e ao Reitor Maurício da Silva Ferreira sobre a história de criação do Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família – seção brasileira – Arquidiocese de São Salvador – BA, considerando a validade de resgatar a memória da origem desse Instituto vinculado ao Vaticano e criado por delegação de Roma pelo Cardeal Primaz do Brasil na ocasião, Dom Lucas Moreira Neves, empenhado em instituir uma seção daquele Instituto no estado da Bahia. Tal movimento expressa o empenho e o zelo apostólico da Igreja Católica em realizar estudos sistemáticos sobre a temática Família.

Esta publicação tem, portanto, o propósito de contribuir para o conhecimento da origem e do desenvolvimento da pós *stricto sensu*, nos seus 10 primeiros anos de atuação, possibilitando uma reflexão sobre sua importância para a UCSal. Dessa forma, ao leitor está sendo dada a oportunidade de conhecer os primeiros passos e ações que foram realizadas, pessoas que contribuíram na construção do processo e na criação dos programas, explicitando as orientações e diretrizes da UCSal, bem como outras referências, considerando, inclusive, as diretrizes e os requisitos da Capes, mais especificamente da área à qual os programas estão vinculados.

PRIMEIRA PARTE

**CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DOS PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO DA UCSAL**

Liliana Mercuri de Almeida

CAPÍTULO 1

UCSal: uma Universidade em construção

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

No Brasil, a criação das instituições educacionais tem ocupado estudiosos e pesquisadores, os quais recorrem à abordagem que associa ideias, agentes, instituições e contextos políticos e econômicos que lhes dão significado. Outros, ainda, buscam entender as relações entre o pensamento católico e a cultura política no Brasil. Paim (1981), ao reconstituir a história da Universidade do Distrito Federal (UDF), mostra que a criação das primeiras universidades, na década de 1930, resultou da inquietação de distintos grupos de intelectuais preocupados em discutir a questão dessa Instituição. Nesse contexto, surgiram grupos de intelectuais que participavam desse processo, trazendo para os debates a influência do pensamento católico. No cerne das discussões ocorridas, estava a crítica ao modelo de universidade voltado apenas para a formação profissional, ou seja, universidade que não contemplava a função da pesquisa.

Segundo Daros (2013, p. 255), os intelectuais brasileiros “[...] acreditavam no poder redentor da escola [...]”. Na avaliação dessa autora:

Católicos, protestantes, liberais, conservadores, integralistas, comunistas, em diferentes contextos e lugares sociais, compartilhavam convicções sobre o papel das elites intelectuais na construção da nação. Independente do estrato ou convicção política ou religiosa a que pertencessem, entendiam-se como interlocutores privilegiados do Estado nos termos colocados por Mannheim [...] Portanto, para Mannheim [...] o intelectual é um mediador dos conflitos sociais. (DAROS, 2013, p. 258).

Paim (1981), ao analisar o caldo cultural que se instalou no país na década de 1920 e se estendeu pelas décadas subsequentes, destaca o papel da Associação Brasileira de Educação (ABE) e a importante atuação da Academia Brasileira de Ciências (ABC) em prol de uma acepção valorativa de universidade, com a função de cultivar as ciências, despreocupando-se de sua aplicação e contemplando a pesquisa.

Num contexto sociopolítico de conflitos ideológicos, essa acepção de universidade germina. É criada a Universidade Federal de Brasília (UnB) e, no âmbito estadual, a Universidade de São Paulo (USP). Esse movimento, contudo, não encontrou maior ressonância no âmbito da legislação educacional (Reforma Francisco Campos), cujo foco de atenção foi a formação de professores secundários, tendo, na mesma legislação, estabelecido que o ensino superior seria ministrado em universidade e voltado para a formação profissional.

Nesse sentido, a ideia de universidade com pesquisa não foi levada adiante no governo de Getúlio Vargas. Em artigo onde examina o caso da Universidade de São Paulo, Schwartzman (2006, p. 162) afirma:

No início do século XXI, a noção prevaiente de “universidade de ponta” [*flagship university*] está fortemente associada à pesquisas científica e tecnológica. Na América Latina, contudo, as universidades de ponta demoraram a incorporar esse componente de pesquisa, de tal modo que, ainda hoje, nos debates sobre quais devem ser as prioridades de uma universidade, a pesquisa é obrigada a competir com outros valores e outras motivações [...] Foi também a primeira universidade do país, criada na década de 1930 [...] pela elite política do Estado de São Paulo, a região econômica mais rica

do Brasil, numa competição clara com o governo federal, que na época pretendia estabelecer uma universidade nacional no Rio de Janeiro, a Universidade do Brasil [...]

A UDF, considerada experiência piloto bem-sucedida, funcionou até 1939, quando seus cursos foram incorporados à Faculdade Nacional de Filosofia, que priorizou um conjunto de medidas adotadas nessa universidade. Assim, atraiu professores de centros de “alta cultura” do exterior e tratou de estimular a criação dos Centros de Estudos e Pesquisas, que passaram a publicar de acordo com suas especialidades. Sobre esse assunto, Paim (1981, p. 97) conclui:

[...] o movimento que empolgou toda uma geração, ao longo de mais de dois decênios, se conseguiu institucionalizar a Universidade, o que não lograra alcançar as sucessivas gerações que a antecederam, não teve força suficiente para dar à Universidade a feição que lhe atribuía.

No caso das Universidades Católicas, elas foram criadas desde a Idade Média pela Igreja Católica, que sempre esteve presente nos campos da educação e da cultura. No Brasil surgem na década de 1930, fruto da atuação de intelectuais católicos, desde sua origem. A propósito, cabe resgatar excertos das ideias sobre cultura as quais constaram nos debates realizados em meados do século XX, durante a última Semana dos Intelectuais Católicos realizada em Paris, da qual participaram, dentre outros, Paul Claudel, Romano Guardini, Daniélou, Fumet e Santamaría, tendo como temática geral “Humanismo e Graça”. O tema suscitou rica tertúlia sobre o conceito de cultura, analisado sob as diversas noções de humanismo. Em registro desse encontro, Hargreaves (1952) apresenta as três características da cultura cristã: a totalidade, a evolução e a comunitariedade. O autor assim define cada uma delas:

Totalidade, neste sentido, que ela não interessa apenas a uma parte do homem. A originalidade da cultura no seu sentido cristão consiste em que ela, pela virtude inerente ao cristianismo, “marca o homem em tudo que ele tem de humano”. Abrange, portanto, toda sua vida interior e exterior. Cultura é iluminação da inteligência, sim, mas, simultaneamente, pureza de imaginação e retificação da vontade.

[...] A comunitariedade é outra característica da cultura cristã. Comunitária, no sentido de que ela deve ser o princípio natural de unidade da comuna cristã. Comunitária na acepção de que ela deve agir como princípio de aproximação dos homens entre si. Comunitária, no sentido de que ela é o bem comum da família social cristã [...] não se concebe, no sentido cristão da palavra uma “cultura”, para uma “clientela” exterior à Igreja e outra para a “elite”.

[...] Quem diz Igreja diz povo.

[...] Além de vital, total, comunitária – a cultura cristã é evolutiva. Evolutiva, no mesmo sentido em que o “Reino de Deus” também é evolutivo. Evolutiva como a semente de mostarda, que entra em colaboração com a natureza, mas que luta com ela também. Evolutiva como o fermento que faz crescer a massa. Evolutiva, no sentido de progressiva. (HARGREAVES, 1952, p. 26-27).

No curso de sua exposição sobre a cultura cristã humanista, Hargreaves (1952, p. 28, 29, grifos do autor) sinaliza:

Finalmente, a cultura, no seu sentido cristão, é eminentemente *contemplativa*. Contemplativa, no sentido de ver com os olhos da inteligência, e, não, apenas com os sentidos externos.

[...] quando afirmamos o caráter contemplativo da cultura, no seu sentido cristão, é para assinalar-lhe sua tarefa e seu fim. Na contemplação natural, no exercício penoso do estudo aprofundado, na meditação, no hábito de ver o mundo criado como maravilhosa “Teofania” – atingimos o ápice daquela universalidade de simpatia para com todo o valor humano; aquela elevação de ideais e aquele élan de heroísmo, que vos descrevemos ao falar-vos [...] do Humanismo.

[...] O retorno a Deus e o retorno ao humano – eis a tarefa da Cultura, que só pode ser cumprida, se ela se constituir especificamente cristã.

No Brasil, em 1922, por iniciativa de leigos católicos, foi criado, no Rio de Janeiro, o Centro Dom Vital (CDV), primeira associação do laicato sob a

liderança de Jackson de Figueiredo. Segundo Arduini (2011), na década de 1930, os intelectuais católicos integrantes do CDV, além de focarem o debate sobre a relação Estado e Educação, cujos confrontos ocorriam com os educadores a favor da Escola Nova, admitiam a existência de referências comuns que os uniam. A esse respeito Arduini (2011, p. 11) faz menção ao entendimento de Maria Hermínia Tavares de Almeida, que ressalta:

[...] a legitimidade auferida pelas ciências sociais no Brasil durante a década de 1930, de forma que católicos, liberais, integralistas ou esquerdistas de todos os matizes concordavam que caberia às ciências sociais indicar o caminho das reformas necessárias para o melhoramento do país, mesmo que discordassem sobre o tipo de ciência que deveria ser produzida e o encaminhamento de reformas sociais que deveria ser conduzido a partir delas.

Isto porque, no âmbito desse debate, permearam concepções distintas de ciência, envolvendo matizes filosóficos, epistemológicos e metodológicos sobre os quais não cabe discorrer neste trabalho.

Até o início da década de 1960, o CDV foi considerado o órgão católico de maior influência, contando com estrutura própria e atuando com relativa autonomia em relação à hierarquia eclesiástica. Fundado com a intenção de pensar o catolicismo brasileiro, produzia e publicava com regularidade artigos de leigos e de religiosos pertencentes às ordens dos beneditinos, jesuítas e franciscanos, na revista *A Ordem*, cujo editor chefe era Alceu de Amoroso Lima. Com a preocupação de formar uma cultura católica e de pensar um modelo de educação para o Brasil, esse professor e pensador católico tornou-se um grande líder. Ao destacar as ideias de Amoroso Lima sobre educação, Arduini (2011, p. 13) diz que ele defendia: “[...] o maior dever dos católicos, antes de ser político, era cultural.”

Ao analisar a trajetória percorrida por Alceu de Amoroso Lima, Arduini (2011, p. 9) destaca seu perfil distinto dos demais companheiros da revista *A Ordem*: “Amoroso Lima foi singular por ter acrescido às suas reflexões o problema da organização do trabalho e a necessidade de incluir socialmente o contingente de operários urbanos, que crescia pavorosamente.” Salem (1982, p. 102), a respeito do perfil de Alceu Amoroso, comenta:

Alceu destaca Bernanos, Chesterton e Maritain como figuras marcantes que o conduziram a uma aproximação em direção à Igreja [...] Do primeiro [...] absorve a ideia da necessidade de uma atitude militante [...]; do segundo [...] incorpora a noção do reformismo católico distributivista como síntese entre o capitalismo e o socialismo. Maritain, por fim, se constituiu num de seus principais mestres com seus conceitos de “democracia cristã”, “democracia social” e “humanismo integral”.

Em 24 de maio de 1932, esse mesmo grupo de leigos criou o Instituto Católico de Estudos Superiores, com a aprovação do Cardeal Sebastião Leme. Desde então, esse instituto tem sido concebido como embrião da futura primeira instituição de ensino superior, transformado, em 1942, na primeira Pontifícia Universidade Católica do Brasil.

Na Bahia, um grupo de educadores católicos, diante dos apelos da realidade, inspirados em princípios cristãos e tomados pelo desejo de mudança e pelo sentimento de esperança, aceita o desafio e se movimenta para tornar possível a implantação de uma instituição de ensino superior. Em discurso pronunciado por ocasião da solene abertura da programação comemorativa dos 20 anos da Universidade Católica do Salvador, realizada no Instituto de Música, em 28 de abril de 1981, Alves de Souza (1981, p. 1) relembra a nomeação feita por D. Augusto Álvaro da Silva:

[...] uma comissão constituída de elementos destacados do meio cultural baiano e com amplos poderes, para realizar esse grandioso e benemérito empreendimento”. Integravam a comissão, sob a presidência do Bispo Auxiliar D. Antônio Mendonça Monteiro, os Exmos. Srs. Dr. Expedito Cruz, Conselheiro Aloísio Henrique de Barros Porto, D. Henriqueta Martins Catharino, Prof. Fernando São Paulo, Dr. Thales Olympio Góes de Azevedo, Dr. Clóvis Moreira Spínola, Dr. Rômulo Augusto Travassos Serrano, Dr. Didier do Rego Maciel Neto, Prof. José Maria da Costa Vargens, Cônego Manoel de Aquino Barbosa e Irmão Gonzaga Regis.

Após intenso trabalho, em 29 de novembro de 1952, foi instituída a Sociedade Bahiana de Cultura, associação civil sem fins lucrativos, com sede na cidade de Salvador.

Embora vivenciando experiências distintas, dada a natureza dos contextos diversos nos quais estiveram inseridos, esses grupos de intelectuais católicos atuaram movidos por um ideal comum, fundamentados na fé e nos valores cristãos. Esses conceitos norteavam e expressavam o pensamento cristão naquele momento e deram origem ao projeto das universidades católicas no Brasil. Na Bahia, essas ideias certamente fertilizaram e serviram de fonte de inspiração para a criação da UCSal.

Em entrevista realizada no dia 24 de maio de 2014, o Professor José Newton Alves de Souza (2014, p. 1) narra as primeiras iniciativas em prol da criação da UCSal:

Na UFBA, fui aluno do professor Thales, antropólogo atuando na Faculdade de Filosofia. Naquele tempo, altos nomes da Filosofia, do Direito, foram convidados pelo Professor Thales, dentre eles José Maria Costa Vargens e outros, inclusive eu. Ele convidou Marfisa e a enviou para São Paulo, para se preparar e depois ela assumiu a direção da Escola de Serviço Social.

Segundo o citado professor, a grande motivação para criar a Escola de Serviço Social (ESS), posteriormente compondo a UCSal, foi do Professor Thales, que “[...] percebeu que tinha ausência de uma formação voltada para o social, era católico. Fui apenas observador. Acompanhei os fatos, fui testemunha, estive presente junto com muitos outros, desde a criação da Escola ESS e na instalação da UCSal [...]” (ALVES DE SOUZA, 2014, p. 2).

Lembra ainda o professor Alves de Souza (2014, p. 2) nomes nacionais de pensadores católicos que, de algum modo, exerceram influência no laicato baiano, apoiado pelo então Cardeal Dom Augusto Álvaro da Silva, para criar a Universidade Católica:

Lembro de vários nomes [...] nomesque não podem ser esquecidos: Leonel Franca, Jackson Figueiredo, era grande líder que formou grupo [...] Lembro de Alceu de Amoroso Lima, Gustavo Corção. Esses líderes foram responsáveis pelo pensamento católico no Brasil. Leigos e Igreja se movimentaram na mesma direção.

A respeito da inspiração e dos primeiros passos para a criação da UCSal, relata o Professor Alves de Souza (2014, p. 1, 2):

O fato que considero mais importante foi a vinda de Anísio Teixeira, que esteve presente no ato de entrega do decreto de autorização da UCSal, e a presença de Dom Augusto [...] Anísio Teixeira foi um grande educador. Destaco os nomes de Monsenhor Eugênio e do Professor Manoel Ribeiro, como os dois pilares jurídicos da UCSal [...] Dom Augusto era um pastor, era bem firme no que dizia respeito à doutrina. Era um homem gentil, mas não cedia facilmente. Naquele tempo, ele celebrava na catedral, a elite pertencia à Ação Católica, fazia parte da Congregação Mariana [...]

Na esteira da criação das primeiras universidades católicas do Brasil é fundada a Universidade Católica do Salvador. Sem dúvida, as discussões e reflexões divulgadas pela revista *A Ordem* sobre o pensamento católico a respeito da universidade e de seu papel para o Brasil serviram de referência para as lideranças laicas e eclesiais da Bahia, embora essas ideias não aparecessem explicitadas nos registros sobre os trabalhos da citada Comissão. Salem (1982, p. 107) registra:

A última das grandes manifestações em favor da criação imediata de uma Universidade Católica veio do 1º Concílio Plenário Brasileiro reunido na Bahia, em setembro de 1939. Na pastoral coletiva de todos os bispos dirigida ao clero e fieis, consagrava-se a importância e urgência do empreendimento [...]

Cabe lembrar que a instalação do Instituto Católico de Estudos Superiores precedeu a criação da Universidade, cujo ideário católico firmou-se com o enfrentamento e o acirrado debate entre diferentes correntes pedagógicas que buscavam espaço para influenciar no modelo de educação a ser institucionalizado no país. Na Bahia, parece não ter existido maior debate sobre as funções de uma universidade católica, contudo, semelhante a suas coirmãs, o primeiro passo foi a criação da Sociedade Civil, futura mantenedora da Universidade Católica. Vale ressaltar que o Estatuto da Sociedade Baiana de Cultura, destinada a manter a futura UCSal, estabelecia, dentre seus objetivos principais, a investigação científica, indicando que, no plano original, a ideia da pesquisa aparece associada à concepção de Universidade.

PROCESSO DE CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO DA UCSAL

No final da década de 1950, a Bahia mobilizou-se para acompanhar o movimento desencadeado em outros estados, mais especificamente no Rio de Janeiro e São Paulo, realizando esforços de modernização no campo educacional, com destaque para as figuras do reitor Edgard Santos à frente da Universidade Federal da Bahia e do educador Anísio Teixeira na Secretaria de Educação e Saúde do Estado. Até o início da década de 1960, a economia, que era predominantemente primário-exportadora, deu os primeiros passos rumo à industrialização. Se, na década de 1940, o estado da Bahia viveu um período de estagnação, com a criação da Petrobras e a instalação da Refinaria de Mataripe, nas décadas subsequentes, abriram-se as possibilidades de instaurar-se um novo dinamismo na economia do estado. No campo cultural, foi um tempo de grande efervescência. Num contexto de significativas transformações do tecido urbano, marcado por sua expansão e pelas desigualdades sociais, educadores católicos tomaram as primeiras medidas visando à criação da Universidade Católica do Salvador em consonância com as orientações do Cardeal Primaz Dom Augusto da Silva, 1º Grão Chanceler da Universidade Católica do Salvador (ALVES DE SOUZA, 1981).

A esse respeito, o Professor Alves de Souza (1981, p. 3) comenta:

O Prof. Anísio Teixeira veio, em nome do Senhor Ministro de Estado fazer a entrega do texto do Decreto ao já Cardeal D. Augusto Álvaro da Silva, que seria o 1º Grão Chanceler da Universidade [...] O Eminentíssimo Senhor Cardeal da Silva destacou [...] a relevante colaboração que prestara à Universidade o Pe. Jurandir Lodi, então Diretor do. Ensino Superior. “O nosso regozijo é grande, disse S. Eminência [...] a nossa gratidão sem limite [...] Alegremo-nos e bendizemos o Senhor, não por termos mais uma Universidade na Bahia, mas por termos A PRIMEIRA UNIVERSIDADE CATÓLICA NA BAHIA, uma Universidade reconhecidamente católica pela sua ortodoxia; seguramente católica pela sua religiosidade esclarecida; desassombrada e sem respeito humano, verdadeiramente católica pela manutenção da legítima autoridade, nos que a dirigirão, e terá dedicados mestres, e da observância respeitosa e digna dos seus dirigidos e alunos”.

Nesta cerimônia, registra ainda o Professor Alves de Souza (1981, p. 3):

Por sua vez, o Magnífico Reitor Mons. Eugênio de Andrade Veiga [...] disse da “[...] contribuição da Igreja na transmissão e aprimoramento da cultura” [...] e acentuou a missão particular da Universidade Católica do Salvador, em cuja base está o lema sucinto, completo e dinâmico – “VERITATI”, lema sob cuja luz a nova instituição devia perseguir e concretizar seus objetivos.

Em longo discurso [...] erudito nos conceitos, seguro na doutrina, assim se expressou [...] o Prof. Manoel Ribeiro:

“Nenhum movimento de que mais se necessite do que o preparo das elites para o preparo dos que vão dirigir a sociedade. Centro de pesquisas que deve ser, a Universidade Católica não pode ser apenas uma Universidade, mas uma Universidade [...] Terá que perseguir objetivos preciosos dentro numa filosofia determinada, que é a busca da verdade cristã. Uma universidade, onde se reúnem professores e alunos, em busca da verdade, a tarefa que a justifica é a integração dessa verdade.”

A UCSal emergiu no quadro de crise em que se encontrava o país. Os desafios, entretanto, não eram maiores do que a esperança. A ideia de que essa Universidade poderia contribuir para formar profissionais qualificados e comprometidos com a solução das questões sociais levou os fundadores, como ocorreu com as demais universidades, a identificar cursos de graduação já existentes em Salvador.

A concepção de Universidade que se consolidou no Brasil seguiu a tradição profissionalizante. A esse respeito Paim (1981, p. 12) escreve: “A transformação da Universidade medieval, para introduzir em seu seio a ciência moderna, é [...] processo extremamente longo e complexo.” Em Portugal, Pombal propôs uma nova universidade “voltada para a ciência aplicada”. Paim (1981, p. 12) explica:

Trata-se agora de formar uma elite [...] apta a identificar riquezas naturais do Reino e explorá-las. A nova Universidade é encarada como uma peça essencial ao projeto de tornar Portugal uma nação rica e próspera.

Escapa à reforma a compreensão da ciência como saber desinteressado e busca da verdade.

Essa concepção de Universidade não chegou a ser implantada no Brasil. Foi criticada pelos positivistas, por considerarem que uma Universidade com tal concepção de ciência iria promover “um saber ornamental” (PAIM, 1981). Ainda sobre os modelos de Universidade adotados no Brasil, Mazzilli (1999, p. 56), comenta que estiveram presentes nas reflexões sobre a aceção de Universidade a ser adotada no país:

O que nós tivemos não foi a criação de uma universidade, mas a junção de três cursos profissionalizantes: Medicina, Direito e Engenharia, que passaram a ocupar o mesmo espaço físico, e isso foi chamado de universidade; um descompasso do ponto de vista cultural – há uma obra de Florestan Fernandes, na qual ele faz uma análise muito interessante, mostrando que, mesmo tendo chegado tarde, a universidade chegou num vazio cultural, não havia expectativa quanto à universidade no Brasil –, porque, culturalmente, não estava criada a necessidade ou expectativa.

Segundo Mazilli (1999, p. 57-58):

Três modelos, basicamente existentes na Europa [...] influenciaram o processo de implantação do ensino superior no Brasil [...] Primeiro [...] foi o chamado modelo inglês, que é o modelo do ensino, o modelo da conservação e transmissão da cultura [...] e o seu objetivo é formar homens cultos e cavalheiros [...] era uma universidade que se baseava no princípio do ensino, mas que trazia fortes argumentos em favor de um processo de ensino que favorecesse a reflexão e não a memorização. Então, no modelo inglês, encontra-se o germen daquilo que, hoje, é chamado de ensino com pesquisa, que é a valorização da construção do conhecimento pelo próprio aluno, assessorado pelo professor, através da pesquisa bibliográfica [...] Um outro modelo [...] foi o modelo alemão [...] introduz a pesquisa como função inerente à universidade; é a primeira vez em que se fala na universidade também com função de pesquisa, o que se constituiu num dos grandes marcos da ciência moderna. A pesquisa que era realizada fora passa a ser

feita dentro da universidade [...] a Alemanha [...] precisou criar um modelo de universidade que desenvolvesse pesquisa tecnológica, em função da necessidade que tinha de reconstrução do país [...]. Esse modelo [...] que pode parecer, uma função muito pragmática [...] não teve essa característica porque a base de construção [...] foi a reflexão filosófica orientando a pesquisa científica [...] o modelo de universidade alemã é o [...] que defendemos [...]

A Professora Mazzilli (1999, p. 58) recorre ao que denomina de “frase emblemática” extraída de um documento da época e cita:

“O princípio de unidade da pesquisa e do ensino por iniciativa do estudante, dos professores e da instituição é rico de consequências. Somente o pesquisador pode verdadeiramente, ensinar, qualquer outro se limita a transmitir um pensamento inerte, mesmo se comunica a vida do pensamento” [...] um terceiro modelo que, concomitantemente, surge na Europa [...] na França de Napoleão é o modelo que foi implantado no Brasil: o modelo de universidade como sendo o lugar onde se ensina profissões e onde se forma quadro de servidores para o Estado, a universidade da profissionalização. Com essa concepção foi implantada a Universidade brasileira.

Seguindo a trajetória das demais universidades brasileiras, a UCSal adotou o modelo profissionalizante.¹ Foi constituída graças à incorporação e à agregação da Escola de Serviço Social, da Faculdade de Direito, da Faculdade

1 A UCSal firmou-se como instituição de ensino, adotando uma base organizacional segundo a estrutura de departamentos (Lei nº 5.540/68) e, a partir de 1970, passou a incorporar o sistema de crédito, distribuindo seus cursos, inicialmente no *Campus* da Palma, em seguida nos campi da Lapa e da Federação. Só em 1991, instalou-se em seu *Campus* próprio, em Pituçu e, em 2005, adquiriu outro *Campus* próprio na Garibaldi. Ao final da década de 1960, o setor administrativo da UCSal instalou-se no prédio da Rua Francisco Ferraro, conhecido como Centro Gerencial, enquanto a sede da Reitoria foi instalada no prédio do Campo Grande, onde funcionou parte da administração central até dezembro de 2013. Em 1999, a sede da Reitoria passou a funcionar, juntamente com as Pró-Reitorias Acadêmica, Comunitária e Administrativo-Financeira no prédio do Convento da Palma, que havia sofrido uma grande reforma, a fim de viabilizar uma gestão integrada dos órgãos da Administração Central da Universidade. Note-se que o órgão responsável pela pesquisa, na década de 1990, passou a funcionar no prédio das Doroteias, espaço que propiciou a implementação de Cursos de Pós-Graduação *lato sensu*. Os prédios do Campo Grande e o Centro Gerencial foram adquiridos pela instituição, com recursos da Misereor, com a interveniência do professor da Escola de Serviço Social, Frei Jacinto Brilla.

Católica de Filosofia da Bahia, da Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública e da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica do Salvador.²

Em discurso proferido por ocasião de evento realizado no Instituto de Música, em 28 de abril de 1981, em programação comemorativa dos 20 anos de instalação da Universidade Católica, o Professor Alves de Souza (1981, p. 1) destacou:

Em memorável circular de 17 de dezembro de 1981, o Arcebispo, D. Augusto Álvaro da Silva, após recordar inolvidáveis solenidades que marcaram a celebração, em 1949, do 4º Centenário da Cidade do Salvador, ao referir-se aos quatrocentos anos, feitos em 1951, da Bula “Super Specula Militantis Ecclesiae”, com que fora erigida a Diocese de São Salvador da Bahia [...] escreve como tais relevantes acontecimentos “vieram despertar na alma católica baiana o justíssimo desejo de uma universidade católica em nosso estado”. E acrescenta: “Este louvável sentimento manifestado por um grupo de intelectuais Católicos veio ao encontro da velha e justa aspiração do Governo Arquidiocesano que, de há muito, depois de algumas tentativas sem resultado, aguardava momento mais oportuno para lançar a campanha em prol da instituição de nossa universidade católica”.

O Professor Almeida da Silva (2011, p. 1) refere-se à instalação da Universidade Católica do Salvador nos seguintes termos:

A 18 de outubro de 1961 a UCSal foi reconhecida pelo Decreto de nº 58 que lhe concede regalias de universidade livre equipada, pleiteada pela Sociedade Baiana de Cultura, assinado pelo 1º ministro Tancredo Neves e pelo Ministro da Educação Antônio de Oliveira Britto. Neste dia também é publicado o primeiro estatuto da Universidade, com 48 artigos, cuja aprovação havia ocorrido em 13 de outubro do mesmo ano. Criada e constituídas as condições necessárias para seu funcionamento, a instalação ocorreu a 10 de março de 1962 no Fórum Ruy Barbosa, precedida de missa

2 A relação dos cursos iniciais no conjunto dos demais que integram a Universidade Católica encontra-se no Apêndice A.

celebrada pelo Grão-Chanceler Dom Augusto Cardeal e posse dos primeiros Reitor e Vice-reitor Monsenhor Eugenio Veiga e Prof. Jorge Valente.

[...] No primeiro Estatuto foram enumeradas as finalidades da UCSal, estabelecidos os primeiros órgãos da entidade, a Assembleia Universitária, o Conselho Universitário, o Conselho de Administração e Finanças e Reitoria. Além disso, estabelece regras para a criação de Associação de Alunos e Diretórios e a nomeação do reitor e do vice-reitor. Cumprido o conjunto de requisitos legais e de ordem pedagógica, a Bahia é agraciada com mais uma Universidade.

De acordo com o Professor Alves de Souza (1981, p. 2), o art. 3º do Estatuto da Sociedade Baiana de Cultura, estabelecesseus objetivos:

- a) ministrar o ensino superior, em todas as suas modalidades;
- b) estimular a investigação científica;
- c) contribuir para a formação de uma cultura superior, adaptada às realidades brasileiras e informada pelos princípios cristãos;
- d) contribuir para o desenvolvimento da solidariedade entre todas as nações do mundo, especialmente no campo cultural e social, em defesa da civilização cristã.

Conforme consta do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a UCSal, mantida pela Associação Universitária e Cultural da Bahia,³ é uma instituição educacional de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Salvador, estado da Bahia, na Praça Ana Neri s/n, Mouraria, Nazaré, criada pelo Parecer CFE nº 631, de 18 de outubro de 1961, como Universidade Livre Equiparada.⁴

3 Associação civil, sem fins lucrativos, fundada em 29/11/1952 com o nome de Sociedade Bahiana de Cultura, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, na Praça Dois de Julho, n. 7, Campo Grande. Está inscrita no CNPJ sob nº 13.970.322/0001-05. Seus estatutos estão registrados no Cartório do 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob n. 2.341, no livro A-25, desde 17/4/1970.

4 A respeito da ideia de Universidade livre equiparada, vale lembrar que, ainda nas décadas de 1920 e 1930, ocorreu um grande debate, não só sobre a aceção da universidade brasileira, mas também sobre sua organização, incluindo a questão da autonomia. O Decreto nº 25.579, de 27 de março de

Na década de 90, durante o processo Estatuinte, a Universidade Católica do Salvador desenhou sua missão e, em 2006, apoiada nas contribuições da comunidade acadêmica, incorporou as dimensões da inclusão social e da produção de conhecimentos científico-tecnológicos, conforme consta no PDI 2006:

Contribuir para a transformação da sociedade, formando profissionais cidadãos, críticos e comprometidos com a solução dos problemas e desafios da realidade social e humana, a inclusão e a produção de conhecimentos científico-tecnológicos. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2006a, p. 1).⁵

A UCSal foi a primeira universidade privada de caráter confessional e comunitária e a segunda Universidade do Estado da Bahia, continuando a dar novos passos para sua construção nas décadas que se sucederam, sempre atenta aos apelos e sinais dos tempos. Assim, buscou-se relacioná-la aos diferentes contextos, com a intenção de compreender como foi se dando sua inserção ao longo das décadas de 60, 70, 80, 90, 2000 e 2010.

Em 1961, o Brasil experimentava um momento de mudanças significativas, caracterizado pelo desenvolvimento industrial e pelo crescimento econômico. Como ocorreu em outros países da América Latina, crescia a expectativa em relação ao desenvolvimento socioeconômico e cultural e aumentava a consciência do papel da universidade como formadora de recursos humanos para responder às demandas do desenvolvimento científico-tecnológico do país, conforme registra Oliveira (1987, p. 48):

A acumulação dá um salto de qualidade: a mera transferência de tecnologia [...] potencializa enormemente a reprodução do capital. Sem essa incorporação, não se podia pensar no crescimento

1933, estabelece normas para as “[...] universidades estaduais e livres, que eram previstas além das federais” (PAIM, 1981, p. 63). Em 1945, a universidade ganha autonomia, pelo Decreto-Lei n.º 8.393, de 17 de dezembro de 1945, assinado por José Linhares (Presidente) e Raul Leitão da Cunha (Ministro da Educação), que estabelece: “[...] a Universidade do Brasil é instituição de ensino superior cujos fins estão fixados na Lei n.º 462, de 5 de junho de 1937 e passará a ser pessoa jurídica com autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar.” (PAIM, 1981, p. 92).

5 Cabe informar que, em 2005, como parte do processo de Avaliação Institucional, a UCSal aplicou um questionário junto aos três segmentos e, com o apoio das contribuições da comunidade, a missão foi enriquecida com essa redação final.

da economia nos anos posteriores [...] pode-se pensar que, assim como o Estado atuou deliberadamente no sentido de privilegiar o capital, poderia ter atuado transferindo tecnologia para as empresas de capital nacional.

[...] Tal não ocorreu, mas uma explicação meramente *ex post* não é suficiente para esgotar o assunto. Não se encontra nos atos de política econômica de todo o período pós-anos 30 nenhuma disposição tendente a propiciar a transferência de tecnologia para empresas nacionais que tivesse a intermediação do Estado. Inclusive as políticas científica e tecnológica de instituições como as universidades eram completamente desligadas da problemática mais imediata da acumulação de capital.

Dessa forma, crescia a sensibilidade de alguns setores da sociedade para realizar ações voltadas à elevação dos níveis de vida do nosso país. Cardoso (1978) entende que a carência de recursos para impulsionar o desenvolvimento exigiu um meio de mobilizá-lo, daí ser indispensável a veiculação de uma ideologia que se concentrasse em torno do desenvolvimento.

Em 25 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros renunciou, sendo substituído por João Goulart. Estudos desse período referem-se ao Plano Trienal (1963-1965) elaborado pelo economista Celso Furtado, o qual contemplava, dentre outras, a reforma universitária. Nesse período, tramitava o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, retornando à pauta de discussões a questão da escola pública *versus* privada.

A UCSal foi instalada, portanto, num momento em que o Brasil discutia a grande e polêmica Reforma Universitária. O intenso processo de conscientização e politização que envolvia os diversos segmentos operários, estudantis e intelectuais em favor das reformas se fez sentir nesse âmbito.

Em março de 1964, iniciou-se um novo regime político com repercussões na dinâmica da vida universitária, mais particularmente no seio dos órgãos estudantis.

Dentre as variáveis políticas, sociais, culturais e econômicas do período, destaca-se a transição de um modelo educacional eminentemente político para outro, estritamente técnico, sob a orientação do acordo MEC-USAID, cujos reflexos fizeram-se profundos na educação superior em todo o país, re-

forçando e deflagrando o processo de expansão das instituições privadas e das católicas.

Arapiraca (1979),⁶ em seu estudo sobre a USAID e a educação brasileira, explica o que significou o Programa de ajuda da USAID para o ensino médio do sistema educacional brasileiro. Nesse estudo, o autor traz significativa contribuição para a compreensão do fenômeno que ocorria no campo educacional, ao argumentar:

[...] no caso a sociedade brasileira com suas implicações, compromissos e alinhamentos internacionais [...] ao tempo em que dissimulava o objetivo maior da modernização que era o fornecimento da mão de obra necessária à implementação do modelo econômico que se implantava. Nesse sentido, procedeu-se a toda uma reordenação da formação escolar média, profissionalizando nominalmente toda a população desse ciclo de ensino. (ARAPIRACA, 1979, p. I, IV).

Arapiraca (1979) apreende, em profundidade, a gênese, o desenvolvimento e os desdobramentos dos acordos firmados entre o Ministério de Educação e a *United States Agency for International Development* (USAID) os quais resultaram em programas e projetos que estabeleciam como objetivo prestar assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entretanto,

6 Com base em consistente quadro teórico, esse autor explicita as relações entre educação e projeto político-econômico que estava em curso no Brasil, desde 1964, comprometido com o capitalismo internacional em sua forma periférica. O autor refere-se ao desafio enfrentado diante da dificuldade existente quanto à documentação oficial sobre os acordos realizados com a USAID. Com esforço, reuniu dados disponíveis e encontrou uma forma explicativa do que significou o Programa de Ajuda da USAID para o ensino médio do país. Embora o foco desses acordos tenha sido o ensino médio, seus conceitos e pressupostos perpassavam o espaço do ensino superior, já que a educação era concebida como base para o desenvolvimento econômico (teoria do capital humano). Para Trigueiro (2003, p. 4): “[...] a Lei 5540/68 define conjunto normativo inteiramente inédito para a estruturação e o funcionamento das universidades e demais instituições de ensino superior, passando a requerer padrões inteiramente novos (para quem ainda não havia se consolidado, em termos institucionais) de regulação acadêmica e administrativa. Rompe-se com o modelo das “cátedras”, associa-se o ensino à pesquisa, introduz-se novas atividades acadêmicas, como a extensão e o ensino especial, e definem-se regras próprias para a carreira docente, para o acesso do aluno a esse nível da educação e para a organização dos currículos.” Na UCSal, observa-se que, na década de 70, foram implementadas, dentre outras reformas, uma nova organização curricular. Em razão dos valores humanistas que sempre inspiraram a filosofia da Instituição, procurou-se conciliar as diretrizes de caráter tecnicista, mantendo-se as disciplinas Teologia, Sociologia, Psicologia, Antropologia e Filosofia no eixo básico de todos os currículos das Escolas, Faculdades e Institutos.

to, o autor revela que essas iniciativas, com destaque para o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (Premem), constituíram-se em mais uma fórmula de proceder a um novo reordenamento do ensino médio com ênfase na profissionalização, em mais um recurso adotado na educação voltada para fins do capitalismo. Reconhece o autor que tais ações, embora tivessem como foco o ensino médio, estenderam-se por todo o sistema de ensino brasileiro, com repercussões no ensino superior. De acordo com Fávero (2006, p. 30, 31, grifos da autora):

[...] outras medidas oficiais são adotadas em relação à universidade. Três delas merecem destaque: o plano de assistência técnica estrangeira, consubstanciado pelos acordos MEC/USAID; o Plano Atcon (1966) e o Relatório Meira Mattos (1968) [...] Quanto ao *Plano Atcon* [...] trata-se de documento que resulta de estudo realizado pelo consultor americano Rudolph Atcon, entre junho e setembro de 1965, a convite da Diretoria do Ensino Superior do MEC, preconizando a implantação de nova estrutura administrativa universitária baseada num modelo cujos princípios básicos deveriam ser o rendimento e a eficiência [...]

Fávero (2006, p. 34) destaca as seguintes medidas propostas pela Reforma: “[...] o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplinas, bem como [...] a pós-graduação.”

Na década de 1970, estudos e pesquisas indicavam que a economia brasileira continuava em expansão, admitindo-se que o crescimento atingido não viria a sofrer solução de continuidade. Nessa direção, afirma Singer (1976, p. 166): “[...] após quatro anos (1968 a 1971) do crescimento acelerado do PIB (Produto Interno Bruto) [...] quando o PIB superou pela terceira ou quarta vez a marca dos 9%, proclamou-se o ‘milagre brasileiro’.” A partir dessa década, o planejamento estatal incorporou técnicos que, em sua maioria, recebiam formação profissional baseada nos princípios privados da racionalidade empresarial, eficiência e lucro, sem maiores preocupações de ordem social e muito menos sensível às aspirações populares. Nessa década, a UCSal criou os cursos de Administração de Empresas e a nova Faculdade de Ciências Econômicas. O planejamento, consoante Dreifuss (1981, p. 74-75), na metade da década de 1950:

[...] havia resolvido com êxito problemas de produção e de comércio a nível de corporação [...] o planejamento indicativo foi apresentado como um fator importante no desenvolvimento capitalista, um elemento de direcionamento da sociedade e de supervisão das diretrizes macroeconômicas. Assim, passa-se a valorizar a importância do gerenciamento científico, da racionalização empresarial, incorporando-se a necessidade do planejamento alocativo, isto é, a alocação calculada de recursos.

De acordo com Alcoforado (2003), de 1970 em diante, o estado da Bahia inaugurou a fase econômica predominantemente industrial, com a implantação da indústria petroquímica ampliada pela metalurgia do cobre e pela indústria do papel e da celulose.

A UCSal continuou crescendo e incorporando novas unidades de ensino, a saber: a Faculdade de Enfermagem, a Faculdade de Educação, o Instituto de Teologia, o Instituto de Música, a Escola de Engenharia e de Administração de Empresas. Criou também uma nova Faculdade de Ciências Econômicas e novos cursos, como o de Educação Física, e reformulou o curso de História Natural, já oferecido pela Faculdade de Filosofia no curso de Ciências Biológicas. Ainda durante a década de 1970, os cursos anteriormente instalados foram reconhecidos pelo Ministério de Educação (MEC).⁷

Ao final da década de 1970, no contexto de abertura política caracterizada pela reestruturação da União Nacional dos Estudantes (UNE), dos Centros e Diretórios Acadêmicos ou Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE), e pela mobilização dos movimentos sociais e sindicatos, a UCSal mergulhou numa crise profunda. Estudantes e professores, sob a liderança da Associação de Docentes da Universidade Católica do Salvador (ADUCSal), reivindicavam mudanças. Após as várias tentativas de negociação com a Reitoria, mediadas pela presença constante do Cardeal Dom Avelar Vilela, a ADUCSal foi a Brasília para solicitar a intervenção da Instituição. Em 1980, o Vice-Reitor Professor José Simões assumiu a Reitoria na condição de Reitor *pro tempore*, permanecendo à frente da UCSal até dezembro de 1985. Durante sua gestão

7 O Ministério da Educação e Saúde, com a Lei n. 1.920, de 25 de julho de 1953 (BRASIL, 1953), passou a denominar-se Ministério da Educação e Cultura, permanecendo com a sigla MEC. A citada lei cria o Ministério da Saúde, ao qual ficaram afetos os problemas atinentes à saúde humana.

foram tomadas medidas administrativas e financeiras, visando à normalização das atividades acadêmicas. Nesse período, o Governo do Estado da Bahia concedeu, em regime de comodato, uma área em Pituaçu, pelo prazo máximo de 10 anos, para que a UCSal assumisse definitivamente aquele espaço, mediante a construção de suas unidades de ensino.

Como referido, a Instituição expandiu-se basicamente por intermédio do Ensino de Graduação, da Extensão Universitária e dos Cursos de Especialização, como a grande maioria das universidades brasileiras. Nessas décadas, sua expansão verificou-se, mais acentuadamente, nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas.

Os anos 80 são considerados por alguns economistas como a “década perdida”, do ponto de vista do crescimento econômico e do desenvolvimento social. Durante o governo Sarney (1985-1989), a economia brasileira enfrentou uma grave crise, tendo sido lançados vários planos, que não alcançaram êxito, para conter a inflação que não alcançaram êxito. Entretanto, do ponto de vista político, foi a fase de abertura e de redemocratização do país, que, após viver intenso período de mobilização e participação popular, viu acontecer a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte cujo processo culminou com a aprovação e promulgação da Constituição de 1988, denominada Constituição Cidadã.

Durante os anos de 1981 e 1982, respectivamente, o curso de Matemática da UCSal integrou-se ao curso de Engenharia Civil e foram reconhecidos pelo MEC os cursos de Secretariado Executivo, Educação Artística e Ciências Contábeis.

Segundo Gennari (2001, p. 33):

[...] a sociedade brasileira experimentou, em meados dos anos oitenta, algumas mudanças profundas, representadas de um lado pela abertura política, e de outro pela profunda crise econômica, oriunda [...] do esgotamento do padrão de financiamento da acumulação (dívida externa elevadíssima, recrudescimento do processo inflacionário, estagnação etc.) e das mudanças estruturais porque passava o modo de produção capitalista em nível mundial.

O autor lembra o debate que se instalou em prol das reformas do Estado e a divulgação dos ideais neoliberais implementados na Inglaterra (por

Margareth Thatcher) e nos Estados Unidos (por Ronald Reagan). Refere-se também à queda do muro de Berlim, simbolizando a derrocada do socialismo real.

Documento publicado pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan) sobre o Contexto Socioeconômico da Bahia registra:

A partir de 1987, a economia baiana começou a desacelerar devido, entre outros fatores, à maturação dos investimentos no Polo Petroquímico de Camaçari, ao desmonte da política de desenvolvimento regional, que culminou com a extinção da SUDENE, e, também, à crise nos segmentos tradicionais da agricultura baiana como o cacau, sisal, fumo, mamona, algodão e café [...] a partir de 1997, a Bahia começou a sentir os efeitos de um novo surto de crescimento, resultado em parte da política de atração de investimentos industriais de produtos de consumo final, mas, principalmente em função da maturação de investimentos de grande porte, como a ampliação da Refinaria Landulpho Alves de Mata-ripe, em julho de 2001, a instalação do complexo Ford com suas sistemistas, em 2002 [...] (BAHIA, 2010, p. 7).

Apesar da crise que se abateu no contexto mundial, com repercussões na sociedade brasileira e particularmente no campo educacional, a UCSal realizou as mudanças necessárias e reafirmou o seu papel na arquitetura educacional do Ensino Superior no Estado. Empenhada em avançar, introduziu novos cursos de graduação, buscando atuar de uma maneira mais objetiva na linha da educação continuada, dando os primeiros passos para a institucionalização da pós-graduação *lato sensu*.⁸

No campo da Educação, o período compreendido entre o início da década de 1980 e meados dos anos 90 foi especialmente importante para o setor privado de ensino superior, que vivia o auge de sua expansão e almejava garantir o acesso às verbas governamentais.

As Universidades Comunitárias articulavam-se, por meio de suas representações, para acompanhar e influenciar o Congresso Nacional às voltas

8 No capítulo seguinte será apresentado um breve histórico da UCSal, no qual fica demonstrado o esforço realizado pela Instituição, ao longo das décadas de 70, 80, 90 e 2000, chegando aos dias atuais, para implementar a Pós-Graduação *lato e stricto sensu*.

com a elaboração de uma nova Constituição para o país, por meio dos órgãos representativos, tais como: Associação Brasileira das Escolas Católicas (ABESC) e Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC).

Em finais de dezembro de 1985, assumiu a Reitoria da UCSal o professor José Carlos Almeida da Silva, nomeado pelo então Arcebispo de São Salvador e Grão Chanceler da UCSal, Dom Avelar cardeal Brandão Vilela, após processo de consulta à comunidade acadêmica. A partir de 1986, a instituição passou a vivenciar uma fase de modificações nos âmbitos acadêmico, administrativo e de gestão, que lhe conferiram a imagem atual de instituição de qualidade, com inserção significativa na sociedade baiana. Passou a pautar suas atividades acadêmicas e organizacionais por princípios democráticos e participativos, desenvolvendo, ao longo do tempo, um amplo leque de iniciativas e ações que demarcaram um novo perfil. Nesse período, foram criados os seguintes cursos de graduação: Informática, Fisioterapia, Comunicação Social em Publicidade e Propaganda, Musicoterapia, Direito (em Juazeiro); Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas (*Marketing*) vinculado ao Instituto de Letras; História com habilitação em Patrimônio Cultural, Administração Hoteleira. Registra-se também o reconhecimento pelo MEC dos cursos de graduação e bacharelado em Teologia. Para Gennari (2001, p. 34), ao final dos anos 1980 “[...] a abertura política [...] criou as pré-condições para as eleições diretas para presidente da República [...]” que ocorreram em 1989. No Brasil, desde a década de 1990, começou a se implementar a reforma do Estado, na perspectiva da modernização liberal, como assinala Ferrer (2011, p. 5):

As recomendações propostas pelo “Consenso de Washington” abrangem as seguintes áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira e comercial, regime cambial, investimentos direto estrangeiro, privatização e desregulação e propriedade intelectual

Essas ideias ganharam configurações próprias no campo da educação e refletiram-se nas medidas de política educacional com uma nova visão de universidade, conforme afirma Chauí (2003, p. 6):

[...] com a reforma do Estado [...] ao definir os setores que compõem o Estado, designou um desses setores como setor de serviços não exclusivos do Estado, e nele colocou a educação, a saúde e a cultura. Essa localização da educação [...] significou: a) que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; b) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado.

Nessa nova perspectiva, a educação é colocada na lógica da competitividade e de mercado. Observa-se então a expansão desenfreada do ensino superior, particularmente na Bahia. As análises de conjuntura mostram os cenários e desafios enfrentados pelas Universidades Comunitárias – diante das crescentes vagas ociosas, do aumento da evasão e do elevado grau de inadimplência, da elevação dos custos bancários, do ingresso do grande capital nacional e internacional na área da educação superior – colocadas em desvantagem na concorrência com os grandes grupos. Esse quadro que se instalou ao longo dos anos 90 desencadeou, na UCSal, o repensar do Projeto Pedagógico e esses desafios continuam gerando impactos e exigindo a adoção de estratégias de sobrevivência, na busca de alcançar novo padrão de qualidade em suas funções acadêmicas.

Assim, a UCSal não tem ficado imune a esse quadro de transformações socioeconômicas e culturais porque passa a sociedade brasileira e particularmente a política educacional. Ao desencadear o processo Estatuinte, e de acordo com os referenciais que lhe serviram de base, fica clara a intenção da Universidade Católica de manter-se fiel à concepção de Universidade referenciada na ideia de educação e cultura como direitos dos cidadãos. Lembrem-se aqui as palavras do Professor Romano (1999, p. 43, 44), em conferência proferida em 1999, sobre a questão epistemológica da graduação:

No Brasil de hoje, vence em todas as linhas a tendência a depreciar a pesquisa fundamental [...] em nome do critério limitado de compreensão: a eficácia prática e o lucro do mercado [...] A reflexão teórica e as instituições que constituem sua base, vistas como alheias à “realidade” mundial, globalizada são destruídas.

A UCSal buscava firmar-se na década de 1990 com esse referencial, apesar de compreender a complexidade e o movimento contraditório da sociedade brasileira. Segundo Chauí (2003, p. 6) na reforma implantada pelo Estado, a universidade passou a ser vista “[...] como uma organização social e não como uma instituição social”. A autora segue e faz a distinção entre ambas:

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma prática social determinada de acordo com sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às ideias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas ideias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Por ser uma administração, é regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe.

A Instituição social aspira à universalidade [...] Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem a si mesma como referência [...] a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições, impostas pela divisão. Ao contrário, [...] seu alvo [da organização] não é responder às contradições, e sim vencer a competição com seus supostos iguais. (CHAUÍ, 2003, p. 6).

Em 1990, passaram a ser implementadas as políticas econômicas e sociais no contexto do mercado globalizado e da nova ordem mundial, a saber:

[...] desestatização da economia, com a minimização da interferência do Estado; abertura dos mercados para desobstrução do comércio internacional, com o objetivo de estimular a concorrência com os produtos nacionais e propiciar a modernização e desenvolvimento da estrutura produtiva nacional; estabilização mone-

tária, a fim de atrair investimentos estrangeiros e amplo processo de privatização, com o objetivo de diminuir as dívidas internas e externas. (FERRER, 2012, p. 5).

É ainda a autora quem afirma:

As consequências da política econômica neoliberal para a área social puderam ser verificadas pelas altas taxas de desemprego, que permaneceu em ascensão durante grande parte da década de 90, e pela crescente exclusão social, demonstrada pela elevação da linha de pobreza de parte significativa da população brasileira, acentuando a desigual distribuição de renda no país. (FERRER, 2012, p. 10-11).

Os primeiros anos da década de 1990 foram marcados por acontecimentos políticos e econômicos com repercussões na vida da sociedade brasileira. Em outubro de 1992, após ampla mobilização popular, o Congresso decretou o *impeachment* do Presidente. Os anos seguintes foram caracterizados pelos esforços de estabilização política e controle da inflação, culminando com o Plano Real. Sob a égide de um novo governo, ocorreram grandes mudanças no país (GENNARI, 2001).

A década de 1990 foi também, para a UCSal, uma época de significativas mudanças. Tendo verticalizado seu Projeto Pedagógico na direção da pós-graduação *stricto sensu*, criou as bases efetivas para o desenvolvimento acadêmico-científico. Assim, ao longo do processo Estatuinte, desenvolveu estratégias colaborativas de autoconhecimento, autoavaliação e planejamento as quais resultaram na construção do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), contendo a concepção da identidade e da natureza da instituição, a definição de sua missão, o desenho das políticas de ensino (graduação e pós) pesquisa e extensão, dentre outras. Essa experiência acumulada encontra-se refletida em vários documentos produzidos: Ideias e Diretrizes, de 1990; Estatuinte: repensado a UCSal, de 1993; A Estatuinte: repensando a UCSal para construir o Projeto Pedagógico, de 1995; Projeto Pedagógico Institucional (PPI), de 2008/2010 e 2011/2015; e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI),

de 2001/2005; 2006/2010 e 2011/2015. A experiência da Estatuinte será ainda abordada no presente documento.

Nessa trajetória, instalou e consolidou grupos de pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, núcleos temáticos de pesquisa e programas de apoio à pesquisa, implantou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), tendo oferecido cursos de Mestrado Interinstitucional em História Social conjuntamente, a saber, Universidade Católica do Salvador (UCSal), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em 1998, e mais dois no período 2001-2005: o primeiro em Planejamento Urbano e Regional, com a participação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Católica do Salvador (UCSal); e o segundo em Direito Público, envolvendo a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Católica do Salvador (UCSal).

De acordo com a regulamentação da Capes, as turmas do Mestrado Interinstitucional devem estar vinculadas a um programa de pós-graduação com curso de mestrado reconhecido pelo MEC/CNE e já consolidado. Foi o caso das Universidades Federal do Rio de Janeiro e Federal de Pernambuco, em que parte das atividades de formação dos discentes foi desenvolvida no campus da UCSal.

Considerando o objetivo do presente documento, cabe destacar que, no período de 2004 a 2014, foram criados e estão em pleno funcionamento os programas próprios da Universidade Católica do Salvador, na área da pós-graduação *stricto sensu*, a saber: Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (doutorado e mestrado), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (doutorado e mestrado), Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental e Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania (doutorado e mestrado).

Se a boa semente da Instituição foi lançada nos idos de 1961, esta foi crescendo ao longo desses anos e assumindo, na década de 2000, as funções próprias de uma Universidade Católica Comunitária, desenvolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão. Para tanto, foi preciso criar as condições indispensáveis, no que tange à infraestrutura e qualificação do corpo docente, de modo a viabilizar a verticalização do Projeto Pedagógico.

Assim, em 1993, foram tomadas as medidas iniciais para a construção do primeiro prédio, no *campus* de Pituvaçu: o Centro Universitário Dom Lucas Moreira Neves. Em 1999, foi aí instalado o Centro Universitário Dom Avelar Brandão Vilela, o que possibilitou a transferência da maioria dos cursos de graduação para esse *campus*. A Instituição passou a oferecer parte significativa dos cursos de graduação em instalações próprias, contando com infraestrutura de qualidade, incluindo: laboratórios de excelência, a exemplo do Laboratório de Estudos do Meio Ambiente (LEMA), do Laboratório de Solo, da Unidade de Assistência em Fisioterapia (Unafisio), os quais vêm prestando serviços técnicos qualificados voltados para o atendimento à população de baixa renda; biblioteca⁹ com acervo atualizado; e instalação de modernos laboratórios de informática destinados a alunos de todos os cursos. Concomitantemente, continuaram a ser oferecidos cursos de graduação na Federação, Lapa e Instituto de Música e de especialização e pós-graduação nas Doroteias, em condições de pleno funcionamento.

A partir de 2004, com a aquisição do *campus* da Garibaldi, ali passaram a funcionar, inicialmente, a pós-graduação *lato e stricto sensu* e depois os cursos de graduação tecnológica.

Em 2011, a UCSal completou 50 anos de existência. Sua Pós-Graduação *stricto sensu* consolidada já contribuiu para a formação de mais de 60 mil profissionais das diversas áreas do conhecimento. Ao longo dessa construção, passou a oferecer à sociedade 19 cursos de graduação (bacharelado e li-

9 A Biblioteca Central, instituída entre 1969 e 1970, resultou da reunião de antigos acervos de unidades isoladas de ensino, como: Filosofia, Serviço Social, Direito e outras. Até 1974, funcionou no *Campus* da Lapa. Em 1975, foi criada a Biblioteca do *Campus* da Federação; em 1983, a Biblioteca da Palma; em 1989, foi transferido o acervo de Educação Física para o *Campus* de Pituvaçu, com os de Engenharia, Enfermagem, Fisioterapia e Educação Física em agosto de 1993. Posteriormente, em fevereiro de 1995, incorporaram-se ao acervo de Pituvaçu as áreas de Biologia e Ciências Contábeis. Atualmente, o acervo do Sistema de Bibliotecas da Universidade Católica, constituído de 355.108 livros, 8.357 periódicos, 7.031 multimeios, 839 documentos eletrônicos, encontra-se disponível para consulta no portal da UCSal: www.ucsal.br. A Universidade Católica do Salvador iniciou o processo de resgate da memória documental da Instituição com a criação do *Memorial da UCSal*, instalado no *Campus* da Federação. Além dos documentos produzidos pela UCSal, compõem esse acervo obras raras, inéditas e esgotadas sobre o pensamento de intelectuais que discerniram as principais teorias do saber, assim como obras sobre os vários ramos do conhecimento humano, perfazendo um total de, aproximadamente, 29.872 volumes.

cenciatura), dois cursos de graduação tecnológica, 29 cursos de especialização, quatro mestrados e dois doutorados muito bem avaliados pela Capes.¹⁰

Os grupos de pesquisa são constituídos de docentes e discentes que vêm contribuindo para criar uma ambiência acadêmica e um estímulo constante à produção científica voltada para temas da maior relevância social.¹¹

A área comunitária e de extensão tem sido considerada, ao longo da trajetória da UCSal, como uma das mais significativas por seu caráter comunitário e confessional, em consonância com a missão institucional. Passou a constar da estrutura da UCSal no Estatuto aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 20/03/1985. A Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários foi implantada¹² em meados de 1986, quando se instalou, inicialmente, no prédio do Campo Grande, depois no *campus* das Doroteias e, em seguida, com a ampliação dos projetos, passou a funcionar na Federação.

As atividades no bairro da Federação, onde vive uma população caracterizada como de baixa renda, com graves problemas de infraestrutura, serviços e regulamentação da posse da terra, tiveram início em 1987. Em resposta às demandas dos dirigentes das Associações de Moradores desse bairro, a UCSal deu apoio a Creches Comunitárias, estendendo ações voltadas para a saúde da mulher e da criança. Nessa época, teve origem o Projeto de Assessoria Jurídica, com foco nas questões relativas à situação fundiária, respondendo à proposta de estudantes interessados em disseminar um direito novo – inspirado em atuação da Universidade de Brasília (UnB), o direito achado na rua. Logo foram promovidos plantões jurídicos e sociais. No ano seguinte, formou-se a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos face ao agravamento da violência no bairro. Juntamente com os cursos, foram elaboradas as Cartilhas: Direito não se Ganha; se Conquista; Reforma Urbana e Instrumentos de Reforma Urbana; Estatuto da Cidade; 50 Anos da Declara-

10 A Capes atribuiu, nos últimos triênios, respectivamente ao Doutorado e Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, a pontuação 5; ao Doutorado e Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, nota 4; ao Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, nota 4; e ao Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental, nota 3.

11 Sobre a relevância das áreas predominantes de estudo dos grupos de pesquisa, consultar o Apêndice B.

12 Foi instalada em 28 de maio de 1986, pelo Ato nº 05/86 do Grão Chanceler Dom Avelar Brandão Vilela, que resolveu nomear a Prof. Lílina Mercuri de Almeida, Vice-reitora para Assuntos Comunitários, pelo período de setembro de 1989 a maio de 1994.

ção de Direitos Humanos e 50 Anos de Luta pela Moradia em Salvador. Em 1993, essa Comissão assumiu a bandeira do Direito à Moradia e passou a ser solicitada por outras comunidades da periferia.

As ações voltadas para a questão ambiental tiveram início em 1988, com a realização de cursos de especialização. Alunos e professores, preocupados com os possíveis impactos em razão da futura instalação do *campus* de Pituçu, propuseram a realização do I Seminário de Educação Ambiental para a Comunidade, gerando, como fruto, o Projeto de Educação Ambiental para a Comunidade. Em 1990, a Vice-Reitoria participou do Grupo Executivo, constituído pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), responsável pela realização do IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, em Santa Catarina. Desde então, professores passaram a integrar grupos que tinham como tema “A Questão Ambiental no Ensino de Pós-Graduação”. O Programa de Meio Ambiente, criado em 1991, foi fruto dessa caminhada em parceria com o Instituto de Ciências Biológicas (ICB).

Em 1989, a Educação de Adultos foi iniciada, com a implantação do Projeto de Alfabetização e Complementação Educacional do Servidor (após pesquisa sobre o perfil do servidor), visando à alfabetização dos funcionários da UCSal não escolarizados e também à formação do professor pesquisador. Para tanto, a instituição contou com a assessoria de professores pesquisadores da UFBA, originando um novo Projeto de Estudos e Experimentos em Alfabetização de Adultos – uma experiência interinstitucional, envolvendo o Instituto Anísio Teixeira (IAT), a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC) e a Universidade Católica do Salvador (UCSal). Ainda nesse período, a Instituição criou o Programa de Apoio ao Estudante (PAE), para atender aos comprovadamente carentes e com bom desempenho escolar e viabilizar a permanência e conclusão do curso universitário.

Como ocorreu com as demais áreas (ensino e pesquisa), a extensão teve como referência os princípios estabelecidos para a Instituição explicitados no processo Estatuinte. Como registrado em *O Processo de Construção da Extensão na UCSal* e constante do primeiro Plano de Ação da então Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários:

[...] o reforço aos grupos populares, a organização da comunidade, o estímulo ao conhecimento da realidade social e o compromisso com as necessidades da população foram alguns dos pressupostos que nortearam suas ações. Estes princípios estavam afinados com a Orientação de PUEBLA e da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) para as Instituições de Ensino Católicas, conforme está determinado por uma de suas diretrizes “empenho em fomentar uma ética em consonância com a dimensão instrumento de justiça e fraternidade” libertadora do Evangelho, transformando a Universidade em instrumento de justiça e fraternidade. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1996, p. 8).

Em meados de 1994, com a instalação da Reitoria e das demais Pró-Reitorias na Palma, a Comunitária passou a funcionar nesse local. Desde o início de sua atuação, firmou laços de solidariedade entre os três segmentos (alunos, professores e funcionários), apoiando suas iniciativas. Na dimensão externa, atuou em Projetos voltados para a prestação de serviços à comunidade, buscando integrar as funções de ensino, pesquisa e extensão. Uma deliberação da Estatuinte de 1993 modificou os nomes dos Órgãos de Direção da UCSal, mantendo uma Vice-Reitoria, com as primitivas atribuições, e estabelecendo as Pró-Reitorias para Assuntos Comunitários, para Assuntos Acadêmicos e para Assuntos Administrativos, em substituição às Vice-Reitorias para Assuntos Acadêmicos, Assuntos Comunitários e Assuntos Administrativos. Isso ocorreu a partir de maio de 1994, quando a Professora Maria Julieta Fontes¹³ assumiu a Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários, dando continuidade e implementando programas e novos projetos, a exemplo da experiência realizada pela Instituição na Península de Itapagipe, cujo projeto foi concebido dentro do subprograma UCSal nos bairros, no âmbito do Programa de Integração Universidade Comunidade,¹⁴ de 1989. Seu objetivo era resgatar a

13 A Professora Maria Julieta Mandarin Firpo Fontes foi nomeada pelo Reitor José Carlos Almeida da Silva para o período 94/98, tendo sido reconduzida pelos períodos subsequentes, permanecendo no cargo até janeiro de 2006. No período de 1986 a maio de 1994, a Pró-Reitora para Assuntos Comunitários era a Professora Líliana Mercuri de Almeida.

14 A partir de 1989, o desenvolvimento do Plano de Ação para 1990-1994 conduziu a preocupação, prioritariamente, para a pós-graduação e a pesquisa. Todos os programas e projetos tiveram como “[...] uma das grandes preocupações o desenvolvimento de um estudo sistemático sobre o significado da

função social da universidade, pelo desenvolvimento de projetos que respondessem às demandas da sociedade.

As experiências de extensão articuladas ao ensino e à pesquisa numa perspectiva interdisciplinar serviram de referência para fundamentar as propostas dos mestrados da UCSal, ao tempo em que apontaram lacunas tanto no que tange à necessidade de implantação de um novo regime de trabalho docente quanto indicaram a prioridade para a implantação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, tendo em vista a questão da qualificação das ações extensionistas, percebia-se que, para o desenvolvimento de uma ação de cunho científico, tornava-se necessário “[...] um conhecimento mais aprofundado das temáticas que vinham sendo trabalhadas e que estavam a exigir respostas nas quais se desvelasse, em maior profundidade, os fenômenos sociais [...]” (FONTES, 2014, p. 4).

Assim, o Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social tem origem nas experiências de extensão. Quanto aos demais programas *stricto sensu*, segundo afirma a Professora Maria Julieta Fontes (2014, p. 3):

[...] também tiveram origem, ainda que menor, na prática extensionista. O de família, cuja temática é uma demanda muito forte de toda sociedade, teve sua origem no Instituto João Paulo II [...] qual realiza até nos dias atuais trabalhos extensionistas.

O de Políticas Sociais e Cidadania é o único que teve origem em uma unidade de ensino, que foi a Escola de Serviço Social. Pela caminhada e compromissos desta escola com as questões sociais, sua inserção nas comunidades mais carentes e sua vasta prática de estágios, posso afirmar, com grande chance de acerto, que também a escolha dessa temática foi uma resposta à realidade social por eles trabalhada.

Em dezembro de 2013, assumiu a direção da UCSal um novo Reitor, o Professor Doutor Padre Mauricio da Silva Ferreira, tendo como Grão-Chanceler Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger. O Professor Doutor José Euclimar

cidadania, procurando compreender as múltiplas visões do seu corpo técnico e conhecer o tratamento dado por alguns autores ao tema.” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1996, p. 14).

Xavier de Menezes foi nomeado para responder pela Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

A UCSal, ao longo dos 52 anos de existência, tem sido devidamente legitimada e reconhecida, por sua qualidade, pela comunidade baiana. O grau de excelência do trabalho acadêmico é de relevância social e as condições objetivas para o desenvolvimento do Projeto Institucional, ao serem reconhecidas pelo MEC, resultaram no Recredenciamento da Universidade, pelo prazo máximo legal de 10 anos, conforme Portaria Ministerial de 28 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011).¹⁵

Na perspectiva de contribuir para o conhecimento da origem e do desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu*, espaço por excelência de pesquisa, produção e disseminação do conhecimento, busca-se oferecer, no próximo capítulo elementos para a compreensão desse processo. A pós-graduação *stricto sensu* constitui-se em uma das principais dimensões do PDI e é parte integrante da história da Universidade Católica do Salvador. Sua existência e sua ação ganham importância no contexto de construção da UCSal como instituição acadêmica.

15 Cf. Anexo A, que contém a página do Diário Oficial da União que publica a Portaria n. 1.670/2011, de recredenciamento da UCSal.

CAPÍTULO 2

Trajetória da pós-graduação *stricto sensu* no contexto do projeto pedagógico institucional da UCSal

REFERÊNCIAS DA PESQUISA E DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Na década de 1990, registra-se, dentre outros temas recorrentes nos diversos fóruns, o debate em torno da questão da qualidade na educação. As discussões ocorrem no seio de organismos internacionais e nacionais que reconhecem a expansão do ensino superior e seu importante papel para o desenvolvimento econômico e social das nações. Diante das rápidas mudanças do processo de globalização, propõem-se a desenvolver uma reflexão sobre os rumos da educação e suas perspectivas para o século XXI. No contexto educacional brasileiro, a reflexão estimulada pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e pelos Fóruns de Pró-Reitores nacionais, regionais e locais é caracterizada por uma aguçada consciência crítica a respeito da questão da reforma da universidade e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Nesse sentido, a Universidade foi convocada a pensar a contemporaneidade e os grandes desafios colocados diante da crise de paradigmas de uma sociedade em permanente transformação e marcada por múltiplas exclusões. Nas palavras de Franco (1996, p. 3-5):

Fundamentos de uma nova visão do mundo estão sendo gestados nas últimas décadas [neste século] século XX [...] Porém nada obriga que em plena transição para um novo padrão civilizatório, nossa paideia continue a ser, fundamentalmente, a do velho mundo. Nada justifica que a menos de cinco anos do terceiro milênio, nossas escolas continuem baseando seus currículos em esquemas de interpretação do mundo de cem anos atrás. E nada explica porque a cultura e a comunicação contemporâneas ainda tentem compreender as novas realidades emergentes como simples recombinações de peças classificadas por conhecimentos anteriores. Não se trata de substituir o passado pelo futuro, abolir a história e desprezar o acúmulo de conhecimentos construídos ao longo do tempo. Mas precisamos nos esforçar para sermos [...] mais contemporâneos [...] antecipando futuro.

Discute-se sobre a identidade da universidade brasileira, com o reconhecimento de que a crise que se evidencia no interior das IES expressa a crise geral da sociedade e do Estado, sendo um imperativo dessas instituições explicitar e afirmar o seu lugar no projeto político do país.

Pensar qualidade no ensino superior exige repensar as bases do sistema e do processo educacional, tendo como objetivo maior os próprios alunos (sujeitos de uma formação de qualidade). Documentos produzidos nos anos 1990 apontam para a necessidade de mudanças de ordem administrativa, pedagógica, gerencial e humana, a exemplo dos artigos de Ubiratan D'Ambrósio (1995), intitulado *Os Novos Paradigmas e seus Reflexos na Destruição de Certos Mitos Hoje Prevalentes na Educação*, e de José Eustáquio Romão (1995), *Paradigmas da Modernidade e Educação*, ambos publicados na Revista Educação Brasileira, do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras; dos trabalhos apresentados no Seminário Internacional de Administração Universitária, realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1989, publicados na obra *Desafios da Administração Universitária*, organizada por Teodoro Rogério Vahl, Victor Meyer Junior e Almen Paulo Finger, contendo, dentre outras, a conferência de Cristovam Buarque com o título *Na Fronteira do Futuro: o Projeto da UnB*. Por fim, vale citar dois documentos: o primeiro intitulado *Política de Mudança e Desenvolvimento no Ensino Superior* produzido pela Unesco/MEC/SESu, em 1999, que analisa tendências, desafios e perspectivas para o ensino superior; e

o documento do Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras, intitulado *Resgatando Espaços e Construindo Idéias: de 1997 a 2002*, organizado por Maria Eliane Fonseca Rodrigues, de 2002.

Ao se questionar o modelo que privilegiou, até então, a perspectiva tecnicista em detrimento da qualidade de vida, reiterava-se a importância do equilíbrio, da coerência entre as dimensões de realização pessoal e profissional. Neste caso, uma nova configuração de paradigma se apresentava. A mudança requerida não se restringia aos conhecimentos científicos, mas aos pressupostos epistemológicos da(s) ciência(s) e indicavam a premência de cultivar uma nova visão do homem e de sua relação com seus semelhantes, com o mundo e a natureza.

A UCSal acompanhou esse movimento, participou das discussões em diversos fóruns e realizou internamente amplo debate sobre o Projeto Pedagógico da Instituição.

Em dezembro de 1991, instalou-se o processo Estatuinte,¹ fruto e expressão do desejo da UCSal (dirigentes, docentes, discentes e funcionários) na busca de uma universidade de melhor qualidade e com maior legitimidade social. Nessa oportunidade, visando realizar um diagnóstico e uma reflexão crítica sobre a Instituição, com vistas à construção coletiva do Projeto Institucional, foram constituídos os Núcleos de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, Comunitário e de Extensão, Núcleo Administrativo-Financeiro, Núcleo Pedagógico e de Avaliação Institucional, Núcleo de Redação, Núcleo de Coordenação, Secretaria Executiva e Relatores, Revisores.²

A trajetória do repensar a UCSal caracterizou-se por um processo contínuo de construção constituído de momentos de informação e reflexão coletiva, de sistematização e de devolução dos produtos parciais para conhecimento da comunidade. Vale ressaltar que a sistematização das proposições que emergiram na Estatuinte, cujo processo culminou com elaboração das teses, foi consolidada em dois documentos – o primeiro intitulado “A Estatuinte: repensando a UCSal”, de agosto 1993; e o segundo

1 Cf. Apêndice C, que apresenta etapas da Estatuinte e professores e técnicos que participaram dos Núcleos.

2 Em vista do grande número de professores e técnicos que constituíram os Núcleos e Comissões da Estatuinte, optou-se por apresentar essas informações no Apêndice C – Estatuinte UCSal 1991-1996, onde constam etapas do processo e constituição dos Núcleos.

denominado “A Estatuinte: Repensando a UCSal para Construir o Projeto Pedagógico” de 1995 – que registram todo o percurso que a comunidade acadêmica realizou no processo de repensar a Instituição rumo à construção do seu Projeto Pedagógico Institucional. No item 1, “A Caminhada para a Construção do Projeto Pedagógico”, do segundo documento citado, encontra-se o seguinte registro:

Todos os aspectos constitutivos da UCSal foram cotejados através dos Núcleos da Estatuinte [...] culminando com a realização do I Congresso Estatuinte, realizado nos dias 21 e 22 de outubro de 1993 como um divisor de águas, a partir do qual o aspecto pedagógico passou a ser privilegiado em todos os seus condicionantes. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995, p. 7).

No período de 1991 a 1994, foram realizados sete seminários, nos quais estiveram presentes reitores e professores convidados de outras universidades, cujos debates subsidiaram a elaboração de uma série de documentos. Dentre os temas discutidos na primeira fase da Estatuinte, destacou-se a Encíclica *Ex-Corde Ecclesiae* (UNIVERSIDADES..., 1990), abordada em conferência proferida por Dom Lucas Moreira Neves. Esta encíclica, na I parte, que trata da “Identidade e Missão da Universidade Católica”, seção 1, expõe a *Natureza* e os *objetivos*:

Toda a Universidade Católica, enquanto *Universidade*, é uma comunidade acadêmica que, dum modo rigoroso e crítico, contribui para a defesa e desenvolvimento da dignidade humana e para a herança cultural mediante a investigação, o ensino e os diversos serviços prestados às comunidades locais, nacionais e internacionais. Ela goza daquela autonomia institucional que é necessária para cumprir as suas funções com eficácia, e garante aos seus membros, a liberdade acadêmica na salvaguarda dos direitos do indivíduo e da comunidade, no âmbito das exigências da verdade e do bem comum. (UNIVERSIDADES..., 1990, p. 13).

Logo de início, em razão da forma como a UCSal foi constituída, mediante uma junção de escolas e Institutos, verificou-se que seria necessário criar um universo de comunicação que fosse comum aos diversos cursos de gra-

duação, de modo a definir as bases conceituais indispensáveis ao desenho do novo Projeto Pedagógico.

O Núcleo Projeto Pedagógico e de Avaliação Institucional, ao se debruçar sobre as demandas e os desafios colocados pelo modelo socioeconômico vigente, refletiu, no seu interior, e posteriormente em reuniões do Núcleo de Coordenação, as seguintes questões: Como fazer uma universidade humanista e comunitária dentro de uma concepção de educação orientada pelo e para o mercado? Como conciliar a aspiração pluralista frente ao caráter confessional das universidades católicas? Para responder a essas questões e construir o seu referencial teórico, o Núcleo Pedagógico e de Avaliação Institucional foi buscar subsídios nos conteúdos apresentados e debatidos durante os Seminários realizados na primeira fase da Estatuínte (1991-1993), em conferências, a exemplo da proferida por Dom Lucas Moreira Neves, e em leituras.³

A propósito, cabe registrar que, durante esse processo, além de uma Oficina de Trabalho realizada nos dias 6, 7, 10 e 11 de agosto de 1992, ocorreram reuniões periódicas e sistemáticas dos Núcleos da Estatuínte, que elaboraram um diagnóstico da UCSal relativo à sua área específica. Para subsidiar esse diagnóstico, foi organizada uma enquete com uma amostra significativa dos três segmentos. Como resultado, os Núcleos firmaram a Missão e Identidade, estabelecendo também seus princípios, objetivos, diretrizes e políticas após o diagnóstico da instituição e o estudo das demandas socioeconômicas do estado da Bahia (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1993).

Ao finalizar a reflexão, o Núcleo Pedagógico e de Avaliação Institucional respondeu à questão fundante e concluiu, a respeito da identidade da UCSal, nos seguintes termos:

A identidade da UCSal reporta-se a seu papel enquanto espaço de produção e difusão da ciência, da tecnologia, da cultura e das artes, mas também diz respeito à sua condição de católica – o que a torna comprometida com a busca e a meditação das verdades científicas à luz dos princípios cristãos, com a educação libertadora, e com o ideal de homem totalizado, integral [...] é convocada a assumir um

3 Estiveram presentes, nas discussões, ideias veiculadas em várias publicações, a exemplo de Cunha (1989), e Sarmiento (1991), dentre outras.

duplo desafio: dinamizar a presença dos valores cristãos num mundo em transformação, e dar eficácia aos critérios evangélicos que a iluminam, empenhando-se, através da investigação da verdade, em promover um desenvolvimento extensivo a todas as camadas da população. A missão da UCSal é ser um centro de cultura que, satisfazendo requisitos éticos e de qualidade, possa oferecer à comunidade uma perspectiva de valorização social, através de seu trabalho pedagógico. A UCSal quer contribuir para a formação de homens de cultura, profissionais competentes, acima de tudo críticos e responsáveis, empenhados na criação de um novo Brasil, mais justo e fraterno.(UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1993, p. 15-16).

Enquanto, na primeira fase (1991-1993), a UCSal centrou o debate na questão da identidade e da natureza da Universidade Católica do Salvador, a ênfase no segundo momento convergiu para a questão da qualidade e a construção do Projeto Pedagógico.

A segunda fase da Estatuinte foi implementada em 23 de dezembro de 1993, quando o presidente do Conselho Universitário, pela Resolução nº 009/93, constituiu uma Comissão Permanente com atribuição de tratar, inicialmente, da questão da Qualidade Pedagógica (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995). A Comissão tomou como ponto de partida os documentos produzidos pelo Núcleo Pedagógico e de Avaliação Institucional. Essa comissão buscou, inicialmente, aprofundar o conceito de qualidade em reuniões quinzenais. A Comissão entendia que a qualidade na Universidade significava introduzir a iniciação científica na graduação, renovar as práticas pedagógicas em sala de aula, além de institucionalizar a extensão, de modo a oxigenar o ensino e contribuir na formação do profissional crítico, reflexivo e com sensibilidade e compromisso social.

O primeiro Relatório de Atividades da Comissão Permanente de Qualidade Pedagógica fez as seguintes recomendações:

Observar as necessidades da UCSal para preencher as exigências da nova proposta da LDB; elaborar um plano de ação global para a UCSal; criar núcleo de apoio à iniciação à pesquisa, de apoio pedagógico, e à extensão – através do CEPEX [Centro de Pesquisa e Extensão], Pró-Reitoria Acadêmica e Pró-Reitoria Comunitária [...]

Para tanto, era requerido o envolvimento efetivo das Pró-Reitorias, CEPEX e comunidade, a fim de que as ações já levantadas venham a ser viabilizadas, de forma concreta, na busca de reformas internas da UCSal que conduzam a um padrão ótimo de qualidade. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1993, p. 11).

Nesse processo, os diretores recém-eleitos também elaboraram um Programa de Governo denominado Subsídios para Elaboração do Plano de Ação da UCSal para o período de 1994 a 1997, cujo texto também incorporou as demandas apresentadas em audiências públicas ao Conselho Universitário, pelos organismos representativos – ADUCSal, Associação dos Servidores da UCSal (ASSUCSal), DCE. Neste documento, constaram as seguintes informações, dentre outras: Identidade Institucional; Propostas de Políticas de Ação com ênfase para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, Recursos Humanos, Modernização Administrativa e Gestão Universitária. Além disso, foram indicadas as seguintes prioridades institucionais: Capacitação Docente, Regime de Trabalho, Concurso para Admissão de Professor, Departamentalização, Revisão Curricular, Extensão, Revisão do Plano de Cargos e Salários, Plano de Benefícios/Seguridade, Qualificação do Servidor (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995).

Durante o ano de 1994, cresceu a consciência dos desafios para o desenvolvimento do ensino superior diante de um cenário caracterizado por intensas mudanças científicas e tecnológicas, dentre outras.

As reflexões vivenciadas no processo Estatuinte indicavam que a UCSal deveria priorizar sua ação na relevância e na qualidade consideradas pela Unesco como características-chave de uma política para o ensino superior. A Unesco, em seu documento de 1999, reflete sobre as tendências e os desafios do ensino superior, com o objetivo de subsidiar os debates em seus vários Estados-Membros, visando definir uma política para a instituição. Nesse documento, destaca as tendências: expansão quantitativa das matrículas de estudantes e desigualdades de acesso entre países e regiões; diversificação de estruturas institucionais (Programas e formas de estudo) e dificuldades financeiras. Além disso, indica os maiores desafios: relevância, qualidade e internacionalização. A qualidade implica em implementar uma política renovadora do ensino e da aprendizagem como condições

para melhorar a relevância e a qualidade da educação. Recomenda “[...] a introdução de programas que desenvolvam a capacidade intelectual dos estudantes, melhorando o conteúdo *interdisciplinar e multidisciplinar dos estudos* [...]”(ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1999, p. 15, grifo do autor).

Para a Unesco, a qualidade depende de outros fatores, com destaque para a pesquisa. Nesse sentido, sugere que a investigação seja desenvolvida conjuntamente pela ciência, tecnologia e cultura. O documento ressalta a pesquisa como uma das maiores funções do ensino superior, mas também como “[...] uma pré-condição de sua relevância social e qualidade acadêmica” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E CULTURA, 1999, p. 15). Reconhece a necessidade do apoio público, por meio de recursos, além do esforço conjunto de todos os segmentos na busca desses recursos. Outro aspecto diz respeito à importância do pessoal de apoio, dos programas e dos estudantes, além da infraestrutura e do meio ambiente acadêmico. Enfatiza ainda que “A *avaliação e o aumento da qualidade* devem começar com o envolvimento ativo dos professores e do pessoal de pesquisa, dado seu papel central nas atividades das instituições de ensino superior” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 1999, p. 15-16, grifos do autor).

Nesse momento do processo Estatuinte, dialogar com outras comunidades passou a ser estratégia fundamental, a fim de aprofundar o debate sobre a Graduação, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação.

As conferências proferidas pelos professores Ignácio Ricken, da Universidade Estadual de Santa Catarina, especialista em estudos sobre Universidade, tratando do tema *Projeto Pedagógico*, e Dalmo Dallari, que tratou do *Papel da Universidade na Construção do Estado de Direito e na Geração de Conhecimentos Aplicados à Promoção e Defesa dos Direitos Humanos*, reforçaram aspectos já apontados, ressaltando a importância de se institucionalizar e definir uma política para a pesquisa e a pós-graduação, envolvendo planejamento, financiamento administrativo e criação de núcleos temáticos ou programas (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995).

No texto da Estatuinte de 1995, consta o seguinte registro sobre a palestra do Professor Ricken:

O professor observou, da mesma forma, que o Núcleo Pedagógico, a importância do projeto pedagógico, da avaliação, da reflexão sobre a história da instituição, dos objetivos institucionais, da sua tradição, trajetória e experiência [...] Quanto à avaliação dos cursos de graduação, destacou como aspectos importantes o perfil do aluno, as atividades desenvolvidas, e se a bibliografia e as ementas estão voltadas para os objetivos dos cursos; também salientou que os objetivos da Instituição devem estar decodificados nos projetos de pesquisa, ensino e extensão. Ressaltou a necessidade de se criar uma política institucional voltada para pesquisa, envolvendo planejamento, financiamento administrativo e a criação de núcleos temáticos ou programas. Destacou ainda a diferença entre pesquisa fim e pesquisa processo, sendo que a primeira é assumida por Institutos e, muitas vezes, dispõe de apoio governamental. Já a pesquisa processo é assumida pela própria instituição e integrada à programação de ensino (monografias e trabalhos de conclusão de cursos).

O conferencista indicou a realização de um diagnóstico aprofundado da Instituição, como etapa necessária para a construção do Projeto Pedagógico Institucional da UCSal. Ressaltou a necessidade de dar continuidade ao diagnóstico interno e externo aprofundando aspectos relativos aos cursos de graduação e seus respectivos currículos. Lembrou também a importância da Instituição estabelecer uma previsão de recursos necessários à implementação das mudanças. Para atender as exigências da nova LDB, o Professor Ricken sugeriu repensar o regime de trabalho dos docentes, bem como realizar um curso de administração universitária para os diretores e chefes de departamento, [...] (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995, p. 15-16).

Desde então, foram constituídas as seguintes Comissões de Trabalho: Política de Capacitação de Recursos Humanos; Comissão de Regime de Trabalho; Comissão de Aposentadoria Complementar e Comissão de Plano de Cargos e Salários (PCCS). Na sequência, foram realizados três Seminários com o objetivo de realizar um amplo debate, possibilitando, ao mesmo tempo, a reflexão teórica e a discussão de aspectos operacionais referentes à implantação dessas políticas na UCSal.

Nos dias 21 a 23 de novembro de 1994, foi realizado o 1º *Seminário de Pós-Graduação e Pesquisa, O Desafio Aceito*, cujo tema foi tratado em dois eixos: o pensar teórico sobre o conhecimento acadêmico e o desenvolvimento econômico e social; e as práticas institucionais acadêmica ou de categorias sociais diferenciadas (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995).

No que se refere ao primeiro eixo, o foco da discussão foi a *Crise de Paradigmas*; quanto ao segundo eixo, o tema escolhido foi *Cenários do Desenvolvimento no Estado da Bahia*.⁴

O citado documento informa ainda a realização de mesas-redondas:

[...] com representantes de vários setores da sociedade com o objetivo de colher subsídios para a definição de linhas temáticas para a pós-graduação e a pesquisa. Estiveram representados o Banco Econômico, a Federação do Comércio, o Sindicato dos Bancários, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais, a Associação Nacional dos Docentes, a Federação das Indústrias e da Federação da Agricultura do Estado da Bahia e a Central Única dos Trabalhadores. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995, p. 18-19).

Dando continuidade aos trabalhos da Estatuinte, nos dias 19, 20 e 21 de dezembro de 1994, realizou-se o 2º *Seminário de Pós-Graduação e Pesquisa, O Desafio Aceito*, com as conferências dos Professores Ubiratan D'Ambrósio, da Universidade Estadual de Campinas, e Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia, aprofundando a reflexão sobre o tema *A Crise de Paradigmas*. Foram também discutidas as experiências de outras Universidades do Estado da Bahia nas áreas de Pesquisa e Pós-Graduação e incluída a discussão sobre a política atual das agências financiadoras.⁵

4 Os temas foram abordados, respectivamente, pelos professores Luiz Felipe Perret Serpa, Reitor da Universidade Federal da Bahia, e Armando Avena, professor do curso de Economia da UCSal. Participaram ainda, proferindo conferência sobre as práticas institucionais, o Professor Gilberto Luis Moraes Selber, Reitor da PUC/Campinas, Professor Sérgio Vasconcelos Lima, Assessor da Vice-Reitoria Acadêmica da PUC/São Paulo, e o Professor Paulo Fernando Carneiro de Andrade, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da PUC/Rio de Janeiro.

5 Apresentaram-se como conferencistas: o Reitor da Universidade Estadual de Feira de Santana, Prof. Josué da Silva Melo; o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Santa

Durante o mês de dezembro de 1994, foram apresentados os trabalhos realizados pelas Comissões de Estudos de Política de Capacitação de Recursos Humanos, Regime de Trabalho Estudos, Aposentadoria Complementar e Plano de Classificação de Cargos e Salários, decorrentes do acordo entre ADUCSal e Governo da UCSal, constituídas por professores e servidores que aprofundaram os respectivos temas.

Considerando os resultados positivos do 1º e 2º Seminários e dos trabalhos realizados pelas citadas Comissões de Estudos, foram programados os Seminários de Graduação e Extensão, realizados nos dias 18, 19 e 20 de abril de 1995.

Nesses Seminários, foram aprofundadas as discussões sobre os componentes do Projeto Pedagógico Institucional, possibilitando a articulação entre esses conteúdos e os produzidos pelas Comissões de Estudos, conforme registrado no documento:

A experiência dos 1º e 2º Seminários permitiu que se percebesse a importância dos trabalhos realizados pelas Comissões de Estudo, no sentido de trazer para a discussão a realidade concreta da UCSal. Com isso, novas comissões foram instituídas para tratar dos diferentes aspectos constitutivos do Projeto Pedagógico dando conteúdo à temática do Seminário de Graduação e Extensão. Os assuntos tratados pelas Comissões definiram a estrutura programática do seminário e da sistematização do seu conteúdo, tendo sido apresentadas (6) seis mesas-redondas, saindo-se do geral para aspectos específicos do Projeto Pedagógico. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995, p. 20-21).

De acordo com a programação estabelecida inicialmente, “Num primeiro momento foram confrontados os conteúdos referentes ao Projeto Pedagó-

Cruz, Prof. Agenor Gasparetto; o representante da Universidade Federal da Bahia, Prof. Sérgio Farias; e Profa. Nádia Fialho, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade do Estado da Bahia. Participaram também Prof. Hermano Machado, da Universidade Federal da Bahia, Profa. Maria de Lourdes Rocha de Lima, da Universidade Federal de Minas Gerais, Profa. Suraia Zacharias e Prof. Noélio Dantaslé Spinola, ambos da UCSal. Nesse Seminário, o tema *Política das Agências de Financiamento de Pesquisa* foi incluído na pauta de discussão, contando-se com a participação de Dr. Sérgio Queiroz Matoso, do Ceped, Dra. Cleilza Ferreira de Andrade, do CADCT, Dr. Lielson Coelho, do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Dr. Carlos Berner, representando o Banco do Brasil.

gico, Graduação e Extensão apresentados pelos Profs. Maria Beatriz Gonçalves – PUC-MG, Evaldo Montiani Ferreira – UFPR e Ricardo Vieira Alves Castro – UERJ” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995, p. 20-21). Em seguida, houve debate, quando ocorreu a articulação entre aspectos colocados pelos professores convidados e pelas Comissões de Estudos.

Na sequência, foram tratados, numa mesa redonda, pela Comissão e pela conferencista Menga Ludke, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), os temas Licenciatura/Bacharelado. O tema Currículo também foi objeto de reflexão, sendo abordado pela comissão específica e pela conferencista Professora Terezinha Fróes Burnham, da UFBA.

O documento da Estatuinte (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995) registra ainda que a mesma sistemática foi adotada para todas as demais mesas-redondas, nas quais estiveram presentes conferencistas que abordaram distintos aspectos do Projeto Pedagógico.⁶

Tendo em vista o objetivo do presente documento, cujo foco diz respeito à história da pós-graduação *stricto sensu* na UCSal, serão apresentadas a seguir apenas as teses relativas à pós-graduação *stricto sensu* e à pesquisa. Contudo, dada a importância da produção científica como indicador de avaliação, optou-se por tecer algumas considerações sobre o documento *A Estatuinte: Repensando a UCSal para Construir o Projeto Pedagógico*, seção “As Publicações” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995).

A Comissão de Capacitação Docente iniciou a elaboração da tese de pós-graduação *stricto sensu* com a sua conceituação. Conforme destaca o citado documento, a concepção da pós-graduação foi compreendida:

Como espaço de aprofundamento e de produção de conhecimento novo, a partir dos referenciais propostos como concepção para a graduação, o que requer uma vinculação orgânica entre elas [...]

6 Dessas mesas participaram os Professores Hermes Teixeira de Melo da UFBA, Sandra Maria C. de Sá Carneiro da UERJ, que discutiram o Vestibular; as Professoras Iara Frizeira da PUC/MG e Eda Machado Souza da UnB realizaram conferências sobre Avaliação Institucional; os Professores Anaci Bispo Paim, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Armindo Jorge Bião, Pró-Reitor de Extensão da UFBA, José Raimundo Galvão, Pró-Reitor de Extensão da UNEB, Agenor Gasparetto, Pró-Reitor de Graduação e Extensão da UESC, e Maria Julieta Firpo Fontes, Pró-Reitora para Assuntos Comunitários da UCSal, apresentaram as experiências de extensão em suas Universidades; e as Professoras Fernanda Griz, da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), e Stella Conceição B. Piconez da USP, proferiram conferências sobre Estágio/Monitoria.

a pretensão primeira é superar o perfil reprodutor da Universidade e a fragmentação do modelo vigente na graduação [...] implica em fazer surgir algo novo na, e a partir da situação concreta que se vivencia. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995, p. 64).

Essa Comissão propôs que a UCSal acolhesse as experiências já realizadas pela Instituição de pós-graduação *lato sensu* e de extensão, de modo a alcançar o objetivo de criar a Pós *stricto sensu*, num contínuo de produção de conhecimentos interdisciplinares, organizados em linhas temáticas, com base em problemas concretos da realidade social. E continuou a reflexão explicitando a concepção de realidade social, compreendida como totalidade concreta, contraditória e provisória, contendo em si “[...] anseios de humanismo e cidadania como também da tecnologia e produtividade” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995, p. 65). Constatou que esse contexto demandava um novo perfil de profissional “[...] empreendedor, flexível, curioso, questionador e capaz de perceber as interfaces entre o conhecimento e a realidade” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1985, p. 65). Por fim, concluiu com a identificação do importante papel da pós-graduação no Projeto Pedagógico, na medida em que possibilitasse a capacitação continuada dos docentes, promovesse a transformação da graduação, reforçasse a pesquisa na sala de aula e respondesse às demandas explicitadas pela sociedade.

Com essas referências e a preocupação de tornar a pós-graduação *stricto sensu* viável na Instituição, a Comissão indicou as seguintes estratégias nos âmbitos institucional e interinstitucional:

- Criação da Pró-Reitoria da Pós-Graduação para estabelecer a vinculação entre a UCSal e o Sistema Nacional de Pós-Graduação (Capes, CNPq) através dos seus programas de ação (PET, PICD, Iniciação Científica), bem como a criação de um órgão específico para captação de recursos.
- Incentivo a docentes e discentes, para promover a organização dos cursos, conforme o modelo autogestor vivido no processo Estatuinte.
- Recorrer a consórcios com outras Universidades, parceria com diferentes segmentos sociais mediadores das demandas sociais e econômicas, sem que com isso fique minimizada a exigência

de oferta autônoma de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e a necessidade de preservação da autonomia universitária. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995, p. 65-66).

No âmbito dessa reflexão, a Comissão considerou que outras políticas e medidas operacionais deveriam ser implementadas pela UCSal, de modo a viabilizar a instalação da pós-graduação *stricto sensu*, a saber: carreira docente; organicidade entre pós-graduação, graduação, pesquisa e extensão; articulação Universidade/Sociedade; atuação em parceria; obtenção de recursos.

A respeito da Pesquisa, a Comissão propôs privilegiar o fator humano como objetivo do conhecimento, buscando manter uma perspectiva crítica diante da complexidade da sociedade global e direcionando a produção do conhecimento na perspectiva dos interesses sociais mais amplos da sociedade, como explica:

Esta concepção impõe o desafio posto pelo conhecimento contemporâneo de recuperar o espaço do sujeito onde a objetividade técnica assumia a principalidade. Inclui-se ainda como redefinições necessárias a uma concepção de pesquisa universitária articulada às demandas concretas da realidade – como pretende a UCSal – que se supere a motivação individual no direcionamento das pesquisas pela consideração do interesse da sociedade, conforme seja expresso em pesquisa básica e/ou aplicada. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995, p. 69).

A Comissão responsável pela tese sobre a Pesquisa defende:

[...] superação da disciplinaridade do conhecimento por um conhecimento interdisciplinar que tem, na vida acadêmica de ensino (de graduação e pós-graduação) e extensão, as experiências emergentes ou consolidadas a serem potencializadas na pesquisa. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995, p. 70).

Indica também medidas concretas voltadas para a potencialização das experiências com o fomento e o financiamento da atividade de iniciação científica na graduação, alternativa para viabilizar a articulação entre a graduação e a pós-graduação. Por fim, propõe articulação interinstitucional,

a exemplo de parcerias com sindicatos e instituições financeiras, com outras universidades, institutos de pesquisa e similares. Em consonância com a missão da UCSal e a concepção de pesquisa construída no processo Estatuinte, foram indicadas as principais Linhas Temáticas identificadas junto às comunidades não acadêmica e acadêmica, conforme registra a Estatuinte (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995, p. 70-73): “Educação, Cidadania e Movimentos Sociais: Meio Ambiente e Qualidade de Vida; Tecnologia; Educação Formal; Socioeconomia.”

O documento acrescenta outras linhas de pesquisa constantes da tese e que expressam demandas de setores produtivos da economia baiana e de fomento a centros de excelência, a exemplo de biotecnologia e química final, bem como a ampliação do setor terciário com sua profissionalização. Foram também citadas as seguintes linhas de pesquisa: “Processo de trabalho, organização e caracterização dos trabalhadores; Trabalho como objetivação do homem na sociedade; e Moradia Popular.” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995, p. 74). Para a implantação da pesquisa, foi reconhecida a necessidade de a Instituição criar as seguintes condições:

1. realizar diagnóstico da produção científica da UCSal;
2. criar um clima de pesquisa, no interior da instituição, substituindo ensino livresco pelo ensino atividade, através de projetos de pesquisa envolvendo professores e alunos;
3. considerar a agregação de professores em grupo de pesquisa, quando da sua liberação para a capacitação (isto é, manter o professor vinculado ao grupo de pesquisa, mesmo que liberado para cursos de capacitação na UCSal ou em outra Universidade);
4. redefinir o regime de trabalho do professor e regulamentar a distribuição da sua carga horária, considerando a sua inserção em atividades de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com sua proposta de atuação;
5. investir na aquisição de material bibliográfico indispensável às atividades de pesquisa;

6. assegurar a participação de professor visitante na discussão e avaliação dos projetos de pesquisa em desenvolvimento na instituição;
7. criar um organismo (instituto ou fundação) que viabilize o suporte financeiro necessário às atividades de pesquisa;
8. conectar a UCSal em rede de pesquisa;
9. divulgar permanentemente a produção científica da UCSal, através da editoração de catálogos. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995, p. 75-76).

A Comissão apresentou ainda as seguintes observações no item relativo a publicações:

1. a UCSal deve elaborar uma política editorial em que se definam filosofia, diretrizes globais e linhas temáticas;
2. a UCSal deve, a curto prazo, constituir seu setor gráfico com autogestão ou em convênio com editores;
3. as publicações da UCSal devem abranger três principais setores: de informações gerais, de assuntos mais aprofundados, a necessidade de uma REVISTA abrangente, a serviço das várias unidades e publicação de monografias ou compêndios. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995, p. 62).

Na tentativa de avançar para o perfil de uma Universidade voltada para a produção do conhecimento, a Comissão reconheceu a necessidade de a instituição estruturar um setor voltado para a editoração. Assim, teceu considerações relativas à sistemática de seleção de publicações pelas Unidades de Ensino e apontou a necessidade de uma secretaria executiva para auxiliar o Conselho Editorial. Para incentivar a produção científica, foram apresentadas sugestões para que a UCSal financiasse pesquisa do seu interesse; estabelecesse parceria com empresas para manter pesquisadores; acrescentasse ao PCCS ascensão por trabalho publicado; liberasse a taxa de administração, quando da obtenção de recursos pelos pesquisadores (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1995).

Em 2001, a UCSal consolidou o documento intitulado “Projeto Pedagógico Institucional”, incorporando os diversos componentes que a Estatuinte considerou importantes, a saber: Identidade Institucional, Missão, Objetivos, Indicativos para as Políticas de Ensino (Graduação e Pós), Pesquisa e Extensão dentre outros.

Essa trajetória do repensar a UCSal com a participação da comunidade acadêmica resultou na integração de docentes, discentes, funcionários e corpo dirigente voltados para um objetivo comum: construir e consolidar um novo projeto pedagógico da Universidade que contemplasse a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Depois dessa experiência, a UCSal passou a funcionar como uma instituição integrada e não mais como uma junção de unidades isoladas.

A UCSal, concebida como uma instituição voltada para a formação profissional, desde as primeiras décadas, compreendeu que o avanço do conhecimento nas diversas áreas do saber e as inovações no modo de transmitir conhecimento estavam a exigir que a Instituição criasse oportunidades para atualização do seu corpo docente, tanto no que se refere aos novos modelos de ensino-aprendizagem como também aos conteúdos específicos das diferentes áreas do conhecimento. Assim, passou a intensificar a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, estendendo o acesso ao coletivo profissional (público externo), coerente com a missão que se propôs cumprir no ensino superior do estado da Bahia. Este texto, que trata brevemente da trajetória da pós-graduação na UCSal, tem por finalidade mostrar as ações desenvolvidas e que se constituíram potenciais, para que o ensino, a pesquisa e a extensão, articuladas, se tornassem referências e parâmetros empíricos para o alcance da pós-graduação *stricto sensu*.

BREVE HISTÓRICO DA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

A pós-graduação desenvolveu-se progressivamente, de forma pontual em suas distintas fases. Inicialmente, em resposta às demandas internas de capacitação de seus professores em Metodologia do Ensino Superior; em seguida, para atender às solicitações externas, ofereceu cursos de atualização e aperfeiçoamento profissional para egressos de cursos de graduação.

Primeira fase (1975-1985)

Na década de 1970, a UCSal ofereceu curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior, no período de fevereiro a julho de 1975, para todos os professores da Instituição. Foi uma iniciativa da Reitoria, em parceria com a Faculdade de Educação, por meio de Convênio com a USP. Durante as décadas de 1970 e 1980, continuou atendendo às demandas internas e externas, quando foram oferecidos os cursos de especialização em Planejamento e o de Administração Tributária, este último em convênio com a Escola de Administração Fazendária (EAF). Os cursos foram oferecidos, portanto, quer na modalidade de chancelaria, quer cursos próprios, para responder às solicitações das Unidades de Ensino e Pesquisa.

Em 1985, com a intenção de dinamizar as ações na área de educação continuada, instituiu um órgão próprio, o Centro de Pesquisa e Extensão (Cepex). No Estatuto/Regimento da UCSal, aprovado pelo Parecer nº 163/85, de 20/3/85, do Conselho Federal de Educação, na *Seção III, art. 89, consta*: “O Centro de Pesquisa e Extensão é órgão de integração, planejamento, acompanhamento, execução e coordenação das atividades específicas de pesquisa e extensão da UCSal” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1985, p. 31). Conforme estabelece o Estatuto/Regimento, Capítulo III, Da Extensão, art. 47: “Os cursos ou serviços de extensão serão planejados e executados pela Universidade, por iniciativa própria ou em atendimento à solicitação de entidades interessadas, podendo, inclusive, ser remunerados” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1985, p. 54). A competência do Cepex, explicitada no art. 89, como órgão voltado para as atividades específicas de pesquisa e extensão, incorporou, na prática, as atividades de pós-graduação lato sensu.

De acordo com informações obtidas com a Professora Jacy de Souza Costa Fernandes,⁷ técnica que assessorava as atividades do Cepex de 1983 a 1985, o Professor José Newton Alves esteve à frente desse Centro. Nesse período, durante o governo Sarney, havia possibilidade de captar recursos financeiros para a oferta de cursos de especialização. Assim, o Cepex acompanhava, junto às Unidades de Ensino, a elaboração dos projetos e os enviava aos órgãos de financiamento, a exemplo do que ocorreu com a Escola de Serviço

7 Informação verbal prestada pela Professora Jacy de Souza Costa Fernandes.

Social – que realizou os Cursos de Teoria e Investigação em Serviço Social, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e o de Planejamento, com recursos do MEC – e com a Escola de Educação Física, ofertando Cursos de Metodologia da Educação Física, Administração Desportiva e Ciência do Treinamento Desportivo.

Segunda Fase (1985-1995)

No período de 1985 a 1991,⁸ foram oferecidos, dentre muitos outros, sete Cursos de Especialização em Planejamento e Administração de Recursos Ambientais para América Latina e Caribe (Curplan), um Convênio Pan-Americano em parceria com o Centro de Recursos Ambientais (CRA). Esses cursos revelam o pioneirismo da Instituição voltada para a preparação de recursos humanos na área de meio ambiente.

Durante parte da década de 1990,⁹ o Cepex atuou estimulando e assessorando as iniciativas propostas pelas Unidades de Ensino, em particular gestando novas propostas em consonância com as diretrizes da Universidade e, em geral, supervisionando as atividades sob regime de chancela da UCSal junto a instituições congêneres, organismos governamentais, entidades de classe e outros, que se justificavam como uma das formas de exteriorizar as ações da UCSal, viabilizando o intercâmbio Universidade/Comunidade.

Em 1990 foi concebido o Programa Integrado de Alfabetização e Cidadania, que tinha como ação inicial a formação de educadores e pesquisadores, viabilizado mediante a realização de três cursos de especialização – Alfabetização e Capacitação de Docentes, Planejamento de Currículo e Ações Educacionais e Metodologia da Pesquisa Aplicada à Educação – e quatro pesquisas voltadas para a questão do ensino-aprendizagem.

O primeiro curso foi executado com recursos próprios da UCSal e os demais foram encaminhados ao MEC, que os aprovou. Os recursos, entretanto, não foram liberados em vista da crise financeira que se abateu sobre o país, inviabilizando a continuidade do Programa.

8 A essa época, o Cepex, que até então esteve sediado no prédio da Reitoria, no Campo Grande, passou a funcionar no prédio das Doroteias, localizado no Garcia, sob a direção do Professor Angelo Oliva (1985-1989).

9 De 1990 a 1995, a direção do Cepex esteve sob a responsabilidade do Professor Noélio Dantaslé Spínola.

Ainda em 1990, iniciou-se uma parceria com a Fundação Escola de Serviço Público do Estado da Bahia (Fundesp), com o objetivo de capacitar servidores vinculados às suas áreas funcionais, buscando otimizar o desenvolvimento de ações junto aos segmentos da sociedade. Dessa forma, foram oferecidos os seguintes cursos: Auditoria Governamental (uma turma, capacitando 19 servidores), Administração Pública (sete turmas, capacitando 149 servidores), Terceira Idade (uma turma, capacitando 16 servidores), Gestão Ambiental (três turmas, capacitando 57 servidores), Atendimento Especializado a Criança e ao Adolescente (duas turmas, capacitando 63 servidores) e o de Produção Editorial (uma turma, capacitando 32 servidores). Ofereceu também, em parceria com o Centro de Orientação Familiar (Cofam), o Curso de Especialização em Terapia Familiar (1ª turma 1989; 2ª turma 1993), inédito na Bahia.

Em 1994, dando continuidade à busca de parcerias, a UCSal ofereceu, conjuntamente com a UNEB, o Curso de Auditoria Interna (26 alunos concluintes) e com a UESC, o Curso de História Regional.

Em 1992 iniciou a primeira turma do exitoso curso de Especialização em Metodologia e Didática do Ensino Superior, voltado para a capacitação docente, com a formulação de curso em sistema modular, com aulas nos períodos de férias letivas e com o corpo docente da PUC-MG, resultado de convênio, com ampla aprovação de seus alunos e o conseqüente prestígio desfrutado pela UCSal nos meios acadêmicos e no mercado de pós-graduação de Salvador e regional. Este curso foi oferecido até 2003, num total de 13 turmas, capacitando 310 alunos. Voltado para potencializar a qualidade do ensino na graduação, de tal forma que permitisse a introdução de novas abordagens metodológicas, a preparação para a pesquisa científica articulada com o ensino e a extensão, o seu objetivo foi elevar o nível de capacitação do corpo docente da UCSal. A par disso, esses cursos tiveram importante papel na articulação Universidade *versus* Sociedade, uma vez que contribuíram para a formação de docentes de outras Instituições de Ensino Superior do Estado da Bahia.

Nesse período, a UCSal também investiu em cursos de especialização em informática, em 1992, e em Metodologia e Pesquisa Científica, em 1993.

Organizacionalmente, como linha auxiliar direta à Reitoria, o Cepex expressou, em seu funcionamento, no período de 1986 a 1998, a dinâmica pro-

cessual vivenciada pela Universidade, atuando como órgão de interfaces nos âmbitos interno e externo à comunidade acadêmica.

Desse modo, os processos então vivenciados pela Universidade foram configurando o perfil institucional do Cepex, que, ao atuar como órgão de desenvolvimento e capacitação, incorporou, em seguida, a dimensão da pesquisa.

Terceira Fase (1996-2005)

Com as definições da Estatuinte e a construção do Projeto Político Pedagógico, esta fase caracteriza-se pela explicitação de uma política de pós-graduação, bem como pela implantação dos cursos *stricto sensu*. Em novembro de 1996, assumiu a Direção do Cepex, exercendo, concomitantemente, a função de Pró-Reitora para Assuntos Comunitários e de Extensão, a Professora Maria Julieta Firpo Fontes. Ao se referir à Política do órgão, ela registra:¹⁰

A concepção da política da Pós-Graduação *Lato-Sensu* sempre foi baseada em duas vertentes que permaneceram presentes. A primeira delas é que os cursos realizados tenham interface com as áreas temáticas de maior interesse da UCSal. A segunda ressalta que os cursos contemplem preferencialmente a capacitação docente e a interação com as demandas da sociedade. (FONTES, 2014, p. 1).

Na sequência, a Professora explica a estrutura do Cepex e as modalidades de cursos oferecidos. Esclarece ainda que, de 1996 a 2005, a pós-graduação *lato sensu* foi assumida pelo Professor Luiz Pondé, que implantou o empreendedorismo, uma nova modalidade:

Os cursos da pós-graduação *lato sensu* e as outras ações desenvolvidas no âmbito deste órgão foram de grande importância na caminhada para a verticalização do projeto pedagógico da UCSal. Os cursos foram desenvolvidos em diversas modalidades, ou seja,

¹⁰ A propósito, cabe resgatar entrevista realizada em 6 de maio de 2014, na qual ela descreve a sua participação nesse processo, tecendo, detalhadamente, considerações sobre o referencial que iluminou o desenho da Política da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com base nas teses da Estatuinte, da prática dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, das experiências de Extensão e da Semana de Mobilização Científica (Semoc).

cursos propostos e coordenados pelas unidades de ensino, chancelaria através de convênios com outros órgãos, e convênios em parceria com Universidades de outros estados. Nesta última modalidade destacada, vale ressaltar o curso de Metodologia e Didática do Ensino Superior, que foi realizado em parceria com a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais, no período de 1997 – a primeira turma – a 2003, quando computamos treze turmas com excelentes resultados. A modalidade que perdura até hoje é a do empreendedorismo, concepção que busca dinamizar as ações do *lato sensu*, atender a uma maior demanda da sociedade e se dar em regime de parceria também de resultados, com professores da UCSal e de outras Universidades. (FONTES, 2014, p. 1).

A seguir, a Professora Maria Julieta Firpo Fontes (2014) detalha os procedimentos e critérios adotados pelo Cepex para aprovação dos cursos de especialização, ressaltando o seu papel de fomento e assessoria na formulação e na execução dos projetos, de modo a assegurar a interface com os pressupostos estabelecidos, o controle de qualidade em conformidade com os preceitos legais do MEC e as normas da UCSal, assim como o apoio logístico e burocrático adequado ao bom funcionamento dos cursos.

Todos os cursos seguem os itens constantes no roteiro adotado pelo MEC para elaboração de projetos de cursos de especialização e são analisados e avaliados pela coordenação do Programa *Lato Sensu* quanto aos aspectos pedagógicos, econômico, financeiro e mercadológico. Posteriormente, são encaminhados para aprovação do Conselho de Ensino e Pesquisa.

No período de 1996 a 1999, foram salutaras as investidas da pós-graduação junto às agências de fomento, Capes/CADCT¹¹ em particular, e a outros segmentos de financiamento do Governo do Estado, como a Secretaria de Educação e a Secretaria de Recursos Hídricos.

Em 1997, em convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia e a Faculdade de Engenharia/Curso de Informática da UCSal, foi realizado o Curso de Especialização em Aplicações Pedagógicas dos Computadores

11 Órgão do Estado da Bahia, substituído pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb).

(duas turmas em 1997, titulando 44 alunos, e outras duas turmas em 1998, titulando 40 alunos) para os públicos interno e externo à UCSal.

Contando com o apoio financeiro da Capes/CADCT, por meio do Projeto Nordeste de Pesquisa e Pós-Graduação, em 1998, foram também ofertados os seguintes cursos de especialização: Gerenciamento Ambiental; Gestão e Conservação dos Recursos Hídricos; Alfabetização: Capacitação de Docentes – uma Visão Multireferencial; Planejamento de Currículo e Ações Educacionais.

Gradativamente, a UCSal foi expandindo as ações da pós-graduação com prioridade para a internalização, com a oferta de cursos vinculados às unidades de ensino, como a continuidade do Curso de Especialização em Metodologia e Didática do Ensino Superior (Faculdade de Educação); Gerenciamento Ambiental e Educação Ambiental (Instituto de Ciências Biológicas); Saúde Coletiva (Faculdade de Enfermagem); Leitura e Análise do Discurso (Instituto de Letras), que resultou no primeiro grupo de pesquisa da UCSal cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq.

De 1999 a 2005, como a Professora Maria Julieta Fontes (2014) relatou, o fomento à instalação de uma cultura do professor-empendedor constituiu-se em uma estratégia para dinamizar as ações da pós-graduação *lato sensu*, potencializando a prospecção de novas oportunidades em serviços educacionais, mediante a atuação em regime de parceria com a universidade, na gênese, elaboração, implementação e acompanhamento de cursos, buscando responder às demandas crescentes da sociedade.

Nesse período, ocorreu uma evolução significativa da oferta de cursos em diversas áreas, a saber: Administração (MBA em Gestão de Negócios; MBA em Logística e Distribuição; MBA em Gestão Empresarial; Contabilidade Gerencial; Gestão Estratégica de Transportes; MBA em Gestão de Projetos; MBA em *Marketing* e Gestão de Serviços; MBA em Gestão de Cooperativas; Gestão Pública – relações com o terceiro setor; Saúde (Análises Clínicas; Gerontologia; Engenharia Clínica; Citogenética Humana); Educação (Literatura Brasileira; Psicopedagogia; Educação Matemática; Matemática e Novas Tecnologias; Educação da Infância e Ludicidade; Educação Inclusiva; História Social e Educação); Engenharia (Sistemas Distribuídos; Engenharia de Segurança); além de outros cursos na área de Direito Ambiental.

Nesse período de 1999 a 2005 foram oferecidos 75 cursos/turmas com um total de 2.298 alunos matriculados, ressaltando a evolução significativa de alunos matriculados a saber: 1999-2000 (152 alunos); 2001-2002 (741 alunos); 2003-2004 (1.101 alunos); em 2005 (304 alunos).

Em 2006, a Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação¹² é criada com o objetivo de coordenar, orientar e operacionalizar as atividades de pesquisa e pós-graduação na Universidade. Os cursos de especialização, em suas várias modalidades, que sempre ocuparam um espaço considerável no ensino da pós-graduação na UCSal, continuaram a ser implementados.

No período de 2006 a 2009 foram oferecidos 41 cursos, que atenderam a uma população de 1.362 alunos matriculados. No transcurso desse tempo, continuou a oferta de cursos na modalidade do professor empreendedor, com a promoção de ações com as unidades de ensino, a exemplo de Direito, Matemática e Ciências Biológicas.

No período de 2010 a 2012,¹³ com a mudança da Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação para o Campus da Federação, houve uma interrupção da oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, quando se discutiram novas estratégias para a continuidade da oferta. Inicialmente, buscou-se a promoção de ações da *pós-graduação lato sensu* articuladas com os programas de pós-graduação *stricto sensu*, quando foi implantada a primeira turma do Curso de Especialização em Família: Relações Familiares e Contextos Sociais, articulado com o Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Posteriormente, implantou-se uma nova estratégia para os currículos dos cursos, com a criação de eixos comuns para cada área do conhecimento, que seriam ofertados periodicamente ao longo do ano, garantindo um fluxo contínuo de alunos e a otimização dos custos de infraestrutura, além de possibilitar ao aluno concluir mais de um curso de especialização dentro de uma área de conhecimento.

12 Pela Resolução Consun nº 001, de 13 de janeiro de 2006, foi criada a Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, em substituição ao Cepex. A Professora Maria Julieta Mandarinio Firpo Fontes, até então Diretora desse órgão, continuou respondendo pelas atividades relacionadas a essa área, agora na qualidade de Superintendente de Pesquisa e Pós-Graduação, até julho de 2012.

13 O curso de Ciências da Família, inicialmente, esteve vinculado ao Instituto João Paulo II; posteriormente, passou a ser acompanhado pela SPPG.

Assim, em 2013, a maioria dos cursos foi implantada dentro dessa nova estrutura curricular, conservando a modalidade do professor-empresendedor. Foram então oferecidos 29 cursos com 598 alunos matriculados.

BASES DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Ainda na década de 1990, teve início o processo de criação dos cursos *stricto sensu*, quando o Reitor constituiu a Comissão para Estudar o Programa Institucional de Pós-Graduação. Em 20/6/2000, pela Resolução nº 004 do Conselho de Ensino e Pesquisa (Consep), foi aprovado o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* (documento síntese). O processo de Verticalização do Projeto Pedagógico teve início em 1998, com a aprovação da implantação do curso de *Mestrado Interinstitucional em História Social*, pelo Programa de Mestrado Interinstitucional do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PIDCT)/Capes; a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) foi a promotora, a UCSal a receptora e a UNEB e a UESC, associadas. Em julho de 1999, foi implantado o *Mestrado Interinstitucional em Planejamento Urbano e Regional*, em convênio com o IPPUR/UFRJ/Capes e parceria financeira com o CADCT/Secretaria de Planejamento Tecnológico (Seplantec). Em convênio com a UFPE foi implantado, em julho de 2000, o *Mestrado em Direito*, com concentração em Direito Público.

Desde a segunda metade dos anos 1990, a UCSal investiu numa série de medidas para lastrear programas *stricto sensu*. Assim, instituiu um programa de qualificação docente, concedendo licença remunerada aos professores que estivessem cursando Mestrado e/ou Doutorado. Em 1999, foram aprovadas as Normas Gerais para o Ingresso no Regime de Tempo Contínuo (RTC) do Programa de Capacitação Docente (PCD). Nesse momento, foi realizado o primeiro Concurso para ingresso no RTC, quando foram enquadrados 778 docentes (37 Doutores e 160 Mestres) da UCSal, criando-se as bases para o funcionamento dos grupos de pesquisa, requisito para a instalação da pós-graduação *stricto sensu*.

Em 2000 a UCSal deu mais um passo na trajetória para institucionalizar a pesquisa na Universidade. Além de ter realizado concursos para o ingresso de docentes no Regime de Tempo Contínuo (1998 e 2001), estimulou o cadastramento de seus docentes pesquisadores na Plataforma Lattes/CNPq

e apoiou a inscrição de oito grupos de pesquisa no IV Diretório Nacional de Pesquisa do CNPq. Em 2001 a Instituição fortaleceu sua caminhada com a publicação da Revista VERITATI com versão impressa e eletrônica. Em 2002 contava com 19 grupos de pesquisa no V Diretório/CNPq, fortalecendo a integração da Instituição com as redes de pesquisa do país. Iniciativas diversas possibilitaram a participação da universidade nos editais das agências de fomento à pesquisa, na busca de recursos necessários à criação da infraestrutura imprescindível ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Em 2004 foi instituído o PIBIC; em 2005 a Instituição contava com 35 bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e outras 35 da própria UCSal, tendo também encaminhado solicitação de inclusão no sistema de bolsas de Iniciação Científica do CNPq.¹⁴

A década de 2000 marca, portanto, uma etapa fundamental para a história da pós-graduação *stricto sensu* na UCSal. Cabe ainda destacar, dentre os mecanismos que criaram as bases para a criação da pós-graduação *stricto sensu*, a realização do 2º Concurso de ingresso no RTC, além da citada implantação do PIBIC, com bolsas da UCSal, do CNPq e da Fapesb.

Nesse contexto, vale chamar a atenção para uma iniciativa inovadora: a instalação da primeira Semana de Mobilização Científica (Semoc) em 1998. O papel cumprido pela Semoc, desde o primeiro ano de sua existência, tem sido muito importante, com o crescente processo de tomada de consciência da importância de dar visibilidade aos estudos e pesquisas de professores e alunos. Diante da necessidade de criar um espaço para apresentação dos trabalhos científicos produzidos pela comunidade da UCSal, surgiu a ideia da Semana de Mobilização Científica, logo abraçada pela Pró-Reitora Professora Maria Julieta Firpo Fontes. A trajetória da Semoc revela o permanente esforço dirigido basicamente para sensibilizar e mobilizar diretores, professores e alunos que, de modo participativo, construíram sua programação, contando de conferências, mesas redondas, comunicações e salão interativo.¹⁵ Sem dúvida, a programação implementada conjuntamente pela Pró-Reitoria

14 Dados relativos ao Quantitativo de Bolsas de Iniciação Científica (atualizado em set/2014) encontram-se no Apêndice D.

15 O salão interativo é um espaço aberto, onde são apresentadas múltiplas atividades artísticas, culturais, experiências pedagógicas inovadoras, tributos a personalidades com reconhecida contribuição nos campos científico e cultural, lançamento de livros, dentre outras.

e pelas unidades de ensino, com a participação de docentes, alunos, funcionários, além do envolvimento da ADUCSal, ASSUCSal e DCE, alcançou maior aproximação de toda a comunidade acadêmica e garantiu uma representatividade significativa por parte dos cursos, com a presença de trabalhos científicos de qualidade, demonstrando o potencial existente nas diversas áreas do conhecimento.

A UCSal tem registrada, em seus relatórios anuais, a qualidade dos grupos de pesquisa cujo conhecimento produzido serviu de lastro para a instalação dos Programas de Pós Graduação na Instituição. A Semoc foi um dos mecanismos que contribuiu para plasmar a filosofia da pós-graduação na UCSal, promovendo debates e reflexões que modificaram as representações de docentes, alunos e funcionários a respeito do “fazer acadêmico e científico da UCSal”. A comunidade aumentou sua autoestima e sua percepção positiva do caráter e da natureza da UCSal, enquanto UNIVERSIDADE capaz de investigar e produzir conhecimento científico.

Para a Professora Maria Julieta Fontes (2014, p. 3):

A Semoc surgiu quando a Universidade Católica do Salvador ainda não tinha sua pós-graduação *stricto sensu* instalada nem a pesquisa institucionalizada [...] a UCSal instituiu, em 1998, a Semana de Mobilização Científica (Semoc) como fórum de articulação e socialização de produção científica com a missão de mobilizar a comunidade acadêmica com foco na importância da função pesquisa para a Universidade.

Para tanto, conforme explica a Professora Maria Julieta Fontes (2014, p. 3), inspirou-se “[...] na caminhada democrática e participativa para a construção do projeto pedagógico da UCSal”. A adoção de “[...] uma estratégia metodológica de planejamento e execução que envolvesse os diversos segmentos da Universidade” (FONTES, 2014, p. 3) – professores, alunos, funcionários e entidades representativas – possibilitou a participação crescente da comunidade acadêmica e a legitimação da ação institucional. Ao longo de 16 anos ininterruptos, a Semoc vem se constituindo uma atividade acadêmico-científica bem-sucedida, ampliando o âmbito de sua atuação com o engajamento de pesquisadores das Universidades do Estado da Bahia e do Nordeste.

Conforme conta a Professora Maria Julieta Fontes (2014), as temáticas centrais da Semoc responderam sempre a questões e dilemas da sociedade contemporânea e em sintonia com a proposta pedagógica da UCSal. Nesse sentido, “[...] buscava-se sempre colocar no centro dos debates temas de ampla abrangência, com o objetivo de acolher a multiplicidade de áreas do conhecimento” (FONTES, 2014, p. 3). Para essa Professora, a Semoc contribuiu para o mapeamento e a identificação do potencial de pesquisa existente na Instituição, como ela ressalta:

As especificidades de vocação da Semoc para a pesquisa ficaram destacadas particularmente nas áreas de ciências ambientais, ciências da saúde e de ciências humanas e sociais. Estas foram as áreas de maior concentração, o que se constituiu num importante indicador para subsidiar a política de pesquisa e pós-graduação. Dentre os principais desdobramentos gerados a partir dessas 16 Semocs posso apontar, especialmente, a identificação das áreas do conhecimento em que se encontra a vocação para a pesquisa na UCSal, subsidiando o edital de implantação do Regime de Tempo Contínuo (RTC) e as ações de programação dos mestrados e doutorados institucionais. (FONTES, 2014, p. 4).

Dentre outros desdobramentos da Semoc, a referida Professora registra:

[...] criação de uma cultura voltada para a conscientização e mobilização da comunidade acadêmica sobre a importância da função pesquisa para a Universidade; maior visibilidade do perfil de trabalhos que a comunidade acadêmica tem produzido, fortalecendo a interatividade dos núcleos de pesquisa e favorecendo a interdisciplinaridade; fortalecimento dos laços com os órgãos de fomento à pesquisa e pós-graduação; institucionalização de espaço acadêmico de intercâmbio da diversidade de produções científicas das universidades baianas e, a partir da VIII Semoc, das universidades e centros de pesquisa sediados na Região Nordeste. (FONTES, 2014, p. 4).

Por fim, a Professora considera que a Semoc contribuiu para fortalecer o intercâmbio de professores da UCSal com docentes de outras IES que desenvolvem pesquisas e lecionam na pós-graduação *stricto sensu*, viabilizando a criação de redes de pesquisa, e comenta:

A SEMOC, concebida numa fase anterior à instalação da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, foi um estímulo para a formação de grupos de pesquisa na UCSal. Com a instalação dos programas de mestrado e doutorado foram realizadas, durante a própria Semoc, as Jornadas de Pesquisa, espaço onde eram apresentadas as pesquisas desses segmentos. (FONTES, 2014, p. 4).

Além das experiências de pós-graduação *lato sensu*, do conjunto de medidas administrativas e pedagógicas e da Semoc, as de extensão constituíram-se em referência para fundamentar as propostas dos cursos de mestrado e doutorado, como afirma a Professora Maria Julieta Fontes (2014, p. 2), ao tecer considerações sobre a função de extensão:

A UCSal é tradicionalmente vocacionada para a prática extensionista. Isto é um fator determinante da identidade das Instituições de Ensino Superior Comunitárias. Na década de 90, as discussões em torno do conceito e da importância da atividade extensionista, tida ainda como atividade universitária subalterna, no processo de produção do conhecimento e de formação do profissional foram intensificadas [...] Criou-se, assim, um canal de interlocução e um instrumento para participação no debate nacional sobre a extensão nas universidades brasileiras.

[...] As ações extensionistas sempre estiveram associadas à prática investigativa, mas, no decorrer do processo, percebia-se que, para o desenvolvimento de uma ação de cunho científico, tornava-se necessário um conhecimento mais aprofundado das temáticas que vinham sendo trabalhadas e estavam a exigir respostas nas quais se desvelassem, em maior profundidade, os fenômenos sociais que a integravam.

A Professora Maria Julieta Fontes (2014, p. 2, 3) explica a relação entre a extensão e os cursos *stricto sensu*:

Foi dessa forma que, mais especificamente na área do desenvolvimento social, busquei parceria com Universidades e Institutos que já tinham estudos acumulados naquela área. Assim, foram firmados convênios com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), órgão integrante da Universidade

Federal do Rio de Janeiro. Este convênio foi profícuo e permitiu a construção de um lastro erguido através da realização de cursos de extensão, realização de um Mestrado Interinstitucional nessa área, a aprovação de um Programa de Apoio Acadêmico (Procad) que possibilitou que professores nossos fizessem doutorado no IPPUR e, ainda, a realização de pesquisas conjuntas entre a UCSal e aquele Instituto.

Esse lastro construído contribuiu efetivamente para a instalação do nosso Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, que hoje já foi ampliado com o Doutorado.

Para a Professora Maria Julieta Fontes (2014, p. 3):

[...] a atividade de extensão ainda não penetrou plenamente no interior das diversas Unidades de Ensino como ferramenta acadêmica de inquestionável importância para o cumprimento das funções universitárias [...] de produção e difusão do conhecimento e formação de recursos humanos.

A respeito do marco referencial e do desenho da política de pós-graduação *stricto sensu*, a professora tece as seguintes considerações:

Acredito que o marco referencial para a construção da Pós-Graduação *stricto sensu* e de sua política foi o processo acadêmico democrático e participativo vivenciado durante a Estatuinte e que teve como resultado a elaboração das teses de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e avaliação institucional. A política de pós-graduação *stricto sensu* e seu processo de desenvolvimento configura-se como um ponto de encontro entre as políticas de graduação, pesquisa, extensão e a *pós-lato sensu*, tendo como orientação as teses elaboradas durante o processo Estatuinte. (FONTES, 2014, p. 1-2).

Mais além dos aspectos formais, a institucionalização da pós-graduação *stricto sensu* expressa uma dinâmica de desenvolvimento implementada após a instalação dos primeiros Mestrados Interinstitucionais, mesmo antes da criação dos Programas próprios de Pós-Graduação *stricto sensu* que, à luz

de uma estratégia definida, permitiu responder às reais demandas internas e externas, levando em consideração os referenciais construídos durante a Estatuinte e as diretrizes da Capes. Embora enfrentando algumas limitações de recursos financeiros e humanos, o Cepex buscou potencializar o espírito de equipe dos docentes envolvidos nesse processo, mobilizando os professores que desde o primeiro momento acreditaram que outro projeto de UCSal seria possível e que a pós-graduação *stricto sensu* seria fundamental para que se alcançasse o *status* de Universidade preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, inclusive para o seu recredenciamento junto ao MEC.

Em busca de instalar a pós-graduação *stricto sensu* emergiram diferentes tendências no interior da Instituição, visando propor novos conteúdos para a formação profissional. As oficinas de trabalho, reunindo representantes dos grupos mais ativos da Universidade, exigiram permanente esforço de diálogo, diante do desafio de manter-se fiel aos princípios tão debatidos e defendidos durante o processo Estatuinte, quais sejam: a fidelidade à filosofia e à identidade institucional (Universidade Católica, Comunitária e Filantrópica) e a autonomia acadêmica. Assim, foi sendo construída a concepção e a política da pós-graduação e, particularmente, dos diversos programas, incorporando o elemento qualidade de representatividade das Unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão e dos docentes externos que vieram agregar-se à trajetória em prol da criação e da consolidação da pós-graduação *stricto sensu* na UCSal.

A política de pós-graduação *stricto sensu* como elemento integrante do PPI e do PDI foi sendo desenhada e construída com base nas ideias e teses elaboradas durante o processo Estatuinte, sobretudo a sua dimensão pedagógica e os princípios propostos para a Graduação, o que requeria uma vinculação orgânica entre os dois níveis de ensino e a articulação entre as políticas de pesquisa e extensão. A pós-graduação é concebida como um espaço de aprofundamento e de produção de conhecimento novo. São conhecimentos interdisciplinares organizados em linhas temáticas, com base em problemas concretos da realidade. Trata-se de uma perspectiva que requer, do ponto de vista teórico-metodológico, a integração das diversas áreas do conhecimento, conforme exercitadas em atividades de extensão, centradas em temas de interesse social.

A UCSal operacionaliza seu Projeto Pedagógico em nível de Pós-Graduação embasada na concepção de que a intervenção adequada resulta da formação de uma consciência crítica, enriquecida pelo compromisso social, pelo conhecimento científico e tecnológico e pelo processo democrático como metodologia de gestão institucional em suas diversas dimensões. Com essa compreensão sobre a relação entre ciência e sociedade, privilegia-se o conhecimento focalizado na condição humana e social. Como consequência da concepção pedagógica de capacitação continuada, projeta-se um Sistema Institucional de pós-graduação vinculado à graduação, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, reforçando também o regime de tempo integral na Instituição (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2006b).

Com a intenção de possibilitar a necessária organicidade funcional, a Política da Pós-Graduação propõe a adoção das seguintes referências:

- o caráter aplicado do conhecimento científico, mediado por sua identidade comunitária e empenhado em redirecionar o desenvolvimento marcado por profunda desigualdade de acesso aos benefícios sociais, fortalecendo a relação entre Universidade e a comunidade;
- o compromisso da UCSal como resultado da prática concreta que se constitui em elemento para pensar teórica e criticamente o desenvolvimento excludente, tendo em vista sua opção pedagógica de Formar Profissionais Cidadãos, levando-os à reflexão para solucionar os problemas de igual natureza observados nas esferas regional, nacional e latino-americana;
- a percepção das implicações do desenvolvimento excludente para a dimensão natural do planeta, tanto pela exaustão decorrente da busca ilimitada de lucros, quanto pela depredação como alternativa de sobrevivência pelos excluídos;
- a necessidade de superação de dilemas, como o analfabetismo, o desequilíbrio ambiental, a pobreza urbana, as doenças ocupacionais geradas pela indústria petroquímica, o problema da água, os obstáculos e o não acesso aos bens e direitos da cidadania (escola, trabalho, habitação, transporte, saúde, terra,

água, entre outros) atingindo crianças, adolescentes e adultos, profissionais de todas as áreas e organizações públicas, privadas e não governamentais;

- a difusão, pela UCSal – na sua atuação na comunidade –, da noção de políticas públicas, bem como de um conceito abrangente do Direito, nele inscrevendo todas as prerrogativas da pessoa, do sujeito e do cidadão, frente ao acesso às mesmas ou à limitação a que se encontram expostos;
- as transformações pelas quais passa a sociedade, inserindo-se no contexto de busca de novos paradigmas para a compreensão do tecido social organizativo que dá sustentação aos sistemas de valores e de normas, bem assim de construção de laços sociais com relação à família, à comunidade, à natureza e às instituições;
- a adoção da concepção de cidadania democrática, social, paritária, intercultural e ambiental;
- a adoção de linhas de pesquisa que buscam contemplar níveis de abordagem ampla e específica, assegurando consistência nas intermediações conceituais e empíricas que envolvem as problemáticas do conhecimento aprofundado dos recursos naturais, da ação dos novos atores sociais e das estratégias de combate às formas estruturais de exclusão. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2006b, p. 51).

A Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPPG) foi se estruturando em consonância com o SNPG em torno de quatro conceitos fundamentais: atendimento aos parâmetros e requisitos de produtividade do sistema nacional de ciência e tecnologia (C&T); alta competitividade; cooperação; avaliação e acompanhamento.

A implantação propriamente dita do Projeto Pedagógico da Pós-Graduação *stricto sensu* e Pesquisa ocorreu, a partir de 2004, com a instalação dos Programas dos cursos (mestrado e doutorado). Para tanto, estabeleceu-se um conjunto de parâmetros destinados à mensuração do desempenho dos grupos de pesquisa e dos cursos e traduzidos em valores que expressavam padrões de desempenho correspondentes a cada um dos requisitos fundamentais adotados no campo científico.

ORGANIZAÇÃO INTERNA DA UCSAL

Segundo art. 48 do Estatuto e do Regimento Geral, são órgãos da Superintendência de Pesquisa e de Pós-Graduação: Coordenação de Pesquisa e de Pós-Graduação; e Secretaria Geral de Pesquisa e Pós-Graduação (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2013a).

Do art. 49 constam as seguintes competências do Superintendente de Pesquisa e Pós-Graduação:

I – planejar, organizar, coordenar e supervisionar a execução dos planos de pesquisa e pós-graduação da Universidade;

II – propor políticas, planos, programas e projetos de pesquisa e de pós-graduação;

III – apreciar as propostas pedagógicas das atividades de pesquisa e pós-graduação e opinar sobre as suas alterações;

IV – planejar e executar o processo seletivo para ingresso nas pós-graduação da Universidade, promovendo a correspondente matrícula;

V – encaminhar ao Reitor o relatório das atividades didático-pedagógicas e científicas no âmbito de sua atuação; e

VI – participar do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino e Pesquisa.

Art. 50. O Coordenador de Pesquisa e de Pós-Graduação é o responsável por propor políticas, planos, programas e projetos de pesquisa e de pós-graduação e avaliar as propostas pedagógicas das atividades de pesquisa e de pós-graduação e opinar sobre suas alterações (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2013a, p. 16).

No art. 51 são definidas as competências do Secretário Geral, responsável maior pelo planejamento e organização das atividades inerentes à Secretaria Geral, cuidando do atendimento aos docentes e discentes.

De acordo com a legislação vigente, a pós-graduação *stricto sensu* da UCSal faz parte do SNPG, que é composto por Programas de Pós-Graduação ofertados por instituições. Nesse sentido, o SNPG mantém relação permanente

com a Capes, instituição formalmente responsável por estabelecer as orientações e diretrizes para o funcionamento dos cursos *stricto sensu*.

Os cursos de Mestrado da UCSal, aplicados na Capes em 2004-2005, foram aprovados, respectivamente, o primeiro em 2004 e os demais em 2005. O primeiro doutorado, em 2008, o segundo doutorado, em 2012 e o terceiro doutorado em 2014. Todos levaram em consideração as diretrizes emanadas dessa agência de fomento à pesquisa.

Dessa forma, atenta às orientações do SNPG para executar e implementar os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, a Superintendência¹⁶ estabeleceu relações com as instâncias externas e internas, a saber: Capes, Conselho Universitário (Consun), Conselho de Ensino e Pesquisa (Consep), Reitoria, Consultores e especialistas convidados, Equipes de Trabalho de cada Programa, Coordenadores dos Programas, Colegiado de cada Programa, Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, além de contatos sistemáticos com agências de financiamento dentre outros órgãos que desenvolvem atividades afins.

A missão e a função social da UCSal foram referências constantes e permearam as reflexões dos grupos e das equipes responsáveis pela concepção dos Programas da Pós *stricto sensu*. Na busca permanente de novas perspectivas para a Instituição, procurou-se garantir a visão humanista que lhe é inerente (comunitária, confessional e filantrópica), de modo a manter uma interlocução contínua entre a Pós e a sociedade contemporânea, na produção de um conhecimento crítico, de caráter interdisciplinar. Nesse sentido, foram constantes os questionamentos quanto às contradições e complexidade da sociedade contemporânea e o papel a ser desempenhado pela Pós-Graduação, na direção da inclusão social e da cidadania. Dessa forma, nas concepções dos Programas, está posta a contradição dos múltiplos papéis a desempenhar, formando quadros quer para atuar na sociedade concreta, levando em conta as demandas do mundo do trabalho (docência, campo pro-

16 Em janeiro de 2006, mediante Ato do Reitor, a Professora Maria Julieta Mandarinó Firpo Fontes assumiu a Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação e deu continuidade às ações que já vinha desenvolvendo à frente do extinto Centro de Pesquisa e Extensão. Permaneceu no cargo até julho de 2012. De julho de 2012 a dezembro de 2013, passou a responder pelo órgão a vice-reitora Professora Lílíana Mercuri de Almeida. Em janeiro de 2014, o Professor José Euclimar Menezes, vinculado ao quadro de docentes do Programa em Família na Sociedade Contemporânea foi empossado pelo Reitor Professor Maurício Ferreira como Superintendente de Pesquisa e Pós-Graduação.

fissional), quer como pesquisador, contribuindo na produção de um saber voltado para interesses sociais mais amplos, comprometidos com o primado da dignidade humana, com a cidadania universal e a promoção da cultura. Outro ponto que permeou a construção da Pós diz respeito ao princípio de gestão democrática e participativa, o qual norteou a trajetória da Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação no conjunto de relações que caracterizam a Universidade.

A SPPG da UCSal alcançou avanços significativos na busca da delimitação de níveis e instâncias próprias ao trabalho acadêmico, no desenvolvimento de projetos de pesquisa, realização de eventos nacionais e internacionais, além de publicações, reconhecendo que sua divulgação carece de melhores condições para ser capaz de dar maior visibilidade aos trabalhos realizados, como também registra a necessidade de oferecer incentivos ao corpo de pesquisadores, docente e discente, requerimentos indispensáveis às práticas acadêmicas.

Ao reconstruir, neste documento, o processo de criação da Pós *stricto sensu* na UCSal, é possível afirmar que a Superintendência de Pós-Graduação e Pesquisa cumpriu os objetivos e funções para os quais foi instituída. Permitiu também reencontrar a história das pessoas que compartilharam de diversas formas a estruturação e o desenvolvimento das atividades da Pós. As equipes que participaram desde os primeiros momentos revelaram compromisso e competência, colocando suas experiências e expectativas nesse esforço comum.

O processo de construção dos Programas *stricto sensu*, as novas estratégias implementadas para criação dos cursos e os 10 primeiros anos da Pós-Graduação da UCSal serão abordados no próximo capítulo, que sintetiza o esforço para captar a sua significativa existência. Nesses anos, é possível reconhecer o êxito de três de suas atividades: a investigação e produção teórica nas áreas em Família, Planejamento Territorial e Ambiental e em Políticas Sociais e Cidadania e a formação e capacitação de mestres e doutores atuando como profissionais e na busca de novos espaços da prática profissional. Para compreender esse processo, buscou-se inseri-lo no contexto do Sistema Nacional de Pós-Graduação do Brasil.

CAPÍTULO 3

Criação e desenvolvimento da Pós-Graduação *stricto sensu* na UCSal (2004-2014)

INTRODUÇÃO

A Pós-Graduação *stricto sensu* na UCSal criou-se e fortaleceu-se – num contexto dinâmico de compromisso e vitalidade – com o apoio institucional e de grupos de docentes e pesquisadores que acreditaram na possibilidade de inserção da Instituição no SNPG do país. Isto possibilitou, em 10 anos de existência, dedicar-se à formação, qualificação de professores/pesquisadores, produção de conhecimentos e dar sua contribuição para a expansão de cursos de caráter interdisciplinar de mestrado e doutorado na Bahia e região Nordeste. Neste sentido, são considerados marcos do desenvolvimento sistemático da pós-graduação e pesquisa científica na UCSal, a criação, em 2004, do pioneiro Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea seguido do Programa em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social em 2005 e do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental e do Programa em Políticas Sociais e Desenvolvimento Social, ambos em 2006.

Com a intenção de fazer o registro da criação e do desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu*, partiu-se do pressuposto de que não é possível compreendê-los como algo autônomo e isolado, mas inserido num contexto mais amplo, como parte de um todo: o universo da pós-graduação no Brasil.

PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

O significado e a relevância da pós-graduação *stricto sensu* na formação de recursos humanos requeridos pelo projeto de desenvolvimento do Brasil é melhor compreendido à medida que se procura conhecer sua origem. A criação da pós-graduação no país é relativamente recente e expandiu-se inicialmente em universidades federais e estaduais, mediante apoio e normatização de órgãos do governo federal, prioritariamente nos anos 1970, no contexto dos governos militares. Nesta seção, procura-se caracterizar sucintamente os momentos que marcaram a institucionalização, o desenvolvimento e a consolidação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, a partir da década de 1960, com destaque para os Planos Nacionais de Pós-Graduação.

a) Período 1960-1970

O ensino de pós-graduação no Brasil foi instituído pela Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961) – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹. Estudiosos sobre o tema, a exemplo de Ramalho e Madeira (2005), Santos e Azevedo (2009) e Saviani (2001), consideram, como o principal marco para o desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu*, o Parecer nº 977/65 (BRASIL, 1965) aprovado pela Câmara de Educação Superior. No texto do Parecer, à p. 3, consta:

O Aviso Ministerial, ao solicitar a regulamentação, aponta, em síntese, os três motivos fundamentais que exigem, de imediato, a instauração de sistema de cursos pós-graduados: 1) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores;

¹ Esta lei foi revogada em 1996 pela Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), exceto os artigos 6º ao 9º.

3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores. (BRASIL, 1965, p. 3).

Após análise detalhada sobre as características e natureza dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, o Conselheiro Newton Sucupira, relator, concluiu:

[...] o seguinte conceito de pós-graduação *sensu stricto*: o ciclo de cursos regulares em segmento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico. (BRASIL, 1965, p. 4, grifo do autor).

Para regulamentar os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, o Conselho Federal de Educação tomou como base a experiência norte-americana, que se inspirou no modelo de universidade alemã. Conforme consta no citado Parecer, a origem da pós-graduação na Alemanha tem como referência o modelo de universidade que não se restringe a transmitir conhecimentos, mas dedica-se à pesquisa científica e tecnológica (JACOB, 1989). Este autor apresenta os marcos no desenvolvimento da educação superior no Brasil, particularmente para a pesquisa científica:

O primeiro foi a criação, em 1934, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na recém-fundada Universidade de São Paulo (USP) [...] Antes desta data, várias iniciativas isoladas de realização de atividade científica podem ser identificadas [...] especialmente em organizações governamentais (p. ex. Escola de Minas de Ouro Preto, Instituto Agrônomo de Campinas Manguinhos, Observatório Nacional, Instituto Butantã) [...] Entretanto, a institucionalização das atividades de pesquisa, somente toma corpo na USP a partir de 1934, através da vinda a São Paulo de vários cientistas europeus [...] especialmente nas áreas de Matemática, Física, Química e Biociências. Estes pesquisadores [...] criaram pequenos grupos de pesquisa, formando estudantes e enviando-os à Europa e à América do Norte para a obtenção do grau formal de Doutor (PhD). Em consequência, a grande maioria das instituições de pesquisa brasileira sofreu, direta ou indiretamente, a influência do desenvolvimento científico da USP.

O segundo marco foi a criação, em 1951, de duas agências governamentais [...] de fomento à Pesquisa. A primeira, diretamente ligada à Presidência da República, é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que, através da concessão de auxílios individuais e institucionais, assim como de bolsas de estudo no Brasil e no exterior, desde iniciação científica até bolsa de pesquisa, propiciou o início ou o desenvolvimento de grupos de pesquisas em algumas instituições brasileiras. A segunda [...] agência, criada [em 11/11/1951, Decreto nº 29.741] no âmbito do Ministério da Educação e Cultura (MEC) é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que tem como sua principal finalidade apoiar a qualificação de professores universitários através da concessão de bolsas no País.

O terceiro marco foi o estabelecimento, em fins da década de 60, pelo Conselho Federal de Educação [...] de normas bastante rígidas para os estudos pós-graduados no Brasil.

O quarto marco foi a criação, em 1985, do Ministério de Ciência e Tecnologia, com a finalidade de estabelecer e coordenar a política para o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil. (JACOB, 1989, p. 209-210).

O autor citado comenta que as universidades brasileiras, graças à existência do CNPq e da Capes, criaram cursos de mestrado e doutorado de nível internacional.

Jacob (1989), como outros pesquisadores, destaca como marco significativo no desenvolvimento científico do país a atuação do Conselho Federal de Educação, que estabeleceu normas rígidas, com base no sistema norte-americano, introduzindo créditos e, ao final do curso, a apresentação de Tese ou Dissertação. O autor referiu-se ainda ao fato de a Capes ter implantado um sistema de avaliação “[...] que foi aplicado não somente aos programas já existentes, mas também estabeleceu exigências para o início de programas novos, de modo a que se atingissem padrões internacionais” (JACOB, 1989, p 209). Além disto, destaca duas outras importantes iniciativas do Governo: o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), instituído em 1969, e a Finep com a função de administrar os recursos do FNDCT.

Ainda segundo Jacob (1989, p. 210): “[...] a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) vinculada agora à Secretaria Especial da Ciência e Tecnologia [...] também apoia, de forma institucional, atividades de pesquisa e pós-graduação.” A Finep está vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e à Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia. Sua missão é “Promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas” (FINEP, 2014, p. 1). Deste modo, seu papel é dar suporte às atividades de pesquisa e pós-graduação desenvolvidas nas universidades. Neste contexto, cabe registrar a importância das fundações de apoio à pesquisa instaladas nos diversos estados brasileiros, com a finalidade de conceder auxílios individuais, bolsas de iniciação científica e apoio às universidades, viabilizando os projetos de pesquisa e os programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Na mesma linha de raciocínio, Santos e Azevedo (2009) citam a influência positiva do Estatuto do Magistério Superior, sancionado em 1965, dispositivo legal que criou a condição de acesso do professor na carreira docente, mediante a obtenção da titulação de mestre e doutor. Todos reconhecem que esse conjunto de medidas fortaleceram os cursos desse nível, criando as condições objetivas que deram suporte à expansão e ao desenvolvimento da pesquisa e dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

Se, até 1970, cursos de mestrado e doutorado foram criados por iniciativa das universidades, a partir desse ano, o governo passou a definir uma política para a área da pós-graduação. Assim, pelo Decreto nº 67.348/70, nasceu o Programa Intensivo de Pós-Graduação (SANTOS; AZEVEDO, 2009). Conforme registram esses autores: “[...] em 1973, [foi] criado um grupo de trabalho com a tarefa de propor medidas iniciais para a definição da política de pós-graduação;” (SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 537). Com o Decreto nº 73.411, de 4 de janeiro de 1974 (BRASIL, 1974), o governo federal instituiu no Ministério da Educação e Cultura (MEC) o Conselho Nacional de Pós-Graduação, de caráter interministerial, com a função de formular e executar a pós-graduação, quando foi elaborado o I PNPG, para o período de 1975-1979. A missão prioritária desse Plano foi

[...] introduzir o princípio do planejamento estatal das atividades da pós-graduação, então recentemente implantada em âmbito federal [...] com o objetivo de formar especialistas – docentes, pesquisadores e quadros técnicos – para o sistema universitário, o setor público e o segmento industrial. (BRASIL, 2010, p. 15, v. 1).

O I PNPG (1975-1979) retoma o papel da pós-graduação:

[...] formar professores para o magistério universitário, a fim de atender à expansão do ensino superior em quantidade e qualidade; formar pesquisadores para maior incremento do trabalho científico e preparar profissionais de nível elevado, em função da demanda de mercado de trabalho nas instituições privadas e públicas. (SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 537).

Esse I PNPG, de acordo com informação constante na seção 2.1 “As propostas dos Planos Nacionais de Pós-Graduação I, II e III” do PNPG 2011-2020 (BRASIL, 2010, p. 25, v. 1), definiu como diretrizes:

- institucionalizar o sistema, consolidando-o como atividade regular no âmbito das universidades e garantindo-lhe financiamento estável;
- elevar os atuais padrões de desempenho e racionalizar a utilização de recursos;
- planejar a sua expansão, tendo em vista uma estrutura mais equilibrada entre áreas e regiões.

Além disso, foram propostos programas que as executassem:

- concessão de bolsas para alunos de tempo integral;
- extensão do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD), que era recente e realizado em pequena escala pelo MEC;
- admissão de docentes, de forma regular e programada, pelas instituições universitárias, em função da ampliação da pós-graduação. (BRASIL, 2010, p. 26, v. 1).

b) Período 1980-1990

Na década de 1980, a pós-graduação continuou se expandindo, embora tenha sofrido os efeitos do quadro recessivo que se instalou no país. Saviani (2001), em estudo sobre a pós-graduação em educação no Brasil, faz uma retrospectiva dos programas criados desde 1976 chegando até 1982. Nesse texto, esse pedagogo mostra que “[...] a fase de consolidação se completa aí no início da década de 1980 quando se reduz o ritmo de abertura de novos programas. De fato, durante cinco anos (entre 1979 e 1984) não surgem novos mestrados” (SAVIANI, 2001, p. 5).

Cabe ressaltar que, também nessa década, a Capes

[...] é reconhecida como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em 1981, pelo Decreto nº 86.791. É também reconhecida como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao sistema nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior.

A tarefa de coordenar a avaliação da pós-graduação fortalece o papel da Capes. O Programa de Acompanhamento e Avaliação, além de contribuir para a criação de mecanismos efetivos de controle de qualidade, aprofunda sua relação com a comunidade científica e acadêmica. (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014a, p. 1).

Desde então, a Capes passou a ser diretamente responsável pela elaboração dos Planos Nacionais de Pós-Graduação, que têm o papel de direcionar um conjunto de medidas e ações articuladas, de modo a atender demandas nacionais e regionais.

O II Plano Nacional de Pós-Graduação (1982-1985) teve como foco principal a qualidade e instituiu o Sistema de Avaliação por meio do COLETA. Destaca a importância da pesquisa científica e tecnológica. O objetivo central “[...]continuou a ser a formação de recursos humanos qualificados para as atividades docentes, de pesquisa e técnicas visando ao atendimento dos setores público e privado” (BRASIL, 2010, p. 26, v. 1).

O III PNPG (1986-1989), produzido por ocasião do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, foi influenciado pela ideia que

emergiu no processo Constituinte de fortalecer a empresa nacional com vistas à autonomia econômica, científica e tecnológica. Para tanto, seria preciso contar com maior número de cientistas. Este plano teve como objetivos: “[...] a consolidação e a melhoria do desempenho dos cursos de pós-graduação; a institucionalização da pesquisa nas universidades para assegurar o funcionamento da pós-graduação; a integração da pós-graduação ao setor produtivo.” (BRASIL, 2010, p. 27, v. 1). Para concretizar esses objetivos, é proposta “[...] a transformação dos cursos de pós-graduação em autênticos centros de pesquisa e de formação de docentes /pesquisadores (SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 538).

Nesse contexto, foram criados comitês constituídos por representantes da comunidade científica, que também participavam na formulação de diretrizes de distribuição de recursos no âmbito das agências de financiamento. Dentre as propostas, foram incluídas as recomendações relativas à promoção e ao ingresso na carreira docente, mediante a valorização da produção científica, bem como, no âmbito infraestrutural, a atualização de bibliotecas e laboratórios (BRASIL, 2010).

c) Período 1990-2000

Nos anos 1990, segundo Santos e Azevedo (2009), não houve um planejamento oficial. Entretanto, os dados indicam que ocorreu um salto qualitativo e quantitativo da pós-graduação no Nordeste e no Norte.

Diante da constatação de que seria importante para o SNPG construir um novo Plano Nacional, a Capes constituiu uma Comissão Executiva para organizar um Seminário Nacional. Este Seminário, realizado em 1996, tratou do tema *Discussão da Pós-Graduação Brasileira* e contou com a participação de pró-reitores e representantes de órgãos oficiais e agências de financiamento. O documento socializado durante o Seminário foi trabalhado no âmbito interno da Capes, o que evidencia o empenho e o esforço do órgão para consolidar o IV PNPG. Entretanto, dificuldades de orçamento e articulação entre agências de fomento impossibilitaram a consolidação desse plano. Os resultados dos trabalhos do Seminário, com recomendações e indicativos de políticas a serem implementadas, foram implantados pela Capes, a saber: “[...] expansão do sistema, diversificação do modelo de pós-graduação, mudanças no processo de avaliação e inserção internacional da pós-graduação.” (BRASIL, 2010, p. 29, v. 1).

Sobre o quadro de 1990, Cunha (1998, p. 17), ao analisar as características das instituições universitárias na Argentina e no Brasil, afirma: “Ambos os países estão passando por processo de profunda reformulação de seus sistemas educacionais, presumidamente articulados com as políticas de reformas econômicas e de redefinição do papel do Estado nas respectivas sociedades.”

Ao longo dos anos 1990, o Brasil acompanhou e inseriu-se no processo de globalização, definiu como prioridade a abertura da economia ao mercado internacional e implementou a política de desenvolvimento e competitividade que estabelece, entre os pontos centrais, a necessidade de estimular a educação e a qualificação do trabalhador. No caso das políticas públicas para a pós-graduação *stricto sensu*, diante do contexto de reconfiguração do papel do Estado, esse nível atuará concomitantemente nas esferas pública e privada, abrindo-se, assim, as possibilidades das universidades federais desenvolverem atividades e prestações de serviços a instituições e empresas privadas, via parcerias. O Estado passa a exercer os papéis de regulador e avaliador, visando alcançar padrões de qualidade e produtividade (CUNHA, 1998).

A partir na Constituição de 1988 cresceram as exigências para o reconhecimento das Instituições do Ensino Superior (CUNHA, 1998). Este autor assim descreve aquele momento:

Definidas na Constituição de 1988 como instituições onde ensino, pesquisa e extensão desenvolvem-se indissociadamente, as universidades foram detalhadamente caracterizadas [...] pela sua produção e por seu corpo docente. Sua produção intelectual institucionalizada deverá se dar mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional. Um terço de seu corpo docente deverá ter, pelo menos, titulação acadêmica de mestrado ou doutorado. A mesma proporção dos docentes deverá ser contratada em regime de tempo integral. (CUNHA, 1998, p. 30).

Sobre as mudanças que ocorreram nesse período, Saviani (2001) lembra que, depois da aprovação da LDB e do Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, o sistema federal de ensino foi regulamentado, sendo explicitadas as

diferenças entre Centros Universitários e Universidades. Ao avaliar essa regulamentação, o autor pondera que os primeiros são considerados

[...] instituições com as prerrogativas da universidade; logo, universidades, mas sem pesquisa [...] ao que parece, a expressão centros universitários foi a fórmula encontrada para burlar o artigo 207 da Constituição Federal que afirma que as universidades obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (SAVIANI, 2001, p. 6).

Ainda segundo Saviani (2001, p. 5), em 1986, a atuação do Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior (GERES), constituído pelo Ministro da Educação, Marco Maciel, gerou uma mudança “[...] no padrão do ensino superior no Brasil. Esse deslocamento tem origem na distinção entre universidades de pesquisa e universidades de ensino”. Trata-se de uma ideia que foi então incorporada pelo citado Decreto.

Observa-se, nesse processo, que ocorreram mudanças relativas ao tratamento da pós-graduação *lato sensu*.

d) Período 2001-2012²

Diante dos novos ordenamentos implementados pelo Sistema de Educação Superior do Brasil, as Instituições de Ensino Superior poderão oferecer cursos *lato sensu* com maior autonomia e de forma independente, não lhes sendo exigido nenhum tipo de controle e de avaliação sistemática, em consonância com o princípio de flexibilização que possibilita a expansão da pós-graduação *lato sensu*. De acordo com Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Superior (CES):

2 Para Teixeira e Pinto (2012, p. 921-922): “As linhas mestras do regime de política macroeconômica do governo FHC (sistemas de metas de inflação, superávits primários e câmbio flutuante) foram mantidas pelo governo Lula. É possível, todavia, identificar em seu segundo mandato certa flexibilização na gestão da política econômica até então vigente.” Os autores prosseguem sua argumentação, esclarecendo: “Entre 2003 e 2010, o Brasil atravessou o maior ciclo de crescimento das últimas três décadas. O PIB cresceu 4,1% a ano, quase o dobro do observado entre 1980 e 2002 (2,4% ao ano).” (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 923). Explicam que isso se deu sob o impulso do contexto internacional de crescimento mundial até a crise de 2008. Para efeito deste documento não se pretende avançar nas análises aprofundadas sobre o estudo de Teixeira e Pinto, diante, inclusive, das limitações de ordem teórica da autora.

Art. 6º Os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos por instituições de ensino superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento e devem atender ao disposto nesta Resolução. (BRASIL, 2001, p. 2).

Concomitantemente, o Sistema Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, composto por programas de pós-graduação oferecidos por instituições públicas federais, estaduais ou municipais e pelo setor privado, continuou se expandindo,³ tendo como seu elemento definidor a pesquisa. Cresce, assim, o reconhecimento desse sistema pelas instituições científicas nacionais e internacionais.

Fica evidente que, nesse momento da política de educação brasileira, a pesquisa e a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* passaram a ter critérios de avaliação adotados pelo MEC para que uma instituição fosse considerada universidade e, conseqüentemente, pudesse ser reconhecida.

O processo de avaliação dos cursos e das instituições de ensino superior foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004).

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (BRASIL, 2004, p. 1).

Tendo como referência as orientações norteadoras do processo de avaliação institucional oferecidas nos documentos – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) e Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Conaes), Diretrizes para a Avaliação das IES e Roteiro de Autoavaliação Institucional–, as IES devem atender a um conjunto de cri-

3 Segundo o Prof. Lívio Amaral, em entrevista concedida a Pátaro e Mezzomo (2013, p. 12): “Com relação ao quantitativo dos cursos, tomando como base o mês de dezembro de 2012, o SNPG é composto por 5.211 cursos *stricto sensu* agrupados em 3.387 Programas de Pós-Graduação, assim distribuídos: 472 cursos de Mestrado Profissional (9%); 2.967 cursos de Mestrado Acadêmico (57%); e 1.172 cursos de Doutorado (34%).”

térios para serem reconhecidas. De acordo com os indicadores do Sinaes, as Universidades⁴ deverão: desenvolver as funções de ensino, pesquisa e extensão; oferecer cursos de mestrado e o mínimo de dois doutorados bem avaliados, atendendo aos critérios da Capes. Quanto ao corpo docente, são consideradas condições mínimas de funcionamento: “Um terço de seu corpo docente deverá ter, pelo menos, titulação acadêmica de mestrado ou doutorado. A mesma proporção dos docentes deverá ser contratada em regime de tempo integral.” (CUNHA, 1998, p. 30). Ademais, é necessária a titulação de um terço de mestres e doutores com dedicação integral, além de produção científica.

Diante desse quadro, a UCSal, que até então vinha oferecendo cursos de pós-graduação *lato sensu*, sentiu-se impelida e cresceu a consciência de que necessitaria implantar a pós-graduação *stricto sensu*. Passou, então, a institucionalizar a pesquisa e incrementar a produção intelectual, além de adotar um conjunto de medidas para assegurar as condições de implantação de cursos de mestrado e doutorado dentro do padrão de qualidade exigido pelos requerimentos legais, em consonância com a missão institucional e coerente com o seu caráter e sua natureza confessional, comunitária e filantrópica.

No que tange ao SNPG para o período 2005-2010, o V PNPG reafirma a ideia de que as universidades têm papel estratégico no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade brasileira (SANTOS; AZEVEDO, 2009). Esse Plano definiu como objetivo “[...] o crescimento equânime do sistema nacional de pós-graduação, com o propósito de atender com qualidade as diversas demandas da sociedade, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país” (BRASIL, 2010, p. 29, v. 1). Diante da constatação da persistência do problema das assimetrias em relação ao custeio dos programas, foi preciso que o PNPG 2005-2010 tivesse como propósito reduzir as diferenças regionais, intrarregionais e estaduais. Para alcançar os objetivos perseguidos foi necessário

4 Conforme consta na Lei nº 10.861 (BRASIL, 2004, p. 2, grifo do autor), art.3º, § 1º: “Na avaliação das instituições, as dimensões listadas no *caput* deste artigo serão consideradas de modo a respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, devendo ser contemplada, no caso das universidades, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento, pontuação específica pela existência de programas de pós-graduação e por seu desempenho, conforme a avaliação mantida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.”

que o PNPG mantivesse uma forte articulação entre Capes, CNPq e Finep e destas agências federais com os órgãos estaduais de fomento. Segundo Santos e Azevedo (2009, p. 539):

Os dados atualizados em 2008 mostram que, à época, de 3.859 cursos de pós-graduação existentes, 2.093 estavam instalados na Região Sudeste, o que corresponde a uma concentração de 54,2% do total [...] permanecem as assimetrias e o sistema continua concentrado na Região Sudeste.

Segundo pesquisa apresentada pelo Professor Pedro G. Pascutti, Coordenador da Área Interdisciplinar da Capes, e divulgada por essa Coordenação, em março de 2012, a área multidisciplinar foi criada, em 1999, com 46 cursos de mestrado e doutorado; em 2004, já contava com 135 cursos divididos em quatro grupos temáticos e em 2006, com 189 cursos. Também foram criadas as quatro câmaras temáticas com coordenações próprias: Meio Ambiente e Agrárias, Sociais & Humanidades, Engenharia, Tecnologia & Gestão e Saúde & Biológicas. Em 2008 foi criada a área Interdisciplinar abrigada na Grande área Multidisciplinar juntamente com Biotecnologia, Ensino e Materiais. Em 2011, com 327 cursos em andamento e 176 propostas de novos Programas, a Coordenação de Meio Ambiente foi transformada na área de Ciências Ambientais na Grande área Multidisciplinar. Em 2012 existiam 289 Programas e 359 cursos. Esses dados mostram o acentuado crescimento dos programas de pós-graduação interdisciplinares (PASCUTTI, 2012).

O Professor Lívio Amaral, Diretor da Capes, durante entrevista concedida aos professores Pátaro e Mezzomo (2013, p. 12), assim se expressam:

Importante dizer que, nas últimas três décadas, o SNPG tem apresentado um cenário de crescente oferta de vagas e ampliação de novos Programas *Stricto Sensu*. Mesmo com troca de regimes políticos, alternâncias de lideranças e partidos políticos, mudanças econômicas e sociais, o crescimento da Pós-Graduação, inclusive com a oferta de mestrados profissionais desde meados da década de 1990, aponta que o SNPG mantém um comportamento de crescimento sem grandes saltos, sem grandes interrupções, o que mostra a existência de uma política de estado.

Um balanço sintético da trajetória dos planos nacionais de pós-graduação a seguir apresentados revela a estabilidade e ao mesmo tempo o movimento realizado pelo SNPG para garantir, ao longo de décadas, a prática da avaliação sistemática e do planejamento em prol da expansão com qualidade, voltada para a formação de docentes/pesquisadores, de modo a responder à formação de recursos humanos qualificados para atender as demandas de desenvolvimento do país. Desde o I PNPG, realizado em 1973, iniciou-se o PICD. O II PNPG, de 1979-1985, instituiu o Sistema de Avaliação por meio do Relatório Coleta. O III PNPG – 1986-1989 – aponta a necessidade de maior autonomia científica e tecnológica no país, incentiva o vínculo com o setor produtivo e chama a atenção para o critério de impacto na sociedade. Dentre os objetivos definidos para o período 2005-2010, destacam-se “[...] o fortalecimento das bases científicas, tecnológicas e de inovação; a formação de docentes para todos os níveis de ensino; a formação de quadros para mercados não acadêmicos.” (BRASIL, 2010, p. 33, v. I).

Com a preocupação de implementar novos modelos, buscou-se definir indicadores, tendo em vista a necessidade de formar mestres e doutores para as áreas acadêmica, profissional e tecnológica. Nesse sentido, o III PNPG reforçou a formação de pesquisador, sugerindo a atribuição de créditos às atividades que resultassem em produção científica ou tecnológica, além da creditação das disciplinas. “A forma e o elenco das disciplinas foram dimensionados de acordo com as necessidades do estudante e da área de formação.” (BRASIL, 2010, p. 34, v. I).

Sobre o PNPG 2011-2020, segundo o diretor da Capes, Professor Lívio Amaral, em entrevista concedida a Pátaro e Mezzomo (2013, p. 14):

O PNPG 2011-2020 menciona alguns desafios a serem enfrentados e superados pela Pós-Graduação na próxima década. Dentre eles podemos mencionar: a correção das assimetrias regionais e intrarregionais na oferta de cursos *Stricto Sensu*, conforme abordei anteriormente; a ampliação de intercâmbio e convênios com instituições, agências de fomento e de pesquisa internacionais, com vistas a promover a internacionalização da ciência; a aproximação da Pós-Graduação com a Educação Básica, além da criação e fortalecimento de programas com Parfor, Pibid, entre outros, voltados para o Ensino Fundamental e Médio.

O PNPG 2011-2020 (BRASIL, 2010, v. 1) retoma a ideia da indução estratégica, fixa objetivos e estrutura-se em eixos:

1. agenda de pesquisa organizada em torno de temas;
2. expansão do sistema, com qualidade (a meta é atingir 2,8 de doutores por habitante);
3. colocação da multi e da interdisciplinaridade no centro do sistema;
4. apoio aos diversos níveis do ensino;
5. revisão e aperfeiçoamento da avaliação do sistema.

O citado Plano, ao realizar um diagnóstico, constata carências e projeta novas demandas, a saber: “[...] não bastasse o déficit na construção civil de 38,5 mil profissionais [...] deverá contratar mais de 150 mil engenheiros de diferentes especialidades [...]” (BRASIL, 2010, p. 21, v. 1); as áreas da Saúde e das Ciências Biológicas necessitam atender aos “[...] programas de erradicação de doenças e preparação de novas vacinas” (BRASIL, 2010, p. 21 v. 1); as áreas das tecnologias devem gerar mais de 200 mil vagas até 2015. As Humanidades estão sendo convocadas a “[...] pensar o Brasil e o mundo. A par dos temas tradicionais da cultura humanística, estes estudos devem contemplar a relação da ciência com a sociedade, a questão da defesa nacional, estratégias de desenvolvimento sustentável [...]” (BRASIL, 2010, p. 21, v. 1). Para atender a essas demandas, o V PNPG compromete-se a ampliar os editais, a exemplo dos já existentes. Sinaliza a necessidade de estimular o sistema para a entrada única em programas, à semelhança do que se passa no mundo, levando à inclusão do mestrado acadêmico no doutorado. Assim, o plano estabelece a meta de introduzir o ciclo completo que inclui o doutorado. São consideradas diretrizes gerais do Plano (BRASIL, 2010, p. 294, v. 1):

- estímulo à formação de redes de pesquisa e pós-graduação, envolvendo parcerias nacionais e internacionais, no nível da fronteira do conhecimento, com vistas à descoberta do “novo” e do inédito;
- ênfase nas questões ambientais, associadas à busca do desenvolvimento sustentável e ao uso de tecnologias limpas;

- garantia do apoio ao crescimento inercial do SNPG, favorecendo não obstante o uso de parcelas significativas do orçamento das agências como instrumento de implantação de políticas inovadoras;
- consideração, nos diferentes programas visando ao desenvolvimento, economia, saúde e educação no Brasil, das características culturais das populações-alvo;
- atenção às atuais gerações de crianças e jovens, particularmente nas áreas de saúde e educação em ações voltadas para o ensino básico e superior com a participação da PG, pois dependerá dessas gerações o desempenho da economia brasileira nas próximas décadas, como membros da população em idade ativa, em um contexto de rápido crescimento, em termos absolutos e relativos, e de forte aumento da população idosa.

Dentre as áreas temáticas estratégicas, o V PNPG sugere que integrem a agenda: saúde pública, o desafio urbano; problemas ligados ao clima, à energia, às questões sociais pertinentes.

Merece registro o fato de que algumas das áreas indicadas têm relação com temas que vêm sendo objeto de estudo dos Programas desenvolvidos pela UCSal, o que revela a sintonia entre as ofertas de cursos e as necessidades apontadas pelo V PNPG.

Outro ponto que merece reflexão por parte de todos os que estão envolvidos em programas de pós-graduação são as recomendações quanto a programas de cooperação internacional, critério adotado com vistas a atingir maior patamar de qualidade. O PNPG sugere que sejam levadas em consideração as prioridades definidas nos planos de desenvolvimento regional e institucional e que sejam aprimorados os instrumentos de cooperação e desenvolvimento interinstitucionais que contam com o apoio das agências de fomento. Ressalta que devem ser incentivados projetos de educação a distância, contemplando propostas inovadoras e consistentes voltadas para áreas estratégicas, com a intenção de propiciar qualificação de recursos humanos para diferentes setores da sociedade. Além disso, registra a importância de programas de pós-graduação voltados para qualificar o corpo docente da educação básica (ensino fundamental), ressaltando a relevância de formar e qualificar pessoal para os órgãos de governo nas áreas de Educação, Saúde,

Cultura, Desporto e Segurança Pública, com destaque para os Direitos Humanos e toda a área dita social, com o objetivo de buscar o fim da injustiça social e da miséria, assim como a redução das desigualdades sociais e regionais. Contempla também a necessidade de titular recursos humanos para as organizações não governamentais e os movimentos sociais. Assim, a pós estará contribuindo não só para o setor produtivo, para o Estado, como para as organizações da sociedade. Na conclusão, o documento do PNPG sugere que a política de pessoal das instituições de ensino superior absorvam no mínimo 5% ao ano de novos mestres e doutores e duplique em dez anos o número de pesquisadores qualificados, atendendo as metas 15 e 16 da Lei que regulamenta o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2010).

O V PNPG estabelece como uma das diretrizes a internacionalização, como visto. Para tanto, cabe destacar as seguintes modalidades de cooperação internacional incluídas no citado documento que têm, como referido anteriormente, peso significativo no processo de avaliação da Capes.

- ampliação do atual modelo de parceria institucional, dentro de uma relação de reciprocidade e simetria entre instituições nacionais e estrangeiras. Tais parcerias envolveriam intercâmbio recíproco de alunos e professores em projetos de pesquisa específicos, bolsas-sanduíche para os alunos, estágios de curto prazo para professores e estágios para recém-doutores;
- intensificação dos programas de intercâmbio, visando ao compartilhamento na orientação de doutorandos com pesquisadores atuando no exterior em áreas de interesse estratégico para o país;
- apoio a estágio de pós-doutoramento para jovens doutores, tendo como base a qualidade do projeto a ser desenvolvido;
- ampliação do intercâmbio institucional de estudantes de graduação, visando a seu futuro ingresso na pós-graduação;
- estímulo a parcerias e formação de redes de pesquisa na cooperação Sul-Sul, como suporte à formação de recursos humanos em áreas prioritárias e de interesse comum. (BRASIL, 2010, p. 35-36, v.I).

No que tange ao Sistema de Avaliação, deverá ser aprimorado, podendo ser implementadas as seguintes recomendações (BRASIL, 2010, p. 295, v. 1):

- a avaliação dos programas 6 e 7 deverá ser realizada em intervalos de tempo maiores;
- a Capes deverá adotar sistematicamente, como um dos parâmetros de avaliação, a comparação com programas internacionais considerados de referência para isso, deverá aumentar a participação de avaliadores estrangeiros nos comitês de avaliação;
- a avaliação dos programas de notas 3, 4 e 5 deverá ter intervalo menor que os programas 6 e 7, com monitoramento mais frequente, visando aferir a aproximação ou distanciamento dos indicadores exigidos para a melhoria do conceito;
- a avaliação dos programas deverá incorporar crescentemente parâmetros além daqueles tradicionalmente adotados nas áreas básicas e acadêmicas;
- a avaliação dos programas, assegurados os critérios de excelência poderá utilizar indicadores que contemplem a redução das assimetrias;
- a avaliação das propostas dos programas de mestrado deverá apontar, de forma conclusiva, se de fato, o programa em questão é acadêmico ou profissional, independentemente da formação original;
- a avaliação das propostas de novos programas de natureza aplicada deverá incorporar parâmetros que incentivem a formação de parcerias com o setor extra-acadêmico, contemplando assim a geração de tecnologia e de recursos humanos qualificados voltados para os setores empresariais, de serviços e das esferas governamentais;
- novos critérios de avaliação, só deverão ser utilizados, se divulgados imediatamente após a conclusão da avaliação anterior.

Quanto à Avaliação dos programas de mestrado profissionalizantes, o documento propõe levar em consideração as parcerias com o setor extra-acadê-

mico voltadas para gerar tecnologias e formação de profissionais para atuar no setor empresarial. Neste sentido, a avaliação deverá pontuar teses e dissertações que respondam a essas demandas e necessidades, além de artigos e livros (BRASIL, 2010).

O V PNPG observa que a área interdisciplinar teve um crescimento vertiginoso na última década, evidenciado pelas estatísticas que colocam “[...] a Grande Área Multidisciplinar em pé de igualdade com áreas tradicionais como Engenharias (11,2%) e Ciências Agrárias (11%) e mesmo em posição superior às Ciências Biológicas (8,1%) e Linguística, Letras e Artes (5,6%)”. (BRASIL, 2010, p. 134, v. I).

Os últimos PNPGs reconhecem a importância da Inter(multi)disciplinaridade na Pós-Graduação e entendem por interdisciplinaridade:

[...]a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora.

Tal convergência se aplica notadamente no caso da abordagem de temas e problemas complexos que desafiam a ciência contemporânea, envolvendo, além da referida transferência de métodos, trocas recíprocas e mesmo criação de novos conceitos e metodologias interdisciplinares. Assim, a diferença parece clara e depende do campo semântico dos verbos *agregar* e *convergir*, levando a Inter a algo mais exigente, como a fusão de campos, transferência de métodos, conhecimento novo e formação de profissional diferente. Todavia, é indiscutível que também as áreas multidisciplinares visam ao conhecimento novo e à geração de novos produtos, criando uma nova cultura e moldando um novo profissional, adequado às exigências do conhecimento e da pesquisa, como mostram as pesquisas em biotecnologias e em materiais. (BRASIL, 2010, p. 135-136, v. I, grifos do autor).

Trata-se, portanto, de abrir espaço para novas experiências e introduzir corretores de rota. O texto reconhece que

O melhor que pode ser feito nessas matérias é distanciar-se um tanto das injunções disciplinares – sejam elas mono, multi, pluri, inter e mesmo transdisciplinares – e confiar-se na abertura e plasticidade da pesquisa, que afinal deve ser a alma da Universidade e da Pós-Graduação. É algo parecido com isso que sugere Popper⁵, em seu importante livro *Conjecturas e Refutações*, em que aparece a seguinte passagem:

*Não estudamos temas, senão problemas; e os problemas podem atravessar os limites de qualquer objeto de estudo ou disciplina [...] Estou totalmente disposto a admitir que nossos problemas ‘pertencem’, não obstante, de algum modo, a uma ou outra das disciplinas tradicionais, ainda que sua solução requeira a intervenção das mais diversas disciplinas. Assim, os problemas que acabo de mencionar ‘pertencem’ sem dúvida à geologia e à física, respectivamente. Isto se deve ao fato de que cada um deles surge de uma discussão característica da tradição própria da disciplina em questão. Surge da discussão de alguma teoria ou de testes empíricos concernentes a uma teoria; e estas, as teorias, à diferença dos temas de estudo, podem constituir uma disciplina (que pode ser descrita como um acúmulo de teorias algo debilmente vinculadas e que estão sujeitas a dúvidas, mudanças e desenvolvimentos). Porém, isso não afeta em nada a minha tese de que a classificação em disciplinas carece, relativamente, de importância e de que somos estudiosos de *problemas*, não de disciplinas. (BRASIL, 2010, p. 137, v. I, grifos do autor).*

Os autores do texto comentam: “[...] o filósofo [Popper] deverá ser corrigido num ponto importante: além dos problemas, o conhecimento lida com temas e questões, que englobam desafios e oportunidades, e uns e outros não são rigorosamente disciplinares.” (BRASIL, 2010, p. 137, v. I). Ressaltam também que as agências governamentais necessitam definir políticas especiais para responder a essas questões, com vistas a compreender esses novos processos e métodos de produção do conhecimento em áreas de fronteira.

A perspectiva teórica apresentada no citado documento destaca o valor dos programas de caráter interdisciplinar que vêm cumprindo impor-

5 POPPER, Karl. *Conjecturas e refutações*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

tante papel na formação de profissionais, com uma nova visão de ciência, preparados para compreender e dialogar com diferentes objetos e metodologias, buscando responder aos novos desafios e problemas colocados por realidades complexas, as quais demandam estudos e pesquisas que extrapolem a abordagem meramente disciplinar. Dessa forma, estão também colaborando para construir uma nova cultura no campo da epistemologia do conhecimento.

Estrutura e Organização do Sistema Nacional de Pós-Graduação

De acordo com o Professor Lívio Amaral (PÁTARO; MEZZOMO, 2013, p. 11-12):

O Sistema Nacional de Pós-Graduação do Brasil (SNPG) é ligado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e constituído por sua presidência, conselhos e diretorias responsáveis pela política de gestão, financiamento, indução e ampliação de Programas e Pós-Graduação no Brasil e, consequentemente, de produção de ciência.

Em 1992, a Lei nº 8.405 “[...] autoriza o poder público a instituir a CAPES como Fundação Pública [...]” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014a, p. 1). Em 2007, a Lei nº 11.502 cria a “Nova Capes” que, “[...] além de coordenar o alto padrão do Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro, também passa a induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores de educação básica” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014a, p. 1). As atividades da Capes podem ser agrupadas nas seguintes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas:

- avaliação da pós-graduação *stricto sensu*;
- acesso e divulgação da produção científica;
- investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior;
- promoção da cooperação científica internacional;

- indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância. (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014a, p. 1).

É inegável a importância e o significado do sistema de pós-graduação no Brasil para a formação de mestres, doutores e pesquisadores para a elevação do nível de produção do conhecimento científico nas diversas áreas do saber. A propósito, vale inserir excertos de depoimentos de representantes da comunidade acadêmica. Santos e Azevedo (2009, p. 534) destacam “[...] o reconhecimento por parte da comunidade científica, nacional e internacional do sistema de pós-graduação no Brasil” e acrescentam:

Tal reconhecimento se deve ao formato e à seriedade que as políticas públicas para a pós-graduação tomaram em termos de definições e das ações voltadas para esse setor, o que se expressou, entre outros modos, em sua expansão contínua, com qualidade, nos últimos 40 anos. (SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 535).

As autoras citadas incluem no texto manifestações a respeito do SNPG emitidas por legitimados pesquisadores da comunidade acadêmica, a exemplo de Cury (2004⁶ apud SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 535), que assim avalia:

Tal política pública propiciou uma realidade bem-sucedida logo convertida em verdadeiro sistema com um reconhecimento nacional e internacional de sua qualidade. Nesse processo especial destaque se confere aos processos de avaliação levados adiante pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Cooperaram para tal tanto as bolsas concedidas por esta fundação, pelo CNPq e também por algumas fundações estaduais de amparo à pesquisa (FAPs) quanto outros programas de apoio e fomento fornecidos por tais agências.

6 CURY, Carlos Roberto Jamil. Graduação/pós-graduação: a busca de uma relação virtuosa. *Educação e sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 777-793, out. 2004.

Também Severino (2006,⁷ p. 51-52 apud SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 535) é chamado a expor seu ponto de vista acerca da questão:

Sem nenhuma dúvida, a pós-graduação no País se transformou numa sementeira de pesquisadores, o que contribuiu para a consolidação do quadro de recursos humanos para todos os setores da vida nacional. Pode-se afirmar com segurança que a pós-graduação é um dos melhores segmentos do sistema educacional brasileiro sob o critério do nível de qualidade alcançado e vem contribuindo significativamente para a construção de um retrato mais fiel da realidade nacional, graças à sistematização e à institucionalização da prática científica de investigação, ao mesmo tempo em que forma novas gerações de pesquisadores.

No que tange ao processo de avaliação, cabe ainda fazer referência ao papel da Capes, sempre atenta às necessidades de atualização e aperfeiçoamento de suas ferramentas. Na atualidade, as informações são registradas na plataforma Sucupira. Os dados exigidos referem-se às atividades de pesquisa, produção docente, produção discente, estrutura curricular, fluxo de alunos, com ponderações distintas, de acordo com os critérios estabelecidos pelas comissões de cada área do conhecimento.

Para distribuição de bolsas de estudo e recursos institucionais são utilizados os resultados das avaliações. Segundo Cunha (1998, p. 34-35):

A metodologia da avaliação pelos pares é tida como adequada, inclusive a interação entre a Capes, enquanto agência governamental e os programas. No entanto, há críticas incidentes, principalmente, sobre a composição das comissões de avaliação de certas áreas do conhecimento e sobre a excessiva ênfase nas dimensões quantitativas do processo, o que tem levado à adoção de critérios progressivamente mais qualitativos.

No texto, o autor registra, ainda sobre a avaliação:

7 SEVERINO, Antonio Joaquim. A avaliação no PNPG 2005-2010 e a política de pós-graduação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). *Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises*. Brasília: Líber Livro, 2006. p. 51-74.

A utilização dos resultados da avaliação como critérios para distribuição de Bolsas de estudo e recursos institucionais não tem recebido, todavia, o mesmo apoio. Os programas que obtêm os conceitos mais elevados [...] recebem bolsas de estudo para estudantes e recursos financeiros para uso geral – número de bolsas e montante de recursos diretamente proporcionais aos conceitos. Mas, apenas os programas de conceito [mais elevados] podem ter apoio para bolsas do tipo “sanduíche” [...] Essas bolsas destinam-se a apoiar estudantes formalmente matriculados em cursos de doutorado no país para complementarem, no exterior, o desenvolvimento de suas teses a serem defendidas no Brasil, mediante aprofundamento teórico, coleta e/ou tratamento de dados ou, ainda, desenvolvimento parcial da parte experimental. A duração das bolsas do tipo “sanduíche” é de 3 a 12 meses. (CUNHA, 1998, p. 35).

A Capes, sem dúvida, mediante uma atuação conjunta entre a Coordenação de Avaliação e os coordenadores de área e coordenadores dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, realiza um trabalho sistemático e de qualidade com vistas a aperfeiçoar o sistema de avaliação de acordo com as peculiaridades do avanço do conhecimento em cada área específica. Além disso, tem buscado apoiar as iniciativas das IES para abrir cursos interdisciplinares.

Contexto Socioeconômico da Bahia – 2000-2013

A reflexão sobre a trajetória da Pós-Graduação *stricto sensu* na UCSal exige também tecer breves considerações sobre o contexto do estado da Bahia, o que parece possibilitar maior aproximação da realidade e melhor compreensão de graves problemas enfrentados pela população no âmbito da educação. Destacam-se o analfabetismo, o baixo nível de escolaridade, a repetência, a evasão, as pressões sobre o ensino superior, expressões da questão social e de sua relação com o exercício da cidadania e a qualidade de vida, sinais e apelos para as instituições que atuam nessa área.

Dentre os dados estatísticos, destacam-se aqueles relativos ao crescimento demográfico da população jovem e a demanda referente ao ensino superior. Conforme documento publicado pelo Governo do Estado da Bahia, intitulado “Contexto Socioeconômico da Bahia” (BAHIA, 2010, p. 27):

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE, a população estadual totalizava 13,8 milhões de habitantes no ano de 2005, mantendo a Bahia na condição de estado mais populoso do Nordeste e o quarto do país, abrigando 27,1% da população nordestina e 7,5% da brasileira.⁸

Mais adiante, no mesmo documento, consta:

A análise da evolução demográfica da população baiana revela significativas mudanças no seu ritmo de crescimento, na sua distribuição espacial e no seu perfil nas últimas décadas. A taxa de crescimento da população, tal como a do país, tem se apresentado declinante, tendência esta que deverá continuar nos próximos anos. Assim, enquanto entre 1980 e 1991 a população cresceu a uma taxa de 2,1% ao ano. No período de 1991 a 2000, esta taxa declinou para 1,11%. (BAHIA, 2010, p. 28).

Os dados constantes do PPA 2008-2011 baiano, por sua vez, indicam alterações na pirâmide etária da população que tem peso na formulação das políticas públicas e mostram a necessidade de expansão do ensino de graduação e, conseqüentemente, da pós-graduação (*lato e stricto sensu*):

Os contingentes numerosos que ingressam na população em idade ativa (nascidos antes do declínio mais expressivo do nível de fecundidade) exercerão pressão nas redes de ensino médio e universitário [...] A pressão na rede de ensino superior também continuará crescendo sistematicamente, principalmente em função dos contingentes numerosos de egressos do Ensino Médio. (BAHIA, 2010, p. 29-30).⁹

8 O texto inclui informações do Estudo de Atualização do Portfólio dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, de 2000-2007 para 2004-2011, do Ministério do Planejamento, e destaca: “[...] a população do Estado da Bahia deverá alcançar cerca de 14,5 milhões de habitantes no ano de 2011.” (BAHIA, 2010, p. 29).

9 Com efeito, no ano de 2010, na Bahia, apenas cerca de 6% da população de 25 ou mais anos de idade possuía ensino superior completo. No entanto, vale ressaltar que, quando se considera a população que possuía ensino médio completo e ensino superior incompleto, no mesmo ano, o percentual aumenta consideravelmente para 23,4 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

O documento tece considerações sobre a pressão de origem demográfica, por mais empregos, pelo menos até o ano 2010. Segundo o texto: “Atualmente, cerca de 2,77 milhões de jovens de 16 a 29 anos estão pressionando o mercado de trabalho baiano.” (BAHIA, 2010, p. 30).

Após a análise de dados relativos ao ensino fundamental, inclusive apontando os graves problemas de evasão e repetência, são informados dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) relativos ao ensino superior. Para fins de compreensão do significado dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UCSal, destaca-se, no documento citado, informações acerca do acesso ao ensino superior no estado no ano de 2005:

O acesso dos baianos ao ensino superior ainda é extremamente baixo. Entre a população na faixa etária de 18 a 22 anos, apenas 4,9% frequentam instituições de ensino superior, taxa que representa 42% da média nacional e 22,9% da do Distrito Federal, que possui a melhor situação do país. Considerando a totalidade dos matriculados, independentemente da idade, em relação à faixa etária de 18 a 22 anos, tem-se uma taxa bruta de escolaridade da ordem de 15,8% na Bahia, contra 27,9% no país e 54% no Distrito Federal [...] A escolaridade média das pessoas com 25 anos e mais de idade era de apenas 5,1 anos de estudos – sem considerar a qualidade do ensino –, taxa muito próxima à média nacional, mas extremamente baixa quando se considera que escolaridade, além da sua conexão com a qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania, é também fator essencial de competitividade econômica. (BAHIA, 2010, p. 33-34).

Por outro lado, o estudo realizado por Alcoforado (2003) apresenta dados relativos à dimensão da economia e evidencia o quadro de desigualdades sociais. Detalha, por Unidade da Federação, o IDH dos estados brasileiros, constatando que a Bahia é o 20º no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1998, apresentando regressão em relação a 1970 e 1980. Nesse sentido, cresceu o desemprego na Região Metropolitana de Salvador (RMS), que apresentou percentuais de 21,6% em 1997 e de 25,2% em 2000. Os dados revelam que o estado registrou o maior número de analfabetos (nenhum outro estado apresenta tantos indivíduos nesta condição). Alcoforado (2003, p. 245) avalia que, sendo a Bahia o sexto estado mais rico do Brasil,

[...] os números que o IBGE apresentou expressam com mais dramaticidade as desigualdades e a falta de políticas sociais voltadas para a sua superação. E valeressaltar que o IBGE não divulgou outros itens importantes, como saúde, segurança, direitos humanos.

Esses estudos revelam dados relativos ao contexto socioeconômico do nosso Estado, com destaque para o baixo acesso dos baianos ao ensino superior, evidenciando a crescente demanda existente. Acresce-se ainda a esse quadro a persistência na distribuição desigual de oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, como será abordado na seção seguinte.

Notas sobre a Oferta de Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* na Bahia

Na mesma linha de raciocínio, em diagnóstico da situação da pós-graduação no Brasil, a Capes apresenta dados que, embora registrem avanços quantitativos, evidenciam a persistência de um dos principais problemas: a distribuição desigual dos cursos entre regiões e, conseqüentemente, o desequilíbrio na oferta de vagas nas demais regiões do país, diante da concentração do sistema na região Sudeste. Conforme Tabela 1, enquanto no período 2007-2009 os programas de pós-graduação interdisciplinares no Nordeste representavam 20,8%, com 45 programas, em 2012 existiam 56 programas nessa mesma região, representando 19,4%.

Tabela 1 – Distribuição de Programas de Pós-Graduação interdisciplinares (número e percentual) por regiões – Brasil – Trienal fev. 2007-2009/2012

REGIÃO	NÚMERO DE PROGRAMAS 2007-2009	%	NÚMERO DE PROGRAMAS 2012	%
Norte	13	6,1	24	8,3
Nordeste	45	20,8	56	19,4
Centro-Oeste	27	12,5	37	12,8
Sudeste	90	41,6	119	41,2
Sul	41	20,0	53	18,3

Fonte: PASCUTTI (2012, slide nº 11).

A Tabela 1 demonstra que a maior oferta de Programas de Pós-Graduação interdisciplinares está concentrada na região Sudeste, o que confirma as assimetrias regionais e intrarregionais existentes no país. De acordo com Bárbara Santos (2014), o estado que concentrava maior número de cursos de pós-graduação interdisciplinares em 2012 era São Paulo (60 programas), seguido do Rio de Janeiro com 36. A autora esclarece: “Em 2012, a área interdisciplinar estava dividida em quatro câmaras temáticas: Sociais e Humanidades (30% dos cursos); Engenharia, Tecnologia e Gestão (24,5%); Saúde e Biológicas (23,6%); e Desenvolvimento e Políticas Públicas (21,9%).” (SANTOS, Bárbara, 2014, p. 2).

Estudo realizado pelo Professor da UFBA Sérgio Luís Costa Ferreira (2014) apresenta dados sobre os cursos de pós-graduação na Bahia, com base em dados do Relatório de Avaliação Trienal da Capes, e contribui para situar a posição dos programas da UCSal nesse contexto, conforme segue:

Tabela 2 – Cursos de Pós-Graduação – Bahia e Brasil – 2010-2012

CURSOS	BAHIA	%	BRASIL
Doutorado	67	3,45	1.943
Mestrado	133	4,21	3.158
Mestrado Profissionalizante	27	4,71	573
Total	227	4,00	5.674

Fonte: FERREIRA (2014, slide nº 38).

Os dados apresentados na Tabela 3 dizem respeito às notas obtidas nas avaliações da Capes pelos cursos de pós-graduação na Bahia. A tabela mostra que a maioria obteve nota 3.

Tabela 3 – Cursos de Pós-Graduação por notas obtidas nas avaliações da Capes – Bahia – 2010-2012

CURSO	NOTA 3	NOTA 4	NOTA 5	NOTA 6	NOTA 7
Doutorado	5	40	18	3	1
Mestrado	63	48	18	3	1
Profissionalizante	21	4	2	0	0
Total	89	92	38	6	2

Fonte: FERREIRA (2014, slide nº 39).

A UFBA é a universidade que oferece cursos considerados de excelência no estado da Bahia: com conceito 7, o de Saúde Coletiva; com conceito 6, os de Artes Cênicas, Ecologia e Biomonitoramento e Patologia Humana.

A Tabela 4 expõe a classificação dos cursos de pós-graduação no estado da Bahia de acordo com avaliação da Capes – Avaliação Trienal (2010-2012) publicada em 2013:

Tabela 4 – Classificação dos cursos de pós-graduação nas instituições de ensino superior por notas obtidas nas avaliações da Capes – Bahia – 2010-2012

INSTITUIÇÃO	NOTA 5	NOTA 4	NOTA 3
Universidade Federal da Bahia	28	54	28
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	02	06	09
Universidade do Estado da Bahia	00	02	11
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	02	02	9
Universidade Estadual de Feira de Santana	02	06	13
Universidade Estadual de Santa Cruz	02	10	11
Fundação Oswaldo Cruz	00	02	00
Universidade Católica do Salvador	02	03	01
Escola Baiana de Medicina	00	02	02
Universidade Salvador	00	02	03

Fonte: FERREIRA (2014, slide nº 42-43).

Verifica-se, nos dados expostos na Tabela 4, que a UCSal apresenta uma particularidade, seja por seu número restrito de cursos, seja pela qualidade de seus cursos. Note-se que, entre as instituições privadas da Bahia, foi a única que obteve nota 5 em dois cursos. Nesse contexto está inserido o Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (área interdisciplinar) que vem obtendo a nota 5 tanto no Mestrado como no Doutorado.

Outro dado significativo para a UCSal é o fato de ter três dos seus cursos avaliados com nota 4 e apenas um com nota 3. Isto demonstra a qualidade dos programas da Instituição.

Ferreira (2014, slide nº 31) esclarece, quanto às avaliações e o reconhecimento de cursos pela Capes:

Os cursos de PG avaliados com nota igual ou superior a “3” são recomendados pela Capes ao reconhecimento ou renovação pelo Conselho Nacional de Educação, MEC.

Somente os cursos reconhecidos pelo CNE/MEC estão autorizados a expedir diplomas de mestrado e/ou doutorado com validade nacional.

De acordo com Ferreira (2014, slide nº 33), um Programa de Pós-Graduação é avaliado levando-se em conta os cinco quesitos adotados pela Capes para avaliação, sendo, a cada quesito, atribuídas as qualidades insuficiente, fraco, regular, bom e muito bom:

1. Proposta do programa
2. Corpo docente
3. Corpo discente, teses e dissertações
4. Produção intelectual
5. Inserção Social

No que concerne ao item 1 são considerados, na área interdisciplinar:

- Interdisciplinaridade como método de produção do conhecimento;
- Coerência, consistência e atualidade;
- Exequibilidade e potencial de consolidação;
- Abrangência multi & interdisciplinar da estrutura curricular;
- Consistência, de coerência e equilíbrio entre Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa, Projetos e Grade Curricular;

- Adequação da infraestrutura para ensino e pesquisa multi ou interdisciplinar;
- Perfil claro do público alvo, da demanda de mercado, da capacitação e atuação do profissional a ser titulado;
- Inserção social. (PASCUTTI, 2012, slide nº 13).

Quanto ao Corpo Docente da área interdisciplinar

- Formação/titulação: exogenia, aprimoramento, experiência em pesquisa e orientação, e multi-interdisciplinaridade;
- Dedicção: percentual equilibrado de docentes permanentes em relação ao total; sugestão de mínimo de 12 permanentes; colaboradores + visitantes <30%; total de orientados por permanente não superior a 8; co-orientações por docentes com formação ou titulação em áreas diferentes;
- Consolidação: robustez, estabilidade, maturidade científica da equipe;
- Projetos de pesquisa: apoiados por agências de fomento, docentes de formação ou titulação diferentes compartilhando projetos; participação de alunos de graduação e pós-graduação;
- Distribuição: homogênea pelas áreas (disciplinares) que abrangem a proposta do Programa; compatibilidade e integração do corpo docente com a proposta; (PASCUTTI, 2012, slide nº 14).

Quanto aos Discentes e seus trabalhos:

- Quantidade de Teses e Dissertações, Distribuição das Orientações. Eficiência de formação;
- Qualidade das Teses e Dissertações e da Produção: proporção de discentes da pós-graduação que são autores de artigos completos em periódicos ou em eventos científicos relevantes, e também de livros ou capítulos de livros e de produção tecnológica/artística relevante; incluindo o egresso da pós-graduação com até três anos de conclusão do curso;

- Destino do egresso, impacto da pós-graduação na vida profissional, contribuições para a nucleação de grupos de pesquisa, de novos Programas de Pós-graduação e para o desenvolvimento tecnológico e social. (PASCUTTI, 2012, slide nº 15).

No que diz respeito à Produção são consideradas:

- Publicações qualificadas do Programa por docente permanente (periódicos, livros e capítulos):
 - Qualis Periódicos e Instrumento para Classificação de Livros.
- Produção técnica, artística e outras produções consideradas relevantes (importância da indução pelas agências de fomento):
 - Qualis Artístico;
 - Qualis eventos (em discussão);
 - Instrumento de Classificação de Produção Técnica (em discussão);
 - Indicadores de Extensão e Inserção Social (em discussão).
- Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa. (PASCUTTI, 2012, slide nº 16).

Quanto à Inserção Social:

- Inserção e impacto regional ou nacional do Programa:
 - impactos educacional, social, cultural e tecnológico/econômico do programa;
 - impacto das teses e dissertações na inserção dos egressos no mercado de trabalho;
 - inserção de produtos, processos, serviços nas comunidades;
 - capacidade de atração de candidatos de diversas regiões do país.
- Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento:

- intercâmbios, parcerias, projetos de cooperação;
 - mobilidade discente e docente nacional e internacional.
- Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação:
 - acesso às Teses e Dissertações;
 - página web com resumo da proposta do programa, linhas de atuação e pesquisa, grade curricular e lista de produções;
 - disponibilização de material didático e de divulgação científica na página do Programa. (PASCUTTI, 2012, slide nº 17).

O Professor Ferreira (2014, slide nº 37) apresenta critérios detalhados de Classificação dos cursos de Pós-Graduação, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Nota, Conceito e Características dos Cursos de Pós-Graduação

NOTA	CONCEITO	CARACTERÍSTICAS
1	Deficiente	
2	Fraco	
3	Regular	Padrão mínimo de qualidade para a recomendação do programa ao CNE.
4	Bom	“Bom” em pelo menos 3 quesitos, incluindo Corpo Discente e Produção Intelectual.
5	Muito bom	“Muito bom” em pelo menos 4 dos 5 quesitos, incluindo os (quesitos 3 e 4).
6	Excelente	
7	Excelente	“Muito bom” em todos os itens, altamente diferenciado em relação aos demais programas da área e desempenho equivalente aos dos centros internacionais de excelência na área.

Fonte: FERREIRA (2014, slide nº 37).

Para atender a esses requisitos, a UCSal precisou despender um grande esforço, adotando medidas de ordem administrativa e pedagógica, criando as condições objetivas para aplicar os APCNs junto à Capes.

Tendo em vista a importância do tema, retoma-se a questão das assimetrias regionais e intrarregionais e seus reflexos sobre a formação e titulação

de mestres e doutores. Inicialmente, recorre-se ao depoimento do Professor Lívio Amaral, que comenta:

A oferta dos Programas de Pós-Graduação encontra-se ainda muito centralizada nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, provocando forte assimetria na formação de mestres e doutores no Brasil. Como exemplo, pode-se citar que, enquanto a média de mestres no Brasil é de 5,3 por 1.000 habitantes, as regiões Norte e Nordeste, respectivamente, contam com a média de 2,67 e 2,92 [...] Já com relação à titulação de doutores, a média nacional é de 1,9 por 1.000 habitantes, mantendo a mesma assimetria nacional já constatada na formação de mestres. Enquanto a região Sudeste apresenta a média de 2,6, as regiões Norte e Nordeste apresentam o menor índice, com respectivamente 0,9 e 1,0 doutores por 1.000 habitantes. (PÁTARO; MEZZOMO, 2013, p. 13).

O Professor Lívio Amaral traz mais um aspecto que demonstra o peso da pós-graduação para a elevação dos níveis de vida no país, evidenciando a relação entre escolaridade e renda. Assim, cada nível de ensino concluído significa um acréscimo no rendimento. Um dos exemplos citados pelo professor é o dos cursos de mestrado e doutorado: “[...] um curso de Mestrado representa um ganho de 83% em relação ao nível anterior e, com o Doutorado, o rendimento passa a ser de 35% maior.” (PÁTARO; MEZZOMO, 2013, p. 14). E conclui:

Estes números nos permitem entender as relações entre o avanço socioeconômico de um país e região e a formação e qualificação pessoal, e dimensionam os desafios a serem superados no que diz respeito à ampliação, com qualidade, da oferta da pós-graduação e à reparação histórica das assimetrias regionais e intrarregionais. (PÁTARO; MEZZOMO, 2013, p. 14).

A constatação de que o número de doutores nas regiões Norte e Nordeste é inferior em relação à região Sudeste parece indicar a possibilidade de que existe uma relação entre a oferta de vagas/cursos de doutorado e a capacidade de acesso a esse nível. Documento da Unesco (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 1999, p. 30) demonstra, com dados estatísticos, o crescimento das matrículas de estu-

dantes no ensino superior nos países em desenvolvimento “[...] de 23,1% em 1960 para 46,2% em 1991”. Por outro lado, os processos de transformação em curso estão a exigir recursos humanos adequadamente qualificados e que respondam às competências requeridas pelo desenvolvimento econômico e à emancipação individual, o que inclui programas de pós-graduação.

Agrega-se a essa caracterização feita pelo Diretor da Capes o estudo já realizado pela Unesco (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA 1999, p. 30), que trata das tendências do ensino superior e cita dados sobre a expansão quantitativa das matrículas em países em desenvolvimento, mostrando que o número de estudantes cresceu “[...] de 3 milhões de estudantes em 1960 para 7 milhões em 1970, 16 milhões em 1980 e 30 milhões em 1991”. O texto chama a atenção para a necessidade de uma adequada compreensão da relação entre crescimento de matrículas e população correspondente da idade escolar. Nesse sentido afirma: “As proporções de matrícula na faixa etária de 18 a 23 anos indicam consideráveis desigualdades entre as principais regiões do mundo.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 1999, p. 31). De acordo com os números apresentados pela Unesco fica evidente, no período de 1960 a 1991, o crescimento das matrículas tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento:

[...] a proporção de matrículas nos países desenvolvidos mostrou um crescimento mais estável e a um patamar mais alto – 15,1% em 1969, 27,1% em 1970, 30,7% em 1980 e 40,2% em 1991. A proporção correspondente para os países em desenvolvimento foi: 7,3% em 1960, 10,1% em 1970, 15,1% em 1980 e 14,1% em 1991. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 1999, p. 31).

Esse estudo confirma que há desigualdade de acesso para os jovens ingressarem no ensino superior. O texto faz também referência à participação das mulheres no ensino superior e mostra que “[...] a porcentagem de mulheres na população total do ensino superior cresceu de 34% em 1960 para 43% em 1980 e 45% em 1991 (e estima-se que permanecerá em cerca de 44% até o ano 2025)” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 1999, p. 32). Contudo, as diferenças continuam exis-

tindo entre “[...] as maiores regiões do globo terrestre” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 1999, p. 32). As estatísticas da Unesco (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA 1999, p. 32, 33) destacam ainda outro aspecto preocupante: o contingente feminino concentra suas matrículas no “[...] magistério e cuidados médicos [...]”, sendo pouco representativo o número nas áreas da ciência e tecnologia e em estudos pós-graduados “[...] que levam às carreiras acadêmicas [...]”. Ainda segundo a Unesco:

Matrículas projetadas nos países em desenvolvimento [...] mostram um forte aumento: de 30 milhões de estudantes em 1991 para 40 milhões no ano 2000, 50 milhões em 2015 e 54 milhões em 2025 [...] a desigualdade de oportunidades no ensino superior persistirá nos países em desenvolvimento: enquanto a participação deveria cobrir quase metade da população elegível, menos de 10% da população estará matriculada. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA 1999, p. 33).

O significativo número de egressos do ensino médio e a pressão desse contingente sobre o ensino superior, os dados sobre as tendências de crescimento de matrículas no ensino superior, embora confirmem a persistência da desigualdade de acesso a esse nível de ensino e as assimetrias que perduram no desenvolvimento da pós-graduação, constituem-se em desafios ao crescimento do país e suscitam uma reflexão para as IES que se situam na região Nordeste, particularmente na Bahia.

Como visto ao longo deste texto, o quadro de desigualdades sociais apresentado pelo estado da Bahia, confirmado pelo registro de aumento no número de analfabetos, evidenciando a falta de políticas sociais voltadas para a sua superação, foi agravado pela distribuição desigual do sistema educacional no tocante à distribuição dos cursos entre regiões e pelo desequilíbrio na oferta de vagas nas demais regiões do país, em razão da concentração do sistema na Região Sudeste. Cabe ressaltar que todos os programas implantados pela UCSal foram dimensionados de acordo com as necessidades e demandas locais e atendendo às diretrizes emanadas dos Planos Nacionais de Pós-Graduação *stricto sensu* elaborados pela Capes.

A seguir, serão apresentadas informações sistematizadas sobre a origem e o desenvolvimento dos Programas *stricto sensu* da UCSal.

CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*: OS PROGRAMAS

A construção dos dispositivos de ensino e pesquisa da UCSal apresentou duas dinâmicas bem distintas: a primeira, que vai de 1961 até 2003; e a segunda, nos níveis avançados, que se inicia em 2004 e corresponde à fase de criação da pós-graduação *stricto sensu*.

Desde a sua origem, a UCSal contemplou, no seu Estatuto e Regimento, o compromisso com a criação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, espaço mais avançado para o desenvolvimento de investigação científica. Contudo, nas quatro primeiras décadas (1960-1990), priorizou a formação profissional. Desde 1985, no âmbito interno da Instituição, começa a se gestar um movimento que questiona o modelo de Universidade sem pesquisa e pós-graduação *stricto sensu*. A comunidade acadêmica se mobilizou com forte investimento na direção de a UCSal alcançar um novo patamar de qualidade, instituindo a pesquisa em níveis avançados, mediante a instalação da pós-graduação *stricto sensu*. Neste diapasão, a comunidade discutiu amplamente e desenhou as políticas de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão. Ao longo da década de 90, tendo como referência as experiências de extensão e pós-graduação *lato sensu*, as teses geradas no processo Estatuinte e a reflexão crítica acumulada e registrada em diversos documentos institucionais, criaram-se condições objetivas com vistas à institucionalização da pesquisa e à implementação da pós-graduação *lato sensu* com as primeiras iniciativas de cursos de mestrado interinstitucional em parceria com outras universidades do estado.

Assim, no contexto de construção do novo Projeto Pedagógico Institucional, nasce o primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu*, o pioneiro Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC), em virtude da realização do curso em Ciência da Família realizado por iniciativa do Instituto João Paulo II em convênio com a UCSal, sob a coordenação do Professor Giancarlo Petrini. Em 2002 foram tomadas as primeiras medidas

visando o encaminhamento da proposta à Capes. Em 2004 foi instalado o primeiro Mestrado próprio, consagrando-se, assim, a criação da pós-graduação *stricto sensu* na UCSal.

Neste texto, ao registrar a história da criação e do desenvolvimento dos Programas da Pós-Graduação da UCSal, ao longo de 10 anos, reencontram-se pessoas, cursos, eventos, relatos, narrativas de dirigentes, coordenadores, docentes, discentes e alunos egressos participantes de uma história viva.

Todos reconhecem que a história de qualquer instituição não se forja independentemente das características do corpo diretivo, das pessoas que participam da sua construção. Ao visitar a pós-graduação *stricto sensu* é possível reconhecer as contribuições de cada um dos envolvidos na criação desses cursos na UCSal. Assim, cabe registrar a motivação, os esforços dos responsáveis pela criação dos Programas e a superação dos desafios e das dificuldades enfrentadas ao longo desse processo. Nesse sentido, a Pós resultou de decisão política e do apoio institucional dispensado pelo Reitor, o Professor José Carlos Almeida da Silva, durante sua gestão, e do trabalho e indispensável incentivo de diretores e de diferentes equipes que fizeram a história da pós-graduação da UCSal, sob a coordenação da Professora Maria Julieta Firpo Fontes juntamente com a equipe de assessores e professores que se dedicaram e se empenharam integralmente nessa direção.

Nesse contexto, é digno de nota e merece destaque especial o papel desempenhado pelo Professor Giancarlo Petrini, Diretor do Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família e do Instituto de Teologia (UCSal). Como mentor intelectual, toma a iniciativa fundamental e apresenta uma primeira proposta com vistas à criação do Mestrado Acadêmico em Ciência da Família, desencadeando um movimento gerador dos demais cursos *stricto sensu*. O processo de construção estendeu-se por dois anos e resultou de esforço conjunto de ambas as instituições que consolidaram a proposta a ser aplicada junto à Capes, em consonância com a filosofia e os objetivos dessa Universidade. Foram inúmeras as reuniões, encontros e oficinas com vistas à elaboração do documento proposta. Nesse processo, portanto, estiveram diretamente envolvidos docentes, técnicos, consultoria especializada, a exemplo do Professor Wilson Gomes, e a superintendente de pesquisa e pós-graduação. Como fruto desse trabalho, foi aprovado pela Ca-

pes e então implantado o primeiro Mestrado Acadêmico denominado Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea.

Merecem também referência especial as diferentes equipes que se constituíram em “forças renovadoras” do ensino, da pesquisa e da extensão na UCSal e estiveram presentes desde as primeiras etapas da construção de cada um dos programas e cursos.

Para implementar o citado Programa, contou-se com a valiosa contribuição dos professores Elaine Raminovich, Ana Maria de Almeida Carvalho, Mary Garcia Castro, José Euclimar Xavier de Menezes que, sob a coordenação do Professor Giancarlo Petrini, estiveram envolvidos desde os primeiros momentos.

Merece referência igualmente especial a equipe inicial de elaboração da proposta do Programa em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, composta pelos professores Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ), Sylvio Bandeira de Mello e Silva (UFBA), Cristina Maria Macêdo de Alencar (Economia UCSal e Assessora da SPPG), Elsa Kraychete (Economia UCSal e Assessora da SPPG), Pedro de Almeida Vasconcelos (Geografia/UCSal, convidado como consultor). Cabe também destacar a contribuição de outros professores da UCSal que participaram de reuniões, dentre estes Miriam de Fátima Carvalho Machado (Engenharia), Marcos Jorge A. Santos (Engenharia), Angela Maria Carvalho Borges (S. Social), Gabriel Kraychete (Incubadora Técnica de Cooperativas Populares), Rosali Braga Fernandes (Geografia) e Suely Mestrinho (SPPG). Outros professores vinculados à UFBA também contribuíram nas discussões da proposta, a exemplo de Bárbara-Christine Nentwig Silva, Iracema Reimão Silva e Maria Helena Matue Ochi Flexor, pois participavam da coordenação conjunta com o Professor Hermes Magalhães Tavares (IPPUR/UFRJ) de uma pesquisa sobre a península de Itapagipe, a partir da qual se instituíram as bases para essa proposta.

Na elaboração da proposta do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, estiveram presentes a diretora da Escola de Serviço Social, Professora Maria do Socorro Paim de Figueredo, e as professoras Cristiana Mercuri de Almeida Bastos, Angela Borges e Márcia Macedo, que vivenciaram uma experiência distinta dos demais Programas, uma vez que a iniciativa primeira emergiu no seio da Escola de Serviço Social e a elaboração do projeto do mestrado foi de responsabilidade dessa equipe, acompanhada

pela Professora Elsa Kraychete na condição de assessora da SPPG. Cabe registrar a inestimável participação e o compromisso dessas professoras, que assumiram com zelo, competência e dedicação a elaboração e as articulações, em âmbito nacional, com renomados especialistas da área do Serviço Social, de modo a viabilizar os objetivos de tal elaboração.

Por fim, cabe fazer menção ao Conselho Universitário e ao Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Católica do Salvador, os quais contribuíram para a aprovação desses projetos em primeira instância, antes do encaminhamento para a Capes. Além disso, cabe registrar que a fundamentação construída pelo corpo docente permanente de cada Programa foi acolhida pelos Consun e Consep, pela solidez e compromisso institucional que expressava.

Para resgatar os 10 anos da história viva de criação e consolidação da pós-graduação *stricto sensu*, considerou-se importante incluir o olhar das pessoas que contribuíram para construir as propostas dos Programas, por meio de relatos históricos elaborados pelos respectivos coordenadores e de entrevistas com as pessoas diretamente responsáveis pelo desenho e pela consolidação da Pós, conforme se constata na Parte II deste documento.

Sobre essa trajetória, inicialmente foi incluído o relato da Professora Maria Julieta Firpo Fontes, em entrevista realizada no dia 6 de junho de 2014, na SPPG, pela riqueza e intensidade da experiência vivenciada no contexto da organização, das relações de trabalho estabelecidas e pela direção e sentido dado à Pós na UCSal.

Assim, ao caracterizar o contexto institucional, essa professora registra os principais desafios enfrentados pela Instituição para instalar a Pós-Graduação, no que tange à singularidade dos cursos *stricto sensu*, sobretudo quanto à pesquisa acadêmica e ao número de doutores produtivos. Nesse sentido, fica evidente que, para implantar uma pós-graduação de qualidade, respondendo de modo adequado aos requerimentos da Capes, é necessário um tempo de maturação institucional.

[...] apesar dos esforços realizados na direção de criar a pós *stricto sensu*, tendo, desde 90, desenhado os indicativos de política [...] e apontado medidas que necessitavam ser implantadas para que as bases do ensino neste nível e da pesquisa pudessem ser instaladas, efetivamente [...] só foi possível à UCSal criar cursos *stricto*

sensu após [...] possuir grupos de pesquisa institucionalizados [...] um dos requerimentos da Capes. Dentre os obstáculos a superar havia a necessidade de contratar professores doutores no quadro permanente dos docentes, no regime de 40 horas e embora a Instituição contasse com professores competentes, com grande experiência docente, não se enquadravam nos requisitos estabelecidos pela CAPES. Foi, portanto, nesse contexto que a iniciativa de Dom Petrini, ganhou significado. (FONTES, 2014, p. 5).

O relato da Professora Maria Julieta Fontes (2014, p. 4) chama a atenção para o movimento de caráter estratégico realizado por Dom Petrini, revelando sua disposição em cooperar com a UCSal, o que contribuiu para acelerar o tempo de contratação da equipe de pesquisadores, criando as condições objetivas para o encaminhamento da proposta à Capes.

Os primeiros passos foram dados seguindo as diretrizes do projeto pedagógico da UCSal [...] Ao mesmo tempo [...] buscamos estabelecer bases para o fomento de uma cultura científica, sintonizada com as diretrizes do Sistema Nacional da Pós-Graduação que impõe a existência de uma estrutura baseada em quatro conceitos fundamentais: atendimento aos parâmetros e requisitos de produtividade do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia; competitividade; cooperação e avaliação e acompanhamento.

Para instalar uma pós-graduação de caráter inovador e coerente com as teses da Estatuinte, foi necessário contar com uma infraestrutura que incluiu a mobilização de “vontades individuais” de docentes e assessores da Instituição. Nesse sentido, a narrativa da Professora Maria Julieta Fontes refere-se à potencialização da capacidade instalada na UCSal e destaca, nominando os técnicos, docentes e a consultoria especializada, os quais constituíram as primeiras equipes de trabalho. Ressalta ainda o apoio institucional recebido do Professor José Carlos Almeida da Silva, reitor da Universidade:

À época, a estrutura organizacional da Superintendência [...] contava com o Superintendente, Assessoria e Coordenadores dos Programas de Mestrado e Doutorado. Quero ressaltar aqui o papel importante que os assessores Cristina Alencar, Telma Landim, Orlando Jorge Miranda Aderne Sá, Francis Barbosa da Silva Al-

varez e Francisca Aragão tiveram em todo o processo de planejamento e execução dos Programas da Superintendência tanto na instalação como no decorrer de todos esses anos. Quero ressaltar, ainda, o papel determinante para a aprovação na Capes e para os resultados obtidos após instalação de cada programa do nosso consultor Prof. Wilson Gomes que, com profundo conhecimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação – o SNPG – e da própria Capes, foi fundamental para a minha assessoria como Superintendente e também no assessoramento aos coordenadores dos programas. Outro aspecto que merece destaque é o papel dos coordenadores dos Programas começando com Dom Petrini, que deu o ponta pé inicial para a instalação da pós-graduação *stricto sensu* [...] Os demais coordenadores Sylvio Bandeira e Prof.^a Ângela Borges, que com competência e dedicação ajudaram a vencer o grande desafio de conceber e instalar a Pós-Graduação *stricto sensu* na UCSal que apesar do seu pouco tempo de implantação, são apenas dez anos, vem obtendo resultados positivos que ficam evidenciados nas avaliações da Capes. Em todos esses momentos foi de grande relevância a decisão política e o apoio Institucional da Reitoria. (FONTES, 2014, p. 5-6).

Esses registros permitem observar-se os papéis desempenhados, respectivamente, pela Professora Maria Julieta Mandarino Firpo Fontes, na coordenação e articulação dos diversos atores, e por Dom Petrini, voltado especificamente para o projeto em Família na Sociedade Contemporânea. Para construir e elaborar o desenho dos cursos foi fundamental criar um clima de parceria, compromisso mútuo e de construção coletiva. São atribuições primordiais que só podem ser exercidas por pessoas capazes de ver além do seu tempo e projetar o papel da pós-graduação *stricto sensu* e sua importância para o futuro da Universidade Católica do Salvador.

A história dos Programas de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social – Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental e Políticas Sociais e Cidadania – é relativamente recente. Transcorridos 10 anos de existência é possível reconhecer a qualidade das atividades de investigação e produção teórica, a formação e capacitação de mestres e doutores e a busca constante de aprimoramento do trabalho acadêmico desenvolvido. Para compreender a ori-

gem e o desenvolvimento de cada Programa, foram realizadas entrevistas com o corpo diretivo e com alunos dos cursos.

Cabe, por fim, afirmar que, ao lado dos docentes, pesquisadores e alunos, a coordenação do programa e o colegiado desempenharam papel fundamental. Outrossim, compete aos dirigentes maiores da Instituição a capacidade de lidar com os limites, as lacunas e as contradições, buscando oferecer as condições de cumprimento das atividades de docência e pesquisa, incentivando e apoiando continuamente as diversas equipes, para que mantenham o *animus* e o compromisso com os objetivos maiores do Programa e da Instituição. Estas características vêm sendo reconhecidas nas avaliações realizadas tanto no âmbito interno da Instituição como naquelas estabelecidas periodicamente pelos órgãos governamentais.

A seguir serão apresentados os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* que vêm sendo oferecidos pela UCSal ao longo de 10 anos de existência. Assim, os elementos que aqui se encontram permitem um reencontro com as equipes que estiveram presentes desde o início e refletem a origem, caracterização sucinta das propostas de cada mestrado e doutorado e algumas das atividades do ensino, da pesquisa, eventos científicos e produção científica. Nesse sentido, não se pretende fazer análise desse processo, mas descrever, para tornar conhecido, o processo de criação e desenvolvimento dos cursos da pós-graduação *stricto sensu* dessa Instituição.

Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea: Mestrado e Doutorado

O conhecimento da origem e desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC), exposto nesta seção, permite uma melhor aproximação dos fatos envolvidos na história dos momentos iniciais e do desenvolvimento desse Programa.

Origem

O Programa resultou da iniciativa pioneira de Dom Giancarlo Petrini, diretor do Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família, numa fecunda parceria com a Universidade Católica do Salvador. Ambas as instituições estavam motivadas em aprofundar estudos, desen-

volver pesquisas e formar pesquisadores e docentes na área científica da família, um campo em crescimento nos Estados Unidos e na Europa e pouco explorado no Brasil. A ideia de um curso nessa área do conhecimento ganhou forma, com base na experiência de oferta do curso em Ciências da Família, fruto de convênio entre o Pontifício Instituto João Paulo II e a Universidade de Latrão. Este projeto de ensino fundamentou-se em princípios de inspiração cristã e de cunho humanista e constituiu-se no pilar em que a UCSal se sustentou para apresentar esse programa à Capes, experiência exitosa que contou, conforme palavras de Dom Petrini, com “[...] pessoas de grande tradição acadêmica, mas pessoas com um coração, uma capacidade de compreender a importância da Família” (p. 3).¹⁰

Para narrar a história do PPGFSC – tendo em vista o peso da entrevista realizada em 6 de junho de 2014 com os professores Dom Giancarlo Petrini, Maria Julieta Firpo Fontes e José Euclimar Menezes, para a compreensão da origem da pós-graduação *stricto sensu* – julgou-se pertinente transcrever seus principais trechos. Os professores foram entrevistados conjuntamente, uma vez que haviam vivenciado todo o processo de criação do Mestrado e nesse momento poderiam compartilhar suas experiências.¹¹

Dom Petrini, ao falar sobre a ideia do Mestrado e da escolha da temática “Família”, narra primeiramente a história da fundação do Instituto João Paulo II, descrevendo o que denominou de pré-história:

Em 1997, D. Lucas se mobilizou para ter Sessão à distância do Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família. Era então Reitor naquele Instituto em Roma, o Cardeal Angelo Scola, com a missão de abrir Instituto na África, Índia e no Brasil. São Paulo e Rio de Janeiro, logo se interessaram e se candidataram. Dom Lucas me contou que ele lutou para ser na Bahia. Havia uma série de exigências. Em 1998, D Lucas procurou quem pudesse ser

10 Para evitar repetições, nas transcrições da entrevista realizada em 6 de junho de 2014, com os professores Dom Giancarlo Petrini, Maria Julieta Firpo Fontes e José Euclimar Menezes, apenas será informada a página após as falas dos professores indicados no texto.

11 Dom Petrini foi o coordenador do Programa no período de 2004 a 2013; a Professora Maria Julieta Firpo Fontes permaneceu na Superintendência até julho de 2012; o professor José Euclimar Menezes integrou o quadro de docentes desde a fase de instalação do Mestrado e permaneceu como Superintendente de Pós-Graduação e Pesquisa da UCSal até 2015.

diretor. Naquele momento, eu estava como Reitor do Seminário Propedêutico e ele não queria me deslocar, mas depois de algum tempo resolveu me convidar. (p. 1).

O primeiro Projeto idealizado por Dom Petrini para o Mestrado em Ciência da Família começou a funcionar no ano seguinte à fundação do Instituto João Paulo II,¹² no espaço das Doroteias, no Garcia, onde então funcionava o Centro de Pesquisa e Extensão da UCSal, descreve Dom Petrini:

Já em 1998, o curso começou a funcionar em duas salas nas Doroteias. Nós tínhamos a percepção que era um curso de mestrado com um bom conteúdo e boa carga horária e teria condições de ser ofertado, como já ocorria em outros lugares. Em meados de 1999, o MEC baixa portaria proibindo a existência de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil com certificação dada por Universidades estrangeiras. Tínhamos muitas turmas e muitas pessoas já estavam concluindo o curso. (p. 1).

Na entrevista, Dom Petrini retrata a estratégia para chegar à aprovação da proposta do Mestrado pela Capes:

Buscamos uma saída e a única solução foi submeter o projeto à Capes. Eu tinha o primeiro projeto que se chamava Ciências da Família, fui ao Reitor apresentar a proposta, que se distanciava do modelo requerido pela CAPES. Um contato de fundamental importância foi ter encontrado o professor Wilson Gomes [...] Ele ajudou a reformular, fazendo ajustes, o nome do mestrado passou a ser Família na Sociedade Contemporânea. (p. 1-2).

Para a consecução do Mestrado em Família foi necessário convidar professores de outras Universidades, que vieram participar das discussões sobre a temática família, conforme relatos da Professora Maria Julieta e de Dom Petrini:

12 O Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família – seção brasileira Arquidiocese de São Salvador da Bahia – criado em 1997, é sediado na Rua Ilhéus, 205, Rio Vermelho. Iniciou suas atividades em Salvador, em 1998. Em convênio com a UCSal, promoveu o Mestrado em Ciência da Família, ligado ao Instituto de Roma e, portanto, à Universidade de Latrão. Este curso deu origem ao Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea.

Estes momentos das oficinas nos deram muitos subsídios, foram importantes. As oficinas nos deram muitos elementos, começamos a entender melhor sobre o tema, bem como dar os devidos encaminhamentos para obter a aprovação da Capes. (Professora Maria Julieta Firpo Fontes, p. 2).

As oficinas realizadas foram muito importantes. Nessa etapa, contamos com a participação do antropólogo professor Albergrafia, de uma psicóloga da USP, Profa. Dra. Zélia Maria Mendes Biasoli Alves [...] Trouxemos várias pessoas, que se entusiasmaram pelo projeto. Estávamos certos de conseguir a aprovação [da Capes]. (Dom Petrini, p. 2).

A respeito da escolha do tema Família, Dom Petrini explica: "A origem do nome família tinha uma relação com a Igreja, mais que isso, com o Vaticano [...]" (p. 2). É sabido, por todos os que pensam e escrevem sobre a pós-graduação *stricto sensu*, que a criação desses programas no país envolve altos custos. Instalar atividades dessa natureza demanda grande número de docentes/pesquisadores com anos de experiência na área, ambiente consolidado de pesquisa, além de infraestrutura complexa, requisitos que implicam em recursos disponíveis para tal investimento. Dom Petrini reconhece que, apesar das dificuldades enfrentadas pela UCSal, contou com o apoio institucional, uma vez que sua ideia veio ao encontro da intenção do Reitor de criar um Programa *stricto sensu* na Católica: "Foi ato de coragem do Reitor que apostou, contratou professores de 40 h [...] mesmo antes do curso ser aprovado pela Capes." (p. 2).

Para compor o quadro dos docentes foi preciso buscá-los na USP e na UFBA, além de professores da própria UCSal, como conta Dom Petrini:

O grande desafio foi para conseguir a aprovação [...] Anteriormente foi necessário fazer contratações [de professores] [...] Começamos a contratar gente de muita experiência e jovens. Primeiro vieram dois professores da USP, Elaine Rabinovich, Ana Maria Almeida Carvalho, em seguida Professora Mary Garcia Castro, os mais experientes, e os mais novos Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima, Lívia Alessandra Fialho da Costa, Clélia Neri Côrtes, Christine Jaquet, Anamélia Franco, Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti. José Euclimar Xavier de Menezes que já era da graduação (UCSal) e foi incorporado. (p. 2).

A aprovação da proposta do Mestrado pela Capes, inicialmente, não foi tarefa simples, quiçá devido à estranheza causada pela abordagem e pela escolha da temática. O Professor José Euclimar Xavier de Menezes comenta: “Uma das críticas [...] era quanto ao olhar bem católico [...] o Comitê [da primeira vez] rejeitou porque não achava ciência.” (p. 2).

Ao narrar sobre o que denominou pré-história do Mestrado, fica evidente a forte motivação e compromisso do seu idealizador, cuidando de constituir uma equipe de renomados doutores para lecionar no primeiro curso de Ciência da Família. Lembra Dom Petrini:

Quem esteve conosco na pré-história foi Eliane Azevedo [ex-reitora da UFBA], professora de bioética, grande figura, depois ela desistiu [...] Célia Nunes, doutora em psiquiatria e terapeuta em família, diretora do Curso de Especialização em Terapia Familiar (UCSal), a professora Ana Cecília Bastos Bittencourt, doutora em psicologia [...] Essa etapa foi muito bonita [...] O curso era oferecido por um baixo valor e os professores aceitavam e eram horistas. Depois elas se afastaram por causa do contrato com a UFBA. Contávamos com pessoas de grande tradição acadêmica, mas pessoas com um coração, uma capacidade de compreender a importância da família. Crescemos todos. (p. 3).

Dom Petrini continua seu relato e revela emoção ao se referir à dimensão apostólica inerente ao trabalho do Instituto João Paulo II:

[...] vale a pena contar essa experiência bonita vivida por Ana Cecília [de Sousa Bittencourt Bastos e por Célia Nunes]. Em 1999, o Instituto de Roma organizou uma semana de estudos [...] Ana Cecília participou e ficou maravilhada como na Igreja tivesse pessoas com grande capacidade [...] (p. 3).

Para Dom Petrini, o fato de participar do Instituto João Paulo II criou muitas oportunidades de crescimento e de aprofundamento dos estudos, em momentos nos quais estiveram presentes professores estrangeiros, proferindo conferências sobre a temática família, fornecendo referências de cunho filosófico, metodológico e conceitual, conforme ressalta:

Tive oportunidade de me aproximar de muitas pessoas qualificadas, Cardeais, como Scola, é um gênio, Jean Laffitte (bispo secretário do Pontifício Conselho para a Família), Cardeal Melina, Griger, um grande filósofo. Essa convivência foi muito interessante [...] Muitos professores de Roma vieram aqui, estivemos sempre juntos e aprendi muito com eles, muito preparados para pensar o tema família. A percepção que eu tinha é que a Capes era a burocracia estatal e o Instituto da Família representava o coração que ama a família e a inteligência que pensa a família. Dentro de mim se criou esse ponto de unidade. Todo mundo que estava envolvido acabou crescendo. (p. 3-4).

A respeito do papel e da importância da Capes para a consolidação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* de qualidade no Brasil, assim se manifestaram os entrevistados:

[...] em recente encontro, a Capes apresentou dados mostrando que saímos do 64º lugar e hoje estamos em 14º. O ideal é que tenhamos 3,0%

em termos de massa crítica, só temos 0,07% ainda temos muito que crescer em termos de formação de doutores. (Professor José Menezes, p. 5).

[...] a Europa toda não tem [um sistema como o Brasil], na Itália [...] não existe uma política na direção de formar mestres e doutores. (Dom Giancarlo Petrini, p. 5).

[...] eu senti isso bem, em contato com professores de Portugal. Se a Capes não tivesse sido exigente como foi, hoje não estaríamos onde estamos. Isto, inclusive, exigiu de nossa equipe pequena, mas dedicada e comprometida, um grande esforço para o alcance da aprovação da proposta. (Professora Maria Julieta Firpo Fontes, p. 5).

O teor desta entrevista permitiu resgatar o processo de criação da Pós *stricto sensu*, considerando o seu caráter pioneiro e particular, por tratar-se do primeiro mestrado próprio da Instituição, algo novo, cujo *modus faciendi* junto ao órgão regular exigiu um aprendizado por parte dos dirigentes e dos professores. Dessa forma, foi possível registrar os primeiros desafios e obs-

táculos superados pela equipe responsável, as principais preocupações para a escolha dos professores e a eficiente, eficaz e rica caminhada, com destaque para os avanços alcançados ao longo de 10 anos de existência.

Sobre o êxito alcançado com a criação do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, os entrevistados destacaram os resultados e revelaram o prazer em ter vivenciado a experiência. Dom Petrini afirma:

[...] é de um lado rara e surpreendente que nós, um grupinho com pessoas veteranas e um grupo de jovens, crescemos extraordinariamente, a ponto de termos passado de 3 para 4 e logo depois para 5. Não é comum. Foi totalmente inesperado. (p. 4).

Professora Maria Julieta Fontes comenta “[...] isso foi inédito; na Capes não é comum. Uma professora que nos visitou nos deu esse depoimento.” (p. 4).

Prof. José Euclimar Menezes acrescenta: “[...] a Capes sempre se refere à integração do grupo [...] O fato é que na Comissão Interdisciplinar, o nosso é o único de universidade particular, com nota 5.” (p. 4, 5).

Os professores falam a respeito do significado dessa experiência. Dom Petrini destaca a importância da disciplina, do rigor científico no processo de produção de conhecimentos científicos:

Isso não é bom só para a Instituição, mas nós [com essa experiência] crescemos. No início do programa aprovado pela Capes, eu não considerava que teria que me dedicar, depois se tornou algo muito importante. Hoje é diferente. Nesse caminho, aprendi não só para dar conta da exigência de produzir, mas aprendi a produzir, a pensar de maneira mais ordenada e sistemática. Foi um caminho que todos percorreram. (p. 4).

Professora Maria Julieta Fontes comenta:

[...] merece destaque, nessa construção toda, o bom relacionamento que foi mantido. Considero muito importante em todo o processo acadêmico vivenciado no mestrado esse clima de bom relacionamento e parceria. Cabe ressaltar ainda que o Programa em Família na Sociedade Contemporânea foi o primeiro a ser instalado na UCSal, contribuindo efetivamente para a instalação dos demais programas. (p. 7).

Professor José Menezes afirma: “Claro, o PPGFSC deu a modelagem para os demais programas [...] foi a mãe dos outros programas.” (p. 7). Durante a entrevista, o Professor Petrini manifestou, por várias vezes, a preocupação com o estabelecimento de articulações com professores estrangeiros, como um modo de garantir a qualidade e a filosofia do Programa. Tal atenção justifica-se, se for também considerado que o intercâmbio com instituições estrangeiras constitui-se, na atualidade, um dos principais indicadores apontados pela Capes, na avaliação trienal dos cursos *stricto sensu*, conforme descreve:

Outro ponto que aconteceu é que consegui articulações como exterior, não só no Instituto de Família que foi importantíssimo; convidei figura extraordinária, que conheci no Chile. Em agosto de 2005, começamos com uma aula magistral de Morandé (Chile) no Mestrado, e depois foi publicada. Depois chamei duas figuras de primeiríssima grandeza, [o primeiro] da Universidade de Bologna/Itália, o sociólogo Pierpaolo Donati e [o segundo] Sergio Belardineli, da Pontifícia Universidade Lateranense/Itália, dois sociólogos de projeção internacional, e vieram e fizeram um Congresso Internacional sobre Família e depois publicamos, em 2006. Realizamos um Congresso, convidamos Francesco Boturi e Pierpaolo Donati para falarem sobre o tema Família, Natureza e Cultura, trouxemos antropólogos, Claudia Fonseca, Cintia Sarti e também a professora Elisabete Bilac da Universidade de Campinas. (p. 5).

Documento recente publicado pela Capes, intitulado Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020, na seção “A PG Brasileira no Ano de 2020”, traz trabalho de Gazzola e Fenati (2010, p. 12), no qual, dentre as frentes de trabalho sugeridas, ressaltam a necessidade de “[...] consolidar o indicador de solidariedade que [...] passou a integrar o modelo de avaliação da Capes nos últimos anos”. O indicador de solidariedade valoriza a cooperação interinstitucional. Para os autores

[...] a consolidação do sistema nacional de ciência e tecnologia como um todo [...] [requer um] plano estratégico de desenvolvimento da pós-graduação [...] com prioridade para áreas específicas, nichos temáticos regionais e necessidades econômicas de cada região [...] (GAZZOLA; FENATI, 2010, p. 12).

Durante a entrevista com Dom Petrini ficou clara a preocupação em buscar a cooperação institucional, compreendendo que, para fortalecer o PPGFSC, seria importante buscar aporte, mediante uma aproximação com pesquisadores internacionais. Dessa forma, cuidou de propiciar a cooperação com outros programas e centros de pesquisa e destacou as medidas tomadas para estimular a publicação de temas relacionados à área do Programa:

Fazíamos congressos e publicávamos em seguida as conferências. Tivemos aulas magistrais e foram publicadas. Quer dizer, nós fomos atrevidos. De repente, as pessoas gostam de vir ao Brasil; mesmo que não se tenha uma boa estrutura, os professores convidados aceitam e se dedicam. Convidamos o filósofo Boturi, de grande reconhecimento internacional. Foi muito bonito. Depois a Ana Cecília trouxe o professor Valsiner. Vanessa, com os trabalhos de Direitos Humanos, estabeleceu ponte com Salamanca, Livia com Sorbonne, a Mary com a FLACSO, Menezes com o grupo de São Paulo. Permita-me dizer que se não fôssemos nós a pensar família, para o que batalhei [...] no Brasil não teríamos um programa com qualidade acadêmica. (Dom Giancarlo Petrini, p. 5).

Quanto à inserção social e ao impacto gerado pelo PPGFSC, Dom Petrini tece os seguintes comentários:

Veja como a repercussão no mundo acadêmico; tornei-me presidente da Comissão de Família (CNBB) e a riqueza da produção daqui, em termos de pastoral, tem influenciado. Vou me retirar do Instituto da Família, mas vem um teólogo bom, que é meu assessor em Brasília, e pode ajudar a expandir o Instituto. (p. 6).

Ao registrar os aspectos positivos da trajetória de construção do Programa, cabe rápida digressão sobre traços comuns ao gestor, enquanto aquela figura que desempenha o papel de educador. Sua atuação busca potencializar as forças renovadoras da Instituição, valorizando cada um, propiciando um ambiente de confiança e de construção coletiva, em que as competências de cada um é mobilizada e se estabelece uma sinergia na qual todos estão comprometidos com os objetivos comuns e, assim, buscam superar

obstáculos e limites. Nessa direção, a Professora Maria Julieta Firpo Fontes resume seu ponto de vista a respeito das características da Universidade Católica e que permeiam as relações na comunidade acadêmica:

[...] o processo educativo, democrático, participativo, sempre sentia que a Católica tinha esse diferencial. Percebi isso participando dos fóruns de extensão e da pós, que têm a ver com sua natureza católica, filantrópica e comunitária. Como gestora, sempre procurei fortalecer as relações internas como também a relação com a sociedade. Aí cabe destacar a questão da extensão e sua articulação com a pesquisa e o ensino. (p. 4).

Neste trecho da entrevista, a Professora resalta a motivação inicial para a criação da Pós-Graduação *stricto sensu* e os primeiros desafios enfrentados para a instalação do primeiro Mestrado próprio da UCSal. Se a UCSal surgiu na década de 1960 por inspiração de leigos católicos articulados com o então Cardeal Dom Álvaro Augusto da Silva, o PPGFSC resulta da iniciativa de Dom Petrini, bispo auxiliar da Arquidiocese de São Salvador e também diretor do Instituto de Teologia da UCSal, e expressa seu zelo apostólico em relação à missão desta Universidade de inspiração cristã, articulando-se com o então Reitor da UCSal.

As entrevistas tornaram possível a percepção do compromisso e do importante papel desempenhado por Dom Petrini, por meio dos destaques e comentários sobre aspectos que contribuíram para o PPGFSC alcançar, num curto espaço de tempo (2004-2008), a pontuação 5 na Capes. Dentre eles, destacam-se: a qualidade do corpo docente, constituído, de um lado, por um grupo de professores mais experientes, com qualificação excepcional, resultante da trajetória acadêmica na docência e como pesquisadores, e, do outro, por professores jovens motivados e comprometidos em crescer como grupo. Vale aqui a expressão tão usada pelos franceses *rien n'est plus beau que l'esprit d'équipe*.¹³ O sentimento de pertença ao grupo e o grau de integração dos docentes, constatado, inclusive, pela própria Capes, foram alcançados graças ao modelo de gestão participativa e democrática implementado, estimulando a construção coletiva de projetos cujo perfil se identificasse com a prática exer-

13 “Nada é mais bonito que o espírito de equipe.”

cida pela Superintendente de Pesquisa e Pós-Graduação. O mesmo se observa quanto à coordenação do Programa. Ambos movidos por um sentimento de compromisso com a natureza da Instituição e, particularmente o segundo, movido pelo sentimento de amor pela temática Família, empenharam-se na concretização dos objetivos perseguidos. Cabe registrar que, desde o primeiro momento, Dom Petrini dedicou-se a “Pensar a Família” na perspectiva da Igreja e também em buscar as fontes do saber científico que lastreassem a concepção do Mestrado.

Assim, o primeiro projeto, cujo embrião nasceu no Instituto João Paulo II, vinculado ao Instituto em Roma, ganhou reforço ao vincular-se à UCSal. Esta instituição de ensino superior, enquanto Universidade Católica, comunitária e filantrópica, está integrada ao Sistema de Ensino Superior do país, constituindo-se canal de interlocução legal e legítimo com o órgão oficial responsável por implementar e operacionalizar a política de pós-graduação no país.

Naquele momento, a conjuntura era favorável, tanto do ponto de vista da UCSal – então sob o reitorado do Professor José Carlos Almeida da Silva, que já havia presidido por duas vezes o Conselho Nacional de Educação (CNE) e estava a par das novas diretrizes estabelecidas por aquele órgão –, quanto dos indicadores de Avaliação instituídos pelo MEC, no início da década de 2000. Esses indicadores exigiam o funcionamento dos cursos de mestrado e doutorado como condição para o credenciamento da Instituição pelo MEC.

A partir de 2003, todas as IES e, conseqüentemente, as Universidades deveriam constituir suas Comissões Próprias de Autoavaliação Institucional, com o objetivo de implementar não só a cultura de autoavaliação, mas preparar o Relatório de Autoavaliação Institucional e protocolizar, no INEP, com vistas ao credenciamento, conforme estabelece a Constituição de 1988 e a nova LDB. De acordo com os critérios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), no momento da avaliação, seria exigido que a UCSal estivesse oferecendo cursos *stricto sensu*.

Agrega-se a esse fato o movimento interno desencadeado pela Estatuinte na UCSal. Já naquele fórum coletivo, a comunidade acadêmica apontava para a urgência em instalar a pós-graduação *stricto sensu* na Instituição. Nesse sentido, houve decisão política e apoio institucional por parte da Reitoria para contratar a consultoria especializada, efetivar “[...] a contratação de

doutores em regime de 40 h, mesmo antes de o Programa ser aprovado pela Capes” (Dom Petrini, p. 7) e implementar um conjunto de medidas administrativas e pedagógicas, visando criar as condições objetivas necessárias à aprovação do primeiro Mestrado.

Cabe também destacar outros fatores que têm contribuído para as avaliações positivas do PPGFSC, a saber: a estratégia adotada pela coordenação do curso, que intensificou articulações com docentes reconhecidos internacionalmente por suas produções, com tradição acadêmica na docência e como pesquisadores em áreas específicas relacionadas à temática Família; e a atitude proativa dos docentes, que fortalece o intercâmbio sistemático com Universidades de outros países e cria uma rede de relações com grupos de pesquisa que estudam temáticas relacionadas às linhas de pesquisa do Programa. Esses intercâmbios, muitos deles articulados por Dom Petrini, vêm tendo um peso significativo. Muitas conferências e congressos transformaram-se em publicações do PPGFSC.

O êxito alcançado com as avaliações positivas do Mestrado pela Capes resultou na decisão da SNPG em aplicar a proposta do Doutorado em 2008.

Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea

Integram o PPGFSC o curso de Mestrado, recomendado pela Capes em 2004, e o de Doutorado, em 2008. Concebido como um programa interdisciplinar, desde sua origem foi pensado como “[...] centro interdisciplinar avançado de pesquisa e de formação de pesquisadores na área de Família”. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2008, p. 1).

Caracterização Sucinta do Programa

É interdisciplinar, decorrente da natureza mesma do tema Família, que requer pesquisadores de formação disciplinar variada (Sociologia, Antropologia, Psicologia, História, Direito, Saúde Coletiva, Filosofia) reunidos em equipes interdisciplinares, que convocam à cooperação de saberes provenientes das várias disciplinas das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências da Saúde. Por outro lado, o Projeto Pedagógico do Programa,

em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional, tem a expectativa de contribuir para a formação de sujeitos com as seguintes características: capacidade de análise do contexto em relação às práticas que ocorrem na família; compreensão de processos intersubjetivos no contexto da família; competência para o exercício da mediação familiar com base em um agir comunicativo e estratégico; habilidade para reconhecer, denunciar e agir frente a situações de violação de direitos; tolerância e diálogo em situações conflitivas; atenção a problemas e necessidades da família; senso crítico quanto à efetividade e ética das intervenções propostas ou realizadas; permanente questionamento sobre o significado e o sentido da sua atuação e do seu projeto de vida.

No Quadro 2 são apresentados os elementos que compõem as propostas aprovadas pela Capes, respectivamente do Mestrado e Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea, a saber: objetivo, perfil do egresso, área de concentração e linhas de pesquisa.

Quadro 2 – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea: objetivo, perfil do egresso, área de concentração e linhas de pesquisa – UCSal, 2014

CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA	MESTRADO	DOCTORADO
Objetivo	Formar pesquisadores e docentes na área de Família	Oferecer formação especializada e preparação de pesquisadores especializados em família.
Perfil do Egresso	Formação qualificada e multidisciplinar em Família, para atuar na docência do ensino superior em várias disciplinas que incluam o tema da Família ou integrar equipes multidisciplinares de pesquisa em Família.	Habilita para integrar quadros altamente especializados na pesquisa e na docência sobre a temática Família nos seguintes perfis: <ul style="list-style-type: none"> • profissional atuando em campo específico (Direito, Saúde Pública, Psicologia, Assistência Social), capaz de chefiar núcleos de pesquisa e/ou de formular e liderar projetos de gestão social; • professor-pesquisador acadêmico, atuando nas disciplinas da sua formação como especialista em Família.

(Continua)

CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA	MESTRADO	DOUTORADO
Área de concentração (para os dois níveis)	Família em Mudança, sob dois aspectos: <ul style="list-style-type: none"> • impacto das intensas e aceleradas mudanças sociais e culturais contemporâneas sobre a família, produzindo novas configurações internas, novos formatos e novos valores; • efeito das estruturas e formatos familiares sobre a sociedade (educação e socialização), com atenção especial ao contexto social e econômico, bem como considerando o modo como Estado e sociedade respondem (ou não) com políticas às novas e velhas necessidades da família. 	
Linhas de pesquisa (para os dois níveis)	1. Contextos Familiares e Subjetividade. 2. Família e Sociedade. 3. Família, Direito e Sociedade.	

Fonte: Elaborado com base nos Aplicativos para Propostas Cursos Novos (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2004, 2008).

Para garantir o alto nível sustentado pela exigência de interdisciplinaridade, o Programa criou espaços de docência e pesquisa em torno de cinco eixos:

1. Família, gênero, pobreza, violência e políticas públicas.
2. Família e gerações – focalizando a juventude.
3. Família, educação e desenvolvimento (infância e adolescência).
4. Família, intersubjetividade, conjugalidade e modos de subjetivação.
5. Família, Cultura, Sociedade e Direito.

Nesse sentido, observa-se a docência parceirizada em várias disciplinas, criando oportunidades de diálogo interdisciplinar com foco no tema Família.

Estrutura dos Cursos: Mestrado e Doutorado

A estrutura curricular interdisciplinar sustenta-se na Psicologia, na Sociologia e no Direito com foco no tema família, buscando integrar metodologias e abordagens comuns, resgatando conexões já construídas por essas disciplinas sobre o tema Família.

Quadro 3 – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea: Estrutura Curricular – UCSal, 2014

DISCIPLINAS	MESTRADO		DOUTORADO	
	Categoria	Crédito	Categoria	Crédito
Constituição da Subjetividade	Optativa	4,0	Optativa	4,0
Contextos Familiares: Vínculos de Identidade e Pertencimento	Optativa	4,0	Optativa	4,0
Família e Religião	Optativa	4,0	Optativa	4,0
Pesquisa Orientada	Obrigatória	12,0	Obrigatória	14,0
Família e Subjetividade	Obrigatória	4,0	Obrigatória	4,0
Família, Pobreza e Políticas Públicas	Optativa	4,0	Optativa	4,0
Juventudes e Vulnerabilidades	Optativa	4,0	Optativa	4,0
Metodologia de Pesquisa em Ciências Humanas	Obrigatória	4,0	Obrigatória	4,0
Mudança Social e Mudança Familiar	Optativa	4,0	Optativa	4,0
Teoria Sociológica da Família	Obrigatória	4,0	Obrigatória	4,0
Tópicos especiais em “Família e Sociedade”	Optativa	2,0	Optativa	2,0
Tópicos Especiais em Contextos Familiares e Subjetividade	Optativa	2,0	Optativa	2,0
Violência, Pobreza e Subjetivação	Optativa	4,0	Optativa	4,0
Direito de Família	Optativa	4,0	Optativa	4,0
Direitos Fundamentais e Família	Obrigatória	4,0	Obrigatória	4,0
Estudos Avançados em Família I			Obrigatória	4,0
Estudos Avançados em Família II			Obrigatória	4,0

(Continua)

DISCIPLINAS	MESTRADO		DOUTORADO	
	Categoria	Crédito	Categoria	Crédito
Seminário de Pesquisa I			Obrigatória	2,0
Seminário de Pesquisa II			Obrigatória	2,0
Tópicos Especiais em Direito, Família e Sociedade	Optativa	2,0	Optativa	2,0
Trabalho e Família	Optativa	4,0	Optativa	4,0
Direitos Humanos, saúde e família	Optativa	2	Optativa	2
Direito de Família e parentalidade	Optativa	4	Optativa	4
Casamento e relações intrafamiliares	Optativa	4	Optativa	4
Direito de Família e Conjugalidade	Optativa	2	Optativa	2
Embates multidisciplinares: maternidade, gênero e família	Optativa	4	Optativa	4

Fonte: Elaborado com base nos Aplicativos para Propostas de Cursos Novos (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (2004, 2008) e nas informações da secretaria acadêmica da Pós-Graduação *Stricto Sensu*/UCSal.

Total de créditos para titulação Mestrado:

Disciplinas: 20 créditos, sendo oito créditos em disciplinas obrigatórias e 12 créditos em disciplinas optativas.

Dissertação: 12 créditos.

Total de créditos para titulação Doutorado:

Disciplinas: 28 créditos, sendo 20 em disciplinas obrigatórias e oito créditos em disciplinas optativas.

Tese: 14 créditos

O tempo médio para conclusão do curso de Mestrado é de 2 anos, enquanto do Doutorado é de 4 anos. Ao longo de 10 anos, de acordo com dados da Secretaria da Pós-Graduação *stricto sensu*, foram produzidas 129 dissertações e 12 teses, todas cadastradas na biblioteca da UCSal e inseridas no sistema *on-line*.

O PPGFSC oferece, anualmente, 20 vagas para o curso de Mestrado e 10 para o Doutorado, além de ofertar matrícula para alunos especiais, de acordo com a legislação em vigor. Observa-se que a oferta de vagas, tanto do Doutorado como do Mestrado, tem se mantido dentro dos parâmetros definidos pela Capes. Registra-se a demanda crescente nos processos de seleção realizados a cada mês de dezembro. Os dados da tabela a seguir mostram o número de alunos inscritos, matriculados e concluintes do Mestrado e do Doutorado.

Tabela 5 – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da UCSal: Número de Inscritos, Alunos Matriculados e Alunos Concluintes por Ano – Salvador (BA) – 2005-2014

ANO	MESTRADO			DOUTORADO		
	Alunos inscritos	Alunos matriculados	Alunos concluintes	Alunos inscritos	Alunos matriculados	Alunos concluintes
2005	68	10	01	-	-	-
2006	31	13	02	-	-	-
2007	35	20	08	-	-	-
2008	25	14	18	-	-	-
2009	34	17	14	14	07	-
2010	30	19	08	13	06	-
2011	41	23	23	17	08	01
2012	42	20	10	10	06	02
2013	33	17	18	10	10	05
2014	68	20	27	25	10	04
Total	407	173	129	89	47	12

Fonte: Elaborado com base em dados fornecidos pela Secretaria Geral da SPPG/UCSal em 2015.

Nota: Sinal convencional utilizado:

— Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Os alunos matriculados concentram-se na área profissional de Direito, seguida de Serviço Social e Economia.

O quadro de professores versus número de alunos matriculados tem se mantido dentro dos parâmetros estabelecidos pela Capes. São 13 professores

contratados em regime de 40 horas semanais. A relação orientador x orientando tem sido da ordem de 5 alunos por docente. Outro aspecto significativo é o fato de 50% dos professores permanentes atuarem participando da equipe interdisciplinar na graduação, quer lecionando disciplinas, quer em projetos de pesquisa e orientação de bolsistas de iniciação científica.

Os projetos pedagógicos do Doutorado e do Mestrado preveem a formação do estudante, desde que esteja incorporado a um dos seguintes Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq: Família, Autobiografia e Poética; Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventude, Cidadania e Cultura; Epistemes da Subjetividade; Família e Desenvolvimento Humano; Família em Mudança; Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família; Trabalho e Família; Família e saúde na perspectiva relacional; População e Desenvolvimento, Famílias e Direitos Humanos. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2015).

Atividades Desenvolvidas

Esses grupos organizam-se em torno das linhas de pesquisa com a participação de professores de diferentes formações e experiências, contando com o intercâmbio de instituições parceiras, o que fortalece e consolida a prática interdisciplinar e a pesquisa. Todos os professores participam de tais grupos, com destaque para os docentes que, além de participar das redes nacionais, mantêm significativa interlocução com pesquisadores internacionais. O Programa tem acolhido estudantes de outras instituições, como UFBA e UNEB, para participarem de pesquisas na condição de voluntários e no âmbito da Iniciação Científica.

No que concerne à produção intelectual,¹⁴ tem crescido o número de publicações relacionadas às linhas de pesquisa definidas nas propostas dos cursos. Segundo a Ficha de Avaliação do Programa (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2013a, p. 37) relativa à etapa de Avaliação Trienal 2013: “Os artigos publicados em periódicos qualificados concentram-se nos estratos mais elevados do *Qualis*, registrando um índice de produtividade de 0,89.” Por exemplo, ao apresentar o pleito do

14 Ver gráficos da produção dos docentes do Programa em Família na Sociedade Contemporânea no Apêndice E.

Doutorado, em 2008, o programa apresentava, já naquele momento, 167 publicações qualificadas em três anos (excluídas as publicações em Anais de eventos) e, sobre tudo dissertações¹⁵ de mestrado defendidas e aprovadas.

Os docentes desenvolvem atividades de ensino, pesquisa, orientação de teses e dissertações em parceria com pares do Programa e vêm obtendo financiamento externo e interno (Capes, CNBB, CNPq, Fapesb, *Fulbright*,¹⁶ UCSal). Cabe aqui destaque para a bolsa de produtividade do CNPq, a exemplo da pleiteada pela Professora Ana Cecília Bastos, que submeteu proposta de renovação de bolsa de produtividade com o projeto intitulado “Ser Mãe/Pai é para a Vida Inteira? Significados de Maternidade e da Paternidade em Narrativas de Mães e Pais de Diferentes Classes Sociais, ao Longo do Discurso de Vida da Família”, aprovada para o período de 2011-2015 (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2011).

Vale registrar que docentes do programa participam de diversas atividades (bancas, projetos, pareceres) no âmbito de outros Programas de Pós-Graduação, no país e no exterior. Nos convites para integrar bancas examinadoras, o corpo docente tem estado presente, mais frequentemente, nas seguintes instituições: Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade de São Paulo, Universidade do Estado da Bahia e Universidade Federal da Bahia. Docentes vêm participando de conselho editorial *ad hoc*, a exemplo da Revista Horizonte, da PUC/MG, revista Ágora, da Universidade Federal de Sergipe (UFES), Revista da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG).

O PPGFSC, ao longo dos seus 10 anos de atividade, organiza eventos locais, nacionais e internacionais. Em 2006 realizou o *I Seminário Internacional Família Contemporânea: desafios à Intimidade e à Inclusão Social* sob a coordenação do Professor Dr. José Euclimar Xavier de Menezes. Este evento resultou do convênio internacional, estabelecido entre a Universidade Católica do Salvador e a Pontifícia Università Lateranense (PUL), com o objetivo de propiciar a troca e a produção de saberes em uma perspectiva multidisciplinar e comparada sobre a família, em âmbito internacional e nacional,

15 Ver relação de Dissertações e Teses publicadas no sistema *on-line* da biblioteca da UCSal.

16 O *Fulbright* é um Programa de bolsas de estudo patrocinado pelo *Bureau of Educational and Cultural Affairs* do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América.

com foco nas mudanças que ocorrem na família no contexto da sociedade contemporânea.

O Seminário reuniu 21 conferencistas oriundos da Sociologia, da Psicologia, da Filosofia, da Teologia e da Antropologia. Pesquisadores, a exemplo de Pierpaolo Donati, da Università di Bologna/Itália, Jaroslaw Mereck, Nicola Reali, Ângela Ales Bello, Sergio Belardineli (PUL/Itália), Aníbale Fornari (PUC/Santa Fé/Argentina), Morandé (PUC/Chile), Alberto Riva Posse (*Instituto de Perfeccionamiento Docente--IPD/Argentina*),¹⁷ Elisabete Bilac (Unicamp), Alda Mota (UFBA) e da UCSal: Giancarlo Petrini, Mary Castro, Lúcia Vaz de Campos Moreira, Lívia Fialho, Elaine Rabinovich, Ângela Carvalho Borges, Ana Maria Carvalho, dentre outros que participaram de diversas Comunicações, Mesas e Painéis.

Outro exemplo de atividades realizadas refere-se ao período 2008-2011. Com recursos do CNPq, a Professora Mary Castro coordenou o Projeto *Gênero e Família em Mudança: Participação de Pais no Cuidado Cotidiano de Filhos Pequenos*. Por sua vez, a Professora Ana Cecília Bastos coordenou o projeto *Mundos Individuais, Mundos Partilhados: um Estudo Comparativo Transgeracional (Brasil, Estados Unidos, Itália, Timor Leste)*. Este estudo longitudinal estendeu-se até 2012 e foi apresentado no II Seminário Internacional Interdisciplinar de Psicologia Cultural, realizado em Salvador, entre 23 de fevereiro e 5 de março de 2012, numa promoção conjunta PPGPSC e Pós-Graduação em Psicologia, UFBA, com o apoio da CAPES, que contou com a participação de parceiros internacionais, a exemplo de Dr. Jaan Valsiner da *Clark University* (EUA) e *University of Aalborg* (Dinamarca), Tatsuya Sato da *Ritsumeikan University* (Kioto, Japão), Tania Zittoun (*University of Neuchâtel*), Nandita Chaudhary (*University of Delhi*, Índia), além de pesquisadores brasileiros de diferentes universidades (UFBA, UFMG, UFPE, UnB, USP) e presença do corpo discente. Outros exemplos dos esforços empreendidos para internacionalizar o Programa foram registrados no Relatório Coleta, ano base 2012, a saber: I Seminário Internacional: "A Universidade na Sociedade do Conhecimento: o Eixo Interdisciplinar", com a presença do antropólogo Giles Bibeau (Canadá), coordenado pelo Professor José Menezes, em 2012. O evento contou com a participação de pesquisadores da

17 O IPD tem como objetivo formar educadores/facilitadores na temática do jogo, arte e criatividade a nível profissional, incluindo aspectos do desenvolvimento pessoal.

UERJ, UEFS, UFBA, UNEB, que contribuíram para enriquecer o debate sobre o tema. No âmbito nacional, destacam-se eventos nos quais o Programa esteve presente, a exemplo daqueles promovidos pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), pela Associação Nacional de História (ANPUH) e pela Associação Nacional de Pesquisadores em Ciências Sociais (Anpocs), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), além de participação dos pesquisadores em reuniões científicas promovidas pela Sociedade Brasileira de Psicologia – Reunião Anual de Psicologia – e pela UFBA.

No decorrer do triênio 2010-2012, o grupo de pesquisa de Direitos Humanos, Direitos à Saúde e Família desenvolveu cinco vetores de investigação com a colaboração de docentes de universidades (UESC, UFBA, UFPB, UFRB, UFSE) com publicação dos artigos “Sofrimento Mental e os Desafios do Direito a Saúde”, “Maternidade e o Abuso Sexual Infantil Intrafamiliar: Garantir um Colo Protetor”, “A Nova Velhice do Provedor”. Esses são exemplos de práticas interdisciplinares que expressam as ações em rede voltadas para compreender questões complexas colocadas pela sociedade.

Registra-se também o esforço conjunto da UCSal com o apoio inestimável de bolsa pós-doc/Capes das professoras Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima (EUA) e Lívia Fialho (França). A primeira lidera, há dez anos, pesquisas com o vetor Adolescente em Conflito com a Lei e Direitos Humanos, com o objetivo de

[...] analisar a observância da proteção integral em face dos jovens representados e remidos em face dos vínculos familiares, e ainda, relacionar as políticas públicas para o segmento populacional juvenil e, finalmente, identificar a relação entre violência estrutural e vulnerabilidade às condições institucionais. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR, 2012c, p. 9).

Essa experiência resultou no projeto *Brasilian Children Confronting Drug Addiction: The Right to Health and the Convention on the Rights of the Child*, no qual a professora Isabel Lima atuou como *Visiting Scholar-Reseacher* em estágio Pós-Doutoral na área de Direitos Humanos no Centro de Direitos Humanos da Universidade de Notre Dame, Indiana, Estados Unidos, com o apoio da Fundação Fulbright.

A professora Livia Fialho investiga Redes Sociais de cuidado: pais, parentes, escola e bairro, buscando conhecer a realidade interna das famílias quando o tema é o cuidado dos filhos. Este projeto tem sua origem em pesquisa liderada pelas Professoras Mary Castro e Ana Maria Almeida Carvalho sobre a temática “Gênero e Família em Mudança, participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos”, na qual participaram dez pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação. Finalizada em 2011, gerou, em 2012, artigo científico, capítulos de livros e trabalhos técnicos. Outras publicações têm resultado dos trabalhos desenvolvidos pelos citados vetores, demonstrando a rede de conexões com Portugal, México e Espanha.

Egressos participam de grupos de pesquisa, exercendo docência e atuando no mercado de trabalho em múltiplas instituições, como prefeituras, órgãos do poder judiciário, clínicas, hospitais, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD),¹⁸ sindicatos, escolas, tribunais de justiça, polícias civil e federal.

Registram-se também experiências de egressos do Mestrado, a exemplo de Samira Bastos, que ingressou para doutorado na Bélgica, em um programa em Criminologia Psicológica, tendo também sido convidada pela Professora Antoinette Fauve-Chamoux a apresentar os resultados da sua dissertação em Paris, na École des Hautes Études en Sciences Sociales, instituição de ensino superior.

Ao longo de 10 anos, diversas formas de intercâmbio estabeleceram-se entre o PPGFSC e várias instituições, a saber:

- a. *Pontificia Università Lateranense/Roma* (seminários conjuntos no Brasil e na Itália, Mestrado em Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (professores visitantes em mão dupla, projetos, conjuntos de pesquisa);
- b. *Pontificia Universidad Católica de Chile (UC)* – professores convidados em seminários do PPGFSC, professores visitantes desta instituição na Católica do Chile;

¹⁸ É um serviço público específico e gratuito para o cuidado, atenção integral e continuada às pessoas com transtornos mentais a partir de 18 anos.

- c. *University of Florida* (Helen I. Safa, professora emérita de Antropologia e Estudos Latino-Americanos, exercendo a atividade de professora Visitante neste PPG);
- d. *Universidad Católica de Santa Fé/Argentina* (intercâmbio de conferencistas e professores em cursos de curta duração);
- e. *Università de Bologna/Itália* (docentes de Bologna foram professores visitantes neste Programa e estudante do Mestrado em Família realizou estágio de pesquisa supervisionado em Bologna);
- f. *École des Hautes Études em Sciences Sociales/Paris* (dois docentes daquela instituição foram professores visitantes neste Programa);
- g. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (intenso fluxo de professores nos dois sentidos, em cursos, bancas examinadoras e eventos científicos, além de cooperação em projetos de pesquisa);
- h. Departamento de Pesquisa da representação da Unesco no Brasil (pesquisa focada em Juventudes, Gêneros e Raça, com participação de Mary Castro, professora deste PPG);
- i. Centro de Estudos sobre Desnutrição Infantil da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp);
- j. Rede Iberoamericana de Tecnologia da Informação (RITLA), Espanha;
- k. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil;
- l. Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP).

O Programa vem investindo na direção de ampliar intercâmbios, parcerias, produção conjunta com pesquisadores e docentes de outros programas e centros de pesquisa, buscando construir “[...] redes de colaboração na produção de conhecimentos e no enfrentamento de desafios conceituais e metodológicos de caráter Interdisciplinar” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR, 2012c, p. 4). Exemplo exitoso foi o projeto em rede, intitulado “Família: Recurso da Pessoa e da Sociedade” liderado pelo Prof. Giancarlo Pe-

trini, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Família e Mudança, que incluiu uma reunião científica em Roma, Itália, com a participação de docentes de seis países, como exposto no quadro a seguir:

Quadro 4 – País, Organizações e Professores representantes reunidos em Roma (IT), ago. 2012

PAÍS	UNIVERSIDADE	PROFESSORES REPRESENTANTES
Itália	Universidade de Bologna	Pierpaolo Donati, Ricardo Prandini, Sergio Belardinelli
	Universit� Católica di Milano	Giovana Rossi, Giovana Scabin, Francesco Beletti
Estados Unidos	United States Conference of Catholic Bishops (USCCB)	Richard McCord e Theresa Notare
Espanha	Universidade de Navarra	Javier Escriv� Ivars, Carolina Montoro
	Universidade de Zaragoza	Pablo Garcia Ruiz
Pol�nia	Universidade de Breslavia	Jerzy Koperek Wieslaw Bokajlo
México	Universidade Nacional Aut�noma	Fernando Pliego
	Universidade Panamericana da Cidade do México	Maite Goicuria Rafael Aleman Jasso
Brasil	Universidade Católica do Salvador	Prof. Giancarlo Petrini e Miriã Alcântara

Fonte: Elaborado com base no Relatório Coleta de Dados (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012c, p. 10).

Esses professores ficaram responsáveis pela coleta de dados em seus respectivos países. O estudo multicêntrico sobre a família, pessoa e sociedade foi proposto pela Universidade de Bologna com desdobramentos no Brasil, sofrendo ajustes metodológicos adequados à realidade do nosso país; uma rica experiência interdisciplinar promovendo avanços nos estudos sobre Família.

Experiência de Estágio Doutoral

O PPGFSC incluiu em seu planejamento o incentivo a doutorandos, para que participem do programa bolsa sanduíche, como recurso para aprimor-

ramento da formação do pesquisador. De acordo com o Regulamento do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), aprovado pela Portaria n. 69, de 2 de maio de 2013, Seção I - Dos Objetivos art. 3º:

O Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE é um programa da Capes com o objetivo de apoiar a formação de recursos humanos de alto nível por meio da concessão de cotas de bolsas de doutorado sanduíche às IES – Instituição de Ensino Superior, que possuam curso de doutorado reconhecido pela Capes. (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2013b, p. 2).

Relatos que abordam esse tema são relativamente comuns, sobretudo de doutorandos originários de cursos com longa tradição em pós-graduação *stricto sensu*. Na UCSal, contudo, constitui-se uma das primeiras experiências, merecendo o seu registro no contexto da história que conta os primeiros 10 anos de existência dos programas desse nível.

Nesse sentido, com base na linha adotada, foram incluídas informações sobre a experiência de estágio doutoral realizada pelas alunas do PPGFSC no primeiro semestre de 2014.

Em seus relatos, as duas doutorandas entrevistadas recuperaram elementos históricos, ao discorrerem sobre fatos que antecederam o início do intercâmbio. Ambas atribuem às professoras do curso a iniciativa de lançar a ideia do doutorado sanduíche e destacam o papel desempenhado não só no estímulo e provocação das doutorandas, mas também a importância das articulações junto ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) de Portugal. Ademais, revelam o empenho e interesse das docentes do PFSC para criar oportunidades de aprimoramento em instituição reconhecida internacionalmente. É também um testemunho do esforço desenvolvido pela SPPG na direção da internacionalização do Programa e também o reconhecimento, no âmbito nacional e internacional, do importante papel desempenhado pela Capes no incentivo e financiamento em prol da qualificação de pesquisadores do país.

O estágio doutoral das entrevistadas realizou-se no ICS da Universidade de Lisboa e resultou da articulação entre a orientadora do PPGFSC/UCSal com a professora daquele Instituto, com quem já mantinha um relacionamento científico e que se colocou à disposição, assumindo a coordenação das doutu-

randas. O ICS tem como missão “[...] estudar as sociedades contemporâneas, com especial ênfase na realidade portuguesa e nas sociedades e culturas com as quais temos [Portugal] relações históricas, quer no espaço europeu, quer noutros espaços geográficos.” (INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, 2014, p. 1).

Segundo as narrativas das doutorandas, alguns desafios tiveram que ser superados, por exemplo, “[...] chegar numa estrutura que não tinha disciplina, nem grupo de pesquisa.” (Entrevistada n. 1.2). Tratava-se de um novo modelo de inserção, diferente do que estavam habituadas no PPGFSC.

De acordo com os critérios e orientações da Capes constantes no Regulamento, art. 7º, a Capes espera que “As candidaturas apresentadas [...] devem demonstrar entrosamento entre o orientador no Brasil e o coorientador no exterior, como parte integrante das atividades de cooperação na supervisão do doutorado” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014a, p. 3).

A experiência mostra que, no primeiro momento, diante de uma realidade nova e desconhecida, as doutorandas buscaram o apoio da orientadora do PPGFSC:

Estávamos sempre nos comunicando com algumas professoras do PPGFSC, também com as orientadoras daqui [...] colocando nossas preocupações e nossas descobertas [...] Mas, por outro lado, foi motivador. Percebi também o quão contraditória sou. Como professora sempre digo que o estudante é o sujeito do processo de sua formação e agora, como seria a minha inserção? (Entrevistada n. 1.2).

Dentre as atividades realizadas destacam-se os encontros sistemáticos com a coorientadora, a participação em eventos promovidos pelo Instituto, a presença em debates, seminários regulares considerados importantes para o aprofundamento das questões relativas à temática Família.

A inserção na nova ambiência acadêmica requereu, por parte das doutorandas, a atitude de acolhimento aos novos estímulos. Assim, a bolsa sanduíche propiciou novos espaços e situações de aprendizagem na convivência acadêmica com diferentes atores (docentes, pesquisadores renomados, alu-

nos bolsistas) brasileiros e de outros países, além dos encontros regulares com os coorientadores.

Dentre os ganhos registrados, destaca-se a postura proativa e de maior autonomia por parte das participantes da bolsa sanduíche. Esse processo funciona como “reforço” e aumenta a autoconfiança nos conhecimentos adquiridos anteriormente. Outro aspecto registrado pelas doutorandas foi o desenvolvimento do exercício do diálogo, considerando que, nos diferentes momentos, tiveram oportunidade de defender suas ideias no confronto com o “outro”, colocando-se na atitude de escuta e reconhecendo a possibilidade de desconstruir e rever conceitos.

Quanto à infraestrutura, aos doutorandos são oferecidas salas próprias, dotadas de recursos tecnológicos, material de consumo, bibliotecas bem equipadas. Esta realidade chamou a atenção das entrevistadas, que consideraram de excelente qualidade às condições de estudo. A experiência propiciou não só uma aprendizagem sobre novas formas de estudo, como também possibilitou o aprofundamento, a reflexão e a discussão sobre as diferentes abordagens teóricas e distintas ênfases no estudo da temática Família, com destaque para os questionamentos relativos à metodologia do trabalho e ao uso dos métodos qualitativos.

No primeiro momento, a expectativa das doutorandas esteve focada nos objetos de tese. Os contatos com a coorientadora foram considerados fundamentais, pois as instigaram a pensar sobre questões de ordem metodológica.

[...] na primeira conversa com nossa orientadora, ela nos questionava quanto à metodologia [...] começamos a defender o que queríamos fazer; isso nos obrigou a aprofundar estudos, para debater o assunto [...] aprendemos muito, pois passamos a pensar na questão dos métodos quantitativos. (Entrevistada n. 1.2).

As entrevistadas ressaltaram o valor do intercâmbio, que oportunizou uma rica reflexão e a possibilidade de estabelecer novas conexões. O diálogo entre a perspectiva interdisciplinar, que tem como tema central Família, e a ótica disciplinar adotada naquele Centro de pesquisa gerou a mudança do “olhar” com base nos referenciais estudados. O ICS realiza estudos com ênfase nos fundamentos da sociologia. Segundo a Entrevistada n. 1.1:

[...] eles trabalham com pesquisa quantitativa [...] eles questionam, por exemplo, o número de respondentes, participantes, mesmo sendo qualitativos. Lá não fazem nenhum trabalho com menos de 60 pessoas, [uma vez que] os órgãos de fomento não destinam recursos [...]

Por outro lado, as participantes sentiram-se mais seguras quanto à opção de trabalhar o objeto da tese na abordagem interdisciplinar, como expressa a Entrevistada n. 1.I: “A grande diferença é a interdisciplinaridade; aqui podemos trabalhar com dois autores diferentes.”

Uma experiência dessa natureza ultrapassa os aspectos estritamente relacionados à vida acadêmica e, nesse caso, contribuiu para ampliar a visão de mundo, mediante o contato com outra cultura, outros hábitos e costumes. Também possibilitou uma releitura da realidade socioeconômica de Portugal, cujo cenário apresenta perspectivas sombrias quanto a oportunidades de emprego, atingindo diretamente os egressos da Universidade, os quais permanecem como bolsistas e, assim, mantêm vínculo com a Instituição.

As entrevistas tornaram ainda possível caracterizar aspectos relativos à experiência, no que se refere aos instrumentos de avaliação adotados pelo ICS, cuja prática inclui a apresentação do projeto de tese e uma avaliação dos avanços enquanto bolsistas no tempo que permaneceram no ICS, indicando o estágio em que se encontravam no retorno para a UCSal. Exigiu-se ainda a elaboração de um relatório final, além da publicação de artigo em Revista do próprio Instituto.

Avaliação do Estágio Doutoral

Os resultados do intercâmbio são reconhecidos e destacados pelas entrevistadas, porque contribuiu para capacitá-las e propiciar-lhes maior domínio dos instrumentos teórico-metodológicos. Repercutiu também no objeto da tese, porque criou espaços para repensar a questão metodológica e para aprofundar o referencial teórico escolhido. Oportunizou ainda maior aproximação entre as três doutorandas da UCSal e possibilitou-lhes ampliar os relacionamentos com pesquisadores e docentes reconhecidos internacionalmente, inclusive brasileiros, além do crescimento do ponto de vista cultural, pelo contato com uma nova cultura. Em seu depoimento, a Entrevistada

n. 1.1 acrescenta: “[...] Para nós foi muito bom ver o que eles fazem lá, mas para eles também perceberem a nossa Instituição, o nosso Programa.”

Segundo a Entrevistada n. 1.1, na medida em que permitiu uma oportunidade de comparar e fazer a autoavaliação, o intercâmbio constituiu-se um indicador de qualidade porque “[...] percebemos que estávamos preparadas, discutindo no mesmo nível, seguras, com domínio teórico e metodológico sobre a temática família”. Nas entrevistas, as doutorandas chamam a atenção para a relevância dos conhecimentos aprendidos e para a qualidade das relações estabelecidas, considerando aspectos objetivos e subjetivos, além de ressaltarem o sentimento de pertença ao PPGFSC.

Registra-se ainda que as doutorandas, movidas pelo desejo de contribuir com o PPGFSC, para que avance na estratégia de internacionalização, assumiram o compromisso de elaborar “[...] um Manual para ajudar outros discentes que estão se preparando para fazer o intercâmbio” (Entrevistadas n. 1.1 e n. 1.2).

A bolsa sanduíche representa uma rica oportunidade de estímulo e incremento à formação e qualificação dos profissionais, contribuindo para a internacionalização do conhecimento. Sem dúvida, fortaleceu o relacionamento da UCSal com a Universidade de Lisboa e abriu novas perspectivas de trabalho acadêmico na área de Família, viabilizando a internacionalização do PPGFSC, importante indicador de qualidade da pós-graduação *stricto sensu*.

Avaliações do PPGFSC pela Capes

No que tange às Avaliações da Capes, realizadas ao longo dos 10 anos, constatou-se que, em 2008, ao apresentar proposta do Doutorado, o PPGFSC fundamentou seu pedido considerando ter alcançado um suficiente grau de maturidade tanto na pesquisa como em relação aos avanços do conhecimento sobre a Família, nos âmbitos internacional e nacional, sustentado nos referenciais que as Ciências Sociais, a Psicologia e o Direito adotam historicamente. Ademais, torna-se necessário, diante da complexidade do tema e suas implicações, repensar e formular novos conceitos para compreender a problemática em questão, elaborando modelos teórico-metodológicos de caráter inovador. Agrega-se a essas razões, como consta da proposta, o fato de

[...] que um mestrado recém-promovido à nota 4, em que todos os seus docentes ou já orientaram ou terão já orientado mestres quando do início do doutorado, dotado de um adequado equilíbrio entre pesquisadores seniores e pesquisadores mais jovens, esteja em condição de sustentar apropriadamente o pleito de um doutorado. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2008, p. 2).

O Quadro 5 apresenta o resultado da Avaliação Trienal da Capes no período de 2010 a 2012.

Quadro 5 – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea: Avaliação Trienal da Capes – Período 2010-2012

QUESITOS	PESO	AVALIAÇÃO
Proposta do Programa	0,00	Muito Bom
Corpo Docente	20,00	Muito Bom
Corpo Discente Teses e Dissertações	35,00	Muito bom
Produção Intelectual	35,00	Muito bom
Inserção Social	10,00	Muito Bom

Fonte: Elaborado com base na Ficha de Avaliação Trienal 2013 (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2013d, p. 4).

Na ficha de avaliação da Capes (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2013a, p. 5), consta a seguinte apreciação:

A área recomenda a manutenção da nota 5 para o Programa de Pós-graduação sobre “Família na sociedade contemporânea” da UCSal, cursos de Mestrado e Doutorado, tendo em vista que:

- 1) os objetivos, linhas de pesquisa e a produção expressam clara interdisciplinaridade;
- 2) a infraestrutura do programa e da IES é adequada para as atividades de ensino e pesquisa dos respectivos cursos;
- 3) a produção docente e discente no triênio é considerada muito boa tomando como referência os parâmetros da Área;

4) as teses e dissertações foram defendidas em tempo médio muito bom;

5) o Programa apresenta uma inserção social ampla e consolidada. O investimento do Programa em estratégias de internacionalização está em processo de consolidação.

Do ponto de vista da Capes, o PPGFSC está consolidado, contribuindo para fortalecer a área interdisciplinar diante dos bons resultados que vem alcançando nas sucessivas avaliações trienais.

Balanço Resumo

O PPGFSC tem alcançado avanços significativos na busca de atingir, nos níveis e instâncias próprias, o desenvolvimento dos cursos de Mestrado e Doutorado e dos projetos de pesquisa. Nesse sentido, procura garantir a organicidade e a interdisciplinaridade. Esse marco teórico é operacionalizado pela docência, pela orientação e pela pesquisa que, atuando de forma integrada, buscam aprofundar conhecimentos que ofereçam uma resposta à construção do objeto comum. Por exemplo, os conceitos de masculinidade e feminilidade vinculam-se a uma discussão acerca da inscrição dos sujeitos, isto é, a posição que ocupam na família e na sociedade, com ênfase nos desempenhos e nas expectativas elaboradas socialmente pelo(s) grupo(s) de pertença.

Percebe-se que, à medida que os estudos e pesquisas avançam vão se desenhando novos temas de interesse e relevância na contemporaneidade. Nesse universo, um tema que tem ocupado os pesquisadores é o papel da afetividade, discutido dentro da problemática mais ampla dos valores. Estudos sobre as relações de violência e seus impactos/efeitos nos arranjos familiares contemporâneos compõem um dos eixos/problemas emergentes, não somente para o mestrado, como também para o doutorado, exigindo projetos de pesquisa voltados para essa temática. Estudos mais recentes têm levado a aprofundar as dimensões da subjetividade, vertente que vem sendo trabalhada em dissertações de estudantes formados em Direito e Sociologia, o que resultou na necessidade de abrir mais uma linha de pesquisa: Família, Sociedade e Direito.

As estratégias e os mecanismos adotados para alcançar o patamar de produção científica têm viabilizado um trabalho acadêmico dentro do rigor teórico-metodológico desejado. Como Programa especializado no tema Família,

tem realizado estudos teóricos e pesquisas para conhecer em profundidade a problemática da família na sociedade contemporânea. Segue, portanto, cumprindo o seu papel e envidando novos esforços na direção de incrementar a formação de novos mestres e doutores dentro do contexto do estado da Bahia.

As possibilidades de investigação avançam, à medida que os docentes participam de redes de pesquisa e de intercâmbio com universidades do Estado, do país e estrangeiras. O programa tem se fortalecido pelo bom nível de produtividade e pela qualidade das publicações. A experiência tem mostrado que a área de pesquisa alimenta o processo de desenvolvimento da Pós-Graduação *stricto sensu*. A esse respeito Saviani (2001, p. 9) lembra: “[...] o elemento central em torno do qual ela deve ser organizada é a pesquisa”. A área de formação de mestres e doutores que inicialmente alavancou o Programa tem se fortalecido à medida que, além de se organizar tendo como centro a pesquisa, vem aperfeiçoando a orientação. Saviani (2001, p. 11) faz uma reflexão sobre a importância e o papel da orientação, sugerindo que se dedique “[...] uma atenção e cuidados especiais ao problema da orientação”. O autor prossegue, argumentando:

[...] o aprendiz de pesquisador pode dar, com segurança, os passos necessários ao domínio dessa difícil prática, que é a pesquisa, de modo a ganhar, ao cabo do processo formativo, a indispensável autonomia intelectual que lhe permitirá formular projetos próprios de caráter original, e levá-los a bom termo [...] (SAVIANI, 2001, p. 11).

Nesse sentido, os docentes do Programa têm tido especial dedicação, de modo a garantir o atendimento individual, além dos momentos coletivos, em que os alunos compartilham suas dúvidas, incertezas e descobertas.

O PPGFSC registra, em cada avaliação anual que realiza, os pontos que melhorou. Em 2012, intensificou-se a cooperação científica no desenvolvimento de pesquisas e no intercâmbio de docentes, pesquisadores e estudantes, como a que envolveu dois pós-doutoramentos e dois estágios doutorais sanduíches. Ampliou-se a rede de instituições com as quais o PPGFSC se relaciona com visitas recíprocas dos docentes, estreitando-se os vínculos de cooperação com parceiros nacionais e internacionais.

A exemplo do que ocorreu com o PPGFSC, a UCSal, na sequência, implementou medidas e estratégias voltadas para a expansão da Pós-Graduação *stricto sensu* e mobilizou o potencial existente para a elaboração da proposta do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Programa de Pós-Graduação em planejamento territorial e desenvolvimento social: mestrado e doutorado

A ideia de aprofundar as pesquisas e os estudos sobre os problemas da moradia em Salvador e aqueles relacionados à questão urbana já se constituía uma forte motivação para a criação de curso *stricto sensu*. A experiência exitosa com a aprovação pela Capes do Programa em Família na Sociedade Contemporânea reforçou a confiança de professores da UCSal cujos estudos realizados já apontavam para essa possibilidade. Assim, com um clima propício à instalação de novos mestrados, a Instituição aglutinou forças e mobilizou o potencial existente para a elaboração da proposta do Programa em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Esta experiência será apresentada a seguir.

Origem

O Programa em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social nasce da iniciativa da UCSal, por meio do Cepex e da Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários, motivada pela necessidade de qualificar as ações de extensão, investigação e formação de recursos humanos na área de planejamento urbano e regional já realizadas pela Instituição nas décadas de 1980 e 1990.

O depoimento da professora Elsa Krachete¹⁹ (2014, p. 1) complementa: “O pilar em que a UCSal se sustentava para apresentar esse programa na Capes era uma trajetória em intervenções [nessa área]. A UCSal desenvolveu [uma prática extensionista] [...] atuando na questão da moradia, na questão da terra.” Segundo a citada professora, o grande desafio

19 KRAYCHETE, Elsa. Elsa Krachete: depoimento [23 maio 2014]. Entrevistador: Professora Liliana Mercuri de Almeida. Salvador, Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação da UCSal, 2014.

[...] era compor o quadro de docentes/pesquisadores com elevada qualificação [...] A UCSal até o momento tinha priorizado o ensino e, mesmo tendo bons professores nos seus quadros, não tinha professores que atendessem aos requisitos colocados pela Capes [...] a ideia era aproveitar ao máximo a experiência dos professores que haviam chegado do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR) e a experiência de extensão da UCSal. (KRAYCHETE, 2014, p. 1).

As principais estratégias adotadas pela equipe que deu início aos trabalhos com vistas à elaboração da proposta foram similares às utilizadas para o Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, com destaque para a realização de três Seminários, resgatando o trabalho de extensão; envolvimento dos professores e ex-alunos do mestrado interinstitucional que retornaram do IPPUR e convite a outros professores de fora da UCSal.

A equipe que elaborou a proposta do Mestrado foi, portanto, buscar seus fundamentos mais especificamente na experiência de extensão, empenhando-se em promover a melhoria das condições de vida da população de baixa renda. A concepção do Mestrado começou a ser gestada em 2003, com os primeiros passos: discussão da concepção do novo Projeto; escolha da metodologia de trabalho; aproveitamento das experiências da UCSal. A professora Elsa Kraychete (2014, p. 2) relembra aqueles momentos: “Para montar a grade curricular e elaborar o APCN contamos com a assessoria de Wilson Gomes, foi muito importante porque ele conhecia bem ‘as regras do jogo’, as exigências da Capes.”

As entrevistas com a Professora Maria Julieta Fontes e o relato intitulado “Histórico da Implantação dos Mestrados e do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social”, elaborado pelo coordenador do Programa em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Professor Sylvio Bandeira, e pelos professores Pedro Vasconcelos e Cristina Alencar, constante da Segunda Parte do presente documento, possibilitam conhecer mais detalhadamente o histórico de sua criação e seu desenvolvimento, desde a fase em que foi concebido.

Diante da importância da atuação da equipe inicial, responsável por desencadear e garantir o processo de construção do Programa, registram-se os seus nomes: Professora Maria Julieta Mandarino Firpo Fontes, Professora

Cristina Maria Macêdo de Alencar (Economia/UCSal e Assessora da SPPG), Professora Elsa Kraychete (Economia/UCSal e Assessora da SPPG). Nessa equipe, estiveram presentes, desde o início, docentes com longa trajetória acadêmica: Professor Pedro de Almeida Vasconcelos (que já integrava a graduação em geografia da UCSal, foi especialmente convidado como consultor do projeto), Professor Sylvio Carlos Bandeirade Mello e Silva (UFBA), Professora Barbara-Christine Marie Nentwig Silva (UFBA), Professora Iracema Reimão Silva (UFBA), Professora Maria Helena Matue Ochi Flexor (UFBA), Professora Miriam de Fátima Carvalho Machado (Engenharia/UCSal), Professora Angela Maria Carvalho Borges (Serviço Social/UCSal).

O Programa em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social está inserido na área em Planejamento Urbano e Regional/Demografia, dentre as áreas da CAPES. Em 16 de julho de 2004, a proposta foi enviada à Capes e este Mestrado Acadêmico foi aprovado com nota 4 e implantado em 2005. Nesse processo, destaca-se a cooperação com o IPPUR (curso de extensão, mestrado interinstitucional PROCAD e criação de lastro de pesquisa a partir da extensão). Os resultados positivos alcançados ao longo dos anos seguintes possibilitou a aplicação da proposta do Doutorado, o que ocorreu em 2012, sendo aprovado e implantado em 2013, com nota 4. O professor Pedro Vasconcelos atuou como coordenador da equipe de elaboração da proposta e continuou na coordenação do curso até abril de 2006, quando a Coordenação passou a ser exercida pelo Professor Sylvio Bandeira de Mello.

A seguir, trechos da entrevista com a Professora Elsa Kraychete que, ao falar da experiência, expressa sua emoção diante do êxito obtido com a aprovação do Mestrado. Revela, assim, o tipo de motivação que a manteve na equipe, mostrando o prazer e o entusiasmo pelo trabalho realizado. Registra também seu reconhecimento e seu forte sentimento de orgulho pela qualidade da UCSal, quando descreve:

Ficamos todos muito felizes com o APCN em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social aprovado pela Capes, com pontuação 4. Professores convidados ficaram surpresos, tinham uma imagem diferente da Instituição não conheciam a rica trajetória da UCSal, elogiaram o trabalho do LEMA e o de Miriam professora de Engenharia. Naquele período eu estava concluindo o doutorado. Comecei a lecionar a disciplina Desenvolvimento, Trabalho e

Território. Em seguida, partimos para preparar a proposta do Doutorado. Foram selecionados como docentes para o curso o prof. Nelson Baltrusis, Peter Schweizer (aposentado com trajetória de consultor em Brasília) e com experiência na América Latina. Prof. Humberto Miranda do Nascimento que trazia uma discussão do rural, com experiência articulada em cooperativa. Assim, chegou-se a um quadro de docentes com alto nível de competência. (KRAYCHETE, 2014, p. 2).

Com a aprovação do segundo curso *stricto sensu* da Universidade Católica de Salvador foram tomadas todas as medidas requeridas para divulgar o novo mestrado, cuidando-se para que o curso pudesse iniciar plenamente o seu funcionamento.

Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

Integram o Programa em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (PPTDS) o Mestrado instalado em 2005 e o Doutorado, em 2013. Seu objetivo primordial é criar competências acadêmicas em planejamento da cidade e da região, na perspectiva das condições de vida humana e de suas relações socioambientais (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012C, p. 1).

Caracterização Sucinta do Programa

O PPTDS propõe-se a formar profissionais pesquisadores e planejadores para o campo de trabalho com território. Tem foco interdisciplinar. “Os seus estudos inter-relacionam os fenômenos territoriais às questões sociais com especial ênfase nas formas de intervenção planejada do Estado, de empresas e da sociedade.” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012C, p. 1).

O Quadro 6 apresenta objetivo, perfil do egresso, área de concentração e linhas de pesquisa do Mestrado e Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSal em 2014:

Quadro 6 – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social: objetivo, perfil do egresso, área de concentração e linhas de pesquisa – UCSal, 2014

CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA	DOCTORADO	MESTRADO
Objetivo	Criar competências acadêmicas em planejamento do território urbano e regional, na perspectiva do desenvolvimento social, como também formar docentes e pesquisadores qualificados para desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão nesta área conhecimento.	[...] a formação de profissionais pesquisadores e planejadores para o território nas suas diferentes escalas-cidades, metrópoles, regiões, basear-se-á em referenciais que perpassem as disciplinas tradicionais que o abordam (geografia, sociologia, arquitetura, economia, entre outras).
Perfil do egresso	Doutores em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social aptos a: <ul style="list-style-type: none"> desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão; integrar equipes multidisciplinares de pesquisa e planejamento de políticas territoriais e de desenvolvimento social [...] integrar equipes de elaboração e avaliação de planos e projetos sociais, econômicos, ambientais e outros com ênfase na dimensão territorial; 	[...] mestre qualificado para ser um docente atuante e concomitantemente à produção de conhecimento [...] apresentará capacidade para: analisar [...] formular, elaborar e executar tarefas de pesquisa, planos e projetos;
	<ul style="list-style-type: none"> prestar consultorias, avaliar, analisar e monitorar políticas e planos territoriais, formular e desenvolver pesquisa em instituições públicas e privadas, no terceiro setor e em universidades; apoiar e assessorar a sociedade civil organizada em questões relativas à vida no território nas diferentes escalas e dimensões (moradia, infraestrutura, transportes etc.); 	promover ações socioeducativas junto à população em associações de moradores, organizações não governamentais, dentre outras.

(Continua)

CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA	DOUTORADO	MESTRADO
Perfil do egresso	<ul style="list-style-type: none"> • constituir acervos documentais e de dados sobre território; • elaborar metodologias de pesquisa e projetos, e indicadores; • promover ações socioeducativas junto à população em geral, associações de moradores, organizações não governamentais, técnicos de governo, dentre outras; • desenvolver práticas docentes em torno da temática do Programa, visando a difusão de conhecimento sobre o território. 	promover ações socioeducativas junto à população em associações de moradores, organizações não governamentais, dentre outras.
Área de concentração para os dois níveis	Territorialização e Desenvolvimento Social.	
Linhas de Pesquisa	Linha 1. Territorialidade e Planejamento Urbano e Regional. Linha 2. Territorialidade, Desenvolvimento Social e Meio Ambiente.	

Fonte: Elaborado com base nas Propostas de Cursos Novos (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2005a, 2012a).

As categorias teóricas nucleadoras do mestrado e do doutorado são o território e o desenvolvimento social, sínteses de escalas temporais e físico-espaciais que configuramo programa como construção histórico-social. Sua teleologia é o desenvolvimento social como condição de vida no planeta em suas múltiplas escalas. Como instrumental de planejamento, essa compreensão heurística carrega possibilidades de legitimar um processo de construção de políticas públicas que seja de inclusão e ruptura com culturas autoritárias. A formação tem como base referenciais que perpassam as disciplinas geografia, sociologia, arquitetura, economia, entre outras, que abordam a questão do território.

Estrutura dos Cursos: Mestrado e Doutorado

O Quadro 7 apresenta a estrutura curricular dos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social oferecidos pela UCSal, no ano de 2014.

Quadro 7 – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social: Estrutura Curricular – UCSal, 2014

DISCIPLINA	MESTRADO	CRÉDITO	DOCTORADO	CRÉDITO
Análise de Dados e Cartografia Temática	Optativa	4,0	Optativa	4,0
Cidades e Planejamento	Optativa	4,0	Optativa	4,0
Classes, Estado e Desigualdades	Optativa	4,0	Optativa	4,0
Desenvolvimento Urbano e Regional	Optativa	4,0	Optativa	4,0
Geoprocessamento e Planejamento Territorial	Optativa	4,0	Optativa	4,0
Metodologia da Pesquisa	Obrigatória	4,0	Optativa	4,0
Pesquisa Orientada	Obrigatória	12,0	Obrigatória	19
Redes de Cidades Brasileiras: Processo Histórico	Optativa	4,0	Optativa	4,0
Região e Planejamento	Optativa	4,0	Optativa	4,0
Seminário obrigatório – Território e Desenvolvimento: um tema	Obrigatória	1,0	Optativa	1,0
Sociedade, Trabalho e Desenvolvimento	Optativa	4,0	Optativa	4,0
Teorias sobre o Território e Desenvolvimento	Obrigatória	4,0	Optativa	4,0
Territorialidade da Relação Campo e Cidade	Optativa	4,0	Optativa	4,0
Tópico especial: Diagnóstico Ambiental em Zonas Costeiras	Optativa	2,0	Optativa	2,0
Tópico Especial; Formação de Preço no Mercado Fundiário	Optativa	2,0	Optativa	2,0
Tópico Especial: Governança Territorial	Optativa	2,0	Optativa	2,0
Tópico Especial: Salvador, Transformações e Permanências	Optativa	2,0	Optativa	2,0
Tópico Especial: Identidades Sociais: Alteridades no Território	Optativa	2,0	Optativa	2,0

(Continua)

DISCIPLINA	MESTRADO	CRÉDITO	DOCTORADO	CRÉDITO
Tópico Especial: Teoria das Políticas Públicas	Optativa	2,0	Optativa	2,0
Estudos Avançados sobre Políticas Públicas e Planejamento			Obrigatória	3,0
Seminários de Tese			Obrigatória	2,0
Estudos Avançados sobre Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social			Obrigatória	3,0
Desenvolvimento Territorial (Sociedade) e Estado			Optativa	4,0

Fonte: Elaborado com base nas Propostas de Cursos Novos (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2005a, 2012a) e nas informações da Secretaria Acadêmica da Pós-Graduação *stricto sensu* em dezembro de 2015.

Total de créditos para titulação Mestrado:

Disciplinas: 22 créditos, sendo nove créditos em disciplinas obrigatórias e 13 créditos em disciplinas optativas.

Dissertação: 12 créditos.

Total de créditos para titulação Doutorado:

Disciplinas: 31 créditos, sendo 12 créditos em disciplinas obrigatórias e 19 créditos em disciplinas optativas.

Tese: 19 créditos.

O tempo médio para a conclusão do curso de Mestrado é de 2 anos; para o Doutorado, a previsão é de 4 anos. Os indivíduos que ingressam no Doutorado e no Mestrado são profissionais das áreas de Direito (maioria), Arquitetura, História, Economia, Turismo, Geografia, Administração, Enfermagem, Biologia, Sociologia, Educação Física, Pedagogia e Engenharia.

A Tabela 6 permite a visualização do quantitativo de alunos inscritos e matriculados no Doutorado:

Tabela 6 – Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSal: Número de Inscritos e Alunos Matriculados por ano – Salvador (BA) – 2013-2014

ANO	NÚMERO DE INSCRITOS	ALUNOS MATRICULADOS
2013	17	10
2014	10	08
Total	27	18

Fonte: Elaborada com base em dados fornecidos pela Secretaria Geral da SPPG/UCSal em 2015.

A Tabela 7 exibe os números relativos ao quantitativo de alunos inscritos, matriculados e concluintes do Mestrado:

Tabela 7 – Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSal: Número de Inscritos, Alunos Matriculados e Concluintes, por ano – Salvador (BA) – 2005-2014

ANO	NÚMERO DE INSCRITOS	ALUNOS MATRICULADOS	ALUNOS CONCLUINTES
2005	28	15	-
2006	19	14	-
2007	23	14	08
2008	13	10	11
2009	22	08	05
2010	16	13	11
2011	22	11	08
2012	22	13	03
2013	17	12	04
2014	10	08	09
Total	192	118	59

Fonte: Elaborada com base em dados fornecidos pela Secretaria Geral da SPPG/UCSal em 2015.

Nota: Sinal convencional utilizado: Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Até o ano de 2014 foram produzidas 59 dissertações, todas cadastradas na biblioteca da UCSal e inseridas no sistema *on-line*. Em razão de o doutorado ter apenas 2 anos de funcionamento, ainda não houve produção de teses. O PPTDS oferece, anualmente, 20 vagas para o curso de Mestrado e 10 vagas para o Doutorado, além de ofertar vagas para alunos especiais, de acordo com a legislação em vigor. A relação orientador x orientando tem observado criteriosamente os parâmetros da Capes.

O Programa conta com os seguintes grupos de pesquisa cadastrados no CNPq (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2015):

- I. Centro de Ecologia e Conservação Animal;
2. Desenvolvimento Municipal;
3. Engenharia Ambiental: água e solo;
4. Estudos de urbanismo em Salvador e no Brasil;
5. Geoprocessamento Aplicado ao Planejamento Territorial e Ambiental;
6. Gestão Ambiental e Desenvolvimento de Empreendimentos Sociais;
7. Núcleo de Estudos em Biotecnologia e Conservação (NEBIC);
8. Salvador: transformações e permanências;
9. Desenvolvimento, Sociedade e Natureza;
10. Socioterritorial – Dinâmica socioterritorial e desenvolvimento;
- II. Gestão Democrática das Cidades.

O quadro docente é constituído de 20 professores em caráter permanente, em regime de 40 horas semanais. Todos os docentes estão inseridos em grupos de pesquisa, com destaque para as redes nacionais e internacionais. O Programa conta com quatro bolsistas de Produtividade em Pesquisa/CNPq – os Professores Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva (IA), Pedro de Almeida Vasconcelos (IA), Barbara-Christine Marie Nentwig Silva (IA), Amilcar Baiardi (2) e Nelson Baltrusis.

Atividades Desenvolvidas

Registra-se que a experiência do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) viabilizou o fortalecimento da interação com a sociedade, mediante a realização de estudos de problemas de interesse da sociedade baiana, e o grau de inserção social do Programa, a exemplo de pesquisas, como a Reconversão da Antiga Indústria de Itapagipe em Salvador, desenvolvida em 2007, possibilidades do trabalho informal urbano desenvolvido pela Professora Maria Helena Ochi Flexor com o Prof. Hermes Magalhães Tavares, que contou com financiamento da Fapesb. No decorrer dessa experiência, outras atividades de pesquisa/extensão foram realizadas, com oferta de cursos para capacitar gestores municipais para implementar os Planos de Desenvolvimento Municipal (PDDM). Em 2006 foi criado o Laboratório de Planejamento Municipal (LABPLAM), com o propósito de

[...] interligar as atividades de ensino de pós-graduação, pesquisa e extensão universitária em um mesmo espaço, priorizando a questão das limitações do poder público local em implementar os conceitos e as diretrizes de planejamento e gestão municipal e regional previstas no Estatuto da Cidade. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b, p. 2).

Em 2007 foi realizada Oficina de Planejamento da Bahia; em 2008, o Programa implementou esta atividade por meio da realização de Ciclo de Videoconferências sobre Planejamento, Desenvolvimento Municipal e Planos Diretores, transmitido pela Rede de Educação à Distância do Estado da Bahia da qual a UCSal faz parte. O público alvo foram os servidores e técnicos de municípios do estado da Bahia. Em 2009 e 2010, o LABPLAM deu sequência, participando de pesquisa “[...] elaborada pelo Ministério das Cidades Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos sistematizando dados dos planos diretores aprovados em municipalidades baianas” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b, p. 2).

Dentre as ações programadas regularmente, destaca-se o “Seminário sobre Território e Desenvolvimento: um Tema em Debate”, além da realização de Seminários nos quais “[...] os discentes apresentam seus projetos de pesquisa e artigo contendo o primeiro tratamento dos dados empíricos do objeto

de pesquisa” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b, p. 2). Nessa oportunidade, todos os professores orientadores assistem às apresentações, sendo feito amplo debate. Esta atividade tem efetivamente contribuído para qualificar os estudos e as pesquisas realizados pelos alunos do Programa, particularmente no que tange aos procedimentos de pesquisa.

No que se refere à produção editorial, têm sido publicados os resultados de estudos e pesquisas, a saber: em 2008, foi lançado o primeiro livro da coleção Território e Desenvolvimento Socioambiental, com o título “Transformações Territoriais: de Rural a Metropolitano” (ALENCAR;SCHWEIZER, 2008); em 2011 foi publicado, pela Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), o livro “Península de Itapagipe: Patrimônio Industrial e Natural”, organizado pelos professores Maria Helena Ochi Flexor e Peter José Schweizer, no qual constam os resultados de dez anos de atividades de extensão e pesquisa junto a essa comunidade em Salvador (BA). Ainda nesse mesmo ano foi lançado o terceiro livro, com o título “Estudos sobre Dinâmica Territorial, Ambiente e Planejamento”, durante a realização do “VI Seminário Internacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental: Desafios Contemporâneos”, organizado pelo PPTDS, no período de 7-9 de setembro de 2011. Como fruto dos trabalhos da Professora Barbara-Christine Marie Nentwig Silva e da mestrandia Maina Pirajá Silva, durante o citado Seminário, foi lançado o livro intitulado “Informação Geodemográfica *on-line*: O passo a passo do SIDRA/IBGE”. Inclusive, esse livro está assim registrado no Coleta: “Esse primeiro livro faz parte de uma coleção de livros sobre Análise de Dados e Cartografia temática.” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b, p. 2). Em 2013 foi publicado, pela Editora CRV, o quarto livro da coleção, intitulado “Desafios Contemporâneos de Dinâmicas Territoriais e Socioambientais” com artigos selecionados no referido seminário internacional.

O Programa realiza eventos com o objetivo de discutir e refletir sobre os principais problemas que envolvem a questão urbana, incluindo o uso e destinação do território, questões relativas à mobilidade urbana dentre outros aspectos. Para tanto, conta com a participação de docentes, discentes, representantes de órgãos públicos, pesquisadores de outras universidades.

- VI Seminário Internacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, em 2011, registrou grande número de inscrições, como consta no Coleta (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b, p. 2):

[...] teve 293 inscritos de várias instituições de ensino e pesquisa da Bahia e do Brasil e contou com pesquisadores da Argentina, Peru e Alemanha. A avaliação feita pelos participantes foi altamente positiva; deste seminário foi gerado o quarto livro que entrou no prelo em 2012.

- Seminário A Região Metropolitana de Salvador Projetos e Transformações nos dias 4 e 5 de junho de 2013, oportunidade em que foram debatidos temas de interesse do estado, a exemplo da proposta de construção da ponte Salvador/Ilha de Itaparica, dentre outros.
- O envolvimento dos professores, alunos (mestrandos e graduandos bolsistas de iniciação científica) e egressos do PPTDS na programação da XV Semoc, a exemplo da participação na comissão científica, ministrando minicursos e apresentando resultados de pesquisas realizadas
- Projeto Pronex-CNPq/Fapesb sobre A Região Metropolitana de Salvador. Fruto desse projeto foi publicado o livro “Metrópoles na Atualidade Brasileira: Transformações, Tensões e Desafios na Região Metropolitana de Salvador”, organizado por professores das duas instituições citadas – Inaiá Maria Moreira Carvalho, Sylvio Bandeira de Mello e Silva, Angela Gordilho Souza e Gilberto Corso Pereira –, publicado pela Editora da UFBA em 2014 (CARVALHO et al., 2014).
- Anualmente é realizado Encontro “ Da (Intolerância ao Respeito aos Saberes” pelo grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza.

Para efeito do presente documento foram escolhidas algumas produções consideradas mais relevantes, conforme Quadro 8.

Quadro 8 – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social: Produções mais Relevantes – UCSal

NOME DA PRODUÇÃO	AUTOR
Evolução recente e características do sistema de cidade brasileira: uma análise tamanho-hierarquia	Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva, Bárbara-Christine Nentwig Silva, Marina Pirajá Silva
Mobilidade urbana em Salvador: da cadeira de arruar ao interminável metrô	Edvete Andrade Matos e Silvana Sá de Carvalho
História da pesquisa e desenvolvimento P&D na Bahia: vicissitudes e conquistas	Amílcar Baiardi
Uma década de UCSal em Itapagipe: universidade e sociedade no processo de desenvolvimento local	Cristina Maria Macêdo de Alencar, Rita Amalia da Silva Carreiro Maria Julieta Mandarinô Firpo Fontes
Dois séculos de pensamento sobre a cidade	Pedro de Almeida Vasconcelos

Fonte: Elaborado com base no Relatório Coleta de Dados (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b, p. 11-12).

A maioria dos alunos de iniciação científica apresentaram *posters* na XV Semana de Mobilização Científica (Semoc) e todos apresentaram trabalhos no VI Seminário de Iniciação Científica da UCSal. O Quadro 9 apresenta trabalhos da Semoc abordando temas de interesse da cidade.

Quadro 9 – Autor/orientador e título dos trabalhos apresentados na Semoc, 2012

AUTOR/ORIENTADOR	TÍTULO
Professora Cristina Maria Macedo de Alencar, em coautoria com a discente Nívia Martins Menezes	Salinas da Margarida: o Rural do Pequeno Município Baiano.
Professor Amílcar Baiardi	O Capital Natural como Capital Tangível e Produtivo de uma Nova Civilização (SC-05 Dinâmicas Econômicas e Espaciais).
Maria Marineide de Sousa (egresso) e Maria Helena Ochi Flexor(docente)	Península de Itapagipe: Arranjo Produtivo Local e Confecções da Rua do Uruguai. (SC-05-Dinâmicas Econômicas Espaciais).
Marcello Chamusca e Márcia Carvalhal (egressos)	Novas Perspectivas Territoriais da Democracia na Contemporaneidade (SC-38-Expressões Culturais e Territoriais).

(Continua)

AUTOR/ORIENTADOR	TÍTULO
Professora Silvana Sá de Carvalho (orientou o trabalho)	Projeto SIGAPA – Aplicação de Sig-Móvel e Sig-Web para a Polícia Ambiental; uma Abordagem Interdisciplinar.
O Professor André Alves Portella (orientou trabalho de aluno do curso de Direito da UCSal – PIBIC-Fapesb)	A (in)constitucionalidade da taxa de lixo cobrada pelo município de Salvador/Ba.

Fonte: Elaborado com base no Relatório Coleta de Dados (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b, p. 2,3).

O Relatório da Capes de 2012 destaca ainda algumas teses e dissertações de relevância social.

Quadro 10 – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSal: Autor, Orientador e Título da Dissertação apresentada por alunos

NOME DO AUTOR	ORIENTADOR	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO
Dayse Cristiane Seabra Brandão	Prof. André Portella	Adoção da auditoria ambiental compulsória no Estado da Bahia: análise jurídica e diretriz necessárias para incorporação do instrumento de política pública ambiental
Edvete Andrade Matos	Profa. Silvana Sá de Carvalho	Mobilidade da orla Atlântica de Salvador: qualidade do transporte público e capacidade viária da Avenida Otávio Mangabeira
Elizabeth de Souza Soares	Profa. Cristina Alencar	Condições de trabalho e risco de adoecimento por agrotóxico: trabalhadores rurais na CEPLAC
Velmani dos Santos Oliveira	Profa. Aparecida Neto	A implantação de loteamentos irregulares e as transformações socioespaciais em Cruz das Almas (BA) (1990-2012): um estudo dos Loteamentos Fazenda Miradouro e Bela Vista

Fonte: Elaborado com base no Relatório Coleta de Dados (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012, p 2b).

No que tange aos Intercâmbios e às cooperações interinstitucionais, o Programa vem realizando articulações sistemáticas no âmbito nacional e Internacional, a exemplo da Universidade de Coimbra, como registra Relatório da Capes, Coleta (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b, p. 3):

[...] através da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, com o compromisso de cooperação mútua nos domínios do ensino e da pesquisa, no âmbito da formação graduada e pós-graduada nas atividades do Observatório da Cidadania e Intervenção Social da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (OCIS-FPCEUC) e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSal.

No âmbito nacional está programado um primeiro *workshop* com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, visando elaborar a proposta de intervenção em áreas de baixa renda previamente definidas em Porto Alegre e Salvador, mediante participação dos cursos de engenharia, geografia e serviço social, pela UCSal, e de arquitetura, pela PUC-RS.

O Programa estimula os docentes a desenvolverem atividades voltadas para a integração entre o mestrado e a graduação; professores do mestrado ministram disciplinas relacionadas a sua área de formação e integram alunos nas atividades de extensão, orientam iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso. Registra-se a atuação de parte significativa dos docentes no Programa Interdisciplinar Eixos de Formação Geral com conteúdos curriculares ofertados para todos os alunos matriculados nos primeiros semestres de todos os cursos de graduação da UCSal. Dessa forma, o PPTDS vem contribuindo para a consolidação da cultura da pesquisa no âmbito da graduação.

Avaliações do PPGPTDS pela Capes

As informações prestadas pelos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* constituem-se elementos de aperfeiçoamento dos mestrados e doutorados. No relatório Coleta 2012 no item Autoavaliação (p. 9-10), o Programa destacou fortes potencialidades decorrentes das próprias demandas de ensino, pesquisa e extensão, com a ampliação do seu corpo docente em 2006. Foram selecionados profissionais que associassem o perfil de cientistas ao

perfil de extensionistas, abrindo as possibilidades de fortalecer a inserção social do mestrado em desdobramentos de suas linhas de pesquisa.

Outro aspecto registrado foi a interação entre os docentes e destes com os alunos, assegurando um ambiente de trabalho favorável à realização de atividades conjuntas, como no caso da criação, em 2006, do Laboratório de Planejamento Municipal (LABPLAM), que conta com a integração das atividades dos seguintes grupos de pesquisa: Desenvolvimento Municipal; Desenvolvimento, Sociedade e Natureza. Dessa forma, articulam-se, via pesquisa, docentes permanentes das ciências naturais e das ciências humanas e sociais entre si, mas também pesquisadores vinculados a cursos correlatos em nível de graduação.

Dentre outros pontos fortes ressaltados constam: o crescimento do financiamento de Pesquisa pelo CNPq e Fapesb ao programa, com destaque em 2011 com aprovação de um projeto Pronex, reunindo pesquisadores da UFBA e UCSal, sob a coordenação do prof. Sylvio Bandeira de Melo e Silva, coordenador do PPGPTDS/UCSal.

O Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (MPTDS), desde que foi aprovado pela Capes, com nota 4, vem mantendo este resultado nas Avaliações Trienais.

Considerando os quesitos de Avaliação, a Comissão da Capes (período 2010-2012) apresentou, na Ficha de Avaliação, a seguinte Apreciação:

Observa-se que os conceitos atribuídos aos dois quesitos centrais de maior peso para a avaliação – 3 e 4 – foi “Bom”. A proposta do programa permite constatar que estão sendo feitos esforços significativos para consolidar um bom desempenho para o curso, em termos de pesquisa, produção, convênios, intercâmbios, contratação de docentes, entre outros aspectos considerados relevantes para o bom desempenho de um programa de pós-graduação. Diante do exposto, a Comissão de Avaliação recomenda a manutenção do conceito atual para o Programa. (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2013d, p. 5).

Diante dos avanços alcançados pelo Programa, no que se refere às atividades de ensino, pesquisa, produção científica, ampliação da inserção social e estabelecimento de convênios nacionais e internacionais, as perspectivas apontam para o alcance de um novo patamar nas próximas avaliações da Capes.

Balanço Resumo

O Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social contou, desde o momento de sua concepção, com uma competente equipe que tem contribuído para a superação das dificuldades, realizando contínuas avaliações e discussões a respeito da organização e coordenação acadêmica das atividades, de modo a garantir a qualidade do ensino, da pesquisa e da produção científica.

Trata-se de um programa inovador primeiro na concepção de planejamento, por apresentar um horizonte mais alargado e crítico em sua particularidade. Nesse sentido, abrange, na intervenção sobre o território, a problemática do desenvolvimento social, buscando níveis analíticos que ultrapassem dicotomias, como a urbana e a rural, local e regionais, campo e cidade, e que sejam perpassados pela perspectiva de sustentabilidade. Constata-se a diversidade de temas abordados nas pesquisas, a exemplo do estudo organizado pelo Ministério das Cidades, intitulado “Rede de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos”, sistematizando dados dos planos diretores aprovados em municipalidades baianas, tendo como suporte o Laboratório de Planejamento Municipal (LABPLAM) da UCSal. Em segundo lugar, apresenta um projeto pedagógico que busca articular sólida formação teórica com a experiência advinda das atuações sociais de docentes e discentes. Em terceiro lugar, reúne a condição do comprometimento de atuação social com a qualidade ambiental. Ressalta-se o perfil geral do programa com destaque para a sistemática de integração que se estabelece entre docentes das diferentes áreas do conhecimento e entre os grupos de pesquisa.

A equipe de docentes mantém-se articulada à coordenação da área na qual o programa está inserido na Capes e a grande maioria dos pesquisadores participa como parecerista, avaliador de cursos de mestrado e doutorado ofertados em todo o Brasil, desenvolvendo uma ação solidária com vistas ao fortalecimento desta área. Docentes do programa possuem bolsa de produtividade do CNPq e vêm, conjuntamente com pesquisadores de outras Universidades da Bahia, contribuindo para alimentar o debate sobre questões polêmicas relativas a novos projetos que estão sendo pensados para o desenvolvimento do Estado.

Para maior compreensão da abrangência e importância desse Programa, a seguir será apresentado o Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental que, conforme já referido, integra o Programa em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental

A UCSal, ao investir, desde a segunda metade da década de 1990, na qualificação de seus docentes e na pesquisa e, como consequência natural de experiências bem-sucedidas, na oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* na área ambiental, avança inovando com a criação do primeiro Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental. Busca, com isso, a consolidação da Pós-Graduação *stricto sensu* o fomento à pesquisa, tendo em vista a verticalização do Projeto Pedagógico Institucional, como apresentado na seção seguinte.

Origem

O curso nasceu de iniciativa do Cepex e da Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários, visando responder às demandas externas de órgãos governamentais. “Emerge no interior de um centro qualificado de pesquisa representado pelo Programa em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social com doutores de reconhecido padrão acadêmico-científico junto à Capes” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR, 2005b, p. 5). Ganha também significado no contexto do Projeto Pedagógico da Instituição, por estar referenciado na cidadania e se fundamentar nas experiências de extensão e de cursos de especialização realizados pela UCSal com foco nas temáticas planejamento e educação ambiental.

O pilar em que a UCSal sustentou-se para apresentar esse programa à Capes foi a experiência internacional, desenvolvida desde a década de 1980 com a formação de especialistas por meio dos Curplan, e a existência de um centro qualificado de pesquisa representado pelo PPTDS.

Dentre as estratégias adotadas, a Professora Maria Julieta Firpo Fontes (2014) destaca: reuniões internas para discutir sobre o projeto, tendo como referência as experiências em cursos *lato sensu* e de extensão; articulações

com órgãos e empresas em resposta à demanda formulada; envolvimento dos professores e ex-alunos que retornaram do mestrado no IPPUR; professores da UCSal; convite a outros professores de fora da UCSal.

Para a elaboração da proposta, os procedimentos de construção coletiva da pós-graduação *stricto sensu* de natureza acadêmica foram adotados também para o mestrado profissional: discussão da concepção do novo Projeto; escolha pela metodologia de trabalho; aproveitamento das experiências da UCSal, a exemplo dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e das práticas de extensão. Desde o início, a UCSal contou com a assessoria do consultor Professor Wilson Gomes.

Estiveram presentes, como ocorreu por ocasião da elaboração do APCN em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, desde o momento da concepção do curso de Mestrado Profissional, os seguintes professores: Cristina Maria Macêdo de Alencar, Elsa Kraychete, Iracema Reimão Silva, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva, Miriam de Fátima Carvalho, Juan Carlos Rossi Alva, Maria Helena Matue Ochi Flexor. Este Mestrado foi aprovado pela Capes em 2006 e todos esses professores acompanharam a fase de implantação das primeiras atividades do curso e a maioria integra o quadro permanente de docentes/pesquisadores.

Em 29 de setembro de 2005, a Proposta foi apresentada à Capes e obteve aprovação. A oferta de vagas teve início em 2006.

Desenvolvimento do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental

O Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental, junto com o Mestrado e o Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, integram organicamente o Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, embora seja autônomo para fins de avaliação junto à CAPES.

Seus estudos de foco interdisciplinar associam os fenômenos territoriais às questões sociais e ambientais, com especial ênfase nas formas de intervenção planejada no território [...] associa o caráter profissional à formação científica, como desenhado pelo SNPG. [Tem como foco] [...] a problemática ambiental contextualizada

zada frente às leis ambientais mais restritivas e à crescente consciência ambiental por parte da sociedade em geral e das empresas já envolvidas no trato do meio ambiente. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b, p. 1).

Caracterização Sucinta do Programa

No Quadro II são apresentados os elementos que compõem a proposta do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental apresentada pela UCSal e aprovadas pela Capes:

Quadro 11 – Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental: Objetivo, Perfil do Egresso, Área de Concentração e Linhas de Pesquisa – UCSal, 2014

CARACTERIZAÇÃO DO CURSO	MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO AMBIENTAL
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Formar profissionais com consciência crítica a respeito das relações entre sociedade, ciência e natureza, e que sejam capazes de: • intervir na realidade, mediante o planejamento ambiental; • acompanhar e avaliar a execução de planos de gestão ambiental, assim como realizar diagnósticos ambientais; • elaborar planos e projetos de planejamento ambiental em diferentes escalas, setores e contextos institucionais.
Perfil do Egresso	<ul style="list-style-type: none"> • Os egressos do curso terão formação qualificada de Mestres em Planejamento Ambiental, e estarão aptos a: • desenvolver atividades técnicas em planejamento e pesquisa sobre ambiente natural; • integrar equipes multidisciplinares de pesquisa, planejamento de políticas e monitoramento ambientais.
Área de Concentração	Planejamento Ambiental.
Linhas de Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação e remediação de comprometimentos biológicos, físicos e químicos no planejamento ambiental; • Compreensão e atenuação de constrangimentos históricos, políticos, socioeconômicos e geográficos no planejamento ambiental.

Fonte: Elaborado com base na Proposta para Curso Novo (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR, 2005b).

É importante ressaltar que o egresso possui uma formação profissional diferenciada, com domínio teórico que lhe permite compreender a complexidade da realidade social e ambiental, percebendo criticamente os interesses convergentes e antagônicos dos diferentes agentes sociais na condição de protagonistas do planejamento. Com esse perfil, os profissionais são capazes de promover o diálogo entre os diferentes, apontando possibilidades de remediação e de atenuação dos impactos negativos sobre a qualidade de vida humana em seu próprio território (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR, 2005b). As competências requeridas podem ser desenvolvidas mediante a prestação de consultorias, assessorias e ainda em programas de educação ambiental junto a ONGs, Associações de Moradores, órgãos governamentais, dentre outras (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b).

Estrutura do curso

O Quadro 12 apresenta a estrutura do curso de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental do Programa em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social oferecido pela UCSal.

Quadro 12 – Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental: Estrutura Curricular – UCSal, 2014

DISCIPLINAS	MESTRADO	CRÉDITO
Planejamento e Gestão Ambiental	Obrigatória	4,0
Políticas Públicas e Meio Ambiente	Obrigatória	4,0
Análise Integrada de Impactos Ambientais	Obrigatória	4,0
Metodologia de Estudos e Projetos	Obrigatória	4,0
Seminários de acompanhamento do trabalho final	Obrigatória	1,0
Auditoria Ambiental	Optativa	2,0
Caracterização e Dinâmicas dos Sistemas Costeiros	Optativa	2,0
Legislação Ambiental	Optativa	2,0
Análise de Dados e Cartografia Temática	Optativa	4,0
Geoprocessamento	Optativa	4,0

(Continua)

DISCIPLINAS	MESTRADO	CRÉDITO
Desenvolvimento Sustentável	Optativa	2,0
Microbiologia Ambiental	Optativa	2,0
Ecologia e Biodiversidade	Optativa	2,0
Engenharia Ambiental	Optativa	2,0
Tópicos Especiais	Optativa	2,0

Fonte: Elaborado com base na Proposta para Curso Novo (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2005b) e nas informações da Secretaria Acadêmica da pós-graduação *stricto sensu* em dezembro de 2015.

Total de créditos para titulação do Mestrado:

Disciplinas: 23,0 créditos, sendo 17 créditos de disciplinas obrigatórias e 06 créditos de disciplinas optativas.

Dissertação: 12,0 créditos.

O MPPA oferece, anualmente, 20 vagas, além de ofertar vagas para alunos especiais, de acordo com a legislação em vigor. Observa-se que a oferta de vagas, para o Mestrado, tem se mantido dentro dos parâmetros definidos pela Capes. Ao longo dos anos de funcionamento, o público que ingressa no curso (integrantes de empresa, órgãos públicos, organizações não governamentais e profissionais ainda não integrados ao mercado de trabalho) não se define pela disciplinaridade de sua formação acadêmica, mas pelo engajamento em práticas profissionais que têm como foco a questão ambiental. Observa-se o interesse de profissionais não vinculados ao mercado, graduados em Ciências Naturais, Exatas, Humanas e Sociais, que se envolvem com estudos das seguintes temáticas: gestão ambiental, resíduos sólidos, água, políticas ambientais, questões epidemiológicas e educação ambiental. Observa-se ainda que os mestrandos, diante de uma forte inserção profissional e com pouca experiência na sistematização dessa prática, enfrentam o desafio de apreender os recursos que a academia pode oferecer, a exemplo do domínio teórico que fundamenta a análise das experiências vividas, com o propósito de potencializar a riqueza da experiência que trazem (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR, 2012c). A Tabela 8 mostra os dados relativos aos alunos que ingressaram e número de concluintes desde o início do curso.

Tabela 8 – Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental da UCSal:
Número de Inscritos, Alunos Matriculados e Concluintes por Ano – Salvador (BA)
– 2007-2014

Nº DE INSCRITOS	Nº ALUNOS MATRICULADOS	Nº ALUNOS CONCLUINTES
19	16	-
11	07	-
14	07	02
12	07	07
20	-	08
05	18 ⁽¹⁾	03
09	07	05
-	17	08
90	79	33

Fonte: Elaborada com base em dados fornecidos pela Secretaria Geral da SPPG/UCSal.

18 alunos regulares, tendo, um deles, se desligado do curso no segundo semestre, por ter sido reprovado em três disciplinas.

A Tabela 9 dá a conhecer o número de Dissertações produzidas, que se encontram divulgadas *on-line* na biblioteca da UCSal.

Tabela 9 – Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental da UCSal:
Número de Dissertações por Ano – Salvador (BA) – 2009-2014

ANO	NÚMERO DE DISSERTAÇÕES
2009	02
2010	07
2011	08
2012	03
2013	05
2014	08
Total	33

Fonte: Elaborada com base em dados fornecidos pela Secretaria Geral da SPPG/UCSal.

O tempo médio para conclusão do curso de Mestrado é de 2 anos. O Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental conta com os seguintes Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2015):

- Centro de Ecologia e Conservação Animal;
- Desenvolvimento Municipal;
- Engenharia Ambiental: água e solo;
- Estudos de urbanismo em Salvador e no Brasil;
- Geoprocessamento Aplicado ao Planejamento Territorial e Ambiental;
- Gestão Ambiental e Desenvolvimento de Empreendimentos Sociais;
- Núcleo de Estudos em Biotecnologia e Conservação (NEBIC);
- Núcleo de Estudos em Tributação e Finanças Públicas (NEF);
- Desenvolvimento, Sociedade e Natureza;
- Gestão Democrática das Cidades;
- SOCIOTERRITORIAL: dinâmica socioterritorial e desenvolvimento.

O PPGPPSC mantém 12 professores em caráter permanente, em regime de 40 horas semanais. A partir de 2012, o Professor Amilcar Baiardi (Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq) passou a integrar o quadro docente desse Mestrado. Todos os docentes estão inseridos em grupos de pesquisa, com destaque para as redes nacionais e internacionais. A relação orientador *versus* orientando mantém-se conforme parâmetros da área PUR/D da CAPES.

Atividades Desenvolvidas

O Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental vem desenvolvendo pesquisas relacionadas à temática ambiental, demonstrando a interação com a sociedade e as parcerias técnico-científicas que mantém com grupos de pesquisa intra e interinstitucionais, a exemplo de:

- em 2011 teve início a pesquisa denominada “O Instrumento de Zeis no Brasil Pós-Estatuto da Cidade: Avanços e Desafios Relativos à sua Regulamentação e Aplicabilidade”, sob a liderança da Professora Aparecida Neto Teixeira, com o objetivo de

[...] promover a avaliação do processo recente de regulamentação, bem como dos aspectos relativos à aplicabilidade do instrumento de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) no Brasil, a partir das prerrogativas legais estabelecidas no Estatuto da Cidade (2001), com ênfase na regularização urbanística de assentamentos consolidados de baixa renda. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b, p. 2).

- Trata-se de uma pesquisa de caráter interinstitucional, envolvendo alunos da UCSal e da pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da UFBA;
- ainda em 2011, o Programa iniciou projeto de caráter interdisciplinar e interinstitucional “Metrópoles na Atualidade Brasileira”, financiado pelo Pronex do CNPq e pela Fapesb, sob a liderança do Professor Sylvio Bandeira de Mello e Silva com a participação dos professores deste Mestrado – Barbara-Christine Nentwig Silva, Silvana Sá de Carvalho e Nelson Baltrusis – e dos Professores do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania – Angela Maria Carvalho Borges e Inaiá Maria Moreira de Carvalho – e ainda dos Professores Gilberto Corso Pereira e Angela Maria Gordilho Souza, ambos do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFBA). Este projeto visa

[...] a atualização e o avanço na análise da realidade metropolitana, enfocando fenômenos como os da segregação sócio-espacial, problemas habitacionais, precariedade ocupacional e vulnerabilidade social, com base [...] nos dados do Censo de 2010, e pesquisas diretas sobre a configuração espacial dessa região. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b, p. 2).

- em 2012 o grupo de pesquisas Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (DSN), sob a coordenação da Professora Doutora Cristina Maria Macêdo de Alencar com a participação das Professoras Iracema Reimão Silva,

Elsa de Sousa Kraychete e Telma Côrtes, ambas da UFBA, desenvolveu o projeto de pesquisa “Desenvolvimento Socioambiental na Concentração Rural-Urbana sob a Influência Metropolitana” com apoio do CNPq

[...] o qual examinou, nos municípios de Camaçari – situado no Território da RMS - Olindina, Mata de São João e Entre Rios situados no Território Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, a coexistência do rural e do urbano cuja ruralidade é subalternizada ao turismo litorâneo, à produção de biomassa para biocombustíveis, problematizando a capacidade de carga ecológica e social e as tensões pela apropriação da natureza. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b, p. 2);

- o NEBIC, sob a coordenação do Professor Juan Carlos Rossi Alva, com a participação da Professora colaboradora Miriam de Fátima Carvalho em cooperação com a Empresa de Limpeza Urbana do Salvador (Limpurb), realizou a pesquisa “Avaliação e Otimização do Processo de Compostagem de Resíduos Sólidos”, com financiamento da Fapesb, visando:

[...] avaliar o processo de compostagem de misturas de resíduos da cidade de Salvador, em diferentes condições climáticas (verão e inverno) apontar melhoramentos para permitir a Limpurb ampliar as atividades atualmente realizadas na Unidade de Compostagem de Canabrava contribuindo para o melhor gerenciamento dos resíduos da cidade. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b, p. 2).

Este Núcleo, com destaque para o grupo de Engenharia Ambiental: água e solo da UCSal, tem realizado parcerias com 10 grupos de pesquisa, buscando fortalecer o intercâmbio com instituições internacionais, a exemplo do *Plant Molecular Biology and Biotechnology*, Laboratório da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, bem como o laboratório Geotécnica Ambiental (GEOAMB), da Escola Politécnica da UFBA, o Núcleo de Estudos Hidrogeológicos e do Meio Ambiente (NEHMA), do Instituto de Geociências da UFBA, a Unidade de Microscopia Eletrônica (UME), do Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz (CPqGM) na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b).

- dentre outros estudos e pesquisas realizados, destaca-se a pesquisa intitulada “Comercialização de Imóveis Populares e Irregulares na Região Metropolitana de Salvador”, sob a coordenação do Professor Nelson Baltrusis, com o apoio do CNPq, visando “[...] avaliar o processo de comercialização de imóveis informais em favelas localizadas na região metropolitana de Salvador” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b, p. 2).
- em 2012, foram incorporadas ao programa pesquisas realizadas pelos GP História da Ciência e do Sistema Estadual de C&T na Bahia e Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, sob a liderança do Professor Amilcar Baiardi, com pesquisas no período sobre a rede nacional de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia e sobre desenvolvimento rural do Recôncavo Baiano, com o apoio do CNPq, Fapesb e do Pronex, liderado pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS) da UFBA.

Do ponto de vista da inserção dos docentes fora do âmbito do Programa, registram-se, como nos demais cursos, as suas participações em orientações de Dissertações e Teses concluídas, em Bancas de Mestrado e Doutorado em outros Programas, como Membros de Câmaras de Avaliação e de Conselhos em órgãos de pesquisa, como Pareceristas para editoras de periódicos e Livros, e para Congressos, Simpósios e Seminários, além da presença em Bancas de Concurso. Colaboram também com outros Mestrados e eventos nos âmbitos local, regional, nacional e internacional, a exemplo da participação do professor Amilcar Baiardi no *STH International Conference of the European Society for the History of Science*, realizado na Grécia, e no *XVITH World Economic History Congress the Roots of Development*; a Professora Cristina Maria Macêdo de Alencar participou do Encontro Acadêmico Internacional Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação, Ambiente e Saúde, promovido pela Capes; o Professor Juan Carlos Rossi Alva participou do *1st International Congresso on Water, Waste and Energy Management*, ocorrido em Madri, Espanha.

Dentre os eventos promovidos pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (PPGPTDS), com o envolvi-

mento dos docentes do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental, destacam-se:

- VI Seminário Internacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental: Desafios Contemporâneos, que resultou na publicação do livro “Desafios Contemporâneos de Dinâmicas Territoriais e Socioambientais”;
- Seminário Território e Desenvolvimento: um Tema em Debate, com os seguintes objetivos: fortalecer o debate interdisciplinar na formação dos projetos de dissertação; apontar procedimentos de pesquisa que direcionem a busca de dados para o foco do objeto de estudo; e aprofundar a discussão teórica das pesquisas em andamento;
- Seminário Questões Contemporâneas;
- Palestra “Debates Contemporâneos da Sociologia Urbana” proferida pela Professora Inaiá Carvalho do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da UCSal e da UFBA (Ciências Sociais);
- Palestra “Mobilidade Urbana, Inclusão Social e Cidadania: Desafios para Mobilidade da Região Metropolitana de Salvador”, proferida pela Professora Ilce Marília Dantas Pinto, da Pós-Graduação em Engenharia Ambiental Urbana da UFBA;
- Palestra “Habitar na Metrópole” proferida pela Professora Dra. Ângela Gordilho, da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA;
- Palestra “As Transformações Recentes nas Cidades Brasileiras: Contradições entre o Planejamento das Cidades e a Produção Imobiliária”, proferida por Dr. Flávio Magalhães Villaça, Professor Emérito em Arquitetura e Urbanismo da USP.

A seguir destacam-se algumas produções bibliográficas mais relevantes dos docentes do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental relacionadas no Quadro 13:

Quadro 13 – Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental da UCSal: Produção Bibliográfica de Docentes e Egressos por Título e Autor

TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR
Isolamento, Seleção e Identificação de Microorganismos degradadores de Petróleo e seus Derivados em Sedimentos de Manguezais Contaminados	Ketlyn Luize Fioravanti, Joil José Celino, Juan Carlos Rossi-Alva
Sistema Orçamentário e Finanças Públicas	André Alves Portella
Transformações na Dinâmica Territorial do Povoado de São Sebastião, Município de Cairu/Ba	Cristina Maria Macedo Alencar
A Inserção de Salvador e de sua Região Metropolitana na Estrutura do Sistema Metropolitano Brasileiro	Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva, Barbara Christine N. Silva, Maina P. Silva

Fonte: Elaborado com base no Relatório Coleta de Dados (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b, p. 12) e na Plataforma Sucupira (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014c).

As produções técnicas expressam o nível de interação com a comunidade e pesam na avaliação da Capes no quesito Inserção Social. A seguir, no Quadro 14, são apresentadas produções técnicas mais relevantes do Mestrado em Planejamento Ambiental:

Quadro 14 – Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental: Produção Acadêmica e Técnica dos Docentes por Título e Autor – UCSal, 2012-2013

TÍTULO	AUTOR
Desenvolvimento socioambiental na coexistência rural-urbana sob influência metropolitana	Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva
A Educação Ambiental como interlocutor entre o conhecimento acadêmico, comunidade e o poder público: um exemplo no Parque Metropolitano	Cristina Maria Macêdo de Alencar
A influência das intervenções antrópicas no rio São Francisco em sua desembocadura	Junia Kacelenbogen Guimarães
Avaliação e otimização do processo de compostagem de resíduos sólidos urbanos na Unidade da LIMPURB – Salvador	Juan Carlos Rossi Alva

Fonte: Elaborado com base no Relatório Coleta de Dados (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b, p. 2).

Avaliações do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental pela Capes

Atendendo às orientações da Capes desde que foi implantado, o PMPA realiza anualmente o preenchimento do Coleta. Em 2012, última avaliação trienal, no item autoavaliação desse Relatório, foram apresentados vários pontos fortes, tais como: relativos ao perfil do quadro docente, na sua totalidade de doutores com experiência e produtividade; ampliação do financiamento às pesquisas pelos órgãos de fomento (CNPq e Fapesb) dentre outros (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR, 2012b, p. 11).

De acordo com a Avaliação Trienal da Capes para o triênio 2010 a 2012, o Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental obteve os seguintes resultados:

Quadro 15 – Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental: Avaliação Trienal da CAPES – Período 2010-2012

QUESITOS	PESO	AVALIAÇÃO
Proposta do Programa	0,00	Bom
Corpo Docente	20,0	Bom
Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão de Curso	30,0	Regular
Produção Intelectual	30,0	Regular
Inserção Social	20,0	Muito Bom

Fonte: Elaborado com base na Ficha de Avaliação Trienal 2013 (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2013d, p. 4).

A Comissão da Capes considera que o Programa da UCSal tem uma proposta acadêmica já consolidada em sua trajetória. Quanto ao corpo docente, destaca-se a participação em eventos, bancas em outras universidades do estado e do Brasil. Quanto ao corpo discente, os trabalhos de conclusão de curso evidenciam a aplicabilidade exigida pela área. A produção científica e técnica docente atende aos parâmetros da Capes. O quesito Inserção Social tem desempenho muito bom. “A Comissão manteve o conceito Regular” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2013d, p. 4). Esta avaliação corresponde à nota 3.

O Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) indica e reconhece a necessidade de expansão de mestrados profissionalizantes no quadro geral da pós-graduação *stricto sensu*.

Balanço Resumo

Os Mestrados Profissionais surgem a partir da Portaria n. 080/98 da Capes, para atender à necessidade de expansão e de diversificação da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Trata-se de responder às transformações requeridas pela complexidade do mundo do trabalho e da sociedade. Nesse sentido, não se propõe a formar pesquisadores, “[...] mas tem o caráter de terminalidade dirigido à formação profissional, articulando o ensino com a aplicação profissional através de pesquisa” (TEIXEIRA; OLIVEIRA; FARIA, 2008, p. 101). Conforme estudo de FERREIRA (2014), no Brasil, existem 573 Mestrados Profissionalizantes e, na Bahia, 27 cursos, representando 4,71% do total de cursos existentes no país.

O Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental apresenta fortes potencialidades:

[...] decorrentes das próprias demandas de ensino, pesquisa e extensão com a ampliação do seu corpo docente, ocorrido em 2006, 2009, 2011 e 2012, por meio de editais públicos nacionais, com profissionais que, associando o perfil de cientistas ao perfil de extensionistas, fortaleceram a inserção social do mestrado em desdobramento de suas linhas de pesquisa. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b, p. 11).

A proposta é considerada um dos pontos fortes do curso, por seu caráter inovador: “Primeiro, na concepção de planejamento e de ambiente, cujos níveis analíticos ultrapassam dicotomias como urbana x regional e campo x cidade e considera a perspectiva integrada de sociedade e natureza.” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b, p. 11).

De acordo com a caracterização sucinta realizada, percebe-se que se trata de um curso que desenvolve estudos e pesquisas sobre a realidade ambiental da Região Metropolitana de Salvador, interagindo com órgãos e instituições voltadas para solução dessas questões, o que evidencia a relevância social do Mestrado.

O corpo de docentes permanentes é constituído por doutores com larga experiência em pesquisa aplicada, com formação diversificada. Mais de 80% dos professores estão comprometidos com projetos de pesquisa em consonância com as linhas de pesquisa apontadas na proposta aplicada junto à Capes. Observa-se que o fato de o Mestrado profissional integrar o Programa em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social é um aspecto que merece ser destacado, considerando que eventos de âmbito local, nacional e internacional são programados e contam com o envolvimento de todos os docentes que integram os dois mestrados e o doutorado e com a efetiva participação dos discentes desses cursos. Nesse sentido, pela qualidade do seu desempenho, pela excelência do quadro de docentes, pela relevância de suas publicações e por sua inserção social, pode-se afirmar que o Programa PGP-TDS vem cumprindo, ao longo de sua existência, os objetivos que se propôs, formando competências nas áreas de abrangência.

Na sequência será apresentado o Programa em Políticas Sociais e Cidadania, com informações a respeito de sua origem e principais características, com ênfase em ações que demonstram o seu desenvolvimento.

Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania: Mestrado e Doutorado

O movimento da UCSal, voltado para criar a Pós-Graduação *stricto sensu* e a pesquisa, desencadeou um processo irreversível, gerando um ambiente favorável que serviu de incentivo à Escola de Serviço Social – primeira no estado da Bahia, que alimentava de muito o desejo de contar com um mestrado. O Mestrado de Políticas Sociais e Cidadania foi o único que teve origem em uma unidade de ensino – a Escola de Serviço Social – e expressa sua trajetória com forte inserção social. Além disso, a opção pela temática responde ao compromisso com a realidade social. Como ocorreu com os demais Programas, o Mestrado surgiu com o apoio institucional.

Origem

Sensível à demanda da Escola de Serviço Social, a Diretora do Cepex e assistente social Maria Julieta Firpo Fontes, diante de uma conjuntura favorável à instalação do *stricto sensu* na UCSal, acolheu esse movimento.

Para acompanhar essa iniciativa da Escola, designou sua assessora, Elsa Kraychete, que narra como se deu esse processo:

Professora Maria Julieta Fontes fez a proposta para que eu passasse a trabalhar no projeto de Políticas Sociais juntamente a Socorro Paim, Cristiana Mercuri Bastos, Angela Borges, Márcia Macedo. Fui destacada para acompanhar a experiência do Serviço Social [...] Essa experiência seguiu uma direção distinta. Apoiava-se no ensino e na caminhada do Serviço Social na formulação de currículos. Houve mobilização de professores do Rio, São Paulo [para assessorar] como também da UFBA, com a inserção das professoras Inaiá Carvalho e Kátia Freitas. O grande debate feito pelo grupo foi em torno das Políticas Sociais e não Públicas. Lembro que ocorreu um Seminário na Garibaldi, que contou com a presença da Professora Marilda Yamamoto [...] Então o APCN em Políticas Sociais e Cidadania foi aprovado pela Capes e foi motivo de muita alegria. (KRAYCHETE, 2014, p. 2).

Em entrevista realizada no dia 20 de setembro de 2014, a Professora Maria do Socorro Paim de Figueiredo, ao falar sobre os antecedentes e as estratégias adotadas, considera que o Mestrado resultou da trajetória da ESS. Esta instituição contava à época com mais de 60 anos de existência formando profissionais e desenvolvendo atividades de ensino, além de realizar pesquisas e orientar Trabalhos de Conclusão de Curso amparados em ações extensionistas. Para a professora:

O Mestrado chegou quando a Escola tinha condições objetivas muito próprias para a implantação. A motivação, o desejo, a intencionalidade vinha sendo construída. A categoria tem peso, havia demanda dos profissionais para fazer sua pesquisa, seus estudos, uma pós-graduação na área. O Mestrado vai trabalhar com matéria prima dos assistentes sociais [...] Naquele contexto havia vontade política, disposição para acolhimento da Instituição. No momento que levamos a proposta havia disposição em ampliar e consolidar a pós na UCSal [...] A Escola tinha vínculo com a ABEPSS [Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social] e a tradição de intercâmbio acadêmico para capacitação, com articulação nacional, com credibilidade nesse âmbito para

encaminhar o pleito. Isso dava condição singular [...] A expectativa é que pudéssemos realizar com melhor qualidade a produção do conhecimento dos objetos [com] que trabalha a profissão – a questão social e suas diferentes manifestações. (FIGUEIREDO, 2014, p. 2).

Sobre a fase de elaboração da proposta e os encaminhamentos junto à Capes, a Professora Maria do Socorro Figueiredo destaca o fato de contar com o envolvimento de professores da própria Escola, além da presença e do assessoramento de Carmelita Yasbeck (PUCSão Paulo), Marilda Yamamoto (UFRJ), Ana Elizabete Mota (Universidade Federal de Pernambuco) e Rosa Prêdes (Universidade Federal de Alagoas). A professora registra ainda a necessidade de convidar pesquisadores renomados para compor o quadro dos docentes, a exemplo da Professora/Pesquisadora Inaiá Carvalho, da UFBA (FIGUEIREDO, 2014).

Ao finalizar, a Professora Maria do Socorro Figueiredo chama a atenção para a competência instalada e o empenho da equipe de professores envolvidos na elaboração do Projeto do Mestrado diante do prazo exíguo para encaminhamento à Capes: “A elaboração da proposta aconteceu num tempo recorde, o que demonstrou a vontade [...] dos professores que dedicaram carga extra de trabalho” (FIGUEIREDO, 2014, p. 3).

Tratando-se da principal motivação do presente documento, qual seja a de registrar a história dos 10 anos da Pós *stricto sensu* na UCSal, cabe destacar o envolvimento, a efetiva colaboração e a competência da equipe da Escola de Serviço Social, constituída pela professora Maria do Socorro Paim de Figueiredo e as docentes Cristiana Mercuri de Almeida Bastos, Angela Maria Carvalho Borges e Márcia Macedo, cujo esforço resultou na elaboração da proposta do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Para compor e garantir a qualidade do corpo docente, ingressaram no quadro permanente as doutoras Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Kátia Siqueira Freitas, Ivanete Salete Boschetti Ferreira e ainda a professora Mary Garcia Castro, que já fazia parte do quadro dos docentes do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea. Como ocorreu com os demais programas, a equipe contou com a consultoria do Professor Wilson Gomes.

Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania

Integram o Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC), o Mestrado Acadêmico, encaminhado a Capes no dia 10 de junho de 2005, aprovado com conceito 3 na Área de Serviço Social, implantado em 2006. E o Doutorado aprovado pela Capes em 2014 e implantado em 2015.

Segundo consta da proposta:

A decisão da UCSal de propor um Mestrado Acadêmico em Políticas Sociais e Cidadania deriva da importância desta temática no contexto regional, historicamente marcado pela pobreza e por desigualdades, mas também da inexistência, na Bahia, de uma pós-graduação *stricto sensu* desta natureza. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2005c, p. 1/1).

O Mestrado, de acordo com o aplicativo citado, propõe-se a produzir conhecimento de ordem científica e social e tem como foco:

[...]as políticas sociais entendidas como respostas às manifestações da questão social, a qual passa a apresentar novas configurações sempre no sentido da acentuação das desigualdades e uma complexidade que demanda da Universidade a produção de novos conhecimentos que contribuam para revelar a natureza dessas desigualdades; formular políticas sociais de maior alcance com vista à promoção do bem-estar da maioria e criar instrumentos eficazes para o monitoramento e avaliação das políticas sociais tendo em vista o alargamento da cidadania. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2005c, p. 1/1).

Caracterização Sucinta do Programa

O doutorado foi aplicado na área interdisciplinar e aprovado pela Capes. Sua primeira turma foi instalado em 2015. De acordo com o APCN (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2014, p. 3):

[...] tem como foco de estudo a temática que envolve questionamentos entrecruzados de diferentes saberes. Seus métodos e conceitos atravessam uma dimensão acadêmica, ética e política voltada para desenvolver um conhecimento público e o exercício da capacidade crítica sobre os modos de intervenção dos governos em ações provedoras de seguridade social e civil; o alcance das políticas sociais da perspectiva dos direitos básicos da cidadania e a capacidade política dos agentes sociais e políticos na defesa da cidadania.

Estrutura dos Cursos: Mestrado e Doutorado

O Programa de Mestrado e Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania está estruturado sob os pilares estabelecidos em seus objetivos, no perfil do egresso, nas áreas de concentração e linhas de pesquisa. No Quadro 16 são apresentados os elementos que compõem as propostas aprovadas pela Capes.

Quadro 16 – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania: Objetivo, Perfil do Egresso, Área de Concentração e Linhas de Pesquisa – UCSal, 2014

CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA	DOCTORADO	MESTRADO
Objetivo	“[...] oferecer conhecimento teórico e metodológico consistente sobre as políticas sociais em perspectiva multidimensional, em diferentes escalas e universos empíricos, que conferem especificidade à interconexão entre a política social e os agentes sociais e políticas na constituição de uma esfera pública na construção do conhecimento.” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2014, p.3).	“[...] formar competências acadêmicas, políticas e técnicas com vista à concepção, avaliação e gestão na área das políticas sociais.” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2005c, p. 1/1)
Perfil do egresso	Habilita em nível avançado para: <ul style="list-style-type: none"> • ensino na graduação e na pós-graduação; • desenvolvimento de pesquisas acadêmicas de caráter interdisciplinar na área de concentração do curso; 	“O Mestre estará apto a: <ul style="list-style-type: none"> • desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão; • integrar equipes multidisciplinares de concepção, avaliação e monitoramento de políticas sociais no âmbito do Estado e de organizações sociais;

(Continua)

CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA	DOCTORADO	MESTRADO
Perfil do egresso	<ul style="list-style-type: none"> desempenho de atividades nos campos das políticas sociais e da cidadania, em âmbitos institucionais diversos, como o setor público, organizações não governamentais nacionais e internacionais e em entidades do setor privado; acompanhamento dos debates contemporâneos e de intervenção na realidade social (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2014, p. 16). 	<ul style="list-style-type: none"> participar da promoção de ações socioeducativas junto a movimentos sociais e organizações não governamentais.” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2005c, p. 1/1).
Linhas de Pesquisa	Estado, Desenvolvimento e Desigualdades Sociais.	Estado, Sociedade e Políticas Sociais.
	Legitimidade, Poder e Construção de Sujeitos.	
	Políticas Sociais Contemporâneas e Cidadania (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2014, p. 13,14).	Trabalho, Questão Social e Cidadania (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2005c, p. 1/1).

Fonte: Elaborado com base nos Aplicativos para Propostas de Cursos Novos (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2005c, 2014).

O perfil esperado para o candidato ao Doutorado é de: mestres originários de qualquer área do conhecimento, com experiência ou interessados em atuar no campo das políticas sociais, do controle social e da cidadania como pesquisadores, docentes ou gestores.

Estrutura do Programa

A estrutura curricular do Mestrado e Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania é visualizada no Quadro 17, a seguir:

Quadro 17 – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania: Estrutura Curricular – UCSal, 2014

DISCIPLINA	MESTRADO	CRÉDITO	DOCTORADO	CRÉDITO
Estado, Políticas Sociais e Cidadania	Obrigatória	4	Optativa	4
Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas	Obrigatória	4	Optativa	4
Trabalho e Questão Social	Obrigatória	4	Optativa	4
Seminários de Pesquisa e Dissertação I	Obrigatória	2	Optativa	2
Seminários de Pesquisa e Dissertação II	Obrigatória	2	Optativa	2
Determinantes Sociais da Cidadania e do Bem-Estar	Optativa	4	Optativa	4
Determinantes Sociais e Políticas de Saúde	Optativa	2	Optativa	2
Direitos Fundamentais e Efetividade dos Direitos Sociais	Optativa	4	Optativa	4
Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais	Optativa	4	Optativa	4
Identities e Cidadanias. Novos aportes em Políticas. Teoria da distribuição e do reconhecimento; participação e democracia radical, cidadania ativa e cultural	Optativa	4	Optativa	4
Novos Direitos e Interdisciplinidades	Optativa	4	Optativa	4
Políticas de Educação e Cidadania	Optativa		Optativa	4
Políticas Sociais e Direito da Criança e do Adolescente	Optativa	4	Optativa	4
Teorias da Cidadania	Optativa	4	Optativa	4
Tutela Jurisdicional dos Novos Direitos	Optativa	2	Optativa	2

(Continua)

DISCIPLINA	MESTRADO	CRÉDITO	DOCTORADO	CRÉDITO
Urbanização e Desigualdades Socioespaciais no Brasil	Optativa	4	Optativa	4
Violência & Crime: Políticas Criminais e Políticas Públicas de Segurança	Optativa	4	Optativa	4
Desenvolvimento: Paradigmas Clássicos e Inflexões Contemporâneas	Optativa	2	Optativa	2
Democracia, Participação e Controle Social	Optativa	2	Optativa	2
Ética, Instituições e Direitos Humanos	Optativa	2	Optativa	2
Estado e Proteção Social	Optativa	4	Optativa	4
Geração, Identidades, Políticas e Juventudes	Optativa	2	Optativa	2
Judicialização da Política, Ativismo e Efetividade dos Direitos Sociais	Optativa	2	Optativa	2
Novos Direitos, Direitos Fundamentais e Transformações nas Relações Privadas	Optativa	2	Optativa	2
Orçamento Público no Contexto do Planejamento das Políticas Estatais: Estrutura e Características	Optativa	2	Optativa	2
Previdência Social no Brasil: Características e Legislação	Optativa	2	Optativa	2
Promoção da Cidadania nas Comunidades;	Optativa	2	Optativa	2
Políticas Sociais e Cidadania das Pessoas com Deficiências	Optativa	2	Optativa	2
Saúde Mental e Drogas: Políticas, Direitos e Redes de Atenção	Optativa	2	Optativa	2

(Continua)

DISCIPLINA	MESTRADO	CRÉDITO	DOCTORADO	CRÉDITO
Violência Urbana e Políticas Públicas de Segurança	Optativa	2	Optativa	2
Leitura Dirigida	Optativa	2	Optativa	2
Tópico Especial	Optativa		Optativa	2
Pesquisa Orientada	Obrigatória	6	Obrigatória	12
Fundamentos do Estado e Políticas Sociais			Obrigatória	4
Epistemologia e Metodologia de Pesquisa Interdisciplinar no campo das Ciências Humanas			Obrigatória	4
Seminário de Tese I			Obrigatória	2
Seminário de Tese II			Obrigatória	2
Seminário de Tese III			Obrigatória	2
Seminário de Tese IV			Obrigatória	2
Seminário de Pesquisa Orientada	Optativa	2	Optativa	2

Fonte: Elaborado com base nos Aplicativos para Propostas de Cursos Novos (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2005C, 2014) e nas informações da Secretaria Acadêmica da pós-graduação *stricto sensu* em dezembro de 2015.

Total de créditos para titulação Mestrado:

Disciplinas: 32 créditos, sendo 16 créditos em disciplinas ou atividades obrigatórias, 10 créditos em disciplinas optativas.

Dissertação: 6 créditos.

Total de Créditos do Doutorado:

Disciplinas: 48 créditos, sendo oito créditos em disciplinas obrigatórias; oito créditos em quatro Seminários de Tese (obrigatórios) e ou atividades obrigatórias e 20 créditos em disciplinas optativas, oferecidas para os alunos do Mestrado e do Doutorado.

Tese: 12 créditos.

Os doutorandos serão ainda estimulados a uma participação ativa nos Seminários de Pesquisa Orientada, no contexto dos grupos de pesquisa, atividade na qual poderão integralizar dois créditos. Os mestres em Políticas

Sociais e Cidadania poderão aproveitar até 16 créditos em disciplinas optativas. Mestres titulados em outras áreas poderão ter que cursar disciplinas obrigatórias do mestrado para assegurar o seu nivelamento.

O Programa oferece anualmente 20 vagas para o Mestrado, além de ofertar vagas para alunos especiais, de acordo com a legislação em vigor e 10 vagas para o Doutorado. O tempo médio para conclusão do Mestrado é de 2 anos, o tempo mínimo é de 30 meses e o máximo de 54 meses, já considerada a possibilidade de prorrogação por até seis meses, além da meta dos 48 meses. Até o ano de 2014 foram produzidas 99 dissertações, todas cadastradas na biblioteca da UCSal e inseridas no sistema *on-line*.

A Tabela 10 permite visualizar o quantitativo de alunos inscritos, matriculados e concluintes do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania:

Tabela 10 – Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da UCSal: Alunos Inscritos, Matriculados e Concluintes – 2006-2014

ANO	Nº DE INSCRITOS	ALUNOS MATRICULADOS	ALUNOS CONCLUINTES
2006	51	19	-
2007	47	20	01
2008	37	19	14
2009	37	19	14
2010	33	20	07
2011	37	20	15
2012	50	18	16
2013	41	20	17
2014	66	20	15
Total	399	175	99

Fonte: Elaborado com base em dados fornecidos pela Secretaria geral da SPPG/UCSal, em 2015.

O perfil dos alunos que ingressam no Mestrado é diversificado, com domínio de formação disciplinar em Direito, Serviço Social e Pedagogia. O curso conta também com graduados em Comunicação, Fisioterapia, História, Psicologia e Economia, dentre outros cursos de ciências humanas e de profissionais que atuam na gestão e implementação de políticas sociais, na

docência (ensino superior e básico), na defesa de direitos humanos, inseridos em organizações governamentais e não governamentais, e que desejam aprofundar suas formações nesta temática.

Segundo o APCN (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2014, p. 16), o Perfil esperado para o candidato ao Doutorado é de mestres originários de qualquer área do conhecimento, com experiência ou interessados em atuar como pesquisadores, docentes ou gestores no campo das políticas sociais, do controle social e da cidadania.

Os projetos pedagógicos do Doutorado e do Mestrado (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2014) prevêem a formação do estudante e a sua incorporação em um dos seguintes Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2015):

- Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais (GAPPS);
- Estudos do Trabalho;
- Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania;
- Governança e Instituições;
- Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura;
- Saúde e Cidadania;
- Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família;
- Núcleo de Estudos em Tributação e Finanças Públicas (NEF);
- Tutela Jurisdicional dos Novos Direitos;
- Núcleo de Pesquisa em Processo Constitucional e Direito Fundamental.

O PPGPSC tem, no quadro permanente, 13 professores em regime de 40h semanais e vinculados a grupo de pesquisa e redes nacionais e internacionais, com destaque para aqueles docentes que possuem bolsa de produtividade do CNPq. Conta também com professores colaboradores. A relação orientador x orientando é de 5 alunos em média por docente (atendendo aos parâmetros da Capes). Outro aspecto significativo é o fato de 50% dos professores permanentes atuarem participando da equipe interdisciplinar na graduação: quer lecionando disciplinas, quer em projetos de pesquisa e orientação de bolsistas de iniciação científica.

Atividades Desenvolvidas

Os Grupos de Pesquisa privilegiam a integração de alunos da graduação e da pós-graduação, mantêm interlocução com outros Programas de Pós-Graduação e ampliam a cooperação com redes de pesquisa. Os resultados dos estudos e pesquisas são divulgados em eventos locais, nacionais e internacionais. Os professores permanentes, em 2013, atuaram em diversas áreas temáticas, a saber:

1) Na temática das políticas de saúde, o programa conta com três professores: Ana Pitta, médica, com doutorado (1989) em Medicina Preventiva/Saúde Mental e com três pós-doutorados (na Itália e no Canadá); Michel Perrault, Sociólogo, com Doutorado em Sociologia da Saúde pela Université de Montreal, e pós-doutorado em medicina e sociedade, na França; Solange Cristo, Assistente Social com doutorado cujas temáticas de pesquisa prioritária é a avaliação de políticas, programas e serviços de saúde; controle social em saúde; movimentos sociais e cidadania.

2) Na temática em educação, o programa conta com a Professora Kátia Freitas, Pedagoga com doutorado e pós-doutorado em Administração da Educação e que tem atuado na área de políticas de educação, na Gestão e Avaliação das Políticas Sociais, alimentando uma interface com a Professora Ana Pitta, que trata da temática com foco na área de Saúde.

3) No campo dos estudos sobre trabalho, desenvolvimento e estrutura social, a Professora Ângela Borges, com doutorado na mesma área, atua junto com as Professoras Inaiá Carvalho e Anete Ivo, que vêm trabalhando com uma perspectiva fortemente interdisciplinar, explorando a interface com professores da área de Arquitetura e desenvolvimento territorial, e a da ação catalisadora e inovadora na produção do Dicionário Temático Sobre Desenvolvimento e Questão Social, no nível nacional e internacional.

4) Na temática sobre Juventude, Identidades e Cidadania duas professoras desenvolvem pesquisas com forte interface com a sociedade civil Mary Garcia Castro, socióloga, com doutorado nos Estados Unidos e pós-doutorado na Unicamp, atua com grande protagonismo, no âmbito local e nacional – e a Professora Márcia

Calazans, Psicóloga, com doutorado e pós-doutorado em Sociologia, dedica-se a pesquisas e disciplinas sobre violência, identidades, cidadania e políticas de segurança, com esforços de implementação dessa área de diálogos, e com núcleos de pesquisa consolidados em outras universidades do país e do exterior.

5) Na área Jurídica, o curso conta com dois professores: André Portela, com doutorado em Direito financeiro e tributário, e que se dedica às questões relacionadas com a previdência, orçamento e transparência na gestão pública; e Dirley Cunha Jr., constitucionalista, com doutorado pela PUC/SP e que juntos trabalham temas relacionados a direitos, justiça, democracia e teoria do Estado, fundamentais à pesquisa sobre políticas sociais, em diálogos transversais com colegas das Ciências Sociais e da área de Saúde Pública sobre a efetividade das políticas e judicialização dos direitos.

6) Finalmente, na área do Serviço Social, completavam o quadro de docentes permanentes do Mestrado, em 2013, mais duas Assistentes Sociais. A professora Mari Bortoli (doutora em Serviço Social pela PUC/RGS) cujos estudos e pesquisas se orientam para a inserção produtiva de segmentos pauperizados da população, ampliando a discussão sobre os movimentos sociais e a professora Josimara Delgado, doutora em Serviço Social, Política de Assistência Social, políticas sociais e transversalidades de gênero e geração, aposentadoria e envelhecimento, memória social, trajetórias de vida e identidades de trabalhadores. (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014b).

O Mestrado tem exercido um importante papel na formação e qualificação de docentes/pesquisadores. As dissertações abordam temas de significativa relevância social, contribuindo para o estudo de problemas regionais e subsidiando a concepção, execução e avaliação de políticas sociais, bem como as ações empreendidas pelo Estado ou pela sociedade civil com vistas ao desenvolvimento da cidadania e ao controle social das políticas públicas (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014b).

O curso estimula e realiza eventos com a participação de destacados pesquisadores da comunidade científica local, nacional e internacional, a exemplo

dos Seminários em Políticas Sociais e Cidadania em 2007, 2008 e 2010, este último de caráter internacional. Esses Seminários discutiram temas contemporâneos numa perspectiva de intersectorialidade das políticas sociais cujas abordagens contemplaram: as relações entre Estado e desenvolvimento; precarização do trabalho profissional e políticas sociais; novas conformações da proteção social; políticas e gestão de saúde e de educação, juventudes, gênero e participação política, participação social e democracia e questões relativas ao processo de envelhecimento da população e seus impactos sobre as políticas sociais. Este evento contou com apoios da Fapesb, CNPq, *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)* e Governo Estadual, o que demonstra o reconhecimento por parte das instituições de fomento. “O Seminário [III Seminário] atraiu pesquisadores de 13 estados brasileiros dos quais 263 textos foram selecionados para publicação nos Anais. Participaram como convidados nas Mesas Redondas sete pesquisadores da França, Uruguai, Argentina, México, Colômbia.” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014c, p. 1).

A integração com a graduação ocorre por meio das seguintes ações:

- a. alunos da graduação participam de grupos de pesquisa por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) ou na condição de voluntários;
- b. docentes do Mestrado lecionam disciplinas em cursos de graduação, inclusive participando do Projeto Interdisciplinar Eixos de Formação Geral;
- c. graduandos participam de eventos, seminários, minicursos promovidos pelo Mestrado; docentes que lecionam na graduação e participam na condição de alunos regulares do Mestrado. Em 2013 participaram de grupos de pesquisa um total de 33 bolsistas de Iniciação Científica, com bolsas da Fapesb e CNPq. Registra-se a participação de alunos de graduação integrados aos grupos de pesquisa do Mestrado, apresentando seus trabalhos no IX Seminário de Iniciação Científica da UCSal e com publicação dos Resumos expandidos em Anais e na XVI Semoc, dentre outras atividades, nas quais esteve presente grande número de alunos e professores.

O fomento à internacionalização do Programa vem se constituindo uma ação contínua por parte do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. A atividade de Intercâmbio do Programa acontece mediante um conjunto de ações:

- a. docentes estão presentes em eventos internacionais promovidos pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), *Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS)*, *Latin American Studies Association (Lasa)* ou mais amplas, a exemplo da *International Sociology Association (ISA)*, que atuam no âmbito da América Latina;
- b. participação em redes regulares de pesquisadores articulados pelo *Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales (CLACSO)*; atividade de consultoria dos docentes a projetos de organismos internacionais ou o desenvolvimento de pesquisas com financiamento internacional;
- c. professores convidados por instituições estrangeiras;
- d. participação em comitês internacionais de avaliação e fomento à pesquisa;
- e. comitês acadêmicos em periódicos estrangeiros e internacionais, além de participação em publicações em periódicos estrangeiros.

São inúmeras as atividades dessa natureza nas quais participam docentes do Mestrado da UCSal. Dentre as instituições com as quais o curso manteve intercâmbio, registradas em 2013, destacam-se:

- a. *Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación (ILPE/ Unesco) Proyecto de Actualización de Formadores en Gestión y Política Educativa*;
- b. Instituto Politécnico Nacional (Cidade do México);
- c. Universidade do Minho e da Católica de Lisboa, em Portugal;
- d. *Sonoma State University (EUA)*;
- e. *Chaconda Bowie State University (EUA)*;
- f. *Université de Montréal (Faculdade de Enfermagem)*;

- g. CEMÉA, uma associação de educação popular e instituição de formação profissional em Serviço Social com mais de 70 anos de funcionamento;
- h. FLACSO-BR e CLACSO – parcerias que têm resultado em publicações, a exemplo de “Movimientos – juveniles en América Latina y el Caribe, Juventude e violência. Entre políticas de estado e práticas políticas de recusa. A busca por respeito”;
- i. *The United Nations Children’s Fund* (Unicef) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- j. Labmundo/UFBA, integrando-se à pesquisa “Cooperação Sul-Sul: um estudo sobre dinâmicas socioeconômicas, políticas, científicas, culturais e ambientais na América do Sul”.

Registra-se ainda a participação em redes internacionais de pesquisa, especialmente com a França e países da América Latina. Além de consultorias em periódicos estrangeiros, como *International Sociology*; Estudos Sociológicos (Colégio de México); *Brésil: revue de l’École de Hautes Universidades de Quilmes* (Argentina); *International Journal of Educational Administration and Policy Studies* (EUA) e pareceres de periódicos acadêmicos.

Dentre as atividades de intercâmbio realizadas, destacam-se as coautorias de livros, publicações de artigos e capítulos de livros editados, os quais revelam a importância das articulações de professores vinculados às redes internacionais. Em 2013, por exemplo, destaca-se o “Dicionário Temático sobre Desenvolvimento e Questão Social” com a participação das Universidades de Guadalajara, Universidad Buenos Aires, Universidad de Córdoba, Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Universidade de San Francisco (Informações mais detalhadas a respeito dessas atividades podem ser encontradas em documentos elaborados pela UCSal e inseridos na Plataforma Supupira).²⁰

²⁰ A localização do Histórico e Contextualização do Programa é feita mediante a inserção do nome da instituição de ensino e do programa nos campos próprios disponibilizados no site da Plataforma Supupira, *link* Informações do Programa, Propostas Programas. Esse site pode ser acessado diretamente ou do site da Capes.

Neste sentido, o Mestrado, além de desenvolver parcerias com Instituições e Organismos Internacionais, realiza atividades conjuntas com as IES locais e regionais, além de manter laços de pesquisa e consultorias com organismos privados, como o Centro de Desenvolvimento Humano Aplicado (CEDAHP), em Curitiba (PR); Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos (Cebela); Faculdade Latino América de Ciências Sociais (FLACSO), Brasil; Fundação Vitor Civita; Fundação Carlos Chagas; e Instituto Brasileiro da Diversidade. Outro exemplo de interlocução com outras instituições do estado da Bahia, com vistas a fortalecer a dimensão da inserção social do Mestrado, foi a criação do Observatório Interinstitucional de Educação Cidadania e Violência na Escola, uma ação conjunta da UFBA, UNEB e UCSal (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2014).

Dentre as atividades interinstitucionais registra-se a iniciativa da Professora Katia Freitas, articulando-se com o grupo de pesquisa Labmundo/UFBA e incorporando-se à pesquisa intitulada “Cooperação Sul-Sul: um estudo sobre dinâmicas socioeconômicas, políticas, científicas, culturais e ambientais na América do Sul a partir do caso brasileiro”, com financiamento da Fapesb e coordenada pela Professora Denise Vitale, no período 2012-2014.

Vale acrescentar que essa atividade de intercâmbio, como outras, têm gerado oportunidades de participação de IES estrangeiras, incorporando-as como atividades do curso, viabilizando a formação de equipes de estudos e pesquisas com estudantes de graduação e pós-graduação, a exemplo do que ocorreu, permitindo que quatro mestrandos da UCSal (além de outros de outras IES) realizassem suas pesquisas acadêmicas na Argentina e na Venezuela, em 2013, iniciando a participação internacional dos estudantes da UCSal (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014c).

Considerando as diretrizes do atual PNPG (2011-2020), é oportuno registrar ações desenvolvidas pelo Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania (MPSC) no que há referência às Interfaces com a Educação Básica. Como exemplo, cita-se a experiência da Professora Katia Siqueira de Freitas e do Professor Doutor Vieira (UNB) na construção do Módulo X de Estudos e de Atividades do Programa de Capacitação à Distância para Gestores Escolares (Progestão) do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed/

MEC), que mostram a importante atuação de docentes do Mestrado nessa área, considerada prioritária para o desenvolvimento da educação do país. Como citado anteriormente, a Professora Kátia Freitas elaborou, junto com outros colegas, o Módulo de Estudos Liderança Educacional e participou de comissões internacionais de avaliação de projetos submetidos ao *Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación* (ILPE). A Professora destaca-se ainda participando como consultora no Progestão.

Registra-se também o papel desempenhado pela Professora Mary Garcia Castro, referência em estudos sobre juventude no plano nacional, que tem contribuído, com seus estudos e pesquisas, na definição de políticas públicas para a juventude no âmbito nacional, além de prestar consultorias voluntárias para o Conselho Nacional de Juventude e participar de discussões voltadas para a reestruturação do ensino médio. Merece ser ressaltada a atuação de egressa do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania Maria de Fátima Mota Urpia, que integra a Coordenação do Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Bahia e é Editora da Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos.

Os docentes do Mestrado apresentam um grande número de produções, conforme ficou evidenciado no último Relatório da Capes inserido na Plataforma Sucupira, de acordo com a natureza da publicação, a saber: Desenvolvimento de Material Didático e Instrucional, Relatório de Pesquisa; Apresentação de Trabalho, incluindo participação em Mesas Redonda, Minicursos produção audiovisual, bem como trabalho em Anais; Tradução; Serviços Técnicos, incluindo pareceres, participação como membro de Comissões científicas e de assessoramento técnico-científico, em Comissões de avaliação, videoconferências, Avaliação de Trabalhos Científicos; Artigos em Jornais ou Revistas, com destaque para Livros e alguns artigos em periódicos, a título de ilustração, conforme demonstrado no Quadro 18, que ilustra a produtividade do Programa:

Quadro 18 – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania: Autores e títulos de livros e artigos em periódicos publicados por docentes da UCSal

	AUTOR	TÍTULO
LIVROS	Angela Maria Carvalho Borges	Trabalho e Pobreza nas Regiões Metropolitanas Brasileiras Mercado de Trabalho Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social
	Antonio Adonias Aguiar Bastos	A necessidade de compatibilização do interesse público com os direitos processuais individuais no julgamento das demandas repetitivas O Projeto do Novo Código de Processo Civil – Estudos em Homenagem ao Professor José Joaquim Calmon de Passos A estabilidade das decisões judiciais como elemento contributivo para o acesso à justiça e para o desenvolvimento econômico
	Ana Maria Fernandes Pitta	Hospital, dor e morte como ofício Reabilitação Psicossocial no Brasil, Hoje? Prefácio, in: Viver Fora Depois de Muito Tempo Dentro...
	Dirley da Cunha Junior	Direito Constitucional Da Ordem Social: da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso O Dogma da Separação das Funções Estatais no Estado Democrático de Direito: A necessidade de uma revisão da Teoria clássica da Separação de Poderes
	Inaiá Maria Moreira de Carvalho	Região Metropolitana de Salvador: mercado de trabalho e estrutura sócio ocupacional
	André Alves Portella	Região Metropolitana de Salvador: mercado de trabalho e estrutura sócio ocupacional; Responsabilidade Tributária Lei Orçamentária Anual (LOA)

(Continua)

	AUTOR	TÍTULO
LIVROS	Antonio Carlos da Silva	Ética & práxis: em tempos sombrios, a justiça social e a liberdade devem ser difundidas
	Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima	Políticas Públicas e Pessoa com Deficiência: Direitos Humanos, família e saúde Amamentação: direito da criança e proteção da família Ambivalences in the transition to Motherhood: the Arrival of Intersexual Baby
	Katia Siqueira de Freitas	A Escola participativa: o trabalho do gestor escolar Violência na Escola e a gestão educacional Políticas educacionais: expansão e qualidade
	Marcia Esteves de Calazans	Policías Migrantes: Identidades Profesionales en Movimiento Homicídios de homens e mulheres jovens em Salvador e as novas tessituras das cidades Policiais Migrantes
Artigos em periódicos	Angela Maria Carvalho Borges	Mercado de trabalho na RMS: duas décadas de transformações
	Anete Brito Leal Ivo	A invenção do social e a normatividade das ciências sociais: dilemas clássicos e tendências contemporâneas
	Josimara Aparecida Delgado	Políticas sociais para idosos: algumas reflexões a partir do enfoque de gênero
	Ana Maria Fernandes Pitta	Um balanço da Reforma Psiquiátrica Brasileira: Instituições, Atores e Política

Fonte: Elaborado com base no Aplicativo para Propostas de Cursos Novos (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2014, p. 128-140).

Consideradas como um indicador de qualidade dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, as produções têm sua origem nos grupos de pesquisa como uma das mais importantes atividades realizadas pelos docentes

e pelos discentes do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC). Nesse sentido, o Mestrado vem estimulando a investigação sistemática e a disseminação de seus resultados, alcançando níveis elevados de produtividade. As experiências acumuladas nessa direção apontam possibilidades na área de políticas sociais e cidadania. A prática vivenciada, refletida e sistematizada com base nos projetos desenvolvidos pelos mestrandos, com ênfase em temáticas as mais variadas, refletem a amplitude das questões teórico-práticas que se constituem objetos de estudo, requerendo aportes das ciências sociais de modo a superar a lógica disciplinar e avançar na direção da interdisciplinaridade. Trata-se de uma perspectiva que já vinha sendo exercitada por docentes e pelo alunado, com perspectivas de avanços significativos diante da complexa realidade social e da instalação do Doutorado.

No Quadro 19, visualiza-se o resultado da Avaliação trienal da UCSal, período 2010-2012, realizada pela Capes:

Quadro 19 – Programa de de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da UCSal: Avaliação Trienal Capes – período 2010-2012

QUESITOS	QUALIDADE
Proposta do Programa	Bom
Corpo Docente	Muito Bom
Corpo Discente, Teses e Dissertações	Muito Bom
Produção Intelectual	Muito Bom
Inserção Social	Regular

Fonte: Elaborado com base na Ficha de Avaliação do Programa (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2013c, p. 6).

A Comissão manteve a nota 4.

Em 2012 foi apresentada proposta de Doutorado, sendo considerada pela Capes de muito boa qualidade em todos os quesitos, entretanto não foi recomendada, no que se refere à titulação mínima na área de Serviço Social, por não atender ao percentual exigido de 30% de Assistentes Sociais no corpo docente. Nessa oportunidade, posicionou-se favorável à

transferência para a área Interdisciplinar, avaliando sua maior coerência e adequação ao perfil do Curso.

Em 2014 foi enviada à Capes nova proposta do Doutorado, na qual foram apresentados os pontos fortes da experiência desenvolvida pelo Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, a saber:

[...] corpo docente experiente; bons níveis de produtividade acadêmica docente e discente; existência de grupos de pesquisas interdisciplinares consolidados; experiência acumulada na internacionalização de projetos de pesquisa em interação com redes locais, nacionais e internacionais, além de infraestrutura, biblioteca e laboratórios que reúnem condições para o funcionamento do doutorado interdisciplinar em política social e cidadania. O projeto consolida, portanto, uma experiência acadêmica exitosa no mestrado, na área do Serviço Social, que obteve a nota 4 nas duas últimas avaliações trienais e projeta-se no doutorado interdisciplinar, garantindo o aperfeiçoamento na mesma temática, orientado pela efetiva internacionalização dos projetos, transferência dos resultados para a sociedade e fomento à formação em diferentes níveis do ciclo do conhecimento, em diversos níveis (graduação e nível médio). (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014c, p. 5).

O doutorado, aprovado pela Capes e com oferta de 10 vagas anuais iniciou a primeira turma em março de 2015.

Balanço Resumo

Essa aproximação com a origem e o desenvolvimento do Programa em Políticas Sociais e Cidadania permitiu um conhecimento da experiência exitosa, evidenciada pelos resultados alcançados nas últimas avaliações trienais (nota 4). O Mestrado implantado desde 2006 apresentou constantes resultados positivos, com destaque para os seguintes pontos fortes: a crescente demanda, a titulação de significativo número de profissionais qualificados para atuar na docência, produzir conhecimentos como pesquisadores, técnicos e planejadores na área das políticas sociais, além de altos índices de produção científica publicada em periódicos bem classificados.

Os docentes participam de redes de pesquisa qualificadas nacionais e internacionais, desenvolvem atividades de ensino, orientação, realizam palestras em Organizações não Governamentais (ONGs), sindicatos e movimentos sociais, prestam consultorias especializadas, assessoramento a associações científicas e a órgãos públicos. Os resultados de estudos e pesquisas realizados no âmbito do Programa fundamentam decisões governamentais relativas a várias políticas sociais, como a política para a juventude, política de saúde, em especial de saúde mental e drogas, políticas para crianças e adolescentes, política de segurança, política de educação, políticas urbanas e desenvolvimento.

Os discentes e egressos têm avaliado o Mestrado, reconhecem a qualidade do corpo docente e a importância dos grupos de pesquisa e também destacam a relevância dos estudos e das pesquisas realizadas cujos resultados vêm contribuindo para um conhecimento mais aprofundado dos problemas da realidade social do estado da Bahia, bem como fornecem subsídios para a definição de políticas sociais e em defesa dos direitos.

Recente levantamento de avaliação do impacto deste mestrado, com 30% de respostas ao formulário de acompanhamento, obteve os seguintes resultados:

[...] em termos de inserção profissional, cerca de 58% dos respondentes atuam no setor público, acumulando ou não atividades no setor privado. Destes, 19% são docentes em IES Públicas (não computados aqueles que vivenciam a experiência de professor substituto), 15,4% trabalham no controle social da gestão pública, 11,5% são gestores e outros se declararam inseridos em outros tipos de atividade. No setor privado, destaca-se a docência no ensino superior (42,3%) como destino dos titulados, sendo 7,7% coordenadores de curso de graduação, e 7,7% coordenadores de cursos *Lato Sensu*. Inquiridos sobre as principais mudanças na vida profissional, após titulação, 42% destacaram a ascensão na carreira; e 42% informaram terem iniciado a docência no ensino superior, geralmente acumulada com outra atividade no setor público ou privado e 23% informaram a aprovação em concurso em IES pública. Dado o perfil acadêmico bastante diversificado dos Mestres em Políticas Sociais e Cidadania, essa inserção no campo da docência, em Instituições públicas e privadas, evidencia que o Mestrado tem contribuído para a oferta qualificada de profissionais para o ensino universitário na região. É expressivo o

número de egressos que atuam na Educação Básica, alguns deles em cargos de gestão, um dado que revela o impacto do Curso nesse nível de ensino, com efeito na sua Inserção Social [...] A maior parte dos egressos relata a melhoria do seu desempenho e o reconhecimento dos colegas [...] 42% dos que responderam registraram a atuação em associações de classe, sindicatos, conselhos de direitos e comissões de acompanhamento de políticas sociais, resultados que consolidam uma avaliação positiva dos efeitos do curso na inserção social e da perspectiva de formação de uma nova cultura e conhecimento crítico e interdisciplinar dos titulados [...] Assim, 11,5% dos titulados já estão cursando o doutorado em outras instituições e 23% o colocam como meta para os próximos anos. Ademais, 38,5% declararam que continuam atuando como pesquisadores, sendo significativo o número dos que mantêm com certa regularidade a produção acadêmica e técnica e a participação em eventos acadêmicos na área das políticas sociais. (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014c, p. 9).

Dessa forma, credenciou-se para transitar para a área interdisciplinar. Como coroamento dessa trajetória positiva, obteve a aprovação da proposta de doutorado em Políticas Sociais e Cidadania.

Balanço Geral

Conhecer a origem e a trajetória relativamente recente dos Programas *stricto sensu* ofertados pela Universidade Católica do Salvador foi o objetivo deste capítulo.

Nesse processo de construção, as equipes trilharam seus próprios caminhos, com características distintas, para a formulação das propostas e superação das dificuldades de cada curso. Todos os programas contaram com assessorias especializadas e consultoria com pleno domínio de conhecimento da Política Nacional e do Sistema Nacional de Pós-Graduação e critérios de Avaliação da Capes e com a decisão política da UCSal de prestar o apoio institucional, da Reitoria e do órgão próprio para cuidar da instalação da Pós-Graduação *stricto sensu*.

Sem dúvida, foi possível à UCSal, num curto período de tempo (2004 a 2005), criar os três Programas, aprovados e muito bem avaliados pela Capes,

cujo resultado final é a Pós-Graduação *stricto sensu* consolidada. Tais frutos foram alcançados graças a um conjunto de fatores, com realce para a forte motivação das lideranças, capacidade instalada de gestores e professores, decisão política do dirigente maior da UCSal, apoio institucional e criação das condições objetivas, a saber: contratação de consultoria especializada e de doutores de alta qualidade acadêmica; empenho, dedicação e compromisso de um conjunto de pessoas (mentes e corações) unidas em torno do objetivo maior de oferecer à comunidade baiana uma pós-graduação *stricto sensu* de qualidade, com foco em temáticas de interesse social, em consonância com a missão e a natureza da Instituição.

Em consonância com os quesitos e critérios de avaliação, os cursos estão consolidados. Apesar das dificuldades para contar com uma equipe docente competente e estável, foi possível superá-las e plantar em terreno fértil um campo da investigação científica que permite o avanço na produção de conhecimentos de alta relevância social, nos termos definidos pela Capes e por reconhecidos organismos internacionais, a exemplo da Unesco.

O quadro docente, constituído por renomados pesquisadores reconhecidos nos âmbitos local, nacional e internacional, aliado a jovens doutores que abraçaram a proposta da Pós-Graduação *stricto sensu* com disponibilidade e compromisso, constituiu-se em um dos pontos fortes que impulsionou os Programas, levando-os a alcançar um patamar considerado, nos parâmetros oficiais, “bom” e “muito bom”, na sua maioria.

A UCSal, ao resgatar 10 anos, reconhece o valor da pleiade de professores, assessores e consultores que acreditaram na trajetória da Instituição e, de forma competente, em inúmeras reuniões e debates, vivenciaram, desde o início, uma prática interdisciplinar que resultou no desenho contemporâneo dos Programas em Família na Sociedade Contemporânea, em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental e em Políticas Sociais e Cidadania, em consonância com as demandas e a realidade urbana de Salvador.

A heterogeneidade que caracteriza o grupo de estudantes apresentou um potencial positivo, favorecendo e enriquecendo a prática do diálogo interdisciplinar. Sem dúvida, um sério trabalho acadêmico permitiu o avanço da formação teórica dos discentes.

O crescente interesse dos egressos, buscando manter-se vinculados aos grupos de pesquisa e participando de eventos e debates promovidos pelos Programas, é indicador do processo de desenvolvimento e crescimento desses profissionais. Pode-se enumerar um conjunto de resultados derivados dessa experiência acumulada ao longo de 10 anos:

- a. consolidação de uma cultura acadêmica com a formação de um grupo de docentes/pesquisadores identificados com o Projeto Pedagógico Institucional;
- b. reconhecimento frente à comunidade das universidades e Instituições de Ensino Superior, mediante a participação nos diversos fóruns de debates, associações científicas e profissionais no âmbito regional e nacional e no acesso a financiamentos do CNPq, Fapesb e demais agências de fomento;
- c. crescente interesse das diversas instituições e das redes de pesquisa, que se aproximam dos Programas por meio de convites para os docentes participarem de bancas, mesas redondas, eventos diversos, parcerias em pesquisas e ações conjuntas, a exemplo de Observatórios voltados para estudar e propor solução para questões de interesse da sociedade;
- d. interação dos Programas com outros de pós-graduação promovida por docentes e que revelam atividades de solidariedade entre os cursos *stricto sensu*, a exemplo de conferência inaugural proferida pela Professora Anete Ivo no Seminário Trabalho e Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Paraíba (abril de 2013).
- e. o caráter internacional de algumas atividades desenvolvidas, a exemplo de bolsa sanduiche, intercâmbio com Universidades estrangeiras no âmbito da América Latina, Estados Unidos, Canadá, França, Espanha e Portugal.

A seguir, buscando situar a Pós-Graduação *stricto sensu* no contexto da Avaliação Institucional da UCSal, procura-se resgatar aspectos destacados no Relatório de Avaliação Institucional da UCSal e no Relatório da Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação relativos ao ano de 2013, nos quais

está registrada a participação e as contribuições dos Programas *stricto sensu*, no que tange às seguintes dimensões contempladas no Sinaes, com destaque para as potencialidades e para aspectos que merecem atenção especial:

A Capes manteve os conceitos 4 e 5 atribuídos, respectivamente, aos programas em Família na Sociedade Contemporânea, Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social e Políticas Sociais e Cidadania, e conceito 3 a Planejamento Ambiental. Esses resultados indicam a consolidação da Pós e sua importância no contexto dos indicadores de avaliação institucional (Sinaes), com vistas a manutenção do credenciamento da UCSal, enquanto Universidade;

A UCSal vem contribuindo para a formação de recursos humanos qualificados (doutores e mestres), ofertando vagas anuais para os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e o alcance de novo patamar de qualidade de acordo com critérios estabelecidos pela Capes. Em 2014, 58 alunos concluíram os programas *stricto sensu* sendo:

07 em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social;

06 no Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental;

15 no Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania;

26 no Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea;

04 no Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea.

Os professores pesquisadores dos programas *stricto sensu* mostram a produção e a competência técnica, favorecendo a aprovação de projetos nas agências de fomento CNPq, Capes, Fapesb e outras. Resultados alcançados em 2013: conclusão de 10 projetos de pesquisa e continuidade de 41 e início de 05 novos projetos de pesquisa de caráter nacional sob a coordenação dos professores do quadro permanente dos programas *stricto sensu*.

Realização das edições da Semoc, que conta com equipe técnica especializada responsável pelo planejamento, seleção dos trabalhos científicos, organização da programação em todas as etapas subsequentes à concretização da Semoc, evento de relevância para consolidação da pesquisa e divulgação do conhecimento produzido na Instituição;

Ampliação do número de grupos de pesquisa e novas bolsas anuais de Iniciação Científica do CNPq (17) e Fapesb (35); implantação da bolsa Pós-Doc através do Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores – Prodoc/Capes (2 bolsistas um vinculado ao PPSC e outro vinculado ao PPGFSC) e implantação do Programa Suporte a Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior particulares Prosup/Capes (total de 06 bolsas e 11 taxas);

Contratação de novos professores para ingresso nos Programas em Família na Sociedade Contemporânea, Planejamento Ambiental e Políticas Sociais e Cidadania para atender aos parâmetros definidos pela Capes;

Articulação com a graduação com ofertas de vagas para realização de atividades complementares (em seminários e cursos promovidos pela Pós-graduação *stricto sensu*);

Ampliação do intercâmbio com instituições internacionais, a exemplo da Universidade de Coimbra (Portugal);

A aprovação do Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania meta alcançada em 2014. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2013b, p. 32).

É inegável reconhecer os avanços registrados nos programas em sua totalidade. De fato, a UCSal implantou a Pós-Graduação *stricto sensu* por meio desses Programas. Os Mestrados e Doutorados foram concebidos em consonância com os indicativos de política que emergiram no processo Estatuinte, os princípios e a filosofia expressos no PPI, as diretrizes desenhadas pela SPPG e as orientações e os parâmetros estabelecidos pela Capes, via Planos Nacionais de Pós-Graduação. As Linhas de Pesquisa estudam e pesquisam os problemas e as questões contemporâneas que estão a exigir a contribuição da Universidade, produzindo um conhecimento novo e com forte compromisso social. Como consequência, depreende-se o importante papel na formação e no fortalecimento da consciência crítica dos mestrandos e doutorandos, no que tange aos problemas e às questões colocadas pela realidade social em nosso Estado e no país.

A capacitação responsável, dispensada por uma equipe que tem revelado maturidade intelectual e formação humanista, por meio de discussões e debates que asseguram a prática pedagógica dialética e dialógica com ênfase na pesquisa, projeta a Pós-Graduação *stricto sensu* da UCSal em direção a um futuro promissor e condizente com a vocação e missão de uma Universidade Católica.

Os resultados alcançados devem ser consignados e considerados ponto de partida para uma primeira aproximação do significado e da importância da Pós-Graduação *stricto sensu* para a Universidade Católica do Salvador, o que será apresentado no Capítulo 4. Nesse próximo capítulo de caráter conclusivo, será feito um balanço do que foi tratado nos capítulos anteriores, de modo sumário, ilustrado com fragmentos das entrevistas com gestores, professores e alunos dos Programas, resgatando propostas e indicativos de ações para o futuro da Pós-Graduação *stricto sensu* da Instituição.

CAPÍTULO 4

Importância da pós-graduação *Stricto Sensu* da UCSal: pensando o futuro

A história das instituições, particularmente das instituições de cultura, como é o caso das Universidades, ganha novas ressignificações em diferentes períodos e contextos históricos. Como foi visto no primeiro capítulo, no caso da Universidade Católica do Salvador, desde a sua origem, assume características similares às demais Instituições de Ensino Superior criadas à época no país. Contudo, em virtude de sua natureza confessional, comunitária, vinculada à Igreja Católica, requer um olhar e um conhecimento particularizado do papel desempenhado pela Igreja Católica através de séculos, e mais especificamente na história da educação no Brasil.

A concepção de Universidade que norteou os fundadores da UCSal, devidamente explicitada no seu primeiro marco legal, no Estatuto e Regimento aprovados àquela época, já demonstrava a intencionalidade da Instituição em implantar uma Universidade que cumprisse as funções de ensino, pesquisa e extensão. Em que pese a aceção do primeiro projeto da UCSal,¹

¹ Nos Estatutos da Associação Universitária e Cultural da Bahia, registrados no Cartório do 1º Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob nº 2.341, no livro A – 25, em 17.4.1970, fundada em 1932 com o nome de Sociedade Bahiana de Cultura, consta, no art. 2º: “Destina-se a Associação a manter e dirigir a UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, bem como outras organizações de caráter cultural e social.” E, no art. 3º: “Dentre os objetivos colimados pelas instituições referidas no artigo anterior,

verifica-se que foi criada com a junção de escolas e faculdades preexistentes, que continuaram a ofertar apenas cursos de graduação, com o objetivo de formar profissionais, trilhando a direção idêntica a de outras Universidades instaladas no país. A propósito, Paim (1981, p. 31) esclarece que “A ideia de que a Universidade é o lugar da ciência constitui algo de muito tardio na cultura brasileira”, apesar das ideias defendidas por grupos de intelectuais na década de 1920, os quais se empenharam em dar início a atividades de pesquisa no âmbito das instituições de ensino superior, na tentativa de impedir que o ensino superior se restringisse à formação profissional. Paim (1981, p. 12) afirma: “A Universidade que se consolidou no país seria, entretanto, uma instituição criada à margem do movimento que desembocaria na UDF, na USP e na prática da pesquisa científica em meio a grande entusiasmo.”

A Universidade Católica do Salvador, embora tenha sido criada posteriormente, certamente se inspirou nesse modelo e também nasceu da incorporação de escolas, faculdades e, dentre essas, a Faculdade Católica de Filosofia, mantida pelos Irmãos Maristas. Ao longo de sua história, passou por várias etapas de desenvolvimento. Tardiamente institucionalizou a pesquisa na década de 2000 e criou a pós-graduação *stricto sensu*. O desenvolvimento da pesquisa na UCSal enfrentou, desde o princípio, muitas dificuldades, devido à falta de uma cultura de pesquisa e de um processo acumulativo de experiências de investigação, aliados a limitações financeiras. A Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação empreendeu uma difícil tarefa que implicava primeiramente em contar com um corpo de docentes com mestrado e doutorado e grupos de pesquisas em pleno funcionamento.²

Na história da criação da universidade brasileira voltada para a pesquisa, ficou evidente que um conjunto de fatores possibilitou a instalação do projeto. Efetivamente, o êxito da experiência resultou da aliança entre lideranças unidas em torno de um mesmo ideal, de um objetivo comum e com

destacam-se as seguintes: a) ministrar o ensino, em todas as suas modalidades; b) estimular a investigação científica; c) contribuir para a formação de uma cultura superior, informada pelos princípios cristãos e pela realidade brasileira.” (ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA E CULTURAL DA BAHIA, 1970).

2 A esse respeito, entrevistas com a Professora Maria Julieta Firpo Fontes e Dom Petrini, apresentadas no terceiro capítulo, relatam os principais obstáculos e o conjunto de medidas adotadas pela Reitoria, a fim de criar as condições objetivas para implementar a área da pesquisa e criar os cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

propostas bem fundamentadas, isto é, com uma consistente concepção de Universidade. Assim, graças à clareza teórica quanto à compreensão de Universidade e à vontade política foi possível concretizar o projeto.

Na UCSal, conforme relatado no 2º capítulo, dois passos importantes foram dados para a transição desta Instituição, a partir de sua instalação: o processo Estatuinte e a criação do primeiro curso próprio de Pós-Graduação *stricto sensu*, o Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea. A Estatuinte representou um tempo ímpar de reflexão e de discussões sobre a acepção de Universidade, contribuindo para criar um universo de comunicação entre os pares sobre as funções básicas de Universidade. Resultou na construção do Projeto Pedagógico Institucional e na fundamentação da identidade e concepção de Universidade Católica inspirada em Encíclica papal, superando, assim, a lógica de faculdades e institutos isolados. Com isso, cada unidade de ensino começou a se perceber parte integrada de um mesmo organismo, um projeto comum construído e assumido coletivamente por professores, alunos e dirigentes.

A importância do nível de formação implementado pela Pós-Graduação ficou evidenciada no momento do credenciamento, sobretudo porque passou a ser uma Universidade com pesquisa, superando o modelo profissionalizante e integrando o Sistema Nacional de Pós-Graduação *stricto sensu*. Na atualidade, a Pós-Graduação *stricto sensu* da UCSal está consolidada. Nesse sentido, por tudo o que foi visto no registro da história da Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu* (segundo e terceiro capítulos), a UCSal é uma Universidade em permanente construção, sendo irrefutáveis os avanços alcançados.

A importância da criação da pós-graduação *stricto sensu* ficou também evidenciada no presente documento, conforme ilustrado em narrativas/testemunhos de participantes dos diversos programas, por seu destacado papel de formar docentes e pesquisadores qualificados e por fortalecer as funções básicas de uma Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

O balanço evolutivo da pós-graduação *stricto sensu* permitiu compreender a coerência entre os pressupostos e princípios constantes no Projeto Pedagógico Institucional e a trajetória e experiência aí implementadas, ainda que guardadas suas especificidades. Possibilitou também identificar que as suas diretrizes de política para a Pós foram gestadas no processo Estatuinte e redesenhadas ao longo da criação dos Programas, sem deixar de

considerar o valor das experiências anteriores vivenciadas pela UCSal. Sem dúvida, as práticas de Extensão de cursos de graduação, a exemplo do Projeto de Itapagipe, forneceram subsídios para a concepção de programas da Pós, a exemplo do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, e fortaleceram as escolhas por Programas de interesse social.

A leitura de relatórios e das entrevistas realizadas com dirigentes, professores e discentes, deixa clara a relevância dos Programas *stricto sensu* de interesse social e revelam o compromisso da UCSal em buscar responder a questões vinculadas à família e suas complexas relações, à expansão urbana e territorial, à proteção e defesa do meio ambiente, aos direitos humanos, aos múltiplos aspectos que envolvem o exercício da cidadania e a democratização do conhecimento, revelando a forte tendência na direção da excelência nas áreas interdisciplinar e das ciências sociais aplicadas. Mostra, inclusive, a vitalidade dos grupos de pesquisa sob a liderança de pesquisadores experientes. Fica evidente, portanto, que a Pós-Graduação *stricto sensu* na UCSal caminha em consonância com a concepção de Universidade comunitária/confessional preconizada pela Encíclica *Ex Corde Ecclesiae*.

Neste capítulo serão apresentadas algumas reflexões apoiadas nas narrativas de alunos, professores, dirigentes e ex-dirigentes, nas quais expressam o que pensam a respeito do futuro da Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Católica do Salvador. Agregam-se ainda, na segunda parte deste documento, os Relatos Históricos dos Programas elaborados pelos coordenadores e pela equipe de docentes dos Mestrados e Doutorados.

PROPOSTAS PARA O FUTURO

As pessoas entrevistadas³ traçaram uma imagem positiva da Pós-Graduação da UCSal e expressaram suas esperanças para o futuro baseadas na trajetória até agora percorrida pela Instituição. Em suas perspectivas, imaginaram a pós-graduação *stricto sensu* continuando a crescer, criando novos cursos e alcançando novo patamar de qualidade. Reconheceram e valorizaram a concepção de educação preconizada no Projeto Pedagógico Institucional,

3 Em 24 de maio de 2014 foram entrevistados Professor José Newton Alves de Sousa e Professora Maria Julieta Firpo Fontes. Esteve presente e participando da entrevista a professora Ana Cecília Bastos.

bem como as características inerentes ao perfil das instituições comunitárias. Também apontaram desafios e propostas para o futuro, tais como:

- fortalecimento da política de capacitação de recursos humanos, especialmente nas seguintes áreas consideradas promissoras: direito, saúde (gestão de hospitais) e educação, quer através de mestrado acadêmico ou profissionalizante, combinando sua viabilidade com a vocação social;
- criação de um programa de incentivo à produtividade para os professores, com apoio para publicação de artigos em revistas internacionais, considerando ser um dos aspectos de relevo como indicador de qualidade da Capes;
- pensar uma política de renovação do quadro de docentes e pesquisadores, considerando a atenção que deve ser dada para a seleção de pessoas, atendendo a critérios não só de competência, mas de estar alinhado à filosofia da Instituição;
- enfatizar a política de extensão, como dimensão considerada essencial às universidades comunitárias. Os entrevistados lembraram a rica tradição da UCSal nessa área. A pós-graduação *stricto sensu*, a pesquisa e a extensão são campos indissociáveis e, dentre os principais argumentos apresentados, foram ressaltadas as experiências bem-sucedidas cujos resultados mostraram a possibilidade de dar encaminhamento a questões concretas colocadas pela população. Como exemplo, foi citada a solução de problemas de moradia, de pesquisas e parcerias, com respostas efetivas para as pessoas da comunidade. Trata-se de resgatar o que é considerado especificidade da Instituição, devendo ser valorizada e renovada, tornando pública a vocação no social. Uma das professoras argumentou que é preciso pensar em como devolver para a comunidade o conhecimento produzido na universidade. “Pessoas que estão na prática precisam de um espaço para reflexão. Com a comunidade tem-se responsabilidade de dar continuidade, quer através de palestras, círculos abertos de discussão ou outras formas de devolver conhecimento.” (Ana Cecília Bastos, 2014, p. 3).

A seguir, levando em consideração a trajetória registrada e os avanços dos Programas oferecidos pela UCSal, ao longo de 10 anos, pretende-se fazer uma reflexão sobre os desafios que lhe são postos no pensar o futuro da Pós-Graduação *stricto sensu*. Para tanto, levou-se em consideração os critérios da Capes, metas mais gerais do V PNPG e posicionamento de autores sobre a temática em questão. Vale ressaltar que o aprofundamento da reflexão exigiria a busca de dados e a realização de análises comparativas relativas às contribuições – para o avanço e a consolidação do conhecimento científico, tecnológico e inovação – nas áreas planejamento urbano e regional, ambiental, família e em políticas sociais e cidadania. Contudo, tal desenvolvimento ultrapassa a intencionalidade e os limites do presente documento.

Do ponto de vista mais geral, o SNPG reconhece que a carência na formação de doutores para o país, particularmente para a região Nordeste, constitui-se um dos problemas que precisam ser superados. Em todos os Planos Nacionais de Pós-Graduação, há o reconhecimento de que permanecem as diferenças regionais. Ademais, de acordo com os critérios adotados pela Capes e a pontuação alcançada pela maioria dos Programas no estado da Bahia, conforme estudo do Professor da UFBA Sergio Ferreira (2014), ficou evidenciada a necessidade de os Programas avançarem para um novo patamar de qualidade, uma vez que são poucos aqueles considerados de excelência.

A esse respeito Ana Maria Machado Netto – Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac) – e Vania Alves – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) –, no trabalho intitulado “Caminhos ou (Des)Caminhos da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Brasil” (MACHADO NETTO; ALVES, 2005), referem-se a dois problemas interligados e frequentemente citados em textos e trabalhos publicados: as diferenças regionais e a necessidade de melhorar a qualidade da produção científica. Essas professoras mostram que o sistema de pós-graduação nacional vem se expandido rapidamente, mais especificamente na área de educação, sobretudo num movimento na direção da interiorização. As autoras do texto manifestam uma preocupação pelo fato de esta expansão, principalmente nas IES privadas, vir ocorrendo fora da supervisão da Capes. No caso da UCSal, embora os Programas tenham sido criados num curto espaço de tempo, o movimento aconteceu numa direção oposta, sob o acompanhamento dessa fundação do Ministério da

Educação. Além disso, nas avaliações sucessivas, tem alcançado pontuações mais altas, com reconhecimento da consistência dos projetos pedagógicos dos cursos, da excelência do quadro permanente de pesquisadores/ professores e da relevância e qualidade da produção científica.

Os avanços da pesquisa científica em todos os Programas vêm sendo concretizados quer nos mestrados e doutorados acadêmicos, quer no mestrado profissional, trazendo significativas produções nos campos científico e profissional, conforme gráficos do Apêndice E.

O próximo desafio para a UCSal é continuar contribuindo para a formação de mestres e doutores por meio da criação de novos cursos, com base em levantamento de demandas locais e regionais, sem açodamentos que possam comprometer a qualidade da pós *stricto sensu* e, conseqüentemente, a imagem da instituição. (Os gráficos do Apêndice F mostram a evolução das matrículas nos diversos Programas.)

Concernente à expansão de Programas *stricto sensu* da UCSal, merece reflexão a meta estabelecida no PNPG (2011-2020), que diz respeito à introdução do ciclo completo, mediante uma entrada única nesses programas, para atender às novas demandas e estimular a inclusão do mestrado acadêmico no doutorado. Trata-se de questão que tem sido objeto de críticas, por colocar em risco a qualidade da formação. Até que ponto essa diretriz do PNPG (2011-2020) ganha sentido no atual contexto do capitalismo, na tentativa de captar os sinais do mercado e responder a novas demandas? Diante das propostas já citadas, a indicação de três mestrados para as áreas de Direito, Educação e Saúde parece constituir-se em uma demanda já suficientemente caracterizada, requerendo, naturalmente, uma seleção cuidadosa dentro dos critérios que vêm sendo adotados para os demais Programas, visando à composição do quadro permanente de doutores/ pesquisadores altamente qualificados.

No caso de Direito, a oferta de Mestrado justifica-se diante de demanda significativa de profissionais desta área que se dirigem à SPPG, quer participando de processos seletivos, quer para obter informações sobre a oferta de mestrado. Quanto à área de Educação, verifica-se que vem ocorrendo, no momento da seleção, grande número de candidatos aos Programas de Pós-Graduação em Educação na UFBA e na UNEB. Algumas estratégias foram apontadas para viabilizar novos cursos, tais como: realizar um mapeamento dos Programas oferecidos no Estado, para identificar possíveis áreas ainda

descobertas; mobilizar docentes e pesquisadores dos Programas, reconhecidos por sua competência e excelente perfil, para que se unam no sentido de pensar novos cursos para a UCSal. O estado atual da área de saúde no Brasil, seguindo sugestão de professor entrevistado, necessita de profissionais qualificados e aptos a atuarem em equipes interdisciplinares. Nesse sentido, realizar um levantamento de cursos existentes no estado da Bahia e região Nordeste parece constituir-se uma estratégia recomendada para se caminhar na direção da oferta de um Mestrado Profissional nesta área.

Por outro lado, estudos, pesquisas e publicações sobre as políticas de mudança do Ensino Superior reconhecem que as novas condições no mundo do trabalho influenciam diretamente nos objetivos do ensino, quer na graduação, quer na pós-graduação, colocando em questão o papel das IES convocadas a participar da identificação de novas necessidades regionais e locais que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

Para responder a esse desafio, considera-se oportuno incluir nessa reflexão as contradições na relação trabalho-educação. Cabe, contudo, esclarecer que, para efeito do presente trabalho, não se pretende aprofundar o debate sobre as mudanças nas condições de produção e a educação do trabalhador e a questão da politecnia, cuja ideia envolve a superação da divisão entre o trabalho manual e o intelectual. A propósito, Anita Handfas (2010, p. 139) lembra que o GT Trabalho e Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) muda seu marco teórico e desloca seu foco de análise

[...] da relação em que a educação assume o papel de preparação para o mercado de trabalho para uma dimensão em que o trabalho é o elemento que caracteriza a própria existência humana, ou seja, o homem se educa em contato com a natureza por meio da aquisição do conhecimento e da consciência no processo de produção de sua existência.

Cristiane Silva de Almeida (2012), em texto intitulado “A Relação entre Trabalho e Educação no Brasil”, tece considerações sobre o tema com base nas mudanças ocorridas nas últimas décadas. Para tanto, mostra que a educação organiza-se buscando responder às necessidades colocadas pelos modos de

produção do setor produtivo. Dentre os autores consultados, Almeida (2012, p. 4127) cita Wolf⁴ (2004, p. 362):

Foi, o modelo Toyota de produção que inspirou as técnicas de gestão do trabalho presentes nos [Programas de Qualidade Total] PQTs, isto é, aquelas que respondem pela adequação da força de trabalho às novas demandas de qualificação requeridas pela presente reestruturação empresarial: flexibilidade, polivalência, envolvimento e participação. Qualidades que [...] garantem ao mesmo tempo, o engajamento e o desenvolvimento das habilidades dos trabalhadores que otimizam a nova maquinaria informatizada.

O estudo mostra que novos princípios passaram a ser incorporados aos projetos pedagógicos, tais como

[...] descentralização, autonomia, participação, gestão democrática pautados na lógica privatista e mercadológica da educação retirando do Estado o provimento de uma educação pública e de qualidade social, transferindo para a escola e a sociedade civil esta responsabilidade. (ALMEIDA, 2012, p. 4128).

Nesta mesma linha, Queiroz (2003) considera a forte influência da economia na educação cujo foco pedagógico dá menor importância ao “aprender a fazer” e enfatiza o “aprender a aprender” na perspectiva da formação multifuncional. Embora reconheça que as leis de mercado produzem reflexos na educação, a autora conclui que educar não se constitui ação neutra; é ato político e filosófico, sendo

[...] possível formar cidadãos políticos, conhecedores do processo histórico, científico, econômico, cultural e social, capazes de, munidos dos conhecimentos universais, transformarem a sociedade de acordo com os seus interesses e suas necessidades. (QUEIROZ, 2003, p. 129).

4 WOLF, Simone. Qualidade Total e informática: a constituição do novo “homem-máquina”. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes da (Org.). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 355-408.

De acordo com Boaventura Santos (1989, p. 21-26), ao longo do primeiro período do desenvolvimento capitalista denominado liberal (até finais do sec. XIX) existiam “[...] dois mundos com pouca ou nenhuma comunicação entre si: o mundo ilustrado e o mundo do trabalho. Quem pertencia ao primeiro estava excluído do segundo” e vice-versa. No período do capitalismo liberal, denominado pelo autor de capitalismo organizado (finais de XIX até anos sessenta), observou-se outro significado para a dicotomia educação e trabalho:

[...] a educação, que fora inicialmente transmissão da alta cultura, formação do caráter, modo de aculturação e de socialização adequado ao desempenho da direção da sociedade, passou a ser também educação para o trabalho, ensino de conhecimentos utilitários, de aptidões técnicas especializadas capazes de responder aos desafios do desenvolvimento tecnológico no espaço da produção. (SANTOS, Boaventura, 1989, p. 21).

O trabalho, até então caracterizado como esforço manual voltado para a fabricação de produtos, passa a ser trabalho qualificado, que requer formação profissional. A universidade busca responder à nova demanda, compatibilizando a educação humanística e a formação profissional, como forma de “[...] compensar a perda da centralidade cultural pela emergência da cultura de massas” (SANTOS, Boaventura, 1989, p. 21). Na atualidade, no contexto do capitalismo desorganizado, “[...] a relação sequencial entre educação e trabalho pressupõe uma correspondência estável, entre a oferta de educação e a oferta de trabalho, entre titulação e ocupação [...]” (SANTOS, Boaventura, 1989, p. 22). Entretanto, as saídas que se vêm buscando não têm alcançado os efeitos desejados e estáveis; não ocorre coincidência entre o ciclo para a formação de determinado profissional e as demandas colocadas pelo ciclo de consumo produtivo deste. O citado autor atribui esse quadro à “[...] rigidez institucional da universidade e pela [...] dificuldade em captar em devido tempo os sinais do mercado de trabalho e de agir em conformidade” (SANTOS, Boaventura, 1989, p. 22).

A universidade depara-se com os desafios gerados pela volatilidade do mundo do trabalho e de constantes mudanças dos perfis de profissionais e enfrenta a concorrência de outras instituições mais flexíveis voltadas

para a formação profissional. Diante deste cenário, procura encontrar novas respostas. A exemplo, resultado de pesquisa junto a empresários ingleses mostra a expectativa de que a universidade selecione os jovens capazes e lhes forneça alguns conhecimentos específicos, mas, sobretudo, que “[...] os submeta a experiências pedagógicas que, independentemente do curso escolhido, criem flexibilidade, promovam o desenvolvimento pessoal e aguçem a motivação individual [...]” (SANTOS, Boaventura, 1989, p. 23). Este perfil de profissional apresentado no Relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ao final da década de 1980, tem se constituído em tema discutido nos inúmeros encontros promovidos por organismos internacionais e nacionais e constituem-se referências para Projetos Pedagógicos de universidades, particularmente no Brasil, a exemplo da própria UCSal, mais especificamente em relação à Pós-Graduação *stricto sensu*; daí a ênfase nas formações interdisciplinares.

Neste sentido, segundo Boaventura Santos (1989, p. 23), nesse pensar dos objetivos da universidade, verifica-se “[...] um certo regresso ao generalismo [...] não como saber universalista e desinteressado próprio das elites, mas antes como formação não profissional para um desempenho pluriprofissionalizado”. Dessa forma, a universidade procura resgatar sua dimensão cultural, oferecendo uma educação humanista, com sólida e ampla formação cultural, mas, ao mesmo tempo, busca atender ao avanço e ao desenvolvimento tecnológico cada vez mais sofisticados, que exigem um perfil inovador, visão crítica e global do mundo e capacidade de atuar e interagir em equipe. Posta a questão dicotômica da relação educação-trabalho, a universidade parece, assim, constituir-se uma instituição de caráter permanente que, se de um lado, procura levar em conta os condicionamentos econômicos, social e político, repensando e buscando responder a cada novo tempo às novas demandas, necessidades e interesses por vezes contraditórios da sociedade, de outro lado, mantém-se fiel às funções primordiais, privilegiando a investigação e a pesquisa.

O PNPG (2011-2020) enfatiza as questões ambientais associadas à busca do desenvolvimento sustentável e ao uso de tecnologias limpas, além de projetar novas demandas, a exemplo de profissionais da construção civil, e cita temas relacionados à cultura humanística, sugerindo que esses estudos contemplem a relação da ciência com a sociedade (BRASIL, 2010).

Dentre as propostas dos professores, reitera-se a qualidade da trajetória dos Programas de Extensão da UCSal. Para o futuro, propõe-se maior aproximação e parcerias com órgãos governamentais e o setor produtivo como estratégia que viabilize ações extensionistas na linha de socialização do conhecimento produzido e visando dar maior visibilidade à produção científica, inclusive recorrendo a diversas mídias, uma vez que a sociedade global avança na direção da “sociedade em rede”, tendo a internet como carro chefe da comunicação. Nesse sentido, caberia repensar a concepção de extensão numa perspectiva inovadora e sua articulação com a pesquisa? É reconhecido pelos organismos internacionais que “As IES devem fazer maior uso das vantagens oferecidas pelos avanços tecnológicos das comunicações” (UNESCO, 1999, p. 63). Para tanto, esse organismo propõe a cooperação com organizações e associações públicas e privadas, bem como maior interação com o setor produtivo, visando contribuir para o aumento das possibilidades de apoios múltiplos para objetivos comuns. No caso do estado da Bahia, o Instituto Anísio Teixeira montou pólos de educação a distância no interior e a UCSal dispõe, inclusive, de uma sala equipada adequadamente para esse fim, fruto de convênio com o Estado.

Por outro lado, as demandas e necessidades dos municípios são múltiplas, incluindo temas de interesse das Prefeituras no que concerne à gestão, educação, saúde e violência, que poderão constituir-se alternativas de oferta de capacitação para funcionários vinculados ao próprio estado, aos municípios, à rede de escolas particulares, como alternativa para a universidade devolver conhecimentos sobre essas comunidades e contribuir para a solução de problemas por elas enfrentados. Ao refletir sobre as perspectivas da extensão, cabe lembrar que Boaventura Santos (1989) reporta-se às seguintes críticas feitas pelos tradicionalistas: levar a uma descaracterização da Universidade devido à fragilidade de conhecimentos que fundamentam os programas de extensão e ao risco de sacrificar o tempo dedicado ao ensino e à investigação por parte dos professores; ampliar serviços administrativos e criar “[...] burocracias poderosas, asfixiadoras da iniciativa e da liberdade dos docentes” (SANTOS, Boaventura, 1989, p. 32).

O autor refere-se ainda à crítica feita pelo movimento estudantil na década de 1970, quanto ao risco de a Universidade tornar-se dependente de recursos de segmentos com interesses de ordem econômica em detrimento de priori-

dades sociais. Um dos pontos refletidos pela mesma fonte diz respeito aos recursos de que a universidade dispõe, que são considerados inadequados para resolver o que denomina de crise de legitimidade. Explica Boaventura Santos (1989, p. 17): “[...] está em crise o espectro social dos destinatários dos conhecimentos produzidos e, portanto, a democraticidade da transmissão destes.” O autor cita experiências, como a da Universidade de Brasília (UNB), com destaque para a gestão de Cristovam Buarque, e registra o exemplo da Europa, tanto no modelo alemão como no inglês, que resistem às pressões sociais, mantendo-se no isolamento e, assim, restringem “[...] as reponsabilidades sociais da universidade na investigação e no ensino” (SANTOS, Boaventura, 1989, p. 34). Vale registrar, no caso do Brasil, que, apesar de inúmeros obstáculos, universidades comunitárias e confessionais, ao longo de sua existência, vêm procurando manter-se fiel à identidade construída e desenvolvendo atividades no âmbito comunitário.

Uma questão fundamental e inerente à pós-graduação *stricto sensu* diz respeito à pesquisa. A discussão sobre as perspectivas futuras da pós-graduação da UCSal contempla a investigação científica e o lugar que ocupa nos mestrados acadêmico e profissional, vez que a expectativa corrente é que compete prioritariamente ao doutorado propiciar a formação do pesquisador mais pleno. Contudo, no que tange ao papel do mestrado acadêmico, resalta-se que, nas propostas dos mestrados oferecidos pela UCSal, está claramente definido o objetivo de formar pesquisadores e docentes. Observa-se, dentre os critérios de avaliação adotados pelos programas da UCSal, que é exigida a produção de uma dissertação que inclui pesquisa, para que seja obtido o grau de mestre. Da mesma forma, o mestrando é estimulado a participar de grupo de pesquisa, integrando-se à linha de investigação do seu orientador. Exigência desta natureza é também feita para alunos do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental. Segundo Peixoto (1995, p. 129), autores como Beiguelmani e Castro trazem para o debate o problema “[...] da postergação do início da formação do pesquisador”. Para eles, a busca da maior eficiência no volume de titulações, com sacrifício do mestrado, representa perda da qualidade real na formação do pesquisador.

Ainda sobre a pesquisa e a pós-graduação, outros aspectos têm sido objeto de estudos, tais como: a integração entre o ensino de graduação e a pós-graduação e a questão da prioridade da pesquisa sobre o ensino, conside-

rando que aspectos relacionados ao planejamento, à metodologia de ensino e à sua avaliação em geral não se constituem preocupações dos programas *stricto sensu*.

No contexto da presente reflexão, contudo, não se pretende adentrar nessas questões; apenas ressalta-se que há um consenso entre os autores, e os próprios indicadores de avaliação da Capes contemplam a participação dos docentes da pós *stricto sensu* lecionando em cursos da graduação.

A seguir, pretende-se tecer considerações sobre as relações entre a Universidade Pública e a Comunitária, dada a similitude de algumas de suas características.

UNIVERSIDADE PÚBLICA E COMUNITÁRIA

A este respeito, Chauí (2003, p. 10-12, grifos da autora), ao caracterizar a cultura contemporânea com base na expressão *espaço-temporal* de David Harvey (1992),⁵ explica:

[...] a fragmentação e a globalização da produção econômica engendram dois fenômenos contrários e simultâneos: de um lado a fragmentação e dispersão espacial e temporal e, de outro, sob os efeitos das tecnologias de informação, a compressão do espaço – tudo se passa *aqui*, sem distâncias, diferenças nem fronteiras – e a compressão do tempo – tudo se passa *agora*, sem passado e sem futuro [...] a produção artística e intelectual (humanidades) [também sofre os efeitos da compressão espaço-tempo] ao tomar como paradigma o mercado da moda (descartável, efêmero) [...] a compressão espaço-temporal produz também efeitos nas universidades: diminuição do tempo de graduação e pós-graduação, do tempo para realização de dissertações de mestrado e teses de doutorado [...] Em outras palavras: a absorção do espaço-tempo do capital financeiro e do mercado da moda conduzem ao abandono do núcleo fundamental do trabalho universitário, qual seja a formação [...]

5 HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

Nesse artigo, a autora apresenta um conjunto de sugestões para alcançar a mudança da universidade pública, a saber: tomar a educação superior um direito universal do cidadão; conceituar autonomia universitária como o poder de definir suas normas de formação, docência e pesquisa; desfazer a confusão atual entre democratização da educação superior e massificação; revalorizar a docência diante da chamada “avaliação da produtividade” quantitativa⁶; revalorizar a pesquisa que inclui destinação de financiamento por meio de agências nacionais e acolher “[...] projetos propostos pelas próprias universidades e projetos propostos por setores do Estado” (CHAUI, 2003, p. 24-25) e que respondam a demandas locais e regionais; adotar uma perspectiva crítica sobre sociedade do conhecimento e educação permanente, contrapondo-se à “[...] ideia de modernização que, no Brasil [...] sempre significa submeter a sociedade em geral e as universidades públicas, em particular, a modelos, critérios e interesses que servem ao capital e não aos direitos dos cidadãos” (CHAUI, 2003, p. 15). A propósito, cabe resgatar as contribuições da autora sobre os reflexos da reforma do Estado para as universidades públicas, citados no primeiro capítulo.

Pensando a Universidade Comunitária, Wanderley (1996) trata dos fundamentos sobre o ensino público não estatal na defesa dessas instituições. Na atualidade, essa questão assume novos contornos diante dos desafios que enfrentam as universidades comunitárias em face das mudanças significativas provocadas pelo fenômeno da globalização.⁷ Mais recentemente, também em razão dos reflexos do ajuste fiscal implementado pelo governo federal, com desdobramentos na área educacional, a exemplo da mudança no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), cortes de recursos destinados à manutenção das Universidades Federais, dentre outros, cenário que supõe que a política em curso de contingenciamento atinja diretamente as organizações acadêmicas.

Nesse contexto, considera-se fundamental analisar a tendência crescente às práticas de gestão empresarial e suas repercussões, inclusive nas condi-

6 A respeito do produtivismo acadêmico, Cf. GUIMARÃES; MONTE; FARIAS (2013).

7 Bertolini e Dalmolin (2014, p. 140) destacam, dentre as transformações provocadas pelo fenômeno da globalização: “[...] ampliação do acesso, o aumento da mobilidade internacional, a emergência do ‘Estado avaliador’, a diversificação das organizações acadêmicas para modelos não universitários e a mercantilização da educação superior, com proliferação de instituições com fins lucrativos.”

ções do trabalho docente. Bertolini e Dalmolin (2014) problematizam o quadro de tensão instalado entre instituições educacionais de caráter empresarial e instituições de ensino e pesquisa com compromisso social. Prosseguem reportando-se a Karl Jaspers⁸ que, em 1923, à luz do idealismo alemão, “[...] definiu a missão eterna da universidade como o lugar que, por concessão do Estado e da sociedade numa determinada época, pode cultivar a mais lúcida consciência de si mesma” (BERTOLINI; DALMOLIN, 2014, p. 141). Os autores recorrem ainda a Boaventura de Souza Santos,⁹ para argumentar sobre a missão de uma universidade:

[...] é muito mais ampla do que o objeto econômico, abrange notadamente as dimensões sociais, culturais e ambientais que, em muitos momentos, conflitam com a lógica do mercado. Numa perspectiva mercantil [...] dificilmente se realizam investimentos suficientes em pesquisas nas ciências sociais. (BERTOLINI; DALMOLIN, 2014, p. 141).

Por tratar-se de instituições que têm compromisso com valores acadêmicos, as universidades comunitárias sofrem desdobramentos que comprometem sua sustentabilidade econômica. Os autores avançam a reflexão e levantam a questão: “Será possível ‘competir’ com faculdades mercantis de baixo custo sem abdicar da qualidade acadêmica, da produção do conhecimento e do compromisso social?” (BERTOLINI; DALMOLIN, 2014, p. 141). Para responder a essa questão, propõem a problematização e reflexão sobre a lógica mercantil, como também sobre a realidade de cada universidade. Ao analisarem a lógica dos mercados na educação superior, afirmam:

Na educação superior, quando mecanismos de mercado estão presentes, podem ocorrer condições que afetam a competição, ou seja, podem ocorrer imperfeições que geram falhas de mercado, tais como externalidades positivas, poder de monopólio e informações assimétricas [...]. Dentre tais falhas, a mais importante [...] é, sem dúvida, a relacionada com as informações assimétricas. (BERTOLINI; DALMOLIN, 2014, p. 146-147).

8 JASPER, Karl. *The idea of the university*. Boston: Beacon Press, 1959.

9 SANTOS, Boaventura de Souza. *A universidade no século XXI: para um reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

Para explicar as particularidades do mercado no campo da educação, Bertolini e Dalmolin (2007, p. 147) apoiam-se em Alberto Amaral:¹⁰

[...] o problema da informação, num contexto de competição, é realmente crítico porque a educação superior possui três características simultâneas de forma quase singular: é um bem de experiência – suas características somente poderão ser bem avaliadas após o aluno frequentar grande parte do curso; é uma compra rara – na maioria dos casos um aluno frequenta apenas um curso em toda sua vida e tem custo de evasão muito alto – o abandono de um curso não é fácil em função do curso e tempo já investidos.

Isso significa que as falhas de mercado são geradas em razão da falta de informações ou de informações imperfeitas que chegam para o estudante enquanto a instituição tem pleno domínio delas. O estudo conclui que esta questão é praticamente insuperável (BERTOLINI; DALMOLIN, 2014).

Outra característica neste campo é que os mercados não são plenamente competitivos, porque demandam o controle do Estado. Para explicar, os autores utilizam o conceito de “quase mercado”, em que ocorre uma situação intermediária entre os plenamente competitivos e aqueles que necessitam de regulações do Estado, a exemplo dos campos da saúde e da educação. Países como a Bélgica funcionam com o sistema de quase mercado. Há também, recentemente, a tendência *school choice*, na qual pais de alunos escolhem a escola que lhes parece mais adequada às suas realidades (BERTOLINI; DALMOLIN, 2014).

Diversos estudiosos, a exemplo de Burton R. Clark, citado por Bertolini e Dalmolin (2014), cujos estudos têm como foco a gestão empresarial, têm se dedicado nas últimas décadas à questão da gestão de universidades, realizada tanto por gestores públicos como por empresários, buscando dar conta da especificidade das universidades comunitárias. O citado estudioso, “A partir de uma amostra internacional [...] apresentou evidências de que as universidades podem se adaptar a um estilo inovador de boa governança e, paralelamente, manterem suas funções acadêmicas e valores de colegialidade” (BERTOLINI; DALMOLIN, 2014, p. 150). Sobre essa questão, esses autores argumentam:

¹⁰ AMARAL, Alberto. Recent trends in European Higher Education. *Reforms and Consequences in higher education systems: an international symposium*. Tokyo: Center for National University Finance and Management, 2009.

[...] é equivocado o entendimento de que a adoção de modelos de gestão empresarial para as universidades comunitárias é uma boa solução. É fundamental reconhecer que colegialidade e negociação devem fazer parte do modelo de gestão, para viabilizar uma boa governança na universidade. (BERTOLINI; DALMOLIN, 2014, p. 150).

A propósito, cabe lembrar a afirmação de Campos (2008, p. 47), citando Vannucchi¹¹, ex-presidente da ABRUC, sustenta a discussão sobre a natureza comunitária, ao reiterar, de certa forma, evidências encontradas na pesquisa realizada por Burton R. Clark:

O comunitário não se exprime [...] unicamente em serviços prestados à comunidade, mas antes, em um modo de ser da instituição, marcada em sua essência pela qualidade acadêmica de suas atividades, pelo compromisso ético e social e pela participação da comunidade interna e externa na gestão das dinâmicas universitárias.

Campos (2008) propõe que sejam analisados os fundamentos do “comunitário” tomando-se como referência a missão adotada por essas instituições, isto é, seu marco doutrinário, a visão de educação e os valores que permeiam a sua filosofia. Destaca, assim, a “[...] longa experiência histórica da Igreja Católica com seu projeto de educação entendida como um serviço à sociedade” (CAMPOS, 2008, p. 45). Comenta a autora que, enquanto universidade comunitária, na sua origem, voltou-se para a “formação de elites intelectuais dirigentes” com missão de caráter transcendente, ou seja “[...] pensar a questão social na sua condição moderna, de desvendar suas raízes e encaminhar soluções” (CAMPOS, 2008, p. 46). Nesse sentido, ressalta o papel desempenhado pelo encontro de Buga, realizado na Colômbia, em 1967, que reforça a missão da Universidade Católica da América Latina, comprometida com “[...] a transformação da sociedade na luta contra a desigualdade social, em busca da justiça divina e humana” (CAMPOS, 2008, p. 46) e reitera o tipo de educação que deve ser oferecido aos educandos, que não se restringe a “[...] uma formação profissional excelente, mas [se propõe] a realizar um trabalho de desenvolvimento humano como um todo, cultural, ético e político”

11 VANNUCCHI, Aldo. *A Universidade Comunitária: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2004.

(CAMPOS, 2008, p. 46). Bertolini e Dalmolin (2014) também identificam dois valores simbólicos que pesam na escolha feita pelos alunos: a tradição e o prestígio da Universidade frequentada.

Dando continuidade à reflexão sobre o diferencial competitivo das Universidades, os autores recorrem à seguinte citação de Miguel Ángel Escotet¹² (2009, p. 129) “[...] o futuro das Universidades está ligado de perto à liderança social e sua coexistência interna” (BERTOLINI; DALMOLIN, 2014, p. 151) e complementam com os seguintes argumentos:

É evidente que, quando uma universidade obtém reconhecimento pela sua excelência acadêmica e comprometimento social perante a sociedade, ela também conquista credibilidade, mais sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, mais alunos. Ato contínuo, governos, associações, sindicatos e empresas passam a se interessar por desenvolver projetos e programas em parceria com a instituição, proporcionando oportunidade de obtenção de benefícios e financiamentos, bem como recursos para investimento em qualidade, pesquisa e extensão. (BERTOLINI; DALMOLIN, 2014, p. 151).

Apesar da contínua expansão das IES e da tendência global à mercantilização da educação, para Bertolini e Dalmolin (2014, p. 151-153):

[...] não há dúvida de que, cada vez mais, o que gera “prestígio” e mantém a tradição de uma universidade são seus diferenciais relacionados a cursos *stricto-sensu* em ações de interesse da comunidade [...] pesquisa e extensão não são atrativas para instituições que visam lucro, pelo alto custo e o quase insignificante retorno financeiro [...] para manter [...] a sustentabilidade econômica ao longo prazo, é essencial que as universidades comunitárias continuem valorizando e investindo o máximo possível em pesquisa e extensão.

[...] as universidades comunitárias realizem mudanças no sentido de desenvolvimento de uma boa governança, mais efetiva e ágil,

12 ESCOTET, Miguel Ángel. University governance, accountability and financing. In: ESCOTET, Miguel Ángel (Org.). *Higher education at a time of transformation: new dynamics for social responsibility*. Basingstoke, Hampshire, U.K.: GUNI, 2009. p. 129.

que viabilize a qualidade acadêmica sem comprometer a sustentabilidade econômica. Trata-se de desafios que exigem grande capacidade de inovação, tanto no campo pedagógico em si, quanto no da gestão em geral.

O referido estudo recorre às contribuições de vários autores que reiteram a importância da adoção de “[...] técnicas de planejamento estratégico, avaliações de projetos e administração por objetivos, em conjunto com tecnologias da informação têm contribuído para aperfeiçoar processos acadêmicos e administrativos nas universidades [...]” (BERTOLINI; DALMOLIN, 2014, p. 153). É consensual o reconhecimento de que

[...] o planejamento institucional pode ser utilizado para se estabelecer coletivamente diretrizes e objetivos estratégicos nos conselhos e colegiados superiores e, na sequência, servir de documento balizador das funções desenvolvidas em nível gerencial e operacional [...] Na universidade, o planejamento deve realizar um pensar e repensar que, tendo como ponto de partida a missão institucional, aprofunde conhecimentos acerca das questões mais amplas da educação superior e da própria instituição, com vistas a realizar um grande diagnóstico dos contextos internos e externos. (BERTOLINI; DALMOLIN, 2014, p. 153, 154).

Os autores concluem, diante do cenário desenhado, que o estudo mostrou

[...] a melhor estratégia entre a pressão da competição e o diferencial dos valores acadêmicos parece ser a de reafirmar a concepção de universidade comunitária, de natureza pública não estatal, com gestão colegiada, produção do conhecimento e compromisso social. (BERTOLINI; DALMOLIN, 2014, p. 156).

É relevante pontuar que o Projeto Pedagógico Institucional da UCSal resultou de construção coletiva do planejamento institucional e, sem dúvida, a criação e consolidação da pós-graduação *stricto sensu*, como confirma o estudo, com a pesquisa e a extensão, constituem-se em diferencial competitivo, sendo fundamental para garantir a sustentabilidade econômica das universidades comunitárias.

Pensar o futuro da UCSal importa também em refletir sobre relações entre universidade e o setor produtivo e considerar o peso da pesquisa para a pós-graduação *stricto sensu*, particularmente no contexto de uma universidade que fundou o seu projeto institucional na perspectiva comunitária, buscando manter forte diálogo com a sociedade.

Estudos mostram que, a partir da década de 1980, se intensificaram as relações entre universidade e setor produtivo e cresceu o número de pesquisas nas universidades financiadas por empresas privadas. Entretanto, como avalia Léa Velho (1998, p. 114), “[...] o investimento não é homogêneo para as diferentes áreas do conhecimento e linhas de pesquisa dentro da mesma área, nem mesmo para a mesma linha de pesquisa no decorrer do tempo”. A autora registra que áreas como Biotecnologia, Informática, Novos Materiais e Química Fina despertam maior interesse por parte das empresas enquanto as demais áreas dependem de recursos e financiamento públicos, bem como de razões para aumentar essa aproximação.

Quanto à demanda, são citados vários fatores que, em síntese, expressam a busca de empresas dos setores de tecnologia avançada por um conhecimento novo que gere oportunidade de novos negócios, no enfretamento de crescente competição. É consenso entre os estudiosos o reconhecimento de que o estreitamento dessas relações resultou em “[...] inovações organizacionais importantes nas atividades de pesquisa tanto das universidades quanto das próprias empresas” (VELHO, 1998, p. 119). Dentre os avanços alcançados, a autora destaca “[...] a criação de setor específico no âmbito das universidades para cuidar dessas relações, apoio aos pesquisadores individuais, denominados ‘escritórios de transferência de tecnologia ou agentes de ligação.’” (VELHO, 1998, p. 119).

No âmbito das empresas, surgiram consórcios com a finalidade de financiar a pesquisa básica na fase pré-competitiva. Trata-se de uma série de medidas voltadas para a comercialização da pesquisa acadêmica, tendo em vista as políticas restritivas adotadas pelos governos, forçando as universidades a buscarem outras fontes de financiamento. A autora observa que o aumento dessas interações vem ocorrendo nos países industrializados. Na atualidade, no Brasil, as ações implementadas nessa direção são iniciativas direta ou indiretamente do governo federal, a exemplo de “[...] programas de financiamento de pesquisa cooperativa entre setor público e empresas; financiamen-

to de capacitação de recursos humanos para áreas consideradas estratégicas para o país e fomento à criação de polos tecnológicos” (VELHO, 1998, p. 128).

Nesse contexto, destaca-se a estratégia de indução contemplada nos PNPG e o incentivo à criação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), definido na Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (de Inovação), como sendo um núcleo ou órgão constituído por uma (ou mais) Instituição Científica e Tecnológica (ICT) com a finalidade de gerir sua política de inovação. As universidades estão sendo incentivadas pela Capes, CNPq e Fundações de Amparo à Pesquisa a criarem o NIT em suas estruturas, para desenvolver atividades de orientação, assessoramento, apoio e gestão direcionadas à proteção da propriedade intelectual e à inovação e transferência de tecnologias desenvolvidas na instituição (VELHO, 1998). A criação de uma cultura inovadora em nosso país, segundo Léa Velho (1998, p. 152), encontra obstáculos de várias ordens:

[...] a condição e modelo de desenvolvimento que incluem: a condição periférica de suas economias; as políticas protecionistas aplicadas durante muitos anos; o ajuste recessivo a que todos têm sido submetidos na tentativa de controle do processo inflacionário; a extrema dependência tecnológica das empresas locais; a escassez de crédito e a baixa de investimentos, além dos encargos da dívida externa.

Se for feita uma análise da atual conjuntura – 2015 –, caberia examinar a crise na economia e, dentre as medidas adotadas, incluir a já referida política de ajustes fiscais e contínuas mudanças de regras e normas por parte do Estado, que têm gerado incertezas e inseguranças tanto para o trabalhador quanto para o empresariado. Outros fatores certamente seriam arrolados, entretanto não se pretende aprofundar a discussão para efeito do presente documento.

A *dimensão internacional* é outro ponto a ser considerado, por ser inerente à vida acadêmica. É sabido que, na sociedade contemporânea, crescem as expectativas e demandas de estudantes e professores na busca de aperfeiçoamento fora do Brasil. Dentre outros, um dos desafios a ser enfrentado pela UCSal na próxima década, mencionado no PNPG (2011-2020), é a ampliação do intercâmbio e dos convênios com instituições internacionais, agências

internacionais de fomento e de pesquisa, com vistas a promover a internacionalização da ciência. A UCSal estará, certamente, nos próximos anos, seguindo e perseguindo o movimento de internacionalização e a intensificação das redes de pesquisa no âmbito internacional, como também nas esferas estadual, regional e nacional, incrementando a formação qualificada de mestres e doutores, bem como a produção de conhecimentos científicos e de alta relevância social. Para tanto, acompanha o lançamento de Editais originários de Agências de Fomento destinados a apoiar a cooperação internacional com possibilidades de projetos conjuntos.

De acordo com Relatório de Atividades da Fapesb (2012, p. 56), o Programa de Cooperação Nacional e Internacional visa identificar parcerias que possibilitem a troca de informações e oportunidades para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia, buscando estreitar as fronteiras entre indivíduos e organizações locais e internacionais, sejam elas governamentais, não governamentais, acadêmicas, empresariais ou industriais. Aspectos relacionados à operacionalização dessa atividade vêm mostrando a necessidade de a UCSal estruturar-se internamente para avançar na captação de recursos e viabilizar experiências de cooperação nacional e internacional, a exemplo de bolsas pós-doc, estágio doutoral, dentre outras possibilidades.

Na mesma linha de reflexão sobre as Universidades Comunitárias Confessionais, João Décio Passos (2008, p. 21) destaca os seguintes desafios: “[...] a inserção do conhecimento na sociedade, a sobrevivência da universidade dentro do mercado e a construção de uma identidade que supere a mera formalidade.” Pensar, portanto, o futuro da pós-graduação da UCSal implica numa reflexão aprofundada sobre a permanente construção da identidade da Instituição enquanto universidade confessional e comunitária, tendo em vista o novo contexto e os sinais do tempo. Considerando que essa é uma discussão que extrapola os limites desta proposta, propõe-se que a Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação da UCSal pense na possibilidade de realizar evento que possa desencadear a reflexão sobre as especificidades das identidades comunitária e confessional. Agrega-se ainda a possibilidade de a UCSal tornar-se PUC, como ocorreu recentemente com a Universidade Católica de Goiás.

Salvo engano, parece que reflexões dessa natureza podem constituir-se em estímulo provocativo para propiciar análises que também contribuam para fortalecer a identidade da Universidade Católica do Salvador em suas dimensões comunitária e confessional.

Ademais, a Pós-Graduação *stricto sensu* da UCSal dispõe de um quadro excelente de pesquisadores sociólogos, antropólogos e psicólogos que, certamente, já vêm se ocupando de questões dessa natureza. Esses professores, sem dúvida, poderão dar maior visibilidade à Instituição, participando da convocação feita pela Capes, via PNPG, contribuindo para pensar a sociedade brasileira, mais particularmente a sociedade baiana, no que tange à família, à questão urbana, às questões do meio ambiente, às inúmeras manifestações da questão social que se expressam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão social, dificuldades de acesso a direitos sociais, na linha de indicativos de políticas voltadas para melhorar a qualidade de vida, na perspectiva da autossustentabilidade e do pleno exercício da cidadania.

Por fim, reiteram-se sugestões tomadas das narrativas de alunos quanto à necessidade de mobilizar docentes/pesquisadores da Pós-Graduação *stricto sensu* da UCSal para pensar e projetar o futuro. Pensar o futuro numa perspectiva humanista parece ser ainda uma função importante da Universidade, especialmente de uma Universidade Católica de caráter comunitário.

SEGUNDA PARTE

RELATOS HISTÓRICOS DOS PROGRAMAS

Ângela Maria Carvalho Borges

Cristina Maria Macêdo de Alencar

Inaiá Maria Moreira de Carvalho

Karia Siqueira de Freitas

Liliana Mercuri de Almeida

Lívia Alessandra Fialho da Costa

Lúcia Vaz de Campos Moreira

Mary Garcia Castri

Sylvio Bandeira de Mello e Silva

Pedro de Almeida Vasconcelos

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Considerações preliminares

Liliana Mercuri de Almeida

Esta segunda parte tem por objetivo apresentar, como indicado na Introdução, “Relatos Históricos dos Programas *stricto sensu*”. A ideia de criar um espaço específico para os atuais coordenadores dos Programas apresentarem suas próprias visões acerca de sua origem e desenvolvimento foi incorporada na fase de planejamento deste documento. Busca-se a legitimação, que se processa, de acordo com Santos e Azevedo (2009, p. 546), apoiada em construto teórico de Bourdieu:

[...] por meio de uma série de ritos e práticas que passam pela percepção da importância e interesse por aquilo que se pesquisa, não apenas para o pesquisador, mas também para “os outros”. Esses “outros” são entendidos como os pares [...] da comunidade científica [...]

A expectativa é, portanto, de possibilitar, no registro da trajetória da Pós-Graduação *stricto sensu*, a inclusão do olhar dos pesquisadores que, historicamente, gozam de autoridade intelectual, vez que vêm aprofundando estudos nas temáticas que os doutorados e mestrados estão sistematicamente investigando, produzindo novos conhecimentos que expressam o domínio teórico, além do uso adequado da linguagem pertinente à área de pesquisa.

Assim, decidiu-se convidar os coordenadores e pares para participarem deste Relato, explicitando os fundamentos da escolha da temática central, principais linhas de pesquisa e relevância dos estudos realizados, tecendo comentários a respeito da evolução das pesquisas e do estado da arte das produções e do desenvolvimento de cada programa.

Nessa oportunidade, julgou-se oportuno e importante fazer constar, no presente documento, texto de autoria de Dom Petrini, que trata de mudanças da Seção Brasileira do Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família, dirigido a Dom Murilo S. R. Krieger, scj, Arcebispo de São Salvador da Bahia, Grão-Chanceler da Seção Brasileira do Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família, por constituir-se documento histórico que registra uma nova etapa do desenvolvimento da Instituição. Para tanto, foi feita consulta a Dom Petrini, que autorizou a inclusão e divulgação da citada carta, conforme transcrição que segue, nesta segunda parte deste documento intitulado “10 Anos da Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Católica do Salvador”.

Camaçari, 13 de maio de 2014

Festa de Nossa Senhora de Fátima

A Sua Excelência Reverendíssima

Dom Murilo S. R. Krieger, scj

Arcebispo de São Salvador da Bahia e Primaz do Brasil

Vice Gran Chanceler da Seção Brasileira do Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família

Objeto: Mudanças da Seção Brasileira do Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família

Excelência Reverendíssima,

Escrevo ao senhor para recordar algumas passagens da história da Seção Brasileira do Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família que, para brevidade, chamarei em seguida de “Instituto da Família”, tendo em vista algumas mudanças que se fazem necessárias e oportunas para garantir sua continuidade e sua contribuição à Igreja no Brasil.

A Seção brasileira desse Instituto da Família foi criada, em 1997, por vontade do arcebispo de Salvador, Cardeal Lucas Moreira Neves em diálogo com Mons. Angelo Scola, que naqueles anos era “Presidente” da sede central do Instituto da Família e, simultaneamente, Reitor da Universidade de Latrão, e com o apoio direto do Santo Padre, São João Paulo II, que deu pessoalmente 300 mil dólares para a aquisição da sede de Salvador.

Dessa maneira, em julho de 1998, Dom Lucas Moreira Neves comprou, em nome da Arquidiocese, o sobrado situado à Rua Ilhéus, n. 205, no Rio Vermelho, para ser a sede do Instituto da Família. Em seguida, foi realizada uma substancial reforma para adaptar os espaços às necessidades de salas de aula, biblioteca, escritórios, etc. A CEI colaborou com a aquisição dos equipamentos e com as despesas para o funcionamento dos primeiros dois anos.

Os Estatutos do Instituto da Família foram aprovados em 1998, quando iniciaram as atividades em duas salas colocadas a disposição pela Universidade Católica do Salvador, no Campus do Garcia, enquanto o edifício estava sendo adquirido e reformado para o uso.

O Instituto da Família tem três finalidades principais: 1. Estudar a família no Brasil, utilizando-se das Ciências Humanas. 2. Difundir no Brasil o pensamento da Igreja e particularmente o Magistério recente a respeito da família. 3. Contribuir com a renovação e o fortalecimento da Pastoral Familiar, a partir do conhecimento acumulado pelo Instituto.

O Instituto da Família despertou grande interesse em Salvador e, a cada ano, inscreveram-se cerca de 40 estudantes para o Curso de Ciências da Família.

O curso oferecido era: “Mestrado em Ciências da Família”, ligado ao Instituto de Roma e, portanto, à Universidade de Latrão que daria os diplomas. Os programas do curso realizado em Salvador eram semelhantes aos que eram dados em Roma. Além disso, a cada ano, vinha um *visiting professor* da sede central para uma ou duas semanas de estudos intensivos, para integrar a formação aqui oferecida.

Ao mesmo tempo, a Arquidiocese enviou diversos sacerdotes a Roma, para estudarem na sede central do Instituto, com o objetivo de doutorar-se em teologia e integrar, ao retornarem a Salvador, o corpo docente do Instituto da Família. Foram estudar em Roma I. Josafá Menezes; 2. Genival Machado; 3. Maurício Ferreira dos Santos; 4. Adilton Lopes; 5. Raimundo Mario de Santana.

De início, convidamos alguns professores católicos de grande experiência acadêmica, professores da Universidade Federal da Bahia, que podiam dedicar algumas horas semanais para darem aula no Instituto de Salvador. Recordo a professora Ana Cecília Bastos Bittencourt, doutora em psicologia, Célia Nunes, doutora em psiquiatria e terapeuta de família, a ex Reitora da UFBA, a geneticista Dra Eliane Azevedo, que dava aula de bioética, entre outros.

Durante o segundo ano de funcionamento do Instituto, o Ministério da Educação emitiu uma portaria proibindo a existência de Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil com certificação dada por Universidades estrangeiras, pois estavam multiplicando-se cursos dados no Brasil por Universidade de outros países. Desse modo, o Mestrado em Ciências da Família perdeu a possibilidade de fornecer um diploma legal a seus alunos.

A continuidade do Instituto da Família passava, agora, pela criação de um Mestrado em Família que fosse reconhecido pelo MEC. No entanto, a Capes, órgão do MEC que preside à Pós-Graduação *stricto sensu*, não aceitava professores de tempo parcial, mas apenas Doutores com contrato de 40 horas semanais e com duas ou três publicações por ano, no mínimo, em revistas acadêmicas, no Brasil e no exterior.

Começou, assim, uma longa Via Sacra que terminou em 2004, quando a Capes recomendou o Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador.

Nesta nova situação, enquanto a Universidade Católica oferecia o Mestrado e, em seguida, o Doutorado em Família, o Instituto da Família passou a realizar Cursos de especialização, extensão universitária e cursos breves destinados a agentes de Pastorais e a promover debates, mesas redondas, congressos, com a participação

de grandes personalidades nacionais e internacionais, a respeito de temas presentes no debate cultural e político em andamento, além de criar as Escolas de Família.

O Instituto promoveu, também, a publicação de diversos livros que trazem para a língua portuguesa o Magistério do Papa São João Paulo II e a reflexão do Instituto por ele fundado. Recordo: *Homem e Mulher ele o criou*, isto é, as catequeses das quartas feiras sobre o amor humano; de Angelo Scola, *Mistério Nupcial*, que reuniu em único volume o que na Itália fora publicado em dois volumes e, do mesmo Autor, *O caso sério do amor*. De Pierpaolo Donati foi publicado: *“Família no século XXI, uma abordagem relacional”*. Como fruto do Congresso Teológico Internacional por ocasião dos 30 anos da *Familiaris Consortio*, foi publicada a coletânea *“Desafios e possibilidades da família no limiar do Século XXI”*, com contribuições de Melina, Laffitte, Santoro, il Cardinale Sherer, e outros. Por ocasião da JMJ do Rio de Janeiro, foi publicado *“Cristo nos ensina a amar: 30 perguntas para acertar na aventura mais importante da vida”*. De Jean Laffitte foi publicado *“A escolha da Família”*. Está pronto para a publicação, de Granados e Anderson *“Chamados ao amor: a teologia do corpo de João Paulo II”*. De Melina, Noriega e Perez Soba, está em preparação a edição em português do manual de teologia moral *“Caminhar à luz do amor”*, que vem cobrir uma grave carência no panorama teológico brasileiro.

A presença do Instituto da Família na Pastoral Familiar da Arquidiocese e no Brasil tornou-se significativa no decorrer dos anos. Eu fui nomeado assistente eclesialístico da Pastoral Familiar na Arquidiocese. Além disso, a partir de 2003, sempre participei da Comissão Episcopal Pastoral para a Vida e a Família, inicialmente como assessor em momentos específicos e, desde 2011, na condição de presidente da comissão.

No ano 2000, iniciaram “Escolas de Família” em muitas paróquias da Arquidiocese. A experiência resultou positiva e se expandiu em algumas outras Dioceses. Atualmente, graças à TV Século XXI, a iniciativa está sendo lançada nacionalmente, com a confecção de DVD e de textos que reproduzem, em breves palestras, os temas da Escola de Família, não sendo mais necessária a presença direta de pessoas formadas no Instituto para a

sua implantação. A expectativa é que as Escolas se transformem, com o tempo, em Comunidades de Famílias, que poderão continuar indefinidamente sua caminhada.

O Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da UCSal cresceu, sendo autorizado a abrir o curso de Doutorado (2008) e recebeu nota 5 na avaliação da Capes, pelo segundo triênio consecutivo. O Programa realizou o primeiro Mestrado e, em seguida, o primeiro Doutorado da UCSal, abrindo caminhos na burocracia do MEC para que outros Programas de Pós-Graduação fossem implantados.

Trata-se do único Programa de Pós-Graduação em Família que existe no Brasil e no qual quase todas as publicações procuram dar, através das Ciências Humanas, as razões da família, de acordo com a visão própria da Igreja. Nestes anos, foram realizadas numerosas publicações no Brasil e no Exterior e se concretizaram acordos de cooperação acadêmica com diversos centros de pesquisa, especialmente da Europa e da América e foram construídos relacionamentos com intelectuais estrangeiros muitos deles sinceramente ligados à Igreja.

O projeto originário do Instituto tinha como objetivo uma presença maior da teologia. Infelizmente, os sacerdotes que foram estudar em Roma não puderam ser aproveitados no Mestrado por não corresponderem às exigências acadêmicas feitas pela Capes ou por outras razões. De fato, os que voltaram de Roma com o título de doutor raramente se dedicaram a pesquisar e publicar. No entanto, eles puderam dar aula de teologia nos Cursos de Especialização em Família (360 horas), realizados nestes últimos anos e para os quais as exigências do MEC são menores. É possível que no futuro a Seção brasileira, em parceria com a UCSal, possa organizar uma pós-graduação em teologia adequada às necessidades da Igreja na Bahia e no Nordeste.

Nos primeiros anos de sua existência, o Instituto da Família conseguiu pagar suas despesas, quer pela contribuição inicial dada pela CEI, quer pela mensalidade (bem baixa) paga pelos alunos. Em seguida, foram elaborados projetos encaminhados a agências financiadoras estrangeiras para conseguir o necessário para co-

brir as despesas de manutenção. Eu mesmo sempre dei aula de sociologia nesses cursos e, nos primeiros anos, quando as aulas eram dadas na sede do Rio Vermelho, retirei uma ajuda de custo semelhante à dos outros professores. Em seguida, quando a Capes recomendou o Mestrado e a UCSal contratou o corpo docente (em 2005), não somente desenvolvi o meu trabalho no Instituto de modo voluntário, mas participei do pagamento de algumas despesas com parte do meu salário de professor da UCSal.

Estas considerações constituem a premissa para elucidar as razões das mudanças que estão sendo planejadas para o Instituto da Família.

1. Mudança da atual sede do Rio Vermelho para o interior da UCSal, Campus da Federação, até o mês de julho de 2014.
2. Mudança do Vice Preside, que na seção brasileira foi, desde a sua fundação, o Pe João Carlos Petrini, em seguida bispo, e que deverá permanecer até a segunda metade de 2015.

O Preside do Instituto da Família, Monsenhor Livio Melina, em acordo com o Conselho Internacional do Instituto, que se reúne uma vez por ano, acompanha cada uma das seções presentes nos cinco continentes e os passos da Seção brasileira, acima descritos.

Quando eu fui nomeado bispo de Camaçari e tomei posse (em fevereiro de 2011), Mons. Melina pediu-me que continuasse com a responsabilidade do Instituto, assumindo um tempo de transição, preparando da melhor maneira possível as mudanças necessárias.

Depois da nomeação como bispo de Camaçari, minha presença no Instituto da Família ficou muito reduzida a poucas horas semanais. Isto implicou não somente uma dedicação muito menor às iniciativas costumeiramente organizadas pelo Instituto, mas tornou mais difícil dar conta das despesas com a manutenção.

Com a eleição da nova Reitoria da Universidade Católica, em final de 2013, mais sintonizada com a Igreja, a mudança de sede do Rio Vermelho para a o Campus da Federação é muito oportuna. Interessa ao próprio Instituto, que poderá ficar livre das despesas com a manutenção do prédio sede, (atualmente em torno de oito mil reais por mês, ver anexo) e poderá estabelecer mais facilmen-

te uma integração com a Universidade, mas interessa também à Universidade, que acolhe um Instituto que já é Pontifício e que proporciona um interessante canal de comunicação com a Universidade de Latrão e com outros oito Institutos irmãos presentes nos cinco continentes.

Com a concretização desta mudança, o uso do edifício sito à Rua Ilhéus, 205, bairro do Rio Vermelho, na cidade de Salvador, no qual o Instituto da Família funcionou desde final de 1998, estará à disposição da Arquidiocese de Salvador, legítima proprietária.

Trata-se de um imóvel de considerável valor, adquirido com a finalidade de constituir a sede da seção brasileira do Instituto da Família e seu espaço esteve reservado, desde a origem, para esse fim e agora é repassado à Arquidiocese. Não é uma troca de caráter comercial na qual seria calculada a equivalência do dar e do receber. Trata-se, antes, do entendimento entre irmãos que buscam o bem maior da Igreja, em clima de comunhão fraterna. Digo isto para que, caso alguém, de maneira desavisada, reclame do espaço que a Universidade Católica cede ao Instituto da Família, como se constituísse uma despesa destituída de motivos, possa ser alertado a respeito dos valores trocados, vantajosos para a Arquidiocese e para a Universidade Católica, inclusive quando se queira considerar o caráter comercial da troca.

A configuração canônica do Instituto da Família a seguinte: A sede central e as sedes em outros países constituem um único Instituto, com um único Preside (atualmente Mons. Melina) e um único Gran Chanceler (atualmente o Cardeal Agostino Vallini). Os diretores de cada seção são considerados Vice Preside e os Arcebispos das dioceses que hospedam as seções do Instituto têm o título de Vice Gran Chanceler. O Instituto da Família tem sua sede junto à Universidade de Latrão, mas goza de autonomia acadêmica e administrativa. As seções à distância são acolhidas em Dioceses, mas dispõem de pessoa jurídica própria e dependem da sede central no que se refere a questões acadêmicas e eclesiais. Do ponto de vista financeiro e administrativo, cada seção é autônoma. O Vice Preside de cada seção é apresentado pelo Preside e deve ser aceito pelo Arcebispo local.

A transferência do Instituto da Família de Salvador no espaço da UCSal não o transforma num departamento ou num órgão desta Universidade. O Instituto continua sendo organicamente ligado à sede de Roma.

A mudança do Vice-Prezide (ou Diretor) requer mais atenção. O Vice Prezide, apresentado pelo Prezide e aceito pelo Arcebispo local, deve ser aprovado pela Congregação para a Educação Católica. Exige-se que ele tenha o título de Doutor.

No momento presente, a opção melhor para assumir a responsabilidade de Vice Prezide parece ser o Padre Rafael Fornasier, originário da Diocese de Niterói, que já esteve na Arquidiocese de Salvador, durante seis anos, como pároco da paróquia Nossa Senhora dos Alagados, (bairro do Uruguai), em seguida, foi nomeado assessor da Comissão Episcopal Pastoral para a Vida e a Família, na CNBB e é doutorando no Pontifício Instituto João Paulo II de Roma. Mons. Melina está totalmente de acordo com esta hipótese, que deverá concretizar-se na segunda metade do ano de 2015, quando o Pe. Rafael terá terminado o mandato de assessor da CNBB e terá defendido sua tese.

No momento oportuno, será realizado um acordo entre o senhor, arcebispo de Salvador, o Prezide da sede romana do Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família, Monsenhor Livio Melina, o arcebispo de Niterói, Dom José Francisco Resende Dias, para que seja oficializado o acordo pelo qual o Padre Rafael Fornasier prestará serviço na Arquidiocese de Salvador, com a responsabilidade principal do Instituto da Família.

Eu conversei com o senhor a respeito destas propostas de mudança no Instituto da Família e, como combinado, estou escrevendo para tornar oficial o que acertamos verbalmente.

Conversei com o Reitor da Universidade Católica e com seus mais diretos colaboradores que manifestaram vivo interesse para acolher a seção brasileira do Instituto da Família em seu Campus da Federação. Os detalhes da mudança do espaço físico serão acertados diretamente com o Magnífico Reitor e com seus colaboradores.

Para o funcionamento do Instituto da Família na Universidade Católica será necessário um espaço muito menor do que era disponível no Rio Vermelho. Será necessário o escritório para o Vice-Prezide (ou Diretor) e uma secretaria, além de um espaço para guardar publicações e outros materiais usados em suas atividades. Para encontros de formação, seminários, palestras e outros eventos, será possível requerer, para cada evento, salas disponíveis na Universidade.

Na esperança de colaborar para o bem da Igreja na Bahia e no Brasil, no horizonte da nova evangelização e para renovar a vida da Igreja segundo o Magistério do Papa Francisco, saúdo-o em Cristo,

+João Carlos Petrini

Bispo de Camaçari BA e Vice Prezide do Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos Sobre Matrimônio e Família – Seção brasileira

O teor da correspondência retrata o empenho de Dom Petrini em cuidar do funcionamento da seção brasileira do Instituto da Família na Universidade Católica do Salvador. Diante das situações vivenciadas ao longo dos 10 anos da Pós-Graduação *stricto sensu* na UCSal, visa-se o destaque dos pontos positivos, desenhando as perspectivas do futuro de cada Programa e da Pós-Graduação na Universidade Católica do Salvador. Esses relatos, além de se constituírem em um *upgrade*, enriquecedor do registro da memória, possibilitam reflexões com vistas às novas alternativas e apontam para o crescimento da pós-graduação *stricto sensu* nessa Universidade.

CAPÍTULO 5

Programa de pós-graduação em família na sociedade contemporânea: mestrado e doutorado

*Lúcia Vaz de Campos Moreira*¹

*Lívia Alessandra Fialho da Costa*²

*Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti*³

INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC) da Universidade Católica do Salvador completou dez anos em 2014. Nasceu da proposta de se tomar a “família”, nas suas várias dimensões, como objeto de estudo. Para aprofundar o conhecimento sobre

1 Doutora em Psicologia (Universidade de São Paulo). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador.

2 Doutora em Antropologia Social e Etnologia (*École des Hautes Études en Sciences Sociales*, França). Professora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador.

3 Doutora em História (*Universidad de Leon*). Professora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador.

o estado da arte das produções científicas sobre tal instituição, foram mobilizadas áreas específicas do saber. Após identificar temas e problemáticas relevantes para o campo de estudos de família, debruçamo-nos sobre aquilo que viria a dar a especificidade ao Programa: as transformações pelas quais passam as famílias contemporâneas, por exemplo, a configuração dos papéis assumidos pelos seus diversos membros, as relações internas e também as trocas estabelecidas com a sociedade, entre outras.

A família é uma instituição que se encontra, crescentemente, no centro das preocupações da sociedade contemporânea. De um lado, mantém-se, reconhecidamente, como instância fundamental da formação dos indivíduos. De outro lado, ao redor do sistema familiar e das novas conformações sociais que dela derivam é que se formam outros sistemas de demandas, respostas, significados e valores que estruturam e explicam a vida em sociedade em nossos dias. Desse modo, as alterações no sistema familiar repercutem, direta ou indiretamente, em curto ou em longo prazo, em outros subsistemas sociais e culturais e vice-versa. Praticamente todos os fenômenos sociais e culturais contemporâneos estabelecem, de um modo ou outro, uma relação relevante com o fenômeno familiar. Temas capitais de saúde pública (violência urbana, vulnerabilidades) e de políticas públicas (proteções, novos direitos, demandas por justiça e reconhecimento), por exemplo, encontram, na família e nas suas constantes metamorfoses, uma chave de explicação densa e fecunda. Do mesmo modo, questões de natureza filosófica, psicológica e jurídica.

As características específicas da temática da família a tornam dificilmente apreensível, de maneira realmente fecunda, em uma abordagem disciplinar tradicional. Naturalmente, essa não é uma característica exclusiva da família. Outros fenômenos contemporâneos, relevantes do ponto de vista social e/ou científico, também demandam uma abordagem interdisciplinar, como a violência por exemplo. Na Europa e, sobretudo, nos Estados Unidos, não são mais incomuns mestrados e doutorados em estudos étnicos, de gênero e de família. Basta uma rápida consulta ao *Journal of Citation Reports* para que se verifique que os *Family Studies* estão lá ao lado dos *Ethnic Studies*, *Women Studies*, *Violence Studies*, *Media Studies* e *Youth Studies*, como uma seção específica e volumosa de periódicos das Humanidades, com índice de impacto próximo aos melhores periódicos de Sociologia ou Psicologia, por

exemplo. Mesmo no Brasil, a especialidade nem de longe passa despercebida aos pesquisadores. De fato, o tema tem se tornado objeto de interesse de numerosos investigadores e de alguns centros de pesquisa.

Diante desse cenário, o Programa tem como objetivo geral formar pesquisadores, nos níveis de mestrado e doutorado, aptos a pensar, investigar e intervir no fenômeno familiar numa perspectiva interdisciplinar. Seus objetivos específicos são: formar mestres e doutores; produzir e divulgar conhecimentos científicos sobre a família na sociedade contemporânea; fornecer subsídios para intervenções sociais que afetam a família; estabelecer, com professores/ pesquisadores do Brasil e do exterior, redes de pesquisa sobre família e interdisciplinaridade.

Os estudos desenvolvidos têm verticalizado o debate do tema *família*, solicitando um esforço continuado na construção de uma prática de interdisciplinaridade que, por sua vez, cobra a convergência e o cruzamento das especialidades. Tal convergência pode ser conferida no conjunto das ações acadêmicas, seja nas dissertações e teses, seja nas publicações e reuniões científicas organizadas/participadas pelo corpo docente e discente. Os resultados das pesquisas, disponíveis no Banco de Teses e Dissertações do Programa, reiteram e reforçam as redes conceituais e metodológicas que conferem sustentação ao tema-objeto do Programa.

Ao promover investigação teórica, intervenção em comunidades e dar suporte às organizações não governamentais e instituições promotoras de políticas públicas da grande região metropolitana e do interior baiano, mediante a integração profissional dos pesquisadores seniores do Programa, bem como dos jovens pesquisadores aqui formados e/ou em formação, o Programa tem obtido impacto significativo em âmbitos regional e local. Vale ressaltar, neste contexto de ações, a atuação na capacitação de profissionais especializados nos fenômenos intrafamiliares. Eles têm recebido formação para subsidiar movimentos da sociedade civil, bem como formular, executar e avaliar políticas públicas voltadas à família, destacando, desta maneira, uma intensa profissionalização, formação de qualidade e integração entre esferas do conhecimento científico contemporâneo.

A opção pela valorização do diálogo entre os estudos antropológicos, sociológicos, psicológicos, jurídicos, demográficos e historiográficos foi responsável pelo desenho interdisciplinar que assumimos para o Programa.

Sem dúvida, esse desenho vai se refazendo no próprio bojo da produção do corpo docente e discente. Necessário dizer que a própria produção e os resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do PPGFSC têm impactado na compreensão do fenômeno (família contemporânea), colaborando, assim, para a ampliação dos nossos objetivos e da própria base sobre a qual assentam nossas investigações. A interdisciplinaridade tem proporcionado essa compreensão e colaborado na aproximação de variáveis explicativas (e interpretativas) das transformações na(s) e da(s) família(s) contemporânea(s).

Desse modo, a história do Programa tem uma dinâmica de incorporação tanto de perspectivas macro (políticas de governo e programas de intervenção junto a famílias) quanto de configurações micro, tais como relações interpessoais da esfera doméstica. A história do Programa está, portanto, ancorada em uma base interdisciplinar que se efetiva por meio de pesquisas conjuntas, com a participação de todo o corpo docente (ou, por vezes, por parte dele). Os resultados das investigações coletivas têm ajudado os docentes-pesquisadores, os grupos de pesquisa e seus participantes a incorporar, nas suas agendas de trabalho (teórico, conceitual e prático), a importância de se pensar família como espaço de criação e manutenção de vínculos, mas também como propulsora do movimento de redes de solidariedade, de identidades que decolam de gênero e geração, de lugar de poderes em conflito, subjetividades e entrelace de agências.

A história do Programa ou da prática interdisciplinar que nos caracteriza requer uma cultura em construção, envolvendo trânsitos, nexos e debates entre conhecimentos (acadêmico, de senso comum, clínico, jurídico, de extensão, de crença e de ciência) e responsabilidade social. Assumimos a interdisciplinaridade como uma perspectiva que potencializa saltos paradigmáticos, mediante perguntas, interesses e tipos de saberes que são combinados. Os estudos sobre família vêm progressivamente privilegiando poderes de intervenção, como políticas públicas e trabalhos compreensivo-reflexivos que dão conta dos diferentes sentidos da família num sistema social de um tempo, de uma geração. É nesse sentido que entendemos que a história do Programa se abre para outras histórias, num movimento que abraça novos desafios conceituais e de atuação prática.

HISTÓRICO

A temática da família esteve presente em programas de ensino e em projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos na Universidade Católica do Salvador, muitos dos quais implicavam um contato direto com a realidade social da periferia de Salvador (Bahia). Quanto à pós-graduação *lato sensu*, foi ministrado o *Curso de Especialização em Terapia de Família*, desenvolvido na Escola de Serviço Social e promovido pelo convênio Cofam/UCSal, desde 1989. Em paralelo, o Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família estabeleceu, em Salvador (Bahia), sob a coordenação do Professor Giancarlo Petrini, o curso de Ciências da Família, contando com a colaboração, por exemplo, de professores da Universidade Federal da Bahia e da Universidade de Latrão (Itália).

Essa trajetória em cursos de pós-graduação levou a UCSal, com o apoio do Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família, a organizar e implementar, em março de 2002, o Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, recomendado pela Capes em 2004, dando início ao curso de Mestrado também coordenado pelo Professor Giancarlo Petrini. Nesse caminho foram incorporados professores que vinham de finalizações do doutorado ou com larga experiência profissional, contemplando diversidades de experiências.

Inicialmente foi aprovado o curso de mestrado com duas linhas de pesquisa, uma mais voltada para as relações internas da família e outra para as relações da família com a sociedade. Mais tarde, foi aprovado o curso de doutorado e, em paralelo, acrescentou-se a terceira linha de pesquisa envolvendo aspectos jurídicos da família. Deste modo, em 2008, com a criação do doutorado, foi reforçada uma produção mais consistente na área temática, difusão de conhecimento, criação de redes e intercâmbios e, sobretudo, houve fortalecimento da área de concentração denominada Família em Mudança.

O Programa consolidou-se por meio dos índices de produtividade, do estabelecimento de relações institucionais no Brasil e no mundo, da abertura de diálogos entre investigadores das linhas de pesquisa e externos, da ampliação do corpo docente com a consequente expansão das linhas de pesquisa para corroborar o fortalecimento de sua estrutura conceitual.

Nesses dez anos de existência, o Programa vem se consolidando como importante referência na área, situação referendada pela avaliação trienal da Capes, que lhe atribuiu nota 5. Ao contar, ao final do ano de 2014, com 129 dissertações e 12 teses, os impactos sociais e acadêmicos podem ser atestados pela produção, circulação e contínua avaliação. Aqui se observa relevância regional e nacional, já que circulam estudantes e professores de outros estados brasileiros, ampliando a ideia de rede de conhecimento e de que, com temática interdisciplinar sobre família, a proposta do Programa ganha referencial para além das fronteiras internas.

Do ponto de vista regional e nacional, apresentam-se resultados positivos, tais como várias dissertações abordam temas próprios da realidade socioeconômica familiar de diferentes territórios-geografias e investigam a problemática que assola a família, como a violência doméstica, considerando variáveis e especificidades regionais. Além disso, vários egressos inserem-se no mundo do trabalho cujo foco é a família, seja em Secretarias de Governos (estadual e municipal), seja em instituições não governamentais. Há implicação, ao longo desse período de dez anos, na produção e difusão de conhecimento sobre a família no panorama internacional e nacional, desenvolvendo sistemas comparativos dos resultados, para, igualmente, compreender/intervir na problemática bem específica que a comunidade local/regional vive relativamente aos problemas da ordem familiar. Nessa perspectiva, o Programa torna visível a repercussão do fazer ciência, ao criar redes que possibilitam olhares inovadores sobre problemas e questões sociais, políticas e econômicas circunscritas pelas realidades brasileira e baiana cujos olhares se ancoram em estudos comparativos que corroboram a delimitação mais rigorosa dos sistemas familiares da nossa realidade, ao tempo em que a inscrição em rede desafia esses olhares à superação das fronteiras regional/local.

Como reconhecimento do saber produzido em nosso Programa, ressalta-se que a oferta de bolsas – principalmente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) – seja também um referencial de estímulo. Ademais, com um decênio de atividades, o Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea é o mais antigo e pioneiro na abertura de cursos *stricto sensu* da UCSal. No decorrer de sua existência, passou por algumas reformulações que acompanharam os caminhos, perspectivas teó-

ricas, demandas sociais e acadêmicas, além de movimentação entre corpo de professores/pesquisadores.

Das atividades que merecem destaque como marcas do Programa, podem-se destacar as coleções de livros e eventos científico-acadêmicos realizados anualmente, abrindo diálogos e difusão do conhecimento científico produzido pelos docentes e discentes.

PANORAMA ATUAL

Desde a sua criação, o Programa está organizado em torno da área de concentração “Família em Mudança”, seu eixo estruturante. Tal escolha surge da compreensão de que a contemporaneidade propulsiona uma série de arranjos e formatos diferenciados na formação de uma família marcada por dinâmicas e conflitos que, longe de apontá-la como instituição residual em crise e em vias de desaparecimento, a repropõe no contexto social de forma renovada, dotada de plasticidade suficiente para reconstituir-se com matizes inovadores de adaptação e de organização.

Os contornos que assume em seu desenvolvimento no tempo requerem o olhar interdisciplinar de profissionais abertos às várias perspectivas oferecidas por áreas que classicamente têm a família como objeto de estudo e/ou de intervenção. Desta forma, o Programa reúne as contribuições da Psicologia, da Sociologia e do Direito, eixos disciplinares que por excelência ordenam e orientam as ações acadêmico-científicas desenvolvidas nas três Linhas de Pesquisa que possui, a saber: Contextos Familiares e Subjetividade, Família nas Ciências Sociais e Aspectos Jurídicos da Família. Na intersecção desses eixos, e como estratégia de fomento da interdisciplinaridade, conceitos e métodos de várias disciplinas (Antropologia, Sociologia, Psicologia, Filosofia, História, Saúde Coletiva, Demografia e Direito) auxiliam a compreensão dos diferentes níveis e ações relativos à família.

As sucessivas avaliações feitas pela Capes têm confirmado a positividade que o Programa vem conquistando nessa breve história desde a sua implantação. *Família na Sociedade Contemporânea* vai se tornando um genuíno centro de pesquisa de referência em família, espaço avançado de investigação norteado por um Projeto bem amarrado e um desejo coletivo bem sincronizado de sua execução, que expressa um zelo continuado para a execução do escopo estabelecido.

A aplicação de metodologias específicas tem sido um eixo mobilizador do quadro docente. A realização de duas pesquisas coletivas (com participação de quase todos os membros do corpo docente), uma finalizada (“Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado de filhos pequenos”, com apoio do CNPq, e realizada no período entre 2009 e 2011) e outra em andamento (“O lugar estratégico da família para a integração de ações e políticas de proteção e desenvolvimento social na região metropolitana de Salvador, BA”, com apoio do CNPq/MDS e iniciada em 2013), funda uma trilha inovadora para promoção da interdisciplinaridade. A mobilização em torno da produção do conhecimento tem trazido resultados fecundos para o Programa e para o avanço nos estudos de família no Brasil. O Programa imprime um ritmo de efetivação da interdisciplinaridade, seja na docência conjunta de disciplinas, na orientação compartilhada de mestrandos/doutorandos, na circulação dos seus resultados investigativos nos grupos de pesquisa, seja, ainda, na dinamização de projetos de pesquisa desenvolvidos em parceria com pesquisadores das diversas linhas. Tudo isso expressa os sucessivos reordenamentos do Programa, visando sua melhoria, almejando otimizar cotidianamente o alcance de seus objetivos.

Na rota de seus ajustes, o Programa tem se implicado na produção e difusão de conhecimento sobre a família nos panoramas nacional e internacional, desenvolvendo sistemas comparativos dos resultados, para igualmente compreender/intervir na problemática bem específica que a comunidade local/regional vive relativamente aos problemas da ordem familiar. Nesta perspectiva, o Programa torna visível a repercussão do fazer ciência, ao criar redes que possibilitam olhares inovadores sobre problemas e questões sociais, políticas e econômicas circunscritas pelas realidades brasileira e baiana cujos olhares se ancoram em estudos comparativos que auxiliam na delimitação mais rigorosa dos sistemas familiares da nossa realidade, ao tempo em que a inscrição em rede desafia tais olhares à superação das fronteiras regional/local.

Nas abordagens individuais, as pesquisas se projetam sobre os campos do serviço social, da saúde coletiva, do cuidado com a infância, da adolescência e da velhice, das relações familiares (parentalidade, conjugalidade etc.), das políticas para a juventude, do fenômeno da migração e da igualdade, considerando classe, gênero, raça e geração nas ações voltadas para a

afirmação da cidadania, das modalidades de subjetivação, do direito de família na problematização atualizada, além de apresentar à comunidade um tratamento mais adequado à pletora de elementos que compõem o complexo fenômeno familiar.

O Programa conta com 13 professores permanentes e possui nove Grupos de Pesquisa, todos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq: Família, Autobiografia e Poética (Fabep); Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventudes, Cidadania e Cultura (NPEJI); Epistemes da subjetividade; Família e desenvolvimento humano; Família em mudança; Direitos Humanos, direito à saúde e família; Trabalho e família; Família e saúde na perspectiva relacional; População e desenvolvimento, famílias e Direitos Humanos.

O curso de mestrado tem a duração de 24 meses, e o aluno deve cursar disciplinas obtendo, no mínimo, oito créditos em disciplinas obrigatórias e 12 em optativas. A elaboração da dissertação contempla 12 créditos. Já o curso de doutorado dura 48 meses e o discente deve cumprir minimamente oito créditos em disciplinas optativas, 20 créditos em disciplinas obrigatórias e 14 créditos na elaboração da tese. Além dos alunos regulares dos cursos de mestrado e doutorado, o Programa abre vagas para interessados como alunos especiais, que podem cursar, no máximo, três disciplinas optativas.

O corpo discente é fortemente incentivado a integrar os grupos de pesquisa e a se envolver nas atividades científicas promovidas pelo Programa e a participar dos eventos nacionais e internacionais, assim como de publicações conjuntas com o corpo docente, especialmente com seus respectivos orientadores.

Assim, como mecanismo de consolidação das metas estabelecidas pelo Programa, ocorre a circulação do corpo docente, dos mestrandos e dos doutorandos, que frequentam outros centros de pesquisa do Brasil e do exterior, propiciando intercâmbio e circulação/impacto social. Alguns professores realizaram recentemente atividades acadêmicas de pós-doutorado, e estudantes do curso de doutorado têm feito estágio “bolsa sanduíche” em grandes centros de pesquisa dos Estados Unidos, França, Espanha e Portugal. O dispositivo de incentivo e apoio à circulação de docentes e discentes tem conferido uma visibilidade mais acentuada do Programa.

Do ponto de vista da dimensão pedagógica, o Programa se orienta mediante os estudos sobre família delineados com base em tendências teórico-

-metodológicas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, justamente por contemplar a família como noção complexa, multifacetada, com matizes interdisciplinares. Resultam dessa perspectiva, os trabalhos desenvolvidos atualmente, nos quais se constata o esforço empreendido por orientandos/orientadores no desenvolvimento de pesquisas convergentes para a interdisciplinaridade. Nas dissertações defendidas, os temas compõem uma espécie de rede conceitual que debate a família, indicando a preocupação e ocupação de cada pesquisador em ajustar-se ao foco interdisciplinar, sem perder suas próprias referências formativas. Psicólogos, advogados, cientistas sociais, historiadores, enfermeiros, médicos, fisioterapeutas etc., ao tempo em que enraízam as suas preocupações de pesquisa no solo de sua familiaridade e formação, fazem convergir o trabalho de reflexão e de análise dos dados inerentes ao escrutínio do seu objeto para a interdisciplinaridade.

Com o avanço do intercâmbio com instituições de prestígio nacional e internacional, docentes e discentes do Programa têm incrementado projetos integrados de pesquisa e intervenções coordenadas com setores da sociedade civil por meio de ações que respeitam e se sustentam na articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

A título de exemplo, são estabelecidos intercâmbios nacionais com pesquisadores das seguintes instituições: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Sergipe (UFSE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UEBS), Universidade Salvador (Unifacs), Faculdades Ruy Barbosa, Faculdades Jorge Amado. Cabe destacar a grande participação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em atividades conjuntas com o nosso Programa. Destacam-se também os intercâmbios internacionais estabelecidos com pesquisadores das instituições listadas a seguir: Clark University/EUA; University of Aalborg/Dinamarca; Universidade de Salerno/Itália; Pontifícia Università Lateranense de Roma/Itália; Universidade do Minho/Portugal; Universidade de Salamanca/Espanha; Universidade Aberta/Portugal.

As parcerias e atividades em colaboração produzem forte impacto na compreensão ampliada dos fenômenos complexos que perpassam e dizem

respeito à família, reverberando na produção de relatórios de pesquisa, pareceres, artigos científicos e participação em congressos e em programas de rádio e televisão de veiculação regional e nacional.

PERSPECTIVAS

O Programa tem buscado contínua consolidação e apresenta como metas:

- a. estreitar, cada vez mais, o vínculo do corpo docente e discente com pesquisadores nacionais e internacionais, para que se mantenha a circulação de pesquisadores (mestrandos, doutorandos, docentes e egressos) em centros de investigação congêneres para efetivar trabalho em rede, cooperações, missões acadêmico-científicas mais sistemáticas, a exemplo do estímulo aos pós-doutorados, que tantos benefícios trazem ao Programa, bem como o forte incentivo aos estágios doutorais sanduíche;
- b. continuar participando da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (Aninter-SH) que, inclusive, sediou, em 2014, o 3º Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (Coninter);
- c. colaborar com outras Instituições de Ensino Superior por meio de Mestrado Interinstitucional (Minter) e Doutorado Interinstitucional (Dinter);
- d. mobilizar os discentes para divulgar os resultados de suas pesquisas em periódicos, em coautoria com orientadores, docentes e colegas;
- e. estimular a inserção dos egressos em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, inclusive na própria Universidade Católica do Salvador;
- f. haver investimento contínuo dos pesquisadores em organizar e participar de congressos e eventos científicos nacionais e internacionais;
- g. ampliar o comprometimento dos docentes com a formação dos discentes de graduação e pós-graduação participantes dos grupos de pesquisa;

- h. estimular a realização de pesquisas desenvolvidas nos planos individuais e coletivos, e a busca de financiamento por parte dos órgãos de fomento;
- i. continuar a cooperação técnica com pareceres para avaliação de projetos, editoração e avaliação de artigos de revistas, colaborando com organismos internacionais, nacionais e locais que lidam com a família;
- j. manter a docência partilhada das disciplinas entre vários professores que convocam autores, teorias, conceitos, métodos de análise variados no desenvolvimento dos seus debates com as áreas de saber implicadas;
- k. oferecer novas turmas do curso de pós-graduação *lato sensu* nomeado “Especialização em Família: Relações familiares e contextos sociais”;
- l. incrementar a articulação entre pesquisa, docência e produção de uma literatura gradualmente acessível ao público especializado e leigo;
- m. ampliar a integração com a graduação por meio de aulas, orientação de bolsistas de iniciação científica e incorporação de docentes e alunos da graduação nos grupos de pesquisa;
- n. promover o aprofundamento na produção e difusão do conhecimento sobre interdisciplinaridade.

Em síntese, constata-se a necessidade de dar passos em direção ao aprofundamento do conhecimento interdisciplinar sobre a família contemporânea, considerando os diversos contextos socioeconômicos. Além disso, é fundamental estreitar os laços com pesquisadores nacionais e internacionais, construindo redes. Finalmente, deve-se promover a formação de novos pesquisadores, especialmente fortalecendo os grupos de pesquisa, e divulgar os dados obtidos em eventos, livros e periódicos de reconhecida qualidade científica.

CAPÍTULO 6

Programa de pós-graduação em planejamento territorial e desenvolvimento social: mestrado e doutorado

*Sylvio Bandeira de Mello e Silva*¹

*Cristina Maria Macêdo de Alencar*²

*Pedro de Almeida Vasconcelos*³

-
- 1 Geógrafo. Doutor em Geografia pela Université de Toulouse. Especialista em Desenvolvimento Econômico (CEPAL/ILPES-UFBA). Coordenador e professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Lidera o Grupo de Pesquisa Globalização e Localização (GLOCAL/CNPq). Pesquisador IA/CNPq.
 - 2 Economista. Doutora em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Lidera o Grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza.
 - 3 Geógrafo. Doutor em Geografia pela University of Ottawa e Pós-Doutor pela Université de Paris IV – Sorbonne. Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Pesquisador IA/CNPq.

HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DOS MESTRADOS E DO DOUTORADO

Da extensão universitária para a pós-graduação em planejamento territorial e desenvolvimento social

Em 1987, a UCSal, após longa experiência no ensino de graduação, inicia ações de extensão no bairro do Engenho Velho da Federação, onde está situado um dos seus *campi* e vive uma população caracterizada como de baixa renda, com graves problemas de infraestrutura, serviços e regulamentação da posse da terra. Começava, então, o comprometimento institucional com problemáticas relativas à condição de vida humana e social no território.

A atuação nessa área surgiu de forma integrada, fruto de uma convergência de interesses do Diretório Central dos Estudantes (DCE), de alguns diretórios acadêmicos e de dirigentes de Movimentos Populares, com o objetivo fundamental de promover a melhoria das condições de vida dessa população. Com a Constituição Federal de 1988 e os novos direitos que passaram a ser consagrados no novo texto constitucional, as ações integradas intensificaram-se no bairro. A comunidade mobilizada passou a se organizar na busca por seus direitos a saúde, educação e moradia por meio de processos de regularização fundiária. Alguns grupos passaram a discutir, em sucessivas reuniões, a política urbana da cidade, mobilizando os moradores do bairro em torno de uma proposta popular de emenda constitucional para a legalização da posse das terras. É também nesse período que se inicia uma proposta de atuação da UCSal na área jurídica, principalmente nas questões que diziam respeito à situação fundiária, por ser essa uma grande reivindicação dos órgãos representativos do bairro diante da então Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários.⁴ As atividades de apoio à comunidade do Engenho Velho da Federação culminaram com a regularização fundiária de 50% da área que se tornou passiva de regularização, mediante acordo com proprietários da área, conforme atestam as informações prestadas pela Assistente Social Rita Amália da Silva Carreiro.

4 A vice-Reitoria passou a ser denominada Pró-Reitoria e, posteriormente, Superintendência.

Também é preciso lembrar a experiência realizada pela Instituição na Península de Itapagipe, cujo projeto foi concebido dentro do subprograma UCSal nos Bairros, no âmbito do Programa de Integração Universidade Comunidade em 1989, que tinha como objetivo resgatar a função social da universidade, mediante o desenvolvimento de projetos que respondessem às demandas da sociedade. Assim, com um trabalho voltado para a formação do aluno participante do projeto, a UCSal, apoiada em seu Projeto Pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional, inicia sua atuação em resposta às demandas formuladas por lideranças do bairro Uruguai. Dessa forma, alunos de cursos diversos, como Direito e Serviço Social, desenvolvem uma experiência multidisciplinar, apoiados por docentes e por técnicos vinculados à Pro-Reitoria para Assuntos Comunitários. A presença da UCSal no bairro, registrada por Rita Amália da Silva Carreiro, Maria Julieta Mandarino Firpo Fontes e Cristina Maria Macêdo de Alencar, em artigo intitulado “Uma década da UCSal em Itapagipe”, mostra o importante papel da Instituição no processo de articulação e organização da comunidade com foco no exercício da cidadania, além de revelar o processo de trabalho coletivo realizado em encontros, reuniões e seminários que abordavam aspectos e temas de interesse dos moradores da Península, a exemplo das questões habitacionais, ambientais e culturais.

Naquele momento, os cursos de Serviço Social e Direito eram as bases da graduação nessa atividade. Desde então, na perspectiva de verticalizar a integração entre o ensino e a extensão, foi estabelecido um convênio com o IPPUR/UFRJ, por meio do qual foram desenvolvidos cursos de extensão e realizado um curso de Mestrado Interinstitucional com área de concentração em Planejamento Urbano e Regional, centrado em estudos pluridisciplinares das dimensões econômica, política, jurídica, administrativa, sociocultural, tecnológica, ambiental e espacial do complexo e conflituoso processo de construção e apropriação sociais dos espaços urbanos e regionais.

Iniciou-se, com isto, a potencialização, pela produção científica, das ações de extensão desenvolvidas pela UCSal junto às comunidades de bairros de baixa renda, com o que se aprofundava a sua dimensão comunitária e extensionista, conjugando a atuação na cidade com a reflexão crítica, subsídios e ação propositiva no território nas suas diferentes escalas.

A implantação de uma área de ensino e pesquisa em “Políticas de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social”, desde a extensão, teve início na UCSal com um Mestrado Interinstitucional em Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ – UCSal, seguido pelo Procad IPPUR/UFRJ e UNEB (2000 a 2004). Em seguida ocorreu a implantação de um Centro Referencial de Informações em Planejamento Urbano e Regional (PUR), cujo projeto foi apoiado pela Fapesb, como desdobramento do referido Procad, sob as lideranças dos Professores Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ) e Edvalter Souza Santos (UCSal). Integra ainda a referida área acadêmica, a proposta de criação do Instituto das Cidades e do Território, com a perspectiva de catalisar organicamente todas as ações.

ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EM PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Com as sólidas experiências relatadas, nas áreas de extensão, pesquisa e pós-graduação, esta última de caráter interinstitucional, a UCSal sentiu-se habilitada a propor um Mestrado próprio em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, atendendo também às exigências legais que determinam a existência de cursos de Mestrado e Doutorado nas Universidades brasileiras.

A montagem do projeto de mestrado teve início com a incorporação dos direcionamentos expressos por professores doutores e doutorandos da UCSal, tendo sido, em seguida, submetida uma proposta para discussão pelos docentes convidados a se envolverem com a área de Políticas do Território e Desenvolvimento Social, onde estaria inserido o mestrado. A partir de julho de 2003 foram frequentes as reuniões entre os membros da administração da UCSal e professores convidados para a elaboração da proposta a ser encaminhada à Capes. A primeira reunião foi feita com a presença da profa. Maria Julieta Mandarin Firpo Fontes, então diretora do Cepex da UCSal, Cristina Maria Macêdo de Alencar (Economia/UCSal e Assessora da SPPG), Elsa Kraychete (Economia/UCSal e Assessora da SPPG) e Pedro de Almeida Vasconcelos (Geografia / UCSal especialmente convidado como consultor do projeto).

Depois foram feitas várias reuniões envolvendo os professores Mauro Kleiman (IPPUR-UFRJ), Sylvio Bandeira de Mello e Silva (UFBA), Jorge Targui (ENG/UCSal), Angela Borges (S. SOCIAL/UCSal), Suely Mestrinho (SPPG/UCSal), Miriam de Fátima Carvalho Machado (ENG/UCSal), Marcos Jorge A. Santos (ENG/UCSal), Gabriel Kraychete (ITCP/UCSal) e Rosali Braga Fernandes (GEO/UCSal). Um pouco mais tarde, outros professores participaram das reuniões, como Wilson Gomes (UFBA, consultor), Barbara-Christine Nentwig Silva (UFBA), Iracema Reimão Silva (UFBA), e Maria Helena Matue Ochi Flexor (UFBA), esta última dando continuidade à pesquisa iniciada no Procad sobre a península de Itapagipe, em coordenação conjunta com o Prof. Hermes Magalhães Tavares (IPPUR/UFRJ).

Com base nessas referências históricas e em muitas reuniões, foi concebida a proposta do Mestrado Acadêmico,

[...] com o objetivo primordial de criar competências acadêmicas, em planejamento da cidade e da região, na perspectiva das condições de vida humana e de suas relações socioambientais. Nesse sentido, os seus estudos, de foco interdisciplinar, associam os fenômenos territoriais às questões sociais e ambientais, com especial ênfase nas formas de intervenção planejada no território. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012b, p. 2).

O Programa tem como área de concentração *Territorialização e Desenvolvimento Social* e é estruturado nas seguintes linhas de pesquisa: *Territorialidade e Planejamento Urbano e Regional* e *Territorialidade e Desenvolvimento Social*.

Como resultado, o Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, foi criado oficialmente pelo Ato do Magnífico Reitor da UCSal de n. 0295, de 14 de julho de 2004.

A coordenação dos trabalhos ficou, portanto, a cargo do Prof. Pedro de Almeida Vasconcelos, primeiro Coordenador do Programa, logo após a aprovação da proposta pela Capes, em maio de 2005. Em abril de 2006, a Coordenação passou a ser exercida pelo Prof. Sylvio Bandeira de Mello e Silva.

O APCN foi aprovado pela Capes, na área de Planejamento Urbano-Regional e Demografia, com nota 4, em reunião do Conselho Técnico Consultivo

(CTC) realizada nos dias 23 e 24 de maio de 2005. A nota 4 tem sido mantida em todas as avaliações trienais.

Logo após o início do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, a UCSal, na pessoa da Superintendente de Pesquisa e Pós-Graduação, Professora. Maria Julieta Mandarino Firpo Fontes, foi procurada por técnicos da Petrobras interessados na montagem de um Mestrado em Planejamento Ambiental, tendo em vista a ampla experiência internacional da universidade, desde a década de 1980, com a formação de especialistas em Planejamento e Administração de Recursos Ambientais pelo Curplan⁵ (Convênio Pan-Americano), seguido da formação de especialistas em Gestão Ambiental. Em várias reuniões, o projeto do novo mestrado foi discutido, especialmente pelos professores Cristina Maria Macêdo de Alencar e Sylvio Bandeira de Mello e Silva, que optaram pela modalidade de um mestrado profissional, considerando as demandas existentes na área ambiental. Também participaram das discussões os professores Juan Carlos Rossi Alva (BIO/UCSal), Miriam de Fátima Carvalho Machado (ENG/UCSal), Peter José Schweizer (Territorial/UCSal), Nelson Baltrusis (Territorial/UCSal) e Iracema Reimão Silva (Territorial/UCSal). O projeto do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental foi encaminhado à Capes em 29/9/2005 e aprovado em 12/7/2006. O Mestrado com área de concentração do *Planejamento Ambiental* está organizado em duas linhas de pesquisa, a saber: *Identificação e remediação de comprometimentos biológicos, físicos e químicos no planejamento ambiental com uso de tecnologias ambientais* e *Compreensão e atenuação de constrangimentos históricos, políticos, socioeconômicos e geográficos no planejamento ambiental*.

Com a recomendação do mestrado, buscou-se, reiteradas vezes, a formalização de parceria com a Petrobras, não tendo sido possível concluir um acordo, como previsto. Mesmo assim, o Mestrado foi implantado pela UCSal.

O desenvolvimento das atividades relacionadas com o ensino pós-graduado e com a pesquisa nas áreas do planejamento territorial, desenvol-

5 Curso realizado com várias edições pelo Cepex da UCSal em convênio com o Centro de Recursos Ambientais (CRA), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan), em programa conjunto com o Ibama, de acordo com as determinações constantes da Resolução n. 12/83 do Conselho Federal de Educação (CFE).

vimento social e planejamento ambiental na UCSal, com bons resultados, motivou o corpo docente, ampliado com a entrada de novos professores e o apoio da administração superior da Universidade, a pleitear, junto à Capes, a implantação de um Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Assim, o projeto do Doutorado foi elaborado com a participação de todo o corpo docente e encaminhado à Capes em 20/6/2012. Em 11/10/2013 foi aprovado pelo CTC/Capes, passando a ser o segundo Doutorado da Universidade Católica do Salvador.

RESULTADOS OBTIDOS E PERSPECTIVAS

O Programa realizou a primeira seleção para o Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social em março de 2005. A partir desse ano e até junho de 2014, 59 mestres se diplomaram, sendo 8 em 2007, 11 em 2008, 5 em 2009, 11 em 2010, 8 em 2011, 3 em 2012, 4 em 2013 e 9 em 2014.

O Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental teve início no segundo semestre de 2007, tendo formado, até 2014, 33 mestres, sendo 2 em 2009, 7 em 2010, 8 em 2011, 3 em 2012, 5 em 2013 e 8 em 2014. Assim, o número de mestres formados pelo Programa atinge o total de 92 até 2014.

No segundo semestre de 2013, foi selecionada a primeira turma do Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, com 10 alunos e, no primeiro semestre de 2014, a segunda turma, com 8 alunos. A partir do segundo semestre de 2016, o Programa espera formar seus primeiros doutores.

A formação de mestres e doutores em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social e em Planejamento Ambiental é retroalimentada com a realização de pesquisas pelo corpo de docentes/pesquisadores, todos em regime de 40 horas, resultando na publicação de livros e artigos no Brasil e no Exterior e na participação em eventos científicos nacionais e internacionais e ainda na integração a redes interinstitucionais de pesquisa em nível de excelência. A organização de eventos, como os seis Seminários Internacionais sobre Território e Desenvolvimento Social, merece destaque especial. O Programa, igualmente, realizou dois Cursos de Extensão em Problemáticas do Planejamento Ambiental no Século XXI e uma Jornada de Videoconferências sobre Planejamento Municipal e Planos Diretores, abrangendo todo o estado da Bahia.

O Programa também publicou um livro com trabalhos de alunos e discentes (SILVA, 2011), além de outros com trabalhos apresentados no VI Seminário Internacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Social: Alencar (2008), Flexor (2011) e Teixeira, Alencar e Carvalho (2013).

Outro livro acaba de ser publicado, como resultado de um projeto de pesquisa Pronex-Fapesb/CNPq sobre a Região Metropolitana de Salvador, sob a coordenação dos Professores Carvalho et al. (2014), dentre os quais Sylvio Bandeira de Mello e Silva, também coordenador do Programa. O projeto conta com a participação de professores/pesquisadores da UCSal (Programa Territorial e Programa Políticas Sociais e Cidadania) e da UFBA (Faculdade Arquitetura e Urbanismo e Centro de Recursos Humanos).

Outros livros e capítulos de livros foram também publicados individualmente por professores, alunos e ex-alunos do Programa.

O Quadro 20 mostra as contribuições de relevância social produzidas pelos professores do Programa em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Quadro 20 – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social: Produções Acadêmicas e Técnicas mais Relevantes

NOME DA PRODUÇÃO	AUTOR
Conjunto do Carmo de Cachoeira - BA	Maria Helena Matue Ochi Flexor
Past and current sediment dispersion pattern estimates through numerical modeling of wave climate: na example of the holocene delta of the Doce River, Espirito Santo, Brazil	Iracema Reimão Silva
Planning and segregation	Pedro de Almeida Vasconcelos
Slums and Gated communities in the RMSP: the metropolitan socioterritorial dissimilarity	Nelson Baltrusis
Políticas territoriais de integração e fortalecimento dos centros urbanos do Estado da Bahia / Brasil	Sylvio C. B. de Mello e Silva; Antonio Angelo Martins da Fonseca
A antiga indústria da Península de Itapagipe: possibilidades de sua reconversão – Cia Empório Industrial do Norte e Fratelli Vita	Maria Helena Matue Ochi Flexor
Elaboração do mapa de Zonas de Desenvolvimento da RMS através de modelagem cartográfica	Silvana Sá de Carvalho

(Continua)

NOME DA PRODUÇÃO	AUTOR
Ricos e pobres, cada qual em seu lugar? A desigualdade sócio-espacial da metrópole paulistana	Nelson Baltrusis
Questões metodológicas na geografia urbana histórica	Pedro de Almeida Vasconcelos
A produção do espaço público no projeto urbano Eixo Tamanduatehy	Aparecida Netto Teixeira
Ruralidade metropolitana na dinâmica territorial local	Cristina Maria Macêdo de Alencar
Transformações do modo de morar nas metrópoles contemporâneas: novos discursos, velhos problemas	Nelson Baltrusis
Los agentes económicos Salvador de Bahia (Brasil) de 1549 a 1993	Pedro de Almeida Vasconcelos
Evolução recente e características do sistema de cidade brasileira: uma análise tamanho-hierarquia	Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva, Barbara-Christine Nentwig Silva, Maina Pirajá Silva
Mobilidade urbana em Salvador: da cadeira de arruar ao interminável metrô	Edvete Andrade Matos e Silvana Sá de Carvalho
História da pesquisa e desenvolvimento P&D na Bahia: vicissitudes e conquistas	Amílcar Baiardi
Uma década de UCSal em Itapagipe: universidade e sociedade no processo de desenvolvimento local	Cristina Maria Macêdo de Alencar, Rita Amalia da Silva Carreiro e Maria Julieta Mandarino Firpo Fontes
Dois séculos de pensamento sobre a cidade	Pedro de Almeida Vasconcelos
Caderno Metrôpole	Nelson Baltrusis
Capacidade de carga social das praias dos municípios de Camaçari, Mata de São João e Entre Rios – BA/BR	Cristina M. M. de Alencar, Iracema Reimão Silva, Abílio C. da S. Bittencourt
Catálogo <i>webgeo</i> do patrimônio arquitetônico da Bahia	Maria H. M. Ochi Flexor, Vítor B. P. Miranda Santos
Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades	Pedro de Almeida Vasconcelos
Desafios contemporâneos de dinâmicas territoriais e socioambientais	Cristina M. M. de Alencar, Aparecida N. Teixeira, Silvana S. de Carvalho (Org.)
Espacialização das ocorrências da companhia de polícia de proteção animal COPPA, através do uso de geotecnologias	Silvana S. de Carvalho, Arnaldo Bispo de Jesus Nelson Baltrusis

(Continua)

NOME DA PRODUÇÃO	AUTOR
Política Nacional de Habitação Hoje: produção de mercado com recursos do SBPE como ação dominante	Pedro de Almeida Vasconcelos
Salvador: transformações e permanências (1549-1999)	Aparecida N. Teixeira, Sylvio C.B. de M. e Silva
Seminário Questões contemporâneas- planejamento urbano em Salvador e a relação Estado-Sociedade	Sylvio C.B. de M. e Silva, Barbara-Christine M. N. Silva, Maina P. Silva
A RMS na rede urbana brasileira e sua configuração interna	Angela Maria Gordilho Souza
A residência em arquitetura, urbanismo e engenharia da UFBA	Amílcar Baiardi, Cristina Maria Macêdo de Alencar
Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva, e sua capacidade de sobreviver e se consolidar no Brasil	Silvio C. B. de Mello e Silva
Cidade, territórios, turismo e desenvolvimento socioambiental	Laila Nazem Mourad, Glória Cecília dos Santos, Nelson Baltrusis
Gentrificação no bairro 2 de Julho em Salvador: modos, formas e conteúdos	Nelson Baltrusis
Patrimônio Histórico-Cultural: monetarização e gentrificação no bairro Dois de Julho	Laila Nazem Mourad
Scenarios of future Salvador: three ways toward new urban activism: new Shanghai	Débora Carol Luz da Porciúncula
Tensões territoriais no uso da água: o caso do município de Dias D'Ávila – RMS - Bahia	Cristina Maria Macêdo de Alencar

Fonte: Elaborado com base no Relatório CAPES de 2007 a 2014 (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2015).

O Quadro 21 mostra as dissertações publicadas pela Biblioteca *on-line* das Universidade Católica do Salvador produzidas por alunos do Programa em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Quadro 21 – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social: Autor, Orientador e Título da Dissertação Apresentada pelos Alunos da UCSal

NOME DO AUTOR	ORIENTADOR	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO
Dayse Cristiane Seabra Brandão	Prof. André Portella	Adoção da auditoria ambiental compulsória no Estado da Bahia: análise jurídica e diretriz necessárias para incorporação do instrumento de política pública ambiental
Edvete Andrade Matos	Profa. Silvana Sá de Carvalho	Mobilidade da orla Atlântica de Salvador: qualidade do transporte público e capacidade viária da Avenida Otávio Mangabeira
Elizabeth de Souza Soares	Profa. Cristina Alencar	Condições de trabalho e risco de adoecimento por agrotóxico: trabalhadores rurais na CEPLAC
Velmani dos Santos Oliveira	Profa. Aparecida Netto Teixeira	A implantação de loteamentos irregulares e as transformações socioespaciais em Cruz das Almas (BA) (1990-2012): um estudo dos Loteamentos Fazenda Miradouro e Bela Vista
Lindomar Luis de Souza Paixão	Profa. Barbara-Christine Marie Nentwig	As Ilhas de Bom Jesus dos Passos, dos Frades e Mare – Pequenos Territórios Insulares de Salvador
Luis Henrique Couto Paixão	Profa. Cristina Maria Macedo de Alencar	Atividade Pesqueiras no Mundo Rural Contemporâneo do Município de Cairu/Ba
Aliger dos Santos Pereira	Profa. Barbara-Christine Marie Nentwig Silva	Loterias: uma Parceria Público-Privada no Território de Salvador
Edmilson Peralva Pereira	Profa. Maria Helena M. Ochi Flexor	Impacto do PROUNI nos Alunos Egressos do Centro Universitário Estácio/FIB Salvador-BA
Marcia Maria Carvalho Britto Pimentel	Profa. Maria Helena M. Ochi Flexor	A Territorialidade e a Dimensão Participativa na Ciberdemocracia
Josemare Pereiras dos Santos Pinheiro	Profa. Barbara-Christine Marie Nentwig	A Territorialização do Desenvolvimento a partir do Turismo
Debora Carol Luz da Porciuncula	Profa. Cristina Maria Macedo de Alencar	Tensões Territoriais no Uso da Água em Dias D'Ávila - Bahia

(Continua)

NOME DO AUTOR	ORIENTADOR	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO
Marcos Baruch Portela	Prof. Nelson Baltrusis	Carmo e Santo Antônio Além do Carmo
Lia Passos Marques Porto	Prof. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva	Turismo e Território no Município de Entre Rios
Anderson dos Santos Rodrigues	Profa. Barbara-Christine Marie Nentwig	Arranjo Produtivo Local da Banana no Município de Wenceslau Guimarães
Jaciara de Santana	Prof. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva	São Francisco do Conde e o Enigma da Riqueza e Pobreza no Recôncavo Baiano
Edith Lemos Ornellas dos Santos	Prof. Amilcar Baiardi	Propensão a Cooperação na Avicultura Integrada de Cachoeira - BAHIA
Felix Souza Santos	Profa. Maria Helena M. Ochi Flexor	Crise Agrícola no Recôncavo Baiano (1890-1910)
Ueliton Lemos dos Santos	Prof. Pedro de Almeida Vasconcelos	Território, Identidade e Desenvolvimento Social
Rosana Cruz Marques da Silva	Profa. Maria Helena M. Ochi Flexor	Salvador Redesenhada pelo Desenvolvimento
Teirone Campos Silva	Profa. Cristina Maria Macedo de Alencar	Educação Física em Escolas Públicas Estaduais do Município de Feira de Santana-BA
Thiago Guimarães Siqueira	Profa. Iracema Reimão Silva	Agenda 21 Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável: uma Análise dos Processos de Desenvolvimento Local das Comunidades de Boipeba e São Sebastião – Município de Cairu, Bahia
Marcos Vicente Ribeiro Soares	Profa. Maria Helena M. Ochi Flexor	Responsabilidade Social e a Comunidade em Rede
Maria Marineide de Sousa	Profa. Maria Helena M. Ochi Flexor	Arranjo Produtivo Local de Confeções da Rua do Uruguai/ Itapagé
Vanuza Silva Souza	Profa. Cristina Maria Macedo de Alencar	Agricultura Familiar e Políticas Públicas

(Continua)

NOME DO AUTOR	ORIENTADOR	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO
Daniela Rocha Teixeira	Prof. André Alves Portella	O Impacto do Regime Próprio de Previdência Social no Desenvolvimento Local e o Respectivo Fortalecimento da Autonomia Municipal
Humberto Gustavo Drummond da Silva Teixeira	Prof. Pedro de Almeida Vasconcelos	O Planejamento Urbano e a Efetividade dos Direitos a Cidade no Bairro do Calabar – Salvador/BA
Paulo Rosa Torres	Profa. Cristina Maria Macedo de Alencar	Terra e Territorialidade das Áreas de Fundos de Pastos no Semiárido Baiano 1980-2011
Raimundo Pinheiro Venancio Filho	Profa. Maria Helena M. Ochi Flexor	O Sagrado e o Profano no Sertão da Bahia
Lucas da Silva Almeida	Profa. Barbara-Christine Marie Nentwig	A Faculdade Maria Milza na Dinâmica Sócio-Territorial dos Municípios de Cruz das Almas e Governador Mangabeira - BA
Antonio Marcello Ricci de Araujo	Prof. Pedro de Almeida Vasconcelos	O Crescimento de Feira de Santana e o Papel do Parque da Cidade nas Transformações dos Bairros do seu Entorno
Cristina Filgueiras de Araujo	Profa. Aparecida Netto Teixeira	Paralela XXI: A Expansão Urbana no Vetor da Avenida Luís Viana Filho Salvador/BA -1969 a 2013
Michelle Conceição Marcelino de Azevedo	Prof. Nelson Baltrusis	Planejamento Urbano de Salvador
Maria Aura Seixas Pamponet	Profa. Barbara-Christine Marie Nentwig	Uma Análise da Agricultura Familiar no Semi-Árido da Bahia: o Cultivo do Abacaxi no Município de Itaberaba
Thomaz Borges Araripe Barbosa	Profa. Cristina Maria Macedo de Alencar	Territórios Rurais: “Gestão Social” do Desenvolvimento Sustentável no Velho Chico
Francisco Lacerda Brito	Prof. Pedro de Almeida Vasconcelos	Direito à Calçada: O Espaço e o Pedestre na Cidade de Salvador-BA
Grazia Burman	Profa. Angela Maria Carvalho Borges	Análise Comparada dos Programas de Formação Profissional Rural no Baixo Sul da Bahia

(Continua)

NOME DO AUTOR	ORIENTADOR	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO
Maria de Fatima Cardoso	Profa. Iracema Reimão Silva	Fomento ao Desenvolvimento Social em Áreas Urbanas: o Caso do Programa Ribeira Azul em Salvador
Carina Moreira Cezimbra	Profa. Cristina Maria Macedo de Alencar	Difusão Tecnológica no Território Acauã-PI
Cecilia Almerinda Machado da Silva Dultra	Profa. Elsa Sousa Kraychete	O Desalinho entre o Direito de Posse e o Direito de Propriedade
Gabriella Almeida de Faria	Prof. Juan Carlos Rossi	Natureza, Apropriação e Resistência. Contradição na Dinâmica de Ocupação Territorial da Zona Litorânea de Mata de São João – Bahia
Nilton Jose Costa Ferreira	Prof. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva	ANOMIA: a Contribuição da Ingerência Política
Jose Antonio de Oliveiras Fonseca	Profa. Barbara-Christine Marie Nentwig	A Territorialidade da Cultura do Fumo em Cruz das Almas - BA
Rosana Decat Franca	Prof. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva	O Turismo Histórico-Cultural como Estratégia de Sustentabilidade para a Cidade de Cairu - BA
Maria Luiza Cardoso Freire	Prof. Pedro de Almeida Vasconcelos	Da Favela ao Bairro: Limites Visíveis da Exclusão na Área do Costa Azul – Salvador
Letícia Pedreira Diniz Gonçalves	Profa. Barbara Christine Marie Nentwig	Construindo o “ <i>Design Sócio-Territorial</i> ”: uma Ferramenta de Transformação
Ernesto Pablo das Mata Machado Lara Jardim	Profa. Maria Helena M. Ochi Flexor	Os Impactos da Atividade Turística: “O Buraco do Cachorro” Morro de São Paulo – Bahia
Roberto Luiz de Cerqueira Lima	Profa. Barbara Christine Marie Nentwig	Educação Superior em Feira de Santana – Bahia como Fator de Desenvolvimento Regional
Alina Mendes de Farias Lins	Profa. Katia Siqueira de Freitas	Políticas Públicas para Inclusão de Crianças com Síndrome de Down no Ensino Regular
Antonio Carlos Silva Magalhães	Prof. Pedro de Almeida Vasconcelos	Análise da Segurança da População do Entorno da Av. Paralela, em Salvador: o Exemplo do Bairro Mussurunga e do Bairro da Paz

(Continua)

NOME DO AUTOR	ORIENTADOR	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO
Nivia Martins Menezes Menezes	Profa. Maria Helena M. Ochi Flexor	Efeitos do Programa Bolsa Família Sobre os seus Beneficiários: Estudo de Caso em Salinas da Margarida/BA
Sival Antonio Souza	Profa. Aparecida Netto Teixeira	A Implementação dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) nos Municípios Baianos: o Caso de Camacã/BA
Maria Jocelia Souza Muritiba	Profa. Cristina Maria Macedo de Alencar	Luta pela Terra, Reforma Agrária e Territorialização: Produção de Espaços para Trabalho e Vida, Itaetê/Bahia 1997-2007
Khalil Augusto Botelho Nogueira	Prof. Nelson Baltrusis	Análise do Processo de Favelização na Cidade de Itabuna e suas Implicações na Qualidade de Vida e nas Relações Sociais: o Caso do Bairro Bananeiras de 1980 a 2018
Cristiane dos Reis de Oliveira	Profa. Elsa Sousa Kraychete	Gestão em Organizações não Governamentais: um Estudo da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia
Denise Pimenta da Silva Oliveira	Prof. Amilcar Baiardi	Geração de Conhecimento em Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa: Impactos na Dinâmica Socioterritorial de Cruz das Almas – BA
Marcus Fabrício Gonçalves Oliveira	Prof. Amilcar Baiardi	Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários: o Caso da Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira – COOFE, BAHIA

Fonte: Elaborado com base em dados extraídos da Biblioteca *on-line* da UCSal.

No que tange ao Mestrado em Planejamento Ambiental, o Quadro 22 apresenta as dissertações publicadas pela Biblioteca *on-line* da UCSal ao longo do funcionamento do curso, desde sua implantação até o ano de 2014.

Quadro 22 – Programa de Mestrado em Planejamento Ambiental: Autor, Orientador e Título de Dissertações Apresentadas pelos alunos da UCSal

NOME DO AUTOR	ORIENTADOR	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO
Solange Palmeira da Silva	Profa. Silvana Sá de Carvalho	A Análise da Atuação do Ministério Público Federal/BA na Avenida Paralela/Salvador
Renata Segovia Sommer	Prof. Juan Carlos Rossi	Qualidade da Água em Sub-Bacia Hidrográfica Urbana
Edilmar Ribeiro Sousa	Prof. Juan Carlos Rossi	Resíduos Sólidos na Construção Civil
Valdecy Silva Souza	Prof. Silvana Sá de Carvalho	Análise de Poder e Estratégias de Stakeholders
Josefa Dellma da Trindade	Prof. Juan Carlos Rossi	Políticas Empresariais Privadas de Responsabilidade Socioambiental: Estudo de Casos
Rubens Sergio dos Santos Vaz Junior	Prof. André Portella	Responsabilidade Civil do Estado pela Ausência de Inclusão de Critérios de Preservação Ambiental no Procedimento de Licitação Pública
Frederico Augusto Di Trindade Amado	Prof. André Portella	Critérios Definidores da Competência Administrativa no Processo de Licenciamento Ambiental
Marcelo Barroso Barreto	Profa. Cristina Maria Macedo de Alencar	Conhecimento Científico e Experiência Cultural Frente ao Agir do Sujeito no Meio Ambiente
Wadih Habib Bomfim	Prof. André Portella	Vítimas da Contaminação por Chumbo e a Luta pelo Direito: o caso do Município de Santo Amaro na Bahia
Otavio Campos Neto	Profa. Miriam de Fatima Carvalho	Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos
Carla Andrade Carreira	Prof. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva	A Urbanização da Leishmaniose Visceral Associada à Ocupação Desordenada em Ecossistemas Costeiros no Distrito de Monte Gordo/ Camaçari-Bahia
Ivone Maria de Carvalho	Profa. Cristina Maria Macedo de Alencar	Área de Proteção Ambiental como Instrumento de Gestão Ambiental: Estudo de Caso da APA Joanes / Ipitanga

(Continua)

NOME DO AUTOR	ORIENTADOR	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO
Jano Orlando Fontes de Carvalho	Prof. Jorge Luis Tarqui	Otimização do Uso de Água em uma Unidade de TDI no Polo Petroquímico de Camaçari – Bahia
Paulo Roberto de Oliveira Cerqueira	Profa. Iracema Reimão Silva	Proteção e Limpeza de Ambientes Costeiros da Ilha de Boipeba Contaminados por Petróleo: o Uso Alternativo da Fibra de Coco como Barreiras e Sorventes Naturais
Leandro Alves Coelho	Prof. André Portella	ICMS Ecológico um Instrumento Jurídico Aplicável à Gestão Municipal Sustentável: o Caso de Itabuna, Ilhéus e Itacaré
Antonio Tadeu Neves Dorea	Profa. Cristina Maria Macedo de Alencar	Agricultura Familiar e Sustentabilidade em Mutuipe – BA: Estudo Propositivo sobre Planejamento Agroecológico de Produção Agrícola em Comunidade Rural
Víctor Magalhães Duarte	Prof. Juan Carlos Rossi	Qualidade da Água Potável Consumida na Cidade do Salvador – Bahia
Anizaura Dos Santos Fontes	Profa. Silvana Sa de Carvalho	Projeto de um Consórcio Intermunicipal para tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos
Carlos Alberto De Moraes Franca	Prof. Juan Carlos Rossi	Percepção Ambiental da Comunidade do Distrito de Nagé, no Município de Maragogipe, Bahia, sobre o Rio Paraguaçu
Manuel Vitor Portugal Gonçalves	Profa. Iracema Reimão Silva	Análise de Plantas de Manguê como Bioindicadoras da Qualidade Ambiental nas Ilhas de Tinharé e Boipeba, Município de Cairu, Bahia, Brasil
Isabel Cristina Alves Marinho	Prof. Amílcar Baiardi	Educação Ambiental na Escola Pública
Aide Batista Neves	Prof. Juan Carlos Rossi	Tutela Jurídica do Parque Pituauçu como Remanescente de Mata Atlântica, em Área Urbana, no Município de Salvador – Ba
Valdeane dos Santos Oliveira	Prof. Nelson Baltrusis	O Plano Diretor do Município de São Filipe e a Questão Ambiental: uma Análise 2001-2012

(Continua)

NOME DO AUTOR	ORIENTADOR	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO
Viviane Lafene Hughes Oliveira	Profa. Aparecida Netto Teixeira	Agenda 21 Local de Itaparica: Possibilidades e Limites de sua Aplicabilidade
Marcia Guimarães Pinto	Prof. Juan Carlos Rossi	Educação Ambiental no Contexto de Medidas Mitigadoras e Compensatórias no Licenciamento Ambiental da Construção Civil no Município de Salvador-BA
Paulo Marcio Santos de Queiroz	Prof. Amilcar Baiardi	Cordel: um Instrumento para a Educação Ambiental
Antonio Carlos Souza Ramos	Prof. Junia K. Guimarães	Perspectiva de Acidente Químico Ampliado: o Caso de Madre de Deus – BA
Calos Jose Reis	Prof. Jorge Luis Zegarra Tarqui	Atuação dos Subcomitês da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas na Gestão dos Recursos Hídricos
Emerson Santos Ribeiro	Prof. Juan Carlos Rossi	Análise da Qualidade da Água no Rio Catu da Bacia Hidrográfica do Rio Pojuca- Bahia
Jeisa Crusoe Rocha	Profa. Cristina Maria Macedo de Alencar	A APA como Instrumento para Conservação da Atividade Pesqueira Artesanal da Ilha de Boipeba
Guiomar Alexandra de Sa Santiago	Prof. Juan Carlos Rossi	Técnicas de Biorremediação e o Envolvimento da Comunidade de Mataripe, São Francisco do Conde – Bahia, em Processos de Recuperação de Manguezais Impactados por Petróleo
Pedro Romildo Pereira dos Santos	Prof. André Alves Portella	Experiências de Municípios que Implantaram Políticas e Planos Municipais de Saneamento Básico com uma Metodologia Participativa e com Gestão Pública
Pollianna Ferro Santos	Prof. Juan Carlos Rossi	Impactos Ambientais na Biota na Construção de Usinas Hidrelétricas – UHE: o Caso do Rio São Francisco
Marcelo Almeida Senhorinho	Prof. Juan Carlos Rossi	Políticas Públicas Voltadas à Produção do Biodiesel na Região do Baixo Sul do Estado da Bahia
Lea Maria Botelho Almeida da Silva	Prof. Amilcar Baiardi	Facebook e Twitter: Prismas Ambientais

Fonte: Elaborado com base em dados extraídos da Biblioteca *on-line* da UCSal.

As atividades de ensino e pesquisa e também a produção científica dos professores e alunos asseguraram as sucessivas e boas avaliações feitas pela Capes (nota 4 para o Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social e 3 para o Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental), além da aprovação do projeto de Doutorado com a nota 4. Em dez anos de funcionamento, o Programa foi visitado cinco vezes por consultores da Capes ora por recomendação do comitê em avaliações anuais, ora por decorrência de diligências relativas APCN submetidos.

As perspectivas para o Programa, com o apoio da Universidade, são bastante favoráveis. A meta para os próximos anos é atingir a nota 5 para a pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (Mestrado e Doutorado) e a nota 4 para o Mestrado em Planejamento Ambiental.

Para tanto, dentre outras medidas, está em vias de efetivação a ampliação da inserção nacional e internacional do Programa, por meio de convênios de cooperação interinstitucional, a potencialização na utilização compartilhada da infraestrutura de pesquisa, gerando melhor utilização dos laboratórios, bem como a ampliação dessa infraestrutura com apoio financeiro da Finep, ambas as iniciativas desenvolvidas pela Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação da UCSal. Em breve serão discutidas questões relacionadas com o possível desmembramento da área ambiental, visando a criação de um Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente, com a incorporação de novos docentes/pesquisadores.

Também deverão ser implementadas ações para a montagem de um dinâmico *site* e de uma revista eletrônica do Programa.

Finalmente, o Colegiado do Programa retoma as discussões, visando a implantação do Instituto da Cidade e do Território com o objetivo de dinamizar ainda mais as atividades de pesquisa, ensino e extensão no meio urbano/metropolitano, envolvendo o território, a sociedade, o ambiente e o planejamento, em diferentes escalas e setores.

Com todos esses desafios, o Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pretende tornar-se cada vez mais eficiente e útil, contribuindo positivamente para o pleno desenvolvimento da Universidade Católica do Salvador, da Bahia e do Brasil.

CAPÍTULO 7

Programa de pós-graduação em políticas sociais e cidadania: mestrado e doutorado

Ângela Maria Carvalho Borges

Inaiá Maria Moreira de Carvalho

Katia Siqueira de Freitas

Mary Garcia Castro

INTRODUÇÃO

O Programa completou 10 anos em 2016. Teve o seu início com a aprovação do Mestrado, em 2005, quando a UCSal, atendendo a uma demanda da ESS, submeteu à Capes uma proposta de curso interdisciplinar, na área do Serviço Social, na temática das políticas sociais. Essa escolha estava em sintonia com o interesse da UCSal em criar uma pós-graduação *stricto sensu* de caráter interdisciplinar, capaz de atender às demandas de docentes e discentes de vários cursos da graduação, em especial na área das Ciências Sociais e Humanas, em interface com outras áreas nas quais a UCSal tinha experiência acumulada na graduação e na pós-graduação *lato sensu*, a exemplo da área de saúde.

A construção da proposta consolidada no APCN da Capes resultou de um esforço coletivo que envolveu: professores da Escola de Serviço Social da UCSal (Angela Maria Carvalho Borges, Cristiana Mercuri de Almeida Bastos, Márcia Macedo e Maria do Socorro Paim de Figueiredo, diretora da Escola); quadros destacados da área do Serviço Social que prestaram consultoria à equipe e/ou dispuseram-se a integrar, como colaboradores, o quadro docente. Destaque-se, especialmente, as Professoras Doutoras Marilda Yamamoto, Carmelita Yazbek, Inês Bravo, Ivanete Boschetti e Elaine Behring; pesquisadoras *seniors* aposentadas da UFBA, com amplo reconhecimento nas respectivas comunidades científicas, que foram contratadas pela UCSal para compor o primeiro quadro de docentes permanentes do curso – as Professoras Doutoras Inaiá Maria Moreira de Carvalho e Katia Siqueira de Freitas; e duas docentes que já integravam o quadro da UCSal – as Professoras Doutoras Mary Garcia Castro, nome de destaque nas Ciências Sociais, que já integrava o quadro docente do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea; e, finalmente, o Professor Wilson Gomes, com larga experiência na avaliação de cursos de pós-graduação brasileira, que aportou relevante contribuição para a formação do APCN e definição do perfil dos professores, além da Professora Elsa Kraychete, que, como assessora da Superintendência de Pós-Graduação e Pesquisa, acompanhou o processo de construção da proposta.

A implantação efetiva do curso deu-se em 10 março de 2006, no turno matutino, com a Aula Inaugural proferida pela Professora Doutora Maria Carmelita Yazbek, sobre o tema “Estado do Bem-Estar Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo”.

OBJETO, OBJETIVOS, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

O objeto de estudo e a formação do curso estão assim inscritos no documento do APCN de 2005:

[...] são as políticas sociais, entendidas a um só tempo como respostas às manifestações da questão social, cuja gênese se encontra nas contradições da relação capital/trabalho, e como resulta-

do de formas históricas de consenso político que se materializam no sistema de proteção social. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2005c, p. 1).

Esse campo temático tem como principais objetivos a produção de um conhecimento novo, crítico e socialmente relevante sobre políticas sociais e cidadania, bem como a formação de pesquisadores, docentes e profissionais qualificados nas temáticas do curso.

As atividades do curso de Mestrado foram nucleadas em uma Área de Concentração – Política Social, Trabalho e Cidadania – e em duas Linhas de Pesquisa: “Estado, Sociedade e Políticas Sociais”, voltada para as pesquisas e estudos com foco na “[...] relação Estado/Sociedade, na formulação, gestão e avaliação das políticas sociais e no fortalecimento da cidadania brasileira” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2005c, p. 1); e “Trabalho, Questão Social e Cidadania” voltada para o estudo e as pesquisas que buscam compreender as transformações no capitalismo contemporâneo, com ênfase no trabalho, analisando como tais mudanças repercutem sobre a questão social nas suas múltiplas dimensões e, ao fazê-lo, reconfiguram as possibilidades de exercício da cidadania nos planos global, nacional e regional.

CORPO DOCENTE PERMANENTE

O primeiro quadro de docentes permanentes contou, inicialmente, apenas com sete pesquisadoras, todo ele feminino, diga-se, composto das Professoras Doutoradas Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Katia Siqueira de Freitas, Mary Garcia Castro e Angela Maria Carvalho Borges. Esta última assumiu a coordenação do curso. Esse quadro foi completado com a contratação de doutoras na área do Serviço Social e de uma jovem doutora em urbanismo, as quais, por motivos diversos, foram sendo sucessivamente substituídas. A composição do quadro combinou, portanto, profissionais em vários estágios da carreira e com distintas formações disciplinares, muitos dos quais com ampla inserção e reconhecimento no âmbito acadêmico e com inserção social, o que assegurou o desenvolvimento das linhas de pesquisa, resultando em uma variada oferta de disciplinas, numerosas pesquisas e em uma rica produção bibliográfica e técnica.

As principais marcas do corpo docente permanente originário foram o seu elevado grau de comprometimento com o curso, a sua disposição para o trabalho coletivo e a adesão a uma proposta voltada para a construção de um conhecimento comprometido com a transformação da sociedade para enfrentar as múltiplas exclusões e desigualdades que atravessam a sociedade brasileira, do fortalecimento da cidadania e da ampliação do acesso aos direitos universais e aos novos direitos. Este quadro docente inicial foi sendo gradualmente ajustado, com movimentos de saídas de professores em início de carreira atraídos pelos concursos nas IES públicas, a exemplo das Professoras Doutoras Isabela de Matos Pinto e Denise Vitale, e com a sucessiva e concomitante incorporação de novos docentes com base em Editais Públicos de abrangência nacional, tanto para a ampliação do quadro como para assegurar os 30% de Assistentes Sociais, uma exigência da área do Serviço Social. No curso desse processo, a partir de 2008, o Curso agregou ao seu quadro, por alguns anos, as Professoras Doutoras Márcia Tavares, Josimara Delgado, Solange Cristo e Mari Bortoli (Assistentes Sociais) e a Professora Doutora Anete Leal Ivo, um quadro destacado nacional e internacionalmente no campo das Ciências Sociais e, especificamente, nas temáticas centrais do curso. Além disso, passou a compartilhar com o PPG de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social o Professor Doutor em Direito André Portela.

Apresentando indicadores positivos em todos os quesitos da ficha de avaliação na área do Serviço Social, o Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania alcançou a nota 4 logo na sua primeira avaliação trienal. Este resultado coincidiu com a realização do III Seminário em Políticas Sociais e Cidadania, evento internacional realizado pelo curso (e que será comentado a seguir), o qual reafirmou e publicizou a consolidação e o reconhecimento do curso, de uma perspectiva da internacionalização dos resultados de pesquisa e formação, tendo como desdobramento natural a criação do Doutorado.

No entanto, a saída dos Assistentes Sociais aprovados em concursos da UFBA e a passagem da Professora Anete Ivo a Professor Colaborador, de forma a conciliar com outras demandas acadêmicas externas, reduziu o quadro de docentes permanentes do curso, levando o Colegiado a concentrar esforços na garantia das orientações, da oferta de disciplinas e do patamar de produção docente já alcançado, adiando o projeto do Doutorado até que a recomposição do quadro se concretizasse.

A consolidação do corpo docente aconteceu em 2012, quando o curso passou a contar com quatro novos docentes, que ampliaram a diversidade de formações disciplinares, com a contratação de pesquisadores *seniors* na área de Saúde (Professores Doutores Ana Pitta e Michel Perreault); da Professora Doutora Márcia Calazans, com experiência acumulada nas temáticas da segurança e violência, e do Professor Doutor Dirley Cunha Junior, da área do Direito.

Com um quadro de 12 professores, dentre os quais muitos com larga experiência de pesquisa e orientação de doutorado, a UCSal submeteu à Capes, ainda na área do Serviço Social, uma proposta de Doutorado. Apesar de reconhecer a consolidação do curso, que obteve boa avaliação em quase todos os quesitos da ficha de avaliação, a área não aprovou a abertura do curso, por considerar que o quadro docente, com número reduzido de Assistentes Sociais, todas recém-doutoras, não apresentava o perfil desejado para a formação pós-graduada em Serviço Social. A dificuldade de atender esta exigência, resultante da escassez de doutores com esta formação e perfil adequado à pós-graduação, acabou por inviabilizar a permanência do Mestrado na área de Serviço Social, desde a avaliação trienal de 2012 – quando foi mantida a nota 4 –, levando à sua transferência, em 2014, para a área Interdisciplinar, considerada pelo Colegiado do curso e pela Superintendência como a que mais correspondia ao perfil do Curso, tal como ele se consolidou. Essa reorientação da UCSal foi acertada e viabilizou, finalmente, a criação do curso de Doutorado.

CORPO DISCENTE

Desde a sua primeira seleção, o Mestrado atraiu candidatos originários de diversas áreas do conhecimento, com predominância dos graduados na área do Direito – sempre mais de 50% dos candidatos e dos aprovados –, Pedagogia, Economia, Serviço Social, Administração de Empresas, Fisioterapia, Enfermagem, Psicologia, Filosofia, Comunicação Social, Letras, Geografia, História, Ciências Sociais, Educação Física e Ciências Biológicas.

Quase todos os alunos trabalham/ensinam em áreas afins com a área de concentração e com as linhas de pesquisa do Mestrado. Em sua maioria, são docentes do ensino superior (inclusive coordenadores de cursos de gradua-

ção); docentes do ensino médio e do básico; funcionários públicos (muitos em carreiras típicas, como auditores, procuradores e defensores públicos), empregados de empresas estatais e profissionais vinculados a ONGs. Os bacharéis em Direito, em particular, são auditores, juízes e professores interessados na temática dos direitos humanos e da cidadania, numa abordagem multidisciplinar e crítica, diversa do enfoque predominantemente dogmático da sua área de origem.

A vivência do corpo discente como profissionais vinculados às políticas sociais constitui-se um elemento facilitador do curso, servindo não só de motivador para o estudo e apreensão dos conteúdos ministrados, como de insumo ao desenvolvimento da pesquisa, na medida em que agrega contribuições do saber profissional para o âmbito da reflexão científica e da prática acadêmica. Na avaliação dos próprios alunos, o curso vem capacitando-os a um desempenho mais qualificado e crítico na área do ensino, da pesquisa ou do trabalho profissional, na esfera das políticas sociais, em universidades, instituições públicas e organizações do terceiro setor.

Apesar de se tratar de um curso pago, e com reduzida oferta de bolsas, do ponto de vista quantitativo, o número de candidatos é crescente, assegurando sempre o preenchimento das vagas ofertadas com alunos de formação adequada e efetiva vocação para a pesquisa e o ensino, consolidando a interface do curso com a sociedade regional. Assim, ofertando anualmente 20 vagas (10 em 2008), o curso recebeu, entre 2006 e 2014, 399 candidatos a Aluno Regular, além de acolher, semestralmente, um expressivo número de interessados em cursar disciplinas optativas como Aluno Especial.

Observe-se, finalmente, que o PPG vem atraindo candidatos do interior da Bahia, de Sergipe e de Alagoas, confirmando a sua consolidação e a sua repercussão positiva no tocante à formação de quadros qualificados na área das políticas sociais e cidadania e, ainda, a efetividade da sua inserção social.

A PESQUISA NO PPG

Desde o início do funcionamento do Mestrado, a pesquisa organiza-se em Grupos de Pesquisa liderados pelos Docentes Permanentes, aos quais se integram os seus orientandos de pós-graduação e de graduação e, em alguns casos, pesquisadores externos ao programa. Quatro desses Grupos já são con-

solidados e constituíram-se quando da instalação do Mestrado; os demais foram sendo criados a partir de 2006, quando novos docentes foram incorporados ao quadro permanente. Todos eles são certificados pela instituição e estão registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ. Em 2014, eram os seguintes os Grupos de pesquisa ativos no PPG, por ordem de criação:

2000 - *Núcleo de Estudos do Trabalho/NET*, ao qual estão vinculados três docentes do Programa e um pesquisador sênior da graduação (atualmente doutorando), além de mestrandos e alunos da iniciação científica. Seus pesquisadores estão voltados para a produção de conhecimento sobre aspectos socialmente relevantes da realidade regional que se articulam com as temáticas do trabalho, do desenvolvimento e das desigualdades.

Angela Borges, desde 2000, desenvolve suas pesquisas na linha Trabalho e Vulnerabilidades, no âmbito da qual já foram concluídos diversos projetos e dissertações de mestrado, a maioria deles discutindo aspectos e dimensões das transformações no mercado de trabalho, nas condições e relações de trabalho, em especial o processo de precarização. Atualmente, o grupo alberga também projetos sobre Mercados de trabalho metropolitanos, Vulnerabilidades e Desigualdades – parte significativa deles apoiados pelo PRO-NEX-UCSal/UFBA e o Observatório das Metrôpoles.

As pesquisas de Inaiá Carvalho inserem-se na linha Desenvolvimento Urbano, Trabalho e Vulnerabilidade Socioespacial, nas quais discute a trajetória e as transformações recentes das grandes metrôpoles, tendo como foco empírico a região metropolitana de Salvador. Integrando o INCT/Observatório das Metrôpoles¹, seus estudos analisam as condições sócio-ocupacionais desses centros e os fatores que contribuem para ampliar a vulnerabilidade de amplos segmentos da sua população, a exemplo do processo de segregação socioespacial.

1 O Observatório das Metrôpoles constitui “[...] um grupo que funciona como um *instituto virtual*, reunindo hoje 159 pesquisadores (dos quais 97 principais) e 59 instituições dos campos universitário (programas de pós-graduação), governamental (fundações estaduais e prefeitura) e não governamental, sob a coordenação geral do IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro [...] em 2009 o Observatório das Metrôpoles passou a ser um dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT). O projeto é conduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) [...]” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2016).

Anete Ivo desenvolve pesquisas sobre a questão social e o desenvolvimento, destacando a análise das tensões entre a modernização econômica, instituições políticas e a dinâmica de estruturação e segmentação das classes. Discute regimes de bem-estar contemporâneos, na Europa e na América Latina, destacando o dilema entre a universalidade e a focalização das políticas sociais e seus efeitos sobre a segmentação da proteção social e a cidadania. Dessas temáticas de pesquisa e ensino resultaram algumas obras de referência na temática, em livros nacionais e internacionais, e em diálogo com instituições e redes internacionais de pesquisa. Dentre a produção mais recente, destaca-se a coordenação e concepção do Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social, publicado em 2013, que articulou uma rede de 85 colaboradores brasileiros e estrangeiros de 34 instituições (sendo 17 brasileiras e 17 estrangeiras). Do Programa, além da Professora Anete Ivo, colaborou na organização da obra a Professora Angela Borges, também como autora de um verbete, além de outros professores e de uma aluna do programa, que participaram como autores de verbetes (Mary Castro e Gabriel Kraychete). A obra recebeu apoio da Fapesb, do CNPq e do grupo de pesquisa do CLACSO e se constituiu uma importante iniciativa de cooperação em rede com impacto na produção e disseminação de ciência, tendo obtido reconhecimento nacional, como uma das finalistas do Prêmio Jabuti de 2014.

Por fim, a linha Economia dos Setores Populares desenvolve significativo trabalho de pesquisa e extensão, fortalecido com a implantação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/ITCP/UCSal, organizada em 2009 com o apoio da Finep e da Fapesb, a qual se constituiu em campo de pesquisa para mestrandos interessados nesta temática. A tecnologia social desenvolvida pela ITCP/UCSal vem fornecendo o suporte teórico metodológico para a concepção de políticas públicas voltadas para a inclusão socioproductiva, implementadas pelo governo do estado da Bahia.

2005 – *Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais (GAPPS)* é liderado pela Doutora Kátia S. Freitas, conta com pesquisadores de outras IES do panorama nacional e internacional – UNEB, UEFS e UFBA, Unicentro, UnB, Unifor, Sonoma State University/California e Bowie St. University/MD/EE.UU. No campo internacional, conta ainda com a colaboração do Doutor Carlos V. Estevão da Universidade Católica Portuguesa. O foco das pesquisas aqui albergadas reside na área de educação e coopera na coordenação do Ob-

servatório Interinstitucional de Educação Cidadania e Violência na Escola, dispositivo interinstitucional de pesquisa apoiado pela Capes.

2005 – *O Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventude, Identidade e Cultura (NPEJI)* é liderado por Mary Garcia Castro, que trabalha com sua colega do Programa em Família na Sociedade Contemporânea/UCSal (conceito 5/CAPES), Vanessa Cavalcanti. Integra-o professores, mestrandos e doutorandos de ambos os programas da UCSal, bem como de outras universidades e Instituições de Pesquisa (UNEB, UFBA, FLACSO e Unicamp), graduandos e bolsistas PIBIC. Orienta-se por discussões sobre temas relacionados às políticas de identidades, juventudes, gênero, sexualidade e raça, na classe e migrações internacionais, com ênfase no entrelace entre cidadania, participação e cultura. Transita por temas da micropolítica, como sexualidade, vínculos, corpo, performática e culturas juvenis e de gênero, e da macropolítica, com especial referência para o campo de políticas de juventude e políticas culturais, área na qual a Professora Mary Castro realiza consultorias no âmbito dos governos federal e estadual. O grupo conta, em algumas dessas pesquisas, com a participação da Doutora Miriam Abramovay, coordenadora da Área de Juventudes e Políticas Públicas na FLACSO-Brasil, e o Doutor Julio Jacobo Waisselfiz, Coordenador da Área de Violências e Juventudes, na FLACSO-Brasil. A Professora Mary Castro também assessora a Confederação Latino-americana e do Caribe de Trabalhadoras Domésticas (CONLACTRAHO), que engloba sindicatos em 20 países da América Latina e do Caribe, desde a sua fundação em 1994.

2006 – *O Núcleo de Estudos em Tributação e Finanças Públicas (NEF)*, liderado por André Portella, agasalha pesquisas relativas às prerrogativas e deveres do contribuinte, bem como das relações financeiras existentes entre os distintos Entes da Federação dentro do atual sistema jurídico nacional. Realiza estudos sobre o controle do Orçamento Público pelos cidadãos e sua relação com a formulação e implementação das políticas sociais. Fundamenta-se numa metodologia aplicada, com um forte caráter multidisciplinar e perspectiva histórica e comparada.

2006 – *O Núcleo de Pesquisa em Processo Constitucional e Direitos Fundamentais*, liderado por Dirley da Cunha Júnior, pesquisa a Cidadania e a Efetividade dos Direitos e Jurisdição Constitucional e Efetividade dos Direitos Fundamentais, ao buscar mensurar, nos indicadores presentes nas políticas

sociais, esses elementos constitucionais. É formado por professores pesquisadores do quadro permanente dos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado da UCSal comprometidos e envolvidos com a produção científica e com o estudo e a pesquisa voltados para a discussão dos aspectos fundamentais em derredor do Processo Constitucional e dos Direitos Fundamentais. Busca apontar as alternativas e soluções juridicamente possíveis no tocante à “efetivação” dos Direitos Fundamentais, em especial dos Direitos Sociais, e a identificar os meios processuais adequados e expeditos para a otimização desses Direitos, com vistas a garantir as condições de existência mínima e digna de todos (o “mínimo existencial”) e, em consequência, a proporcionar a plena “inclusão social”. O grupo está aberto à integração de estudantes e alunos pesquisadores dos cursos de graduação e pós-graduação da UCSal. Seu objetivo é iniciar uma verdadeira cruzada direcionada à implementação dos Direitos Sociais básicos do indivíduo, provocando uma séria reflexão a respeito do papel do Estado na promoção do bem-estar social.

2012 – *O Núcleo de Estudos Saúde e Cidadania (NESC)*, liderado por Ana Pitta e Michel Perreault (falecido em 2015), tem como principal finalidade desenvolver estudos e pesquisas nas áreas de Saúde e Cidadania e no aprofundamento e qualificação da política pública de saúde. Seu principal objeto de investigação é a saúde no contexto nacional e internacional, com destaque para estudos sobre os temas: determinantes ético-político-culturais do processo saúde/doença; Saúde Mental; avaliação de políticas, programas, serviços e redes de atenção psicossocial; Direitos Humanos, Direito à Saúde e Direito Sanitário; cidadania e autonomia dos sujeitos (usuários, famílias e profissionais) nos processos de reabilitação psicossocial; bioética e ética em pesquisa; psicodinâmica do trabalho em saúde. Possui ainda como linhas de atuação: os determinantes sociais de cidadania na comunidade; a saúde de populações específicas (homens, população negra, população em situação de rua); vulnerabilidade social na juventude e envelhecimento, tendo como eixo estruturante a promoção da saúde. As pesquisas executadas no âmbito deste núcleo buscam produzir conhecimento sobre as relações dos processos saúde-doença e sobre as relações entre Estado, poder e cidadania, enfatizando trocas de experiências em áreas particularmente importantes para os campos da saúde pública, incluindo administração, defesa da cidadania do usuário, promoção e vigilância da saúde e desenvolvimento humano e so-

cial. As publicações dos pesquisadores e os mestrados concluídos no âmbito desse núcleo documentam a contribuição para o fortalecimento da investigação no âmbito das políticas de saúde no Nordeste.

2012 – Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Violência, Democracia, Controle Social e Cidadania é liderado por Márcia Esteves de Calazans, e se dedica ao desenvolvimento e orientação de pesquisas sobre justiça social, democracia, controle social e cidadania, na perspectiva do Estado Democrático de Direito. O interesse nesses temas recai sobre problematizações a respeito das possíveis relações entre gênero, cidades, violências, democracia, ciberdemocracia, controle social e cidadania em sua intersecção com outros marcadores sociais de diferença, e a produção de lugares, territórios, sujeitos, identidades e sociabilidades em contextos urbanos, bem como as Políticas Sociais, Políticas de Redistribuição e de Reconhecimento. Contempla também a monitoração do exercício da Cidadania e das Políticas Públicas de Segurança na perspectiva de seus efeitos no desenvolvimento da cidadania. O Núcleo se propõe a repercutir em algumas questões sobre qualidade de justiça social, democracia e de cidadania, considerando o contexto de violações de direitos e acesso limitado aos direitos civis. Analisa-se a relação entre violências, justiça social e a concepção de cidadania. Focaliza desafios que a mundialização tem imposto à planificação de modelos e às práticas democráticas. Para tanto, busca combinar racionalidades das ciências sociais, ciências políticas, ciências da saúde, psicologia social e ciências jurídicas. Nesta perspectiva, empreende um esforço analítico para enriquecer a abordagem conceitual de justiça social, violência, democracia, participação, controle social e cidadania e suas transformações, observando os dilemas da cidadania e da sua planificação numa sociedade de classes e multicultural. Atualmente, integram o Núcleo pesquisadores brasileiros, bem do Uruguai e da Argentina, bem como pesquisadores juniores, mestrandos e doutorandos da UCSal e da UFBA. Em 2013, integrou-se ao Núcleo a pós-doutoranda (Capes/PNPD) Julie Lourau, antropóloga, cujos trabalhos inserem-se nas linhas de pesquisa Etnografia da cidade e Pobreza, estrutura e *communitas*.

2014 – Núcleo de Estudos sobre Governança e Instituições, sob a liderança de Antonio Carlos da Silva, é vinculado atualmente ao Curso de Mestrado do Programa de Políticas Sociais e Cidadania. Apresenta como referencial

teórico um contributo à crítica da Economia Política na compreensão do atual estágio da crise estrutural do capital e suas idiossincrasias frente ao paradoxo da modernidade, a crise de valores morais e políticos que recrudescem na representação entre a ética e a propriedade. Desenvolve trabalhos focados nas Políticas Sociais, Instituições e Cidadania e na Ética, Instituições e Direitos Humanos. O núcleo conta com a colaboração do investigador sênior, o Dr. Carlos Alberto Vilar Estevão, da Universidade Católica Portuguesa e da Universidade do Minho (Portugal).

2014 – *Grupo de Estudo Tutela Jurisdicional dos Novos Direitos* é liderado por Antonio Adonias Aguiar Bastos e tem como objetivo o Estudo do exercício do poder, sob o prisma da configuração das relações sociais, dos conflitos e da jurisdição, bem como os seus limites, com ênfase quanto aos valores da cidadania e das novas relações entre os indivíduos, a Sociedade e o Estado.

A produção conjunta dos docentes do quadro permanente do programa, no período 2013-2014, incluiu 26 artigos em periódicos, 53 livros ou capítulos de livro e 25 Trabalhos Completos em Anais, somando 104 produções apenas nestes quatro principais itens da produção intelectual e expressiva produção técnica. Cabe ressaltar um aspecto da maior relevância dessa produção bibliográfica: quase toda ela – independente de onde publicada – está vinculada aos projetos desenvolvidos nos grupos de pesquisa e todos os trabalhos guardam pertinência com as Linhas de Pesquisa do Mestrado e com a sua Área de Concentração.

DEPOIMENTOS DE DOCENTES

A coordenadora do curso solicitou às docentes que acompanharam todas as fases do desenvolvimento do programa que fizessem um depoimento pessoal sobre o curso, destacando aspectos mais relevantes da sua atuação. Na sequência são apresentados integralmente os depoimentos de três professoras.

A Professora Doutora Katia Siqueira de Freitas, assim se pronunciou:

O Programa de Pós-graduação Políticas Sociais e Cidadania da UCSal, pelo seu aspecto interdisciplinar e a oportunidade de implementar discussões sobre as políticas, a gestão e a avaliação de ambas, tem atraído muitos professores, gestores dos sistemas de

ensino, diretores e coordenadores tanto do ensino básico da rede pública quanto da rede particular, assim como do ensino superior. Esse público visa ao aprimoramento acadêmico e desenvolvimento de pesquisas que lhes possibilitem maior competência com as políticas de educação, a prática e as teorias que possam atender ao conjunto de suas necessidades de profissionais atentos às questões sociais e à qualificação de pessoas que buscam sistema de ensino. Do mesmo modo, o doutorado também tem atraído esse público.

Ao longo dos 10 anos do Programa, a força intelectual gerada e o respeito construído entre os pares permitiram internacionalizar o campo das pesquisas em educação e aliar forças com outras universidades, permitindo, por duas vezes consecutivas, a participação da UCSal em projetos internacionais, em rede interinstitucional, inicialmente com o [Mercado Comum do Sul] Mercosul e posteriormente com os BRICS² a partir do apoio da Fapesb. No primeiro caso, foram quatro mestrands que desenvolveram suas pesquisas na Venezuela e na Argentina; no segundo caso, o projeto está em andamento.

Outro aspecto pode ser pontuado: a afluência de candidatos à área da educação, na UCSal, tem surpreendido, tendo em vista que a oferta de mestrado e doutorado em educação em Salvador foi bastante ampliada na rede pública estadual e federal, que apresentam, inclusive, mestrado profissional.

Em seu depoimento, a Professora Doutora Mary Garcia Castro esclareceu:

O Programa em Políticas Sociais e Cidadania foi gestado como relacionado ao campo de Serviço Social e, já no seu formato de mestrado, orientado para uma perspectiva interdisciplinar, o que mais se consolidou, inclusive, passando para a área interdisciplinar da Capes, quando também tem seu escopo ampliado, abrigando um doutorado. Tais marcas de origem – serviço social, ciências humanas e interdisciplinaridade – colaboraram para uma perspectiva de um “saber militante” (expressão de Florestan Fernandes).

2 Acrônimo que se refere aos países membros fundadores (o grupo BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que, juntos, formam um grupo político de cooperação.

Ou seja, com orientação tanto para o debate crítico teórico como para análises de políticas quanto ênfase em cidadanias. Tais vetores colaboram para burilar e ampliar formações originais, mais voltadas para o disciplinar, além de cumprir outros construtos da interdisciplinaridade, quais sejam, o saber para intervir, mudar e o diálogo não hierárquico como forma de ensino. O corpo discente e o docente vêm de especializações diversas e, além de aulas, se sublinha a importância de núcleos de estudos e seminários periódicos abertos ao grande público.

Tais princípios vêm colaborando para o tipo de pesquisa que desenvolve, ou seja, buscando como prática teórica um saber militante, voltado para o entrelace políticas sociais e cidadania, em especial a cultural e a ativa. O que pede discutir cidadanias negadas, como a exclusão de jovens a uma educação crítica e de qualidade, obstáculos a culturas juvenis criativas e a sistemas de gênero avessos à lógica patriarcal. O Programa tem sido básico e se realimenta, considerando as disciplinas que ministrou, para as pesquisas que desenvolve, orientadas para diversas identidades na classe e por colaborar para questionar como essas estariam ou não exercendo cidadania ativa, ou seja, com potencialidade para que mais que políticas de identidade, afirmem identidades em políticas. E como temas da micropolítica, como sexualidade e gênero, pedem enfoque de cidadania cultural e política, regimes democráticos avessos às desigualdades sociais de várias ordens e sensíveis à diversidade. O Programa tem me dado espaço para, mais além de ter o Estado como agente único de políticas, avançar no debate sobre potencialidade e obstáculos institucionais, para que coletivos cidadãos se organizem como grupos de pressão e de interlocução mais paritária, quanto ao acesso ao poder e ao saber crítico.

A seguir, ilustro, com breve descrição de um trabalho recém-terminado e com a listagem de pesquisas publicadas, como venho tentando me beneficiar de ser membro do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da UCSal, considerando minha leitura, como antes anunciada, de sua ambiência acadêmica:

Programa de Prevenção à Violência nas Escolas (2015/1 a 2015/12) – Coordenação Mary Garcia Castro, Miriam Abramovay e Júlio Jacobo Waissel. Participação: FLACSO e UCSal, com financiamento

do MEC e Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

Realizamos estudos pilotos para montagem de um Programa de Prevenção à violência nas escolas em sete capitais nas grandes regiões. Baseou-se o estudo em expressões e consequências das violências, considerando-se a escola uma das instituições básicas para socialização e convívio de jovens. Seguiu-se uma metodologia de Diagnóstico e Planejamento Participativo de Prevenção à Violência, qualificando jovens estudantes em pesquisa e para virem a ser agentes de prevenção. Com jovens das escolas, realizamos um *survey* sobre violências na escola e entorno e eles desenvolveram entrevistas e observação semiparticipante. Com o vetor de colaboração para políticas públicas, o objetivo foi deixar, nas Secretarias de Educação e escolas, técnicos com especialização para desdobrarem no futuro o trabalho de Mediadores de Prevenção e nas escolas, também, jovens capacitados para serem atores de estratégias de prevenção à violência (Monitores de Prevenção).

A Professora Doutora Inaiá Maria Moreira de Carvalho fala do início, dos avanços e da consolidação do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania:

Integrando o corpo docente do então Mestrado de Políticas Sociais e Cidadania desde o seu início, pude constatar, ao longo desses anos, o seu avanço e consolidação. O corpo docente se ampliou e diversificou, ainda que não tenha atingido o tamanho ideal, com reflexos positivos sobre as linhas e os grupos de pesquisa. A produção docente e discente e a inserção social do curso foram incrementadas e a procura teve um grande crescimento, como demonstra o número recorde de inscritos na última seleção.

Pude contribuir para esse avanço, ministrando algumas das disciplinas básicas do curso, orientando e desenvolvendo cerca de nove projetos de pesquisa financiados por órgãos como o CNPq, a Fapesb e a OIT, abordando temas como trabalho precoce, condições da infância pauperizada e, principalmente, transformações socioeconômicas e urbanas das metrópoles brasileiras nas últimas décadas, com ênfase no caso de Salvador.

Contando com a colaboração de colegas da UFBA e da UCSal, esses projetos deram origem a quatro livros e a vários artigos, capítulos de livros e comunicações, publicados ou divulgados no Brasil e no exterior. As discussões sobre as transformações metropolitanas foram articuladas aos estudos do Observatório das Metrôpoles, rede nacional de pesquisa que congrega investigadores das principais universidades e centros de pesquisa do Brasil, rede da qual faço parte como Coordenadora do Núcleo de Salvador.

A temática do curso em seu caráter interdisciplinar também tem contribuído para viabilizar a elaboração de dissertações qualificadas e relevantes, que abordam questões como proteção social a grupos vulneráveis, transformações no mundo do trabalho, violência, processos educacionais e expansão dos direitos. Com a implantação do doutorado, que expressa o reconhecimento dos méritos do curso, o agora Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania entra em uma nova fase, que marca a sua consolidação.

ATIVIDADES PROMOVIDAS PELO PPG E ABERTAS AO PÚBLICO EXTERNO

Desde o seu início, ainda como Mestrado, o PPG promove, regularmente, eventos voltados para o público da graduação e da pós-graduação e para o público externo. Promovidos por iniciativa de docentes, de grupos de pesquisa ou do conjunto do Curso, divulgam resultados de pesquisa e socializam o conhecimento nele produzido ou discutido.

Logo no seu segundo ano de funcionamento, em 2007, foi realizado um grande Seminário para a divulgação dos resultados das pesquisas de docentes e discentes e para o diálogo com pesquisadores de outras instituições. Esta iniciativa teve novas edições em 2008 e em 2010, todas contando com o apoio de agências de fomento. Pela relevância desses eventos para a integração, consolidação, divulgação e reconhecimento do Programa, destacam-se, a seguir, os principais resultados de cada um deles:

Seminários em Políticas Sociais e Cidadania (SPSC)

2007 – I Seminário de Políticas Sociais e Cidadania

Coordenado pela Professora Angela Borges, teve como tema principal o debate sobre as “Políticas sociais na era neoliberal”. Contou com o apoio da Fapesb e a sua concepção visou propiciar um mecanismo de divulgação dos resultados da pesquisa docente e discente no Programa, contribuindo para a sua disseminação na comunidade local, para a avaliação crítica e para a identificação de articulações e diálogos com os pesquisadores dos demais Mestrados da UCSal e de outras Universidades baianas. Concorreu ainda para o estabelecimento de maior interface com os órgãos de gestão pública e com a sociedade civil organizada, que configuram objeto de boa parte das pesquisas e análises desenvolvidas no Mestrado. Visou também a integração da pesquisa no Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, buscando socializar os resultados dos trabalhos desenvolvidos no âmbito dos grupos de pesquisa e explicitar o desenvolvimento das linhas de pesquisa do Mestrado e as articulações entre elas.

Amplamente divulgado na UCSal e em outras universidades, nos órgãos públicos que lidam com as políticas sociais e também para a comunidade regional, o Seminário atraiu um público bastante diversificado de mais de 200 participantes, destacando-se a participação de docentes e discentes dos cursos de graduação da UCSal, em especial professores e alunos dos cursos de Serviço Social, Pedagogia, Fisioterapia, Enfermagem, Direito e Economia, além da presença de grande número de profissionais que atuam em organizações governamentais e não governamentais na esfera das políticas sociais.

A programação incluiu palestras, mesas redondas com professores convidados e mesas organizadas pelos grupos de pesquisa, além de Sessões Coordenadas de Comunicação com a apresentação de trabalhos dos mestrandos 2006 e 2007.

Além das docentes do Curso, proferiram palestras os Professores Doutores convidados: Graça Druck (CRH/UFBA) e Doutora Luciana Jaccoud (IPEA), Nelson Baltrusis (UCSal), Ana Elizabeth Mota (UFPE), Heloniza Costa (UFBA), Jairnilson Paim (ISC/UFBA), Inês Bravo (UERJ) e Miriam Abramovay (Observatório da Violência na Escola - Brasília).

Os resultados do I Seminário foram registrados em CD-ROM (ISBN – 978-85-88480-25-4), contendo as comunicações apresentadas pelos professores e pesquisadores integrantes dos grupos de pesquisa ligados ao Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania (10 artigos), além de 5 resumos expandidos e 22 artigos completos de autoria dos mestrandos, selecionados pelo Comitê Científico formado por docentes do Programa e pesquisadores doutores externos e à UCSal. Palestras, conferências e mesas também foram registradas em DVDs.

2008 – II Seminário de Políticas Sociais e Cidadania

Coordenado pela Professora Doutora Katia Siqueira de Freitas, esta edição do seminário buscou alargar seu campo de atuação e envolver pesquisadores regionais, tornando-se um meio consolidado de interlocução dessa comunidade. Teve como tema Políticas Sociais e a Intersetorialidade: SUS e SUAS. Apoiado pela Fapesb e pela Secretaria Estadual de Saúde, a programação do evento incluiu mesas redondas coordenadas pelos docentes do PPG e sessões de comunicação com apresentação de trabalhos, desta vez não apenas dos discentes do PPG, mas também de pesquisadores de outras instituições que responderam à chamada de trabalhos. Contou com a participação de diversos convidados de universidades baianas e de outros estados, os Professores Doutores: Carmen Teixeira (UFBA) e Carmelita Yasbek (PUC/SP), Ozanira Silva e Silva (UFMA), Miriam Abramovay (Observatório da Violência nas Escolas), Vanessa Cavalcanti (PPGFSC/UCSal), Alda Motta (UFBA), Evelina Dagnino (UNICAMP), Carlos Milani (UFBA), Elaine Behring (UERJ), Anete Ivo (UFBA), Iris Lima (UFRN), Carmem Bahia (Unime), Rosa Predes (UFRN), Ivanete Boschetti (UnB), Graça Druck (UFBA) e Professora Aladilce Souza (Sindsaúde/BA).

Amplamente divulgado, via imprensa *on-line* brasileira e latino-americana, nos órgãos públicos que lidam com as políticas sociais, nas instituições de ensino superior e universidades brasileiras, e também na comunidade nacional, o II Seminário Políticas Sociais e Cidadania atraiu um público de 277 participantes. Estes eram pesquisadores e cientista sociais, docentes e discentes dos cursos de graduação e pós-graduação interessados na temática das Políticas Sociais e Cidadania, em especial professores e alunos dos cursos de Serviço Social, Pedagogia, Fisioterapia, Enfermagem, Direito e Economia da UCSal e de outras universidades baianas. Também estiveram pre-

sentos profissionais que atuavam em organizações governamentais e não governamentais, na esfera das políticas sociais, sobretudo aquelas relacionadas à assistência social, saúde, educação, atenção à infância, adolescência, juventude e ao idoso, geração de emprego e renda, acesso à justiça e demais ações voltadas para a afirmação da cidadania.

Foi expressiva a presença de pesquisadores de fora do estado da Bahia originários de Alagoas, Brasília, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

O Seminário resultou na publicação dos Anais em CD-ROM (ISBN – 978-85-88480-30-8), contendo 84 artigos e comunicações selecionados pelo comitê científico dentre os 101 inscritos. O Comitê Científico foi formado por 28 docentes pesquisadores doutores das seguintes instituições: UCSal, UEFS, UESB, UFBA, UNIME, PUC-SP, UNEB, USP, UnB, UFRN, UFPB, Instituto Pólis, DIREITO/GV e Observatório da Violência nas Escolas. Todo o II Seminário, incluindo palestras, conferências, mesas e sessões de comunicação, foi filmado e gravado em DVDs.

2010 – III Seminário de Políticas Sociais e Cidadania

Sob a coordenação das Professoras Doutoradas Denise Vitale e Anete Brito Leal Ivo e nucleado na temática “Crise global e desigualdades: dilemas e desafios”, esta edição do Seminário teve amplitude nacional e internacional.

Assumindo uma dimensão internacional, o Seminário acolheu autores de reconhecido mérito e liderança acadêmica do Brasil e de outros países que aportaram contribuições relevantes para a formulação de questões de maior alcance teórico, possibilitando uma perspectiva comparativa num plano internacional, que ajudam na formulação de uma agenda de pesquisa sobre políticas sociais e na identificação de novos desafios para a política social brasileira. Da maior relevância para a internacionalização do evento foram as contribuições das professoras Anete B. Leal Ivo, Katia Freitas e Mary Castro, que moveram suas redes de pesquisa para assegurar a presença de destacados pesquisadores.

A programação incluiu 14 mesas redondas compostas com base na aglutinação e no convite de acadêmicos brasileiros e estrangeiros de notória contribuição crítica para as diversas temáticas das mesas, que desdobraram o tema central do seminário. Os convidados foram escolhidos pelos respecti-

vos coordenadores das mesas em comum acordo com a coordenação geral do evento, com cerca de 40 palestrantes externos. Compuseram as Mesas Redondas, os pesquisadores Professores Doutores Bruno Lautier (Université de Paris I), Carlos Topete Barrera (Instituto Politécnico Nacional, México); Christian Azais (Université Paris-Dauphine); Fernando Urrea (Universidad de Cali); Carmen Midaglia (Universidad de la República-UR); Sonia Alvarez Leguizamón (Universidad Nacional de Salta-AR), além de pesquisadores brasileiros destacados nas temáticas incluídas na programação, como Maria Carmelita Yazbek (PUC-SP); Eduardo Paes Machado (UFBA), Márcia Biondi; Alda Britto da Motta (UFBA); Cecília Sardenberg (UFBA); Rosa Marques (PUC-SP); Graça Druck (UFBA); Luíza Bairros (Sepromi); Francisco Cástex (UBA-AR); Ney Teixeira (UERJ); Erasto Fortes Mendonça (UnB/SEDH-MJ); Potyara Pereira (UnB) entre outros. E uma mesa proposta pelo IPEA, com os pesquisadores: Rute Imanishi (Coordenação IPEA); Leandro Piquet (USP); Daniel Cerqueira (IPEA); Luis Flávio Saporì (PUC-MG e Instituto Minas Pela Paz).

O evento incluiu 8 grandes núcleos de Sessões de Comunicação Temática, subdivididas em 36 subseções de comunicação, que se realizaram durante as tardes dos dias 24 a 26 de novembro de 2010.

As sessões de comunicação trataram de temáticas estratégicas, definidas previamente pelo projeto do evento: Estado e desenvolvimento social: desafios teóricos e empíricos; Trabalho, precarização e heterogeneidade; Reconfigurações da política de Assistência Social e acesso à proteção básica e especial; Políticas e gestão da saúde; Democracia, participação e controle social; Estudos sobre juventude e subsídios para políticas na América Latina; Políticas e práticas na área de Educação - Violência, criminalidade e direitos humanos.

Com esta programação, o III SPSC contou com 454 participantes, 358 deles com apresentação de trabalhos ou palestras, além de membros da comissão de apoio e secretaria, sendo os demais inscritos como assistentes, sem apresentação de trabalhos. Um público formado, sobretudo, por docentes e pesquisadores, além de discentes de pós-graduação, na área de estudos relacionados com diferentes dimensões das políticas sociais e da cidadania, e profissionais que atuam junto a organizações governamentais e não governamentais na esfera das políticas sociais.

A qualidade do III Seminário como espaço de discussão e interlocução sobre as políticas sociais e a cidadania, relevante para docentes e discentes dos

programas de pós-graduação, é traduzida no perfil dos participantes das sessões temáticas – 47 mestres, 38 doutores, 120 mestrandos e 46 doutorandos –, no grande número de instituições/IES de origem (83, além da UCSal) e na presença de participantes de 16 estados, além da Bahia, e alguns de outros países.

A Comissão Acadêmica constituída para este Seminário, presidida pela Professora Doutora Anete Ivo, recebeu um total de 301 *papers* originários de vários estados do país e também alguns de outros países. Esta Comissão foi composta por 52 docentes-pesquisadores doutores escolhidos entre profissionais de reconhecido mérito acadêmico em diversas instituições brasileiras e estrangeiras, que, após lerem os trabalhos, emitiram parecer de avaliação sobre a pertinência dos conteúdos, observados critérios previamente estabelecidos. Este processo de avaliação resultou na seleção de 263 textos, no total, que foram apresentados nas sessões temáticas.

O evento contou com apoio financeiro da Fapesb, CNPq, IPEA, Governo Estadual (Secretaria da Saúde), do Sindilimp, além da própria UCSal. Os projetos foram submetidos pela Coordenadora Geral, Professora Denise Vitale. Entre os principais resultados do III SPSC destacam-se: o aprofundamento do diálogo interdisciplinar sobre as fronteiras econômicas e políticas da questão social brasileira, na interface com outros países em escala regional; a constituição de uma oportunidade de formação de alunos e profissionais especializados em diversas políticas sociais, capacitando-os para a gestão e avaliação de políticas de uma perspectiva crítica; o fomento à troca de experiências analíticas entre diferentes grupos e redes de pesquisa na área, especialmente na Bahia, e a melhoria dos indicadores de produção da pesquisa docente e discente em curso, nessa área temática, da Bahia e de outros estados do país. Ademais, o evento propiciou maior interface do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania com os órgãos de gestão pública na Bahia e, no plano Federal, com o IPEA, o Ministério Público, a Secretaria da Saúde do estado, além da sociedade civil organizada, propiciando maior utilidade social à pesquisa universitária nas áreas das temáticas debatidas.

Foi editado um CD-ROM (ISBN – 978-85-88480-34-6) com os Anais, contendo todas as 263 comunicações aprovadas, em texto completo, e um DVD contendo a edição do registro em vídeo das principais mesas-redondas. Todas as mesas foram gravadas em vídeos.

Apesar dos excelentes resultados alcançados pelos Seminários, a necessidade de recompor a equipe de docentes permanentes e o investimento realizado para a construção e aprovação do doutorado levaram à interrupção dos Seminários em Políticas Sociais e Cidadania, os quais poderão ser retomados no futuro, neste ou em outro formato.

Além dos Seminários em Políticas Sociais e Cidadania, os docentes do PPG têm participação destacada no evento científico anual da UCSal – Semana de Mobilização Científica –, compondo Mesas Redondas, apresentando resultados dos seus trabalhos nas Mesas de Pesquisa, e ainda mobilizando convidados externos. Os discentes e egressos tanto participam das mesas de pesquisa como apresentam trabalhos nas sessões de comunicação.

Além desses espaços de comunicação científica, o Grupo de Pesquisa liderado pela Professora Doutora Marcia Calazans desde 2012 promove, regularmente, Rodas de Conversas sobre as temáticas discutidas e pesquisadas pelo grupo, com a participação de convidados externos, tanto pesquisadores brasileiros e estrangeiros como atores da sociedade civil engajados nos debates e nas ações voltadas para o enfrentamento das desigualdades e ao combate à violência, sobretudo aquela praticada por agentes do Estado.

INSERÇÃO SOCIAL

A Inserção Social do PPG ocorre em várias frentes:

- a. pelo esforço de publicização dos resultados das pesquisas e do conhecimento científico em eventos abertos ao público, com ênfase em atores sociais engajados na luta em defesa de direitos e nos profissionais que atuam na linha de frente das políticas sociais. Ressalte-se aqui que o perfil das dissertações defendidas e a sua sinergia com problemas regionais indicam que o mestrado se constitui um espaço de produção de conhecimentos relevantes sobre a realidade regional e para subsidiar a concepção, execução e avaliação de políticas sociais, bem como as ações empreendidas pelo Estado ou pela sociedade civil com vistas ao desenvolvimento da cidadania e ao controle social das políticas públicas. Além dos aportes empíricos resultantes das pesquisas sobre políticas de saúde; de educação, de segurança pública, de assistência e de juventude, dentre outras, o curso tem

contribuído para aprofundar o conhecimento sobre regimes de bem-estar social, problemáticas relacionadas à dinâmica regional com os estudos sobre mercado de trabalho, segmentação urbana, violência e as várias formas de manifestação da cidadania, de participação e de controle social da ação do Estado;

- b. pela articulação de docentes do curso com órgãos governamentais e da sociedade civil, propiciando maior utilidade social e inovação do conhecimento produzido no Programa, bem como na troca de saberes e no reforço ao conhecimento crítico nele produzido. Nesse aspecto, destaca-se a histórica atuação da Professora Kátia Freitas na área de políticas de educação e avaliação do ensino básico, em escala nacional, que favorece a articulação do programa na área das políticas de educação, efetivando uma interface social decisiva do curso e seu impacto no âmbito da formação secundária. Ainda na área da educação, destaca-se também a conclusão de grande pesquisa nacional realizada para o MEC, coordenada pelas Professoras Mary Castro (Docente Permanente) e Mírian Abramovay (Professora Colaboradora do Programa e pesquisadora do FLACSO-BR) sobre juventude e escola. A Professora Mary Castro tem contribuído com suas pesquisas e debates na construção e crítica das políticas de juventude. A Professora Ana Pitta concluiu pesquisa de avaliação de políticas voltadas para usuários de substâncias psicoativas. Na área de Segurança Pública, destaca-se a contribuição da Professora Márcia Calazans, com pesquisa sobre homicídio de jovens negros. As Professoras Inaiá Carvalho e Angela Borges publicaram resultados parciais dos seus estudos sobre a Região Metropolitana do Salvador e a Professora Inaiá Carvalho tem ainda contribuído com o Ministério Público. A professora Anete Ivo publicou um “estado da arte” de referência sobre estudos do desenvolvimento para o IPEA, num programa de interface e diálogo das políticas públicas com a produção sociológica nessa área;
- c. mediante a atuação dos discentes e egressos na sua atividade profissional. Como dito, a maior parte está vinculada às políticas sociais e às ações em defesa de direitos. Isto é, a formação recebida no PPG e a prática adquirida com debates e pesquisas interdisciplinares contribuem para o desenvolvimento do senso crítico dos mestrandos e mestres e da sua capacidade de acompanhamento dos debates

contemporâneos e de intervenção na realidade social. É expressivo o número de egressos que atuam na Educação Básica e no Ensino Superior, alguns deles em cargos de gestão, um dado que revela um impacto do Curso.

Quanto às áreas de atuação, os titulados em Políticas Sociais e Cidadania estão inseridos em diversas áreas envolvidas nas políticas públicas: Educação, Saúde, Previdência, Assistência, Direitos Humanos. Também em políticas voltadas para a igualdade de gênero e de raça/etnia, proteção aos direitos dos trabalhadores e assistência à população de rua. A maior parte dos egressos relata a melhoria do seu desempenho e o reconhecimento dos colegas. Finalmente, destaca-se que 42% dos que responderam ao formulário de acompanhamento dos egressos registraram atuação em associações de classe, sindicatos, conselhos de direitos e comissões de acompanhamento de políticas sociais. Esses resultados consolidam uma avaliação positiva dos efeitos do curso na formação de uma nova cultura e conhecimento crítico e interdisciplinar dos titulados.

DOUTORADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA

Em 2014, como dito, o curso procedeu à sua transição para a Área Interdisciplinar, levando em conta aspectos como: preexistência de formação multidisciplinar do corpo docente e discente; transversalidade das pesquisas aí realizadas, a exemplo das temáticas com interface entre questão social, desenvolvimento, trabalho; políticas sociais e direitos da cidadania; estudos sobre violência e justiça e sobre juventude, além do intercâmbio teórico-metodológico. Esses esforços permitem apreender a complexidade das políticas sociais e das múltiplas dimensões da cidadania, gerando conhecimentos novos que possibilitam a formação discente com perfis aptos para avançar no conhecimento e na prática profissional, para além de suas fronteiras disciplinares, com impacto na inserção social.

Caráter interdisciplinar do Curso

Desde a sua origem, o Mestrado de Políticas Sociais e Cidadania estruturou-se com forte orientação interdisciplinar, garantida por quadros docente e

discente originários de várias áreas do conhecimento, que atuam em problemáticas de pesquisa com forte transversalidade. Desejavam uma compreensão reflexiva e crítica que atendesse mais adequadamente à complexidade das políticas sociais fundadas no desenho intersetorial e multidimensional e nas contradições inerentes às tensões entre igualdade política (democrática) e desigualdade socioeconômica peculiar à dinâmica do capitalismo.

Essas contradições conduziram a formas históricas de intervencionismo do Estado na área social, com a institucionalização dos princípios de seguro e assistência para os membros de uma sociedade política. A abordagem e análise dessas políticas sociais, no âmbito acadêmico e institucional, podem seguir a tradição dos estudos mais diretamente relacionados à formulação, gestão e acompanhamento das políticas setoriais ou avançar na análise, na perspectiva distributiva dos regimes de bem-estar social, que expressa o conflito político entre as classes. Problema, *per si*, suficientemente complexo, que cobra investigações que transitem em campos de conhecimento vocacionados à interface, como este proposto para o doutorado.

Apesar da centralidade da concepção distributiva do Estado de bem-estar, a luta por direitos civis e identitários tem afetado grande parte dos sistemas políticos contemporâneos e envolve princípios coletivos de reconhecimento de direitos e justiça social. Autores do multiculturalismo ampliam o reconhecimento político de grupos sociais no âmbito de direitos de terceira geração e formulam políticas públicas específicas garantidoras desses direitos. A implementação dessas políticas sociais não resultam exclusivamente de uma ação direcional do governo em relação à sociedade, mas cobram investigações de alto nível para a sua compreensão e intervenção, sobretudo na produção científica capaz de servir de subsídios que orientem, com mais eficácia, as orientações dessas políticas. A universidade é convocada nesta ação que busca compreender as políticas e os planos sociais de dinamização social, cooperando na formulação de conhecimentos aplicativos e mais eficazes em sua organização.

Não é ao acaso que os elementos que desafiam o seu trabalho de investigação sejam: as tensões e contradições entre a economia e a política (processos de acumulação e legitimidade), entre trabalhadores e capitalistas (relações entre classes), entre sociedade e mercado (interesse público e privado); as desigualdades sociais, lutas identitárias e formas de reconhecimento, que

supõem a afirmação de uma responsabilidade pública na institucionalidade de direitos e políticas sociais, isto é, a adoção de procedimentos não mercantis orientados para a redução das desigualdades sociais; o enfrentamento de processos de empobrecimento, precarização e vulnerabilidade das classes trabalhadoras; e a formulação de políticas e procedimentos garantidores da proteção social e civil contra formas de violência, na garantia da liberdade e do direito à vida.

As *expertises* reunidas no corpo docente permanente do curso de doutorado e Programa em Políticas Sociais e Cidadania respondem, com seu perfil e seu esforço de cooperação recíproca, a esse desafio que interpela a Universidade. Esta responde, com esse doutorado, aos fortes desafios sociais de sua região.

Eixos centrais e perspectiva interdisciplinar do curso

A ênfase na mudança histórica, econômica, social e política que acompanha o desenvolvimento do capitalismo e a formação dos diferentes regimes de bem-estar induzem uma abordagem teórico-metodológica necessariamente interdisciplinar. Esta abordagem favorece diálogos entre saberes distintos, originários da sociologia, história, economia, antropologia, educação, saúde e ciências políticas na compreensão de contextos e processos relativos aos direitos da cidadania e se expressam na proposta do Doutorado, que tem como Área de Concentração “Políticas Sociais e Cidadania”, estruturada em três Linhas de Pesquisa:

1. Políticas sociais universais, institucionalização e controle;
2. Estado, desenvolvimento e desigualdades sociais;
3. Direitos sociais, construção de sujeitos, novos direitos e cidadania.

Essas linhas compreendem fenômenos complexos e a identificação de poderes em conflito, o que pede interdisciplinaridade no enfrentamento do embate entre argumentação teórico-político-ideológica e as pesquisas empíricas.

Buscou-se, assim, consolidar e avançar a experiência acadêmica exitosa do Mestrado, garantindo o aperfeiçoamento na mesma temática, orientado

pela efetiva internacionalização dos projetos e novos mecanismos de transferência dos resultados para a sociedade em nível mais avançado.

Em 2014, este quadro era composto por 13 pesquisadores com formação disciplinar variada. Assim, três professores são especializados no enfrentamento das questões inerentes às políticas de saúde, mas com formação variada:

1. *Ana Pitta*, médica, com Doutorado (1989) em Medicina Preventiva/Saúde Mental, é uma das referências nacionais na área e realizou três pós-doutorados (na Itália e no Canadá);
2. *Michel Perreault*, Sociólogo, com Doutorado em Sociologia da Saúde pela Université de Montreal, e pós-doutorado em medicina e sociedade, na França;
3. *Isabel Lima*, que se integrou ao PPG em 2014, é enfermeira e bacharel em Direito, com doutorado em Saúde Pública, e realizou pós-doutorado na área de Direitos Humanos, especialmente Direitos da Criança, trabalhando na interface dessas duas temáticas.
4. *Katia Freitas é Pedagoga*, com Doutorado e pós-doutorado em Administração da Educação. Além das políticas de educação, estuda Gestão e Avaliação das Políticas Sociais. Atuou em conjunto com a Professora Ana Pitta, que trata do mesmo tema com foco na área de Saúde.
5. *Ângela Borges*, socióloga com doutorado na mesma área, e as também sociólogas e Bolsistas de Produtividade em Pesquisa (CNPQ) *Inaiá Carvalho* e *Anete Ivo* (ex-integrante do quadro permanente ao qual retornou em 2014) vêm trabalhando com temáticas fronteiriças e fortemente interdisciplinares – sociologia, economia e ciência política –, o que tem permitido articulações no ensino e na pesquisa que já resultaram em inúmeras publicações, no país e em outros países, com impacto em diversas áreas do conhecimento. As três acumulam experiência acadêmica e técnica de trabalho e pesquisa em equipes interdisciplinares nos debates sobre o desenvolvimento, o trabalho, a questão social, a questão urbana e a pobreza, dentre outras.
6. *Mary Garcia Castro* é também socióloga, com doutorado nos Estados Unidos e pós-doutorado na Unicamp. Acumulou, na sua trajetória acadêmica, produção significativa em diversas temáticas, objeto de

estudo em diversas disciplinas: migrações internacionais, juventude (educação, cultura e participação juvenil, violência), identidades e cidadania, trabalhadoras domésticas, dentre outros. Tem investido fortemente no debate epistemológico e metodológico sobre a interdisciplinaridade; no PPGPSC tem destacada participação na grade metodológica.

7. *Márcia Calazans* é Psicóloga, com doutorado e pós-doutorado em Sociologia, com pesquisas e disciplinas nas temáticas da violência, identidades, cidadanias e políticas de segurança, temas em que dialoga com a Professora Mary Garcia Castro. A sua rede de pesquisa tem caráter interdisciplinar.

Três pesquisadores compõem o quadro permanente, com formação e pesquisa na área Jurídica, além da professora Isabel Lima:

André Portela, com doutorado em Direito Financeiro e Tributário, que discute questões relacionadas com a previdência, com o orçamento público e com a transparência na gestão pública no curso.

Dirley Cunha Jr., Doutor em Direito, especialista na área constitucional e autor de vários e importantes livros amplamente utilizados nos cursos de Direito e que já mereceram seguidas reedições.

Antonio Adonias, advogado, Doutor em Direito, integrado ao Programa em 2014, no qual se volta para pesquisa e docência sobre novos direitos e a relação entre os direitos individuais e os direitos coletivos.

Esses pesquisadores da área jurídica trabalham com temas relacionados a direitos, justiça, democracia e teoria do Estado, fundamentais para a pesquisa sobre políticas sociais, e têm diálogos transversais com colegas das Ciências Sociais e da área de Saúde Pública, seja na discussão sobre a efetividade das políticas e judicialização dos direitos, seja no debate relativo à construção de novos sujeitos e às novas dimensões de direitos.

Antonio Carlos da Silva, economista, Doutor em Ciências Sociais, contratado em 2014, apresenta como referencial teórico um contributo à crítica da Economia Política na compreensão do atual estágio da crise estrutural do capital, a crise de valores morais e políticos que recrudescem na representação entre a ética e a propriedade. Desenvolve trabalhos focados nas Políticas Sociais, Instituições e Cidadania e na Ética, Instituições e Direitos Humanos.

O Programa conta ainda com a participação da Bolsista de pós-doutorado *Julie Lourau-Silva*, Doutora em Antropologia cujos trabalhos inserem-se nas linhas de pesquisa Etnografia da cidade e pobreza no âmbito do Núcleo de Pesquisa liderado pela Professora Márcia Calazans.

Este quadro permanente já acumulava, até 2013, 204 orientações de Mestrado e 31 de Doutorado, além de tutorias de pós-doutoramento. Sua produção acadêmica somou 211 títulos no triênio 2011-2013, com uma média de 17,6 produções por docente, com as seguintes médias por docente segundo o tipo de produção: 3,4 artigos em periódico; 7,3 livros ou capítulos de livro e 6,3 trabalhos em Anais.

No âmbito do intercâmbio e da cooperação, o programa acumula experiências exitosas que assumem, na maioria dos casos, a forma de redes articuladas institucionalmente com universidades nacionais e internacionais de reconhecido prestígio, apoiadas por agências de fomento à pesquisa, como Capes, CNPq e Fapesb; agências internacionais, governamentais e não governamentais, e organismos internacionais ligados à ONU, com os quais vários pesquisadores mantêm ou já mantiveram vínculos como pesquisadores ou consultores, a exemplo da OMS/OPAS na área de saúde; da Unesco, Unicef, OIT e PNUD.

No âmbito nacional, os pesquisadores que compõem o quadro de docentes permanentes do Programa têm participado com regularidade como consultores para a formulação e avaliação de políticas sociais. Os esforços de cooperação e intercâmbio têm se materializado tanto na construção de projetos de pesquisa interinstitucionais, que têm obtido financiamentos das agências de fomento, como também nas publicações nacionais e internacionais em parceria com colegas de outras Universidades e centros de pesquisa.

Com a aprovação e início de funcionamento do Doutorado, todo este potencial de cooperação e intercâmbio acumulado pelos pesquisadores será potencializado por meio da participação em Editais de fomento a essas atividades (dentre elas articulação de redes de pesquisa, oferecimento de Minter e de Dinter), da recepção de pesquisadores, professores visitantes, mestrandos e doutorandos de outros países para estágios de pesquisa e de bolsistas de pós-doutorado, além da saída de doutorandos para estágios no exterior e de docentes para pós-doutoramento, estágios *seniors* e como professores visitantes.

O caráter interdisciplinar do Curso reflete-se também na sua estrutura curricular, na distribuição das orientações, na composição das bancas e na produção dos discentes, que efetivam o diálogo entre vários campos do saber, especialmente entre a sociologia, o direito, o serviço social, a economia, a educação, a saúde pública e a ciência política. No campo da pesquisa, os docentes compartilharam problemáticas multidisciplinares em grupos e redes de pesquisas, a exemplo de:

- a. Pronex-Metrópoles na atualidade brasileira;
- b. INCT Metrópoles, liderado em Salvador pela Professora Inaiá Carvalho, que conta com as participações das Professoras Ângela Borges e Márcia Calazans;
- c. articulações interinstitucionais e multidisciplinares em projetos sobre o Mercosul, empreendidas pela Professora Katia Siqueira de Freitas, e sobre o Trabalho nas Políticas Sociais, realizadas pela Professora Angela Borges.
- d. a realização do Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social, um projeto interinstitucional e interdisciplinar, coordenado pela Professora Colaboradora (em 2013 e atualmente permanente) Anete Brito Leal Ivo, que agrega contribuições de inúmeros campos do conhecimento na formação de um conhecimento novo e singular, resultante da interface entre o desenvolvimento (econômico) e as dimensões sociais, e que, em 2013, nucleou a colaboração de 85 profissionais de inúmeras universidades do país e estrangeiras na redação dos verbetes.

Finalmente, o perfil profissional dos alunos reforça o diálogo interdisciplinar do Curso, devido à diversificação da formação disciplinar de origem, com predomínio na graduação em Direito, Serviço Social e Pedagogia, mas também em Enfermagem, Fisioterapia, Administração, Psicologia e Economia, fator estratégico que reforçou o trânsito interdisciplinar do Curso, destacado pelos alunos como elemento de diferenciação e de enriquecimento da sua formação.

PERSPECTIVAS

Em 2015 foi selecionada a primeira turma do Doutorado e implantado o currículo do novo Curso, cumprindo a meta prioritária do PPG. Isso exigiu investimento na construção de articulações entre o Mestrado e o Doutorado, tanto no âmbito das disciplinas como no funcionamento dos grupos de pesquisa e na construção de espaços apropriados para o aprofundamento dos debates sobre as temáticas do Curso.

Simultaneamente, buscar-se-á ampliar e aprofundar as articulações de pesquisa internas ao programa e investir na internacionalização do Programa, explorando as redes já existentes – a exemplo da participação de docentes no Pronex e no INCT, em redes de pesquisadores no âmbito internacional, como CLACSO, FLACSO, rede CROP, University of Bergen, Noruega etc. –, abrindo novas possibilidades, com a recepção de professores visitantes e de alunos do exterior, além do incentivo a estágios (sanduíche) dos doutorandos no exterior.

Colocando como horizonte a obtenção da nota 5, que permitirá ao programa acessar mais recursos do sistema C&T, será reforçada a meta de incrementar a produção docente e discente, inclusive a produção em coautoria. Também serão reforçados os demais indicadores relevantes, como os prazos de titulação, a melhoria constante na qualidade das Dissertações e Teses, a participação de docentes e discentes em eventos promovidos por Associações Científicas, realização de eventos para apresentação de resultados de pesquisa e interação com a comunidade científica, com a sociedade civil e com os agentes públicos que atuam nas políticas sociais e na defesa da cidadania; e o fortalecimento dos Grupos de Pesquisa, participando de Editais de fomento e mantendo ativos os vínculos com os egressos.

Conclusão

O propósito de apresentar um trabalho que registrasse a memória da caminhada exitosa dos 10 anos de existência da Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Católica do Salvador, mediante o resgate da origem e da trajetória da instituição, teve o mérito de evidenciar a experiência que consolidou a Instituição como lugar da produção do conhecimento científico.

Procurou-se conhecer o processo vivido pela UCSal, descrevendo os momentos de criação e de desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação, pontuando o seu papel no reconhecimento da Instituição como Universidade e como incentivo para seu contínuo crescimento na desafiante tarefa de qualificar recursos humanos para o desenvolvimento do estado da Bahia, além de possibilitar o registro do esforço coletivo realizado por todas as pessoas que, desde os primeiros momentos, foram diretamente responsáveis por esses trabalhos.

Cabe ter presente que a UCSal, embora tenha sido pensada, desde as suas origens, como uma instituição de ensino também voltada para a investigação científica, não conseguiu alcançar o projeto inicialmente desenhado, conforme os ideais preconizados pela Igreja Católica. Em que pese a importância dessa instituição educacional para o Estado, a pesquisa científica não foi instituída, gerando, ao longo de décadas, a frustração de muitas gerações de professores e alunos que construíram essa instituição, com ênfase no modelo tradicional da formação profissional.

O movimento coletivo que mobilizou um grupo inicialmente reduzido de professores e gestores da instituição, marcados pelo impulso de institu-

cionalizar a pesquisa, teve a força necessária para criar os primeiros cursos de mestrado seguidos dos respectivos doutorados. Inspirando-se nas teses elaboradas durante o processo Estatuinte vivenciado pela UCSal, durante a década de 1990, aglutinou pesquisadores, estudiosos das áreas de ciências sociais e planejamento territorial, com destaque inicial para a temática Família. Dessa forma, a histórica decisão de criar o primeiro mestrado em Família na Sociedade Contemporânea abriu um caminho para a consolidação dos demais programas da Pós-Graduação *stricto sensu* na UCSal.

Fica evidente, nas páginas deste trabalho, que o resultado do esforço desse grupo que compartilhou experiências e motivações, no período de 2004 a 2014, foi a consolidação da Pós-Graduação *stricto sensu* da UCSal, possibilitando um desenho inovador, com ênfase na perspectiva interdisciplinar e preservando a natureza confessional e comunitária da instituição.

Deste modo, a UCSal participou e participa da concretização de metas estabelecidas pelos Planos Nacionais de Pós-Graduação, contribuindo efetivamente para a expansão da pós-graduação *stricto sensu* no Nordeste, alcançando e mantendo seus cursos em patamar elevado segundo parâmetros da Capes. Os dados apresentados ao longo deste trabalho indicam o crescimento significativo da pós-graduação no Brasil, particularmente no Nordeste.

Os resultados obtidos em cada um dos programas merecem ser consignados, considerando não só os critérios de avaliação da Capes como também a contemporaneidade das temáticas trabalhadas pelos grupos de pesquisa. Agrega-se ainda o fato das características peculiares de composição desses grupos, que contam não apenas com professores do curso, mas também com a significativa presença de alunos e egressos. Essas práticas vêm contribuindo para manter a necessária ambiência acadêmica e a produtividade dos diversos agentes envolvidos nos estudos e nas pesquisas registrados na caracterização sucinta dos mestrados e respectivos doutorados. O intercâmbio com instituições nacionais, estrangeiras e a realização de seminários e outros eventos dessa natureza passaram a ser incorporados, de modo sistemático, compondo a agenda da Instituição.

Cabe, portanto, ter presente a relevância do conhecimento produzido e disseminado através de publicações em livros e periódicos. No caso do Programa em Família na Sociedade Contemporânea, em 2011, sob a forma de livro intitulado “Nomes de Família: Nomeação, Pertencimento, Identidade”,

a Professora Elaine Pedreira Rabinovich apresenta, como resultado de um encontro em sala de aula, relatos de alunos regulares e ainda não regulares da disciplina “Contextos Familiares”, que contam as histórias de seus nomes. Em 2013, a citada professora publica livro intitulado “Para Além do Sexo: a Sexualidade por um Enfoque Interdisciplinar”, fruto dos participantes ao final da disciplina “Poética da Sexualidade”, de estudiosos convidados e de professores da disciplina. Vê-se, pois, que inovadoras experiências de pesquisa no espaço da sala de aula têm resultado em produções sobre temáticas contemporâneas.

Ainda em 2013, os professores Miriã Alves Ramos de Alcântara, Elaine Pedreira Rabinovich e Giancarlo Petrini reúnem, no livro intitulado “Família, Natureza e Cultura, Cenários de uma Transição”, artigos que expressam reflexões de pesquisadores vinculados aos centros avançados de pesquisa da Universidade Católica de Milão, da Universidade de Bolonha, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Católica do Salvador (UCSal). São pesquisadores que estudam as mudanças com base na compreensão de que a família é o *locus* central da construção da convivência social e centro de estruturação da base psíquica do ser humano.

Entre 2011 e 2013, o Programa em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, num esforço conjunto com o Mestrado em Planejamento Ambiental, discute, em Mesas Redondas e Sessões Temáticas Simultâneas, os desafios contemporâneos, buscando adentrar nas transformações ocorridas na sociedade capitalista e identificar seus reflexos e desdobramentos sobre o tecido urbano e a qualidade de vida das populações.

No caso do Programa em Políticas Sociais e Cidadania, os estudos e pesquisas sobre as Políticas Sociais avançam, tendo à frente Ângela Borges, Mary Castro dentre outros pesquisadores, intensificando-se os intercâmbios nos âmbitos nacional e internacional. Docentes, como Kátia Freitas, souberam identificar alunos regulares e egressos vocacionados para a pesquisa com foco em questões relacionadas à formação de professores e à gestão escolar, estabelecendo o elo entre as ciências sociais e a educação básica, temática que integra a agenda da Capes.

Ressalte-se ainda a possibilidade de incluir o olhar dos coordenadores dos programas e respectivos pares que, nos Relatos Históricos, contam, com

muita propriedade, as estratégias adotadas pela UCSal para desencadear ações em prol da criação de cada mestrado e de cada doutorado, situando o panorama atual e tecendo considerações sobre as perspectivas futuras desses programas. Ademais, cabe destaque à inclusão de documento histórico (carta enviada por Dom Giancarlo Petrini ao Arcebispo da Arquidiocese de São Salvador Dom Murilo Kriger) sobre a mudança do Pontifício Instituto da Família João Paulo II, que passou a funcionar nas instalações da UCSal, no campus da Federação, marco de transição desse Instituto e da Universidade Católica do Salvador enquanto Universidade confessional, comunitária vinculada à Igreja local da Arquidiocese de São Salvador, Bahia.

Também ficou evidenciado, nos registros e relatos sobre a origem dos programas *stricto sensu*, que a extensão universitária, unida ao ensino e à pesquisa, constituiu-se em escopo que caracteriza a identidade das universidades comunitárias confessionais e o cumprimento da missão que lhes é atribuída.

Se tem sido difícil às instituições dessa natureza cumprirem plenamente seu projeto pedagógico institucional, atendendo ao tripé ensino, pesquisa e extensão, os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UCSal revelam a criteriosa dedicação ao estudo e à pesquisa, a disponibilidade e o empenho de pesquisadores, superando o modelo da formação profissional, consolidando novas experiências de caráter interdisciplinar, produzindo com sucesso conhecimentos nas áreas de Família, Território, Desenvolvimento e Planejamento Ambiental, Políticas Sociais e Cidadania. Desse modo, o movimento desencadeado nas últimas décadas apresenta amplas possibilidades de continuar se expandindo.

Depoimentos de docentes, alunos regulares e egressos indicam o nível de satisfação com a formação propiciada, pelas aulas, pela orientação prestada, mediante o trabalho profícuo dos pesquisadores/orientadores, pela participação nos grupos de pesquisa, com destaque para os impactos positivos provocados tanto no âmbito pessoal como profissional, especificamente a inserção na comunidade acadêmica, na condição de produtores do conhecimento. As entrevistas criaram uma oportunidade de reflexão sobre a experiência vivida, emergindo indicativos para a política da pós-graduação *stricto sensu* da UCSal.

O cenário atual é promissor, tendo a pesquisa um papel definidor, sem descuido da formação pedagógica e didática de novos mestres e doutores, e respondendo às problemáticas do desenvolvimento não só do estado da Bahia, da região Nordeste, mas também do país.

Referências

ALCOFORADO, Fernando. *Os condicionantes do desenvolvimento do estado da Bahia*. 2003. 415 f. Tese (Douctorado en Planificación Territorial y Desarrollo Regional) – Departament de Geografia Física i Anàlisi Geogràfica Regional, Universidade de Barcelona, Barcelona, 2003. Disponível em: <<http://www.tdx.cat/handle/10803/1944>>. Acesso em: 2 set. 2014.

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de; SCHWEIZER, Peter José (Org.). *Transformações territoriais: de rural a metropolitano*. Campinas: Alínea, 2008.

ALMEIDA, Cristiane Silva. *A relação entre trabalho e educação no Brasil*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., João Pessoa, 31 jul. a 3 ago. 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/7.09.pdf>. Acesso em: 20 jul., 2015

ALMEIDA DA SILVA, José Carlos. Pronunciamento feito na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, por ocasião de homenagem prestada à Universidade Católica do Salvador, em outubro de 2011, em comemoração aos 50 anos de sua criação. Salvador, 2011.

ALVES DE SOUZA, José Newton. *José Newton Alves de Souza: depoimento* [24 maio 2014]. Entrevistador: Professora Liliana Mercuri de Almeida. Salvador, Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação da UCSal, 2014.

_____. *UCSal passado, presente e futuro*. Discurso pronunciado por ocasião da solene abertura da programação comemorativa dos 20 anos da instalação da Universidade Católica Salvador, realizada no Instituto de Música da mesma Universidade, em 20 abr. 1981. Mimeo. 11 f.

ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*. 1979. 281 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979. Disponível em: <[http:// bibliotecadigital.fgv.br/ dspace/ handle/10438/9356](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9356)>. Acesso em: 30 ago. 2014.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. *Centro Dom Vital e o campo intelectual brasileiro (anos 1930)*. Trabalho apresentado no XII Simpósio da ABHR, Juiz de Fora (MG). GT 03: Religião e política: o saber religioso da política e o saber político do religioso. Juiz de Fora, 31 maio-3 jun. 2011. Disponível em: <[http://www.abhr.org.br/plura/ ojs/index.php/ anais/article/view/85](http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/85)>. Acesso em: 19 jun. 2014.

ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA E CULTURAL DA BAHIA. *Estatutos*. Salvador, 1970.

BAHIA. Secretaria de Planejamento. *Contexto socioeconômico da Bahia*. Salvador, 2010. Disponível em: <www.seplan.ba.gov.br/20100302_110457+02>. Acesso em: 3 mar. 2014.

BASTOS, Ana Cecília. *Ana Cecília Bastos: depoimento* [22 maio 2014]. Entrevistador: Professora Liliana Mercuri de Almeida. Salvador, Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação da UCSal, 2014.

BERTOLINI, Julio Cesar Godoy; DALMOLIN, Bernadete Maria. As universidades comunitárias e a emergência de mercados na educação superior: entre a pressão da competição e o diferencial dos valores acadêmicos. *RBPAE*, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2014. Disponível em: <[http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/ article/ viewFile/50018/31326](http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/viewFile/50018/31326)>. Acesso em: 3 maio 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Parecer CNE/CEB 15, de 1 de junho de 1998*. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 1998. Disponível em: <[http:// portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Par1598.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Par1598.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2015.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Resolução CNE/CES no 1, de 3 de abril de 2001*. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Brasília, 2001. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view= article&id=13193%3Aresolucao-ces-2001&catid=323%3Aorgaos-vinculados&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13193%3Aresolucao-ces-2001&catid=323%3Aorgaos-vinculados&Itemid=866)>. Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *III Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 1986-1989*. Brasília, [1985]. Disponível em: <[https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/ III_PNPG.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/III_PNPG.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010*. Brasília, dez. 2004. Disponível em: <[https://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpgs- anteriores](https://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpgs-antteriores)>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020*. Volume I. Brasília, dez. 2010. Disponível em: <www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG_Miolo_V2.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. *Parecer no 977/65, de 3 de dezembro de 1965*. Definição dos cursos de Pós-Graduação. Brasília, 1965. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.doc>. Acesso em: 18 dez. 2014.

_____. *Portaria nº 1.670, de 28 de novembro de 2011*. Recredencia a Universidade Católica do Salvador pelo prazo máximo de 10(dez) anos. Caso no calendário do ciclo avaliativo ultrapasse esse prazo, cabe à UCSal solicitar recredenciamento. Brasília, 2011.

_____. Presidência da República. *Decreto no 73.411, de 4 de janeiro de 1974*. Institui o Conselho Nacional de Pós-Graduação e dá outras providências. Brasília, 1974. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73411-4-janeiro-1974-421858-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 5 dez. 2014.

BRASIL. *Lei no 1.920, de 25 de julho de 1953*. Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências. Brasília, 1953. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/Lei1920.pdf>>. Acesso em 11 nov. 2014.

_____. *Lei no 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. *Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 dez. 2014.

_____. *Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 12 dez. 2014.

BUARQUE, Cristovam R. Cavalcante. Futuro (O Projeto da Universidade de Brasília). In: VAHL, Teodoro Rogério; MEYER JUNIOR, Victor; FINGER, Almeri Paulo (Org.) *Desafios da Administração Universitária*. Trabalhos apresentados no Seminário Internacional de Administração Universitária. Florianópolis: UFSC, 1989. p. 317-363.

CAMPOS, Marta Silva. PUC-SP: a extensão como método e como fim. In: PASSOS, João Décio (Org.) *Carisma e ação da Universidade Comunitária: experiência da PUC-SP*. São Paulo: EDUC, 2008. p. 37-70.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento no Brasil*: JK-JQ. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira et al. (Org.). *Metrópoles na atualidade brasileira: transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: Edufba, 2014.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. Conferência na sessão de abertura da 26ª Reunião Anual da Anped, realizada em Poços de Caldas, MG, em 5 de outubro de 2003. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, 2003.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Área de Avaliação interdisciplinar. *Ficha de avaliação do Programa Família na Sociedade Contemporânea*. Avaliação trienal 2013. Período de Avaliação: 2010-2012. Brasília, 2013a.

_____. Área de Avaliação interdisciplinar. *Ficha de avaliação do Programa Políticas Sociais e Cidadania*. Avaliação trienal 2013. Período de Avaliação: 2010-2012. Brasília, 2013c.

_____. Área de Avaliação interdisciplinar. *Ficha de avaliação do Programa Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social*. Avaliação trienal 2013. Período de Avaliação: 2010-2012. Brasília, 2013d.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Portaria n. 69, de 2 de maio de 2013*. Aprova o Regulamento do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE. Diário Oficial da União, Brasília, 23 maio 2013b. Seção 1, p. 16-18.

_____. Plataforma Sucupira versão Beta. Propostas Programas. Universidade Católica do Salvador (UCSal). Políticas Sociais e Cidadania. *Histórico e Contextualização do Programa*. Brasília, 2014b. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/propostaPrograma/listaProposta.jsf>>. Acesso em: 24 set. 2014.

_____. Plataforma Sucupira versão Beta. Propostas Programas. Universidade Católica do Salvador (UCSal). Políticas Sociais e Cidadania. *Relatório de Conferência de Proposta*. Brasília, 2014c. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/propostaPrograma/listaProposta.jsf>>. Acesso em: 24 set. 2014.

_____. *Site institucional*. História e missão. Brasília, 2014a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. Critérios de avaliação e credenciamento do ensino superior. Brasil e Argentina. In: VELLOSO, Jacques (Org.). *O ensino superior e o Mercosul*. Rio de Janeiro: Garamond; Unesco; MEC/SESu, 1998. p. 17-51.

_____. *Qual universidade?* São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 31).

D'AMBROSIO, Ubiratan. Os novos paradigmas e seus reflexos na destruição de certos mitos hoje prevalentes na educação. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 17, n. 34, p. 33-47, jan./jun. 1995.

DAROS, Maria das. Intelectuais e projetos educacionais em disputa no Brasil dos anos 1930-1940. *Roteiro*, Joaçaba, ed. esp., p. 255-270, 2013. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/2054>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

DOM PETRINI, Giancarlo; FONTES, Maria Julieta M. Firpo; MENEZES, José Euclimar. Depoimento [6 jun. 2014]. Entrevistador: Professora Liliana Mercuri de Almeida. Salvador, Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação da UCSal, 2014.

DREIFUSS, René Armand. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Tradução Ayeska Farias e outros. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

FAGUNDES, Norma Carapiá; FRÓES BURNHAM, Teresinha. Transdisciplinaridade, Multirreferencialidade e Currículo. *Revista da FAGED*, Salvador, n. 5, p. 39-55, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p.17-36. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/ao3n28>>. Acesso em: 17 out. 2014.

FERREIRA, Sérgio Luís Costa. *Pesquisa e Pós-Graduação no estado da Bahia: passado e presente*. Produção Científica. Avaliação Trienal da CAPES. Bolsa de Pesquisa do CNPq. Palestra proferida na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, Salvador, 26 ago. 2014.

FERRER, Walkiria Martinez Heienrich. O Brasil na década de 1990: o início do processo de inserção no mercado mundial. *Diritto.it.,Diritto brasiliano*, Ragusa, 10 nov. 2011. Disponível em: <<http://ww.diritto.it/docs/32552-o-brasil-na-d-cada-de-1990-o-in-cio-do-processo-de-inser-o-no-mercado-mundial?page=3>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

FIGUEIREDO, Maria do Socorro Paim de. *Maria do Socorro Paim de Figueiredo: depoimento* [20 setembro 2014]. Entrevistador: Professora Liliana Mercuri de Almeida. Salvador, Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação da UCSal, 2014.

FINEP – INOVAÇÃO E PESQUISA. *A empresa*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=institucional_empresa>. Acesso em: 28 dez. 2014.

FLEXOR, Maria Helena Ochi; SCHWEIZER, Peter José (Org.). *Península de Itapagipe: patrimônio industrial e natural*. Salvador: Edufba, 2011.

FONTES, Maria Julieta Mandarino Firpo. *Maria Julieta M. F. Fontes: depoimento* [6 maio 2014]. Entrevistador: Professora Liliana Mercuri de Almeida. Salvador, Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação da UCSal, 2014.

FRANCO, Augusto de. *A transição para um novo padrão civilizatório sobre a necessidade de um esquema interpretativo para compreender a grande mudança que está acontecendo no mundo*. Brasília: Instituto de Política, 1996.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA. *Relatório de Atividades do ano de 2011*. Salvador, 2012.

GAZZOLA, Ana Lúcia Almeida; FENATI, Ricardo. A Pós-Graduação brasileira no horizonte de 2020. In: BRASIL. *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020*. Documentos Setoriais, Volume II. Brasília, dez. 2010. p. 7-16. Disponível em: <www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG_Miolo_V2.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 13, n. 1(21), p. 30-45, 2001. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/12029>>. Acesso em: 5 mar. 2014.

GUIMARÃES, André Rodrigues; MONTE, Emerson Duarte; FARIAS, Laurimar de Matos. O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira entre o produtivismo acadêmico e a intensificação e a precarização do trabalho. *Revista Universidade e Sociedade*, Brasília, n. 52, Ano XXII, p. 38-42, jul. 2013.

HANDFAS, Anita. Uma leitura crítica das pesquisas sobre a relação entre trabalho e educação. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 129-148, jan./jun. 2010.

HARGREAVES, Henrique José. O sentido cristão da cultura. In: AMARAL, D. Alexandre et al. *Missão do intelectual*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1952. p. 15-33.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010*. Educação e trabalho. Resultados. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/supme/analiseresultados2.shtm>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. Site institucional. *O Instituto: Missão*. Lisboa, 2014. Disponível em: <<http://www.ics.ul.pt/instituto/?doc=31809899531&ctmid=1&mnid=1&ln=p&mm=2>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

JACOB, Gerhard. Pesquisa e Pós-Graduação no âmbito das Universidades Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: VAHL, Teodoro Rogério; MEYER JUNIOR, Víctor; FINGER, Almen Paulo (Org.). *Desafios da administração universitária*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1989. p. 208-217.

KON, Ankita. Subsídios teóricos e metodológicos ao planejamento econômico público (Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Núcleo de Pesquisa e Publicações). Série Relatórios de Pesquisa; relatório nº 12, 1997. Disponível em: <www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/3569.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

KRAYCHETE, Elsa. Elsa Kraychete: depoimento [23 maio 2014]. Entrevistador: Professora Lílina Mercuri de Almeida. Salvador, Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação da UCSal, 2014.

LIBÂNIO, J.B.SJ. *Formação da consciência crítica*². Subsídios Sócio Analíticos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

MACHADO NETTO, Ana Maria; ALVES, Vania. Caminhos ou (des)caminhos da pós-graduação *stricto sensu* em educação no Brasil. Trabalho apresentado na 28ª reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (*Anped*), realizada em Caxambu, MG, 2005.

MAZILLI, Suely. Currículo e conhecimento: ensino, pesquisa e extensão. *Cadernos de Graduação. Ensino de Graduação na UCSal*: referencial para uma nova organização curricular, Salvador, Ano 1, n. 2, p. 53-66, 1999.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Home page. Apresentação. Histórico. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=144&lang=pt>. Acesso em: 5 fev. 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. *Política de mudança e desenvolvimento no ensino superior*. Tradução e revisão Laura A. Ferrantini Fusaro. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. Tradução de: *Changement et développement dans l'enseignement supérieur: document d'orientation*.

PAIM, Antonio. *A UDF e a ideia de universidade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981. (Biblioteca Tempo Universitário; 61).

PASCUTTI, Pedro G. *Perspectivas na pesquisa e na formação de recursos humanos na área interdisciplinar*. 29 slides. Brasília, março de 2012. (Apresentação realizada durante o 134º CTC-ES CAPES).

PASSOS, João Décio. A identidade comunitária da universidade confessional. In: PASSOS, João Décio (Org.). *Carisma e ação da universidade comunitária*. Experiência da PUC-SP. São Paulo: EDUC, 2008. p. 19-35.

PÁTARO, Cristina S. O.; MEZZOMO, Frank Antonio. Sistema Nacional de Pós-graduação no Brasil: estrutura, resultados e desafios para política de estado – Livio Amaral. *Revista Educação e Linguagens*, Campo Mourão, v. 2, n. 3, p. 11-17, jul./dez. 2013.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. Formação do Pesquisador na Pós-Graduação: análise da estrutura organizacional de programas de duas áreas do conhecimento. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 17, n. 34, p. 125-144, 1995.

- PLATAFORMA SUCUPIRA. Projeto de Pesquisa. *Ser mãe/pai é para a vida inteira? Significados de maternidade/paternidade em narrativas de mães e pais de diferentes classes sociais, ao longo do curso de vida da família*. Brasília, 2011. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/projetoPesquisa/listaProjetoPesquisa.jsf>>. Acesso em: 15 out. 2014.
- QUEIROZ, Maria Teresa Sokolowski. Desafios à educação num mundoglobalizado. *Rev. Bras. Política e Adm. Educ.*, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 119-130, jan./jun. 2003.
- RAMALHO, Betania Leite; MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho. A pós-graduação em educação no Norte e Nordeste; desafios, avanços e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, Recife, n. 30, p. 70-81, set./dez. 2005.
- RODRIGUES, Maria Eliane Fonseca (Org.). *Resgatando espaços e construindo idéias: de 1997 a 2002*. Niteroi: EdUFF, 2002.
- ROMANO, Roberto. A questão epistemológica da graduação. In: UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. *Ensino de Graduação na UCSal: referencial para uma nova organização curricular*. Salvador, 1999. (Cadernos de Graduação, Ano 1, n. 2, p. 39-51).
- ROMÃO, José Eustáquio. Paradigmas da modernidade e educação. *Educação Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 34, p. 11-32, jan./jun. 1995.
- SALEM, Tania. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCWARTZMAN, Simon (Org.). *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982. p. 97-134.
- SANTOS, Ana Lúcia Felix dos; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, p. 534-550, set./dez. 2009.
- SANTOS, Bárbara Ferreira. Pós-graduações interdisciplinares são as que mais crescem. *Estadão – Educação*, São Paulo, 25 mar. 2014. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,pos-graduacoes-interdisciplinares-sao-as-que-mais-crescem,1144574>>. Acesso em: 2 dez. 2014.
- SANTOS, Ana Lúcia Felix dos; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. *Revista Brasileira de Educação*, Recife, v. 14, n. 42, p. 534-550, set./dez. 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Da ideia de Universidade à Universidade de ideias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 27/28, op. 11-62, jun. 1989. Disponível em: <www.ces.uc.pt/myces/User Files/livros_92_Da%20ideia%20universidade_RC>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SARMENTO, Diva Chaves. A universidade brasileira. *Educação Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 129-145, 1º sem. 1991.

SAVIANI, Dermeval. *A Pós-Graduação em educação no Brasil: pensando o problema da orientação*. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/dermeval/texto2001-3.html>>. Acesso em: 11 set. 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. A universidade primeira do Brasil: entre *intelligentsia*, padrão internacional e inclusão social. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 56. p. 161-189, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000100012&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 jul. 2014.

SINGER, Paul. *A crise do "Milagre": interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TEIXEIRA, Dalton J.; OLIVEIRA, Caio C.G.; FARIA, Marcos A. Perfil dos egressos do Programa de Mestrado Profissional em Administração da PUC Minas/FDC no período de 2000 a 2005. *Rev. Economia e Gestão*, Belo Horizonte, v. 8. n, 16, p. 100-118, 2008.

TEIXEIRA, Aparecida Netto; ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de; CARVALHO, Silvana Sá de (Org.). *Desafios contemporâneos de dinâmicas territoriais e socioambientais*. Curitiba: CRV, 2013.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma; dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Econ. soc.*, Campinas, v. 21, n. spe., p. 909-941, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400009&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 out. 2014.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. *Reforma universitária e mudanças no ensino superior no Brasil*. Brasília: Unesco, nov. 2003.

UNESCO. *Política de Mudança e Desenvolvimento no Ensino Superior*. Tradução e revisão Laura A. Ferratini Fusaro. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. *UEA 01 – Conceituação e contextualização histórica*. Brasília, [ca. 2002]. Disponível em: <http://www.catolicavirtual.br/conteudos/pdf/pos_graduacao/ead/ead_novo/pdf/uea01.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR. *A Estatuínte: repensando a UCSal*. Salvador, ago. 1993. 26 p. e 2 anexos. Mimeografado.

_____. *A Estatuínte: repensando a UCSal para construir o Projeto Pedagógico*. Salvador, 1995. Mimeografado. 88 p.

_____. *Estatuto & Regimento Geral*. Salvador, jul. 1985.

_____. *Estatuto & Regimento Geral*. Salvador, 2013a.

_____. Centro de Pesquisa e Extensão. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social – Mestrado Acadêmico. Área: Planejamento Urbano e Regional. *Aplicativo para Propostas de Cursos Novos – APCN/CAPES*. Salvador, 16 de julho de 2004.

_____. Centro de Pesquisa e Extensão. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social – Mestrado Acadêmico. Área: Serviço Social. *Aplicativo para Propostas de Cursos Novos – APCN/CAPES*. Salvador, 10 de junho de 2005a.

_____. Centro de Pesquisa e Extensão. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social – Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental. Área: Planejamento Urbano e Regional. *Aplicativo para Propostas de Cursos Novos – APCN/CAPES*. Salvador, 25 de setembro de 2005b.

_____. Centro de Pesquisa e Extensão: Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania – Mestrado Acadêmico em Políticas Sociais e Cidadania. *Aplicativo para Propostas de Cursos Novos – APCN/CAPES*. Salvador, 10 de junho de 2005c.

_____. Centro de Pesquisa e Extensão. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social – Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania. Área: Políticas Sociais e Cidadania. *Aplicativo para Propostas de Cursos Novos – APCN/CAPES*. Salvador, 2014.

_____. Centro de Pesquisas e Extensão. Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Família. Mestrado Acadêmico. *Aplicativo para Propostas de Cursos Novos (APCN/CAPES)*. Salvador, 2004.

_____. *Ensino de Graduação na UCSal*: referencial para uma nova organização curricular. Salvador, 1999.

_____. *Site institucional*. Salvador, 2015. Disponível em: <<http://www.ucsal.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR. *Normas gerais para elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UCSal*. Salvador, 2007.

_____. *O processo de construção da Extensão na UCSal*: a experiência da Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários. Salvador, 1996.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional, 2006-2010*. Salvador, 2006a. Digitalizado.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional, 2011-2015*. Salvador, jan. 2011.

_____. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Coleta de dados. *Relatório CAPES – Ano base 2012*. Salvador, 2012b.

- _____. *Projeto Pedagógico Institucional*. 2006-2010. Salvador, 2006b.
- _____. *Relatório Coleta de Dados 12.INK*. Relatório CAPES/PPGFSC, Ano Base 2012. Salvador, 2012c.
- _____. Resolução n. 001, de 13 de janeiro de 2006. Promove modificações estatutárias. Salvador, 2006c.
- _____. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Doutorado. *Aplicativo para Propostas de Cursos Novos (APCN/CAPES)*. Salvador, 2008.
- _____. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. *Aplicativo para Proposta de Curso Novo (APCN/CAPES)*. Salvador, 2012a.
- _____. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. *Relatório*. Salvador, 2013b.
- UNIVERSIDADES Católicas. *Constituição Apostólica do Sumo Pontífice João Paulo II*. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.
- VAHL, Teodoro Rogério; MEYER JUNIOR, Victor; FINGER, Almen Paulo (Org.). *Desafios da administração universitária*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1989.
- VELHO, Léa. Políticas governamentais e motivações para aproximar pesquisa acadêmica e setor produtivo. In: VELLOSO Jacques (Org.). *O ensino superior e o Mercosul*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. p. 113-155.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. Rumos da ordem pública no Brasil: a construção do público. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 96-106, 1996. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10no4/v10no4_11.pdf>. Acesso em: 12 maio 2015.

APÊNDICES E ANEXO

APÊNDICE A

Relação dos cursos iniciais

PRIMEIRAS UNIDADES¹

A Universidade Católica do Salvador não nasceu de núcleo primitivo, donde aos poucos se constituíram Unidades de ensino, pesquisa e extensão, como em cariocinese. Foi um agregado surgido de Escolas de nível superior, dentre as quais uma Faculdade de Filosofia era *conditio sine qua non* para haver uma Universidade.

Seu primeiro Estatuto a apresenta composta pelas seguintes Unidades cujos Decretos Federais mostram uma cronologia oficial de reconhecimentos.

“Art. 4º. – Constituem inicialmente a Universidade Católica do Salvador:

a) incorporadas:

Escola de Serviço Social da Bahia (Dec. nº. 39.827, de 21/08/1956);

Faculdade Católica de Direito da Bahia (Dec. nº. 49.123, de 18/10/1960);

b) agregadas:

Faculdade Católica de Filosofia da Bahia

(Dec. nº. 38.390, de 23/12/1955);

¹ Fonte: Memorial da Universidade Católica do Salvador.

Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública
(Dec. nº. 43.559, de 23/04/1958);

Faculdade Católica de Ciências Econômicas
(Dec. nº. 48.663, de 04/08/1960);

Já o segundo Estatuto, de 1967, enumera as Unidades com a nomenclatura modificada (art. 3º):

1. Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Salvador;
2. Escola de Medicina e Saúde Pública da Universidade Católica do Salvador;
3. Faculdade de Direito da Universidade Católica do Salvador;
4. Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador;
5. Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Universidade Católica do Salvador.

Após esclarecer como outras Unidades, Institutos poderiam pertencer à UCSal (Parágrafo único), diz que a Faculdade de Filosofia e a Escola de Medicina e Saúde Pública, mantidas, respectivamente, pela União Norte Brasileira de Educação e Cultura (Irmãos Maristas) e pela Fundação Baiana para o Desenvolvimento da Medicina, eram Unidades agregadas e mantidas com Regimentos próprios (art. 4º). Agregar-se-ia, como incorporada, mais tarde o Instituto de Música existente desde 1918.

Veremos depois como, na Faculdade de Filosofia, se deu, sim, a mitose, com o surgimento de Escolas, Faculdades e Institutos, a nascerem em lugar de cursos, como se desligou a Escola Baiana da UCSal e à qual logo mais não pertenceu a Faculdade Católica de Ciências Econômicas, com a desincorporação e independência.

Pelo Parecer nº. 432/70, o Conselho Federal de Educação, em 4 de junho de 1970, aprovou a reestruturação da UCSal (Cf. Documenta, 115 - 53/66 e 252/67).

Aí se encontram, no ciclo básico os Institutos de Ciências Exatas e Naturais, de Filosofia e Ciências Humanas, de Letras e Artes, de Psicologia e de Teologia. No segundo ciclo, as Faculdades e Escolas: de Ciências Econômicas, de Direito, de Educação, de Enfermagem, de Engenharia, de Serviço Social, de Medicina e Saúde Pública (agregada) (Cf. Documenta 94, p.58).

O Estatuto de 1978 (art. 9º.) enumera as Unidades de Ensino e Pesquisa da UCSal: “1) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; 2) Instituto de Ciências Exatas e Biológicas; 3) Instituto de Letras; 4) Faculdade de Educação; 5) Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis; 6) Faculdade de Direito; 7) Escola de Serviço Social; 8) Instituto de Música; 9) Escola de Engenharia; 10) Faculdade de Enfermagem; 11) Escola de Administração; 12) Instituto de Teologia”.

Qual árvore que frondeja, oferece hoje a UCSal 25 Cursos ministrados em 16 Unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão, juntamente com Órgãos complementares, e congrega cerca de 11.684 alunos, 748 professores e 568 servidores.

Ao ser reconhecida, em 1961, tinha o total de 914 matriculados (Cf. Arquivo da Superintendência Acadêmica).

Natural que uma Universidade, inicialmente formada por Unidades autônomas e dispersas, devesse ressentir-se de um “campus”, em cuja área se edificasse paulatinamente as instalações escolares, em que pesem as tentativas da Entidade Mantenedora de em planejá-lo, conforme veremos. Sede própria, a fim de atender a específicos serviços, bem mais tarde a possuiu a UCSal; tê-la-ia tão só em 1967, quando a adquiriu na compra do atual imóvel (Praça 2 de Julho, nº. 7) feita pela Escola de Serviço Social, pois Mons. Veiga contentava-se em despachar no Palácio da Sé, onde funcionava a Faculdade de Direito.

Suas Unidades, máxime a Faculdade de Filosofia, com numerosos cursos, se deslocavam “de ceca e meca e olivais de Santarém”... Contudo, havia “cor unum et anima una” (Ef.IV.4), fruto de comuns serviços em prol de uma causa – “Veritati” – e de incontestes liderança exercida por Mons. Eugênio de Andrade Veiga.

APÊNDICE B

Grupos de pesquisa da UCSal – diretório dos grupos de pesquisa/ CNPQ – 19/09/2014

Quadro 23 – UCSal: Grupos de Pesquisa Certificados

	NOME DO GRUPO	NOME DO LÍDER	ÁREA PREDOMINANTE
1.	Centro de Ecologia e Conservação Animal	Marcelo Cesar Lima Peres	Ecologia
2.	Desenvolvimento Municipal	Nelson Baltrusis	Planejamento Urbano e Regional
3.	Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família	Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima	Direito
4.	Engenharia Ambiental: água e solo	Miriam de Fátima Carvalho	Engenharia Civil
5.	Estudos de urbanismo em Salvador e no Brasil	Maria Helena Matue Ochi Flexor	Arquitetura e Urbanismo
6.	Família, (auto)biografia e poética)	Elaine Pedreira Rabinovich	Psicologia
7.	Família e desenvolvimento humano	Lúcia Vaz de Campos Moreira	Psicologia
8.	Família em Mudança	Giancarlo Petrini	Sociologia

(Continua)

NOME DO GRUPO		NOME DO LÍDER	ÁREA PREDOMINANTE
9.	Geoprocessamento Aplicado ao Planejamento Territorial e Ambiental	Silvana Sá de Carvalho	Planejamento Urbano e Regional
10.	Gestão Ambiental e Desenvolvimento de Empreendimentos Sociais	Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi	Administração
11.	Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais-GAPPS	Katia Siqueira de Freitas	Serviço Social
12.	Grupo de Pesquisa Serviço Social e Questão Social	Josimara Aparecida Delgado	Serviço Social
13.	História e Igreja no Brasil	Cândido da Costa e Silva	História
14.	Movimentos Sociais, Direitos e Políticas Sociais	Mari Aparecida Bortoli	Serviço Social
15.	NEF – Núcleo de Estudos em Tributação e Finanças Públicas	André Alves Portella	Direito
16.	Núcleo de Estudos do Trabalho	Angela Maria Carvalho Borges	Economia
17.	Núcleo de Estudos em Biotecnologia e Conservação – NEBIC	Juan Carlos Rossi Alva	Bioquímica
18.	Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania	Márcia Esteves de Calazans	Serviço Social
19.	Núcleo de Estudos sobre Governança e Instituições	Antonio Carlos da Silva	Serviço Social
20.	Núcleo de pesquisa e estudos sobre juventudes, identidades, cidadania e cultura	Mary Garcia Castro	Sociologia
21.	Núcleo de Pesquisa em Processo Constitucional e Direitos Fundamentais	Dirley da Cunha Júnior	Direito
22.	NUPI - Núcleo de Pesquisa Interdisciplinaridade na Graduação	Ana Sueli Teixeira de Pinho	Educação

(Continua)

	NOME DO GRUPO	NOME DO LÍDER	ÁREA PREDOMINANTE
23.	População e Desenvolvimento, Famílias e Direitos Humanos	Maria Cristina Gomes da Conceicao	Demografia
24.	Salvador: transformações e permanências	Pedro de Almeida Vasconcelos	Planejamento Urbano e Regional
25.	Trabalho e família	Edilton Meireles de Oliveira Santos	Direito

APÊNDICE C

Estatuante UCSal – 1991-1996¹

(DADOS SUMÁRIOS MAIS IMPORTANTES)²

Pela Estatuante a UCSal especialmente se propôs a “renovar-se e recriar-se”. Para tanto, foi instalado o Projeto da Estatuante em 18 de dezembro de 1991, que comporta várias etapas, algumas delas já vencidas.

1º Seminário (18 e 19 de novembro de 1991): estabelecimento de cronograma e constituição dos Núcleos da Estatuante.

PARTICIPANTES DOS NÚCLEOS DA ESTATUANTE

NÚCLEO DE GRADUAÇÃO: Benedito Veiga, Margarida Machado, Antônio Andrade, João Cardillo, Geraldo Brito, Emília Lyra, Adilson Garrido, Dalva Rosário, Alzira Freitas, André Luiz de Souza, Geovane de Moraes e Marília Pessoa. **NÚCLEO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO:** Iranildes Pereira, Lygia Paraguassú Batista, Paulo Afonso, Maria de Fátima, Dinorah Berbert de Castro, Maria Socorro Paim, Maria José Palmeira, Lídia Maria Assunção, Everaldo Borges e Maria Francisca de Moura. **NÚCLEO COMUNITÁRIO E EXTENSÃO:** Ileana Falcão, Elza Pereira Anders, Fernando Chagas, Maria da Conceição,

1 As informações aqui prestadas foram extraídas do Memorial da UCSal.

2 “A Estatuante: Repensando a UCSal”. Salvador, agosto de 1993. 36 p. e 2 anexos.

Maria do Socorro Fraga, Joaquim Nery, Naete Leite, Arlindo Sérgio, Liana Francisca, Antônio Barreto, Maria do Carmo, Kátia Cavalcante. NÚCLEO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO: Carlos Lins de Oliveira, Emílio Wildberger, Grimaldo Câmara, Antônio Severino Gama, Antônio Estrela Braga, Winston Carvalho, Pedro Feitosa, Natan de Carvalho, Antônio Dantas, Rafael Mota. NÚCLEO DO PROJETO PEDAGÓGICO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: Liliana Mercuri, Pe. Ademar dos Santos, Thomas Bacellar, Adelaide Brandão, João Leite, Jacy Costa, Regina Lemos, Margarida Lúcia, Petrônio Oliveira, Antônio Carlos Souza e Augusto Sérgio São Bernardo. NÚCLEO DE REDAÇÃO: Hélio Neves, Gaspare Saraceno, Carlos Pimentel, Jean Bauzin, Roberto Araújo, José Cordeiro, Jurandyr Oliveira, Vera Lúcia Veiga, Maria José Vinhas, Maria Tereza Pimentel e Vanderlino Lima da Silva. NÚCLEO DE COORDENAÇÃO: José Carlos Almeida da Silva, Fernando Azevedo, Clóvis Gouveia, Sérgio Guerra, Georgeocohama Archanjo, Marly Guimarães, Italva Simões, Ivani Rocha, Jurandir Bonfim, Daniel Cerqueira e Orlando Silva Júnior. SECRETARIA EXECUTIVA: Liliana Mercuri de Almeida – Coordenadora. Maria Julieta Firpo, Maria Victória Espiñeira, Marize Marques Pitta, Pe. Ademar Dantas dos Santos, Rita Amália Carreiro, Tereza Cristina Raposo – Relatores. Ordep Serra e Maria Victória Espiñeira - Revisores.

Então proferiu palestra a Prof^a Maria Luiza Angelin (UNB) sobre os desafios para a Universidade no mundo contemporâneo.

2º Seminário (18 a 21 de fevereiro de 1992), quando professores fizeram conferências sobre a Universidade vista em diversas óticas:

- Prof. José Carlos Almeida (Professor da Universidade Federal Fluminense)
- Prof^a Delza Gitai (Ex-Reitora da Universidade Federal de Alagoas)
- Prof. Nilson Lima Neto (Reitor da Universidade Federal de São Carlos)
- Prof. Antônio Paim (Fundador do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro – CDPB)
- Prof. Pedro Wilson Guimarães (Ex-Reitor da Universidade Católica de Goiás)
- Patrícia Di Angelis (Presidente da UNE)

3º Seminário (22, 23 e 24/II/92)

- Pe. Antônio Amaral Rosa (do CFE, ex-Reitor da Unicamp e Vice-Reitor Acadêmico da PUC-RJ)
- Prof. Cândido Padim (Bispo Resignatário)
- Prof. José Eduardo Wanderley (Ex-Reitor da PUC)
- Prof. Moacir Gadotti (Professor da USP)

Reuniões Plenárias (3, em 05/II, 11/V e 20/VIII)

Sobre os Núcleos Estatuinte e a Oficina de Trabalho (6,7,10 e 11/VIII): Análise da UCSal: missão, objetivos, política).

Encontros

1º (27 e 28/X/92). Tema: “Gestão Universitária e Departamentalização” com a presença do Prof. Luiz Wanderley (PUC-SP).

2º sobre “Estrutura Organizacional das Universidades”, com a Profª Zilma Parente Barros (CFE) e Prof. Rogério Vahl (Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa da UFSC).

Boletins sobre os acontecimentos – 4³

1º E 2º CONGRESSOS ESTATUINTE

O 1º realizou-se nos dias 21 e 22 de outubro de 1993, como parte da Estatuinte aprovada pelo Conselho Universitário da UCSal.

Dando seguimento a um processo deflagrado em fins de 1991, quando se instalou a Estatuinte da UCSal, foi instalado o 2º Congresso, em 27 de novembro de 1995, com término marcado para o dia 2 de dezembro. Foi integrado por 150 delegados, credenciados por segmentos proporcionais: 37,4% do corpo docente, 37,4% do corpo discente, 12,6% dos servidores e 12,6% do governo da UCSal.

Os trabalhos visaram abordar os seguintes assuntos: Avaliação Institucional, Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. A finalidade precípua foi a construção de um projeto pedagógico novo para a instituição.

Obedeceu-se à seguinte programação:

3 Cf. A Estatuinte: Repensando a UCSal. Salvador, agosto de 1993. p. 4-6.

27/XI - Manhã, com abertura e instalação. Tema I: Avaliação institucional. Tarde, tema II: Graduação (vestibular e currículo). Noite, Graduação (estágio e monitoria).

28/XI - Manhã. Tema II: Graduação (trabalhos de conclusão de cursos e publicações). Tarde e noite, consolidação dos relatórios dos Temas I e II.

29/XI - Tema III: Pós-graduação. Tarde, Tema IV: Pesquisa e Extensão.

30/XI - Manhã, consolidação dos relatórios dos Temas III e IV. Noite, Sessão Plenária - Tema I: Avaliação institucional.

1/XII - Tarde. Sessão Plenária - Tema II: Graduação. Noite, Sessão Plenária - Tema III: Pós-graduação.

2/XII - Manhã, Sessão Plenária - Tema IV: Pesquisa e Extensão.

Nos momentos que antecederam a realização do Congresso fizeram ouvir os representantes da ADUCSal, ASSUCSal e do DCE⁴.

Encontros preparatórios se fizeram em vários “campi” da UCSal:

8/XI: Campus da Federação (manhã). Auditório da Viracom/Espaço Cultural (noite).

9/XI: Campus de Pituaçu (manhã) e em seu Auditório (noite)

10/XI: Campus da Lapa (manhã) e em seu Auditório (noite)

13/XI: Instituto de Música (manhã) e em seu Auditório (noite)

Para melhor conhecimento da comunidade universitária foram impressas e divulgadas publicações, a começarem pelo Boletim nº 1, de fevereiro de 1992, e a que “infra” nos reportaremos.

Importante é ressaltar a questão da reelegibilidade, com as modificações dos artigos 37, 50 e 69 do Estatuto, eliminando a limitação do número de mandatos para reitor, vice-reitor, diretores e vice-diretores, os pleitos diretos etc.⁵

O PROJETO PEDAGÓGICO

Justamente por essa época foi constituída uma Comissão (Resolução nº 009), que cuidaria da questão prioritária – a da **qualidade do ensino** – composta dos Profs. Benedito José de A. Veiga, Italva Almeida Simões, Lilianna Mercuri de Almeida, Dinorah d’Araújo B. de Castro, Elza Pereira S. Anders,

4 Cf. A Estatuinte UCSal. Boletim especial, novembro de 1995. fl.4.

5 Cf. A Estatuinte UCSal. Boletim nº 6, de novembro de 1993.

Margarida do Rego, e dos estudantes José White Malaquias e André Luiz A. de Souza e dos servidores Roseane Fonseca e Everaldo Cardoso Brito.⁶

No seu primeiro Relatório destacou:

Levantamento da legislação sobre o ensino superior: A UCSal e as exigências da nova proposta da LDB; novas propostas para o estágio e regime semestral, núcleo de apoio à pesquisa, ao ensino e à extensão, através do Cepex, Proac e Procom; colaborar, com instrumentos de avaliação, com as Unidades de Ensino visando ao projeto pedagógico; plano global para a UCSal, com nova estrutura organizacional; promoção de cursos e seminários visando a planejamento mais global e pedagógico⁷.

Mediante Seminários de Pós-Graduação e Pesquisa (2) e de Seminário de Graduação e Extensão (1), toda uma problemática foi estudada: I) Graduação: Vestibular, Currículo, Estágio, Monitoria, Trabalhos de conclusão de Curso, Publicações (p.22-64); II) Pós-graduação: Concepção; Propostas Políticas, Medidas Operacionais (p.64-69); III) Pesquisa (p.69-76); Concepção, Linhas de pesquisa com vista às comunidades acadêmicas e não acadêmicas, Condições institucionais requeridas; IV) Extensão (p.76-79). V) Avaliação institucional: Concepção e Fundamentação, Princípios, Objetivos, Conteúdo da Avaliação, Atribuições da Comissão de Avaliação e Bancos de Dados (p.79-85); VI) Novos horizontes (p.85-88).

Como se vê, um ousado quanto abrangente campo de estudo e trabalho que somente o futuro lhe avaliará medidas tomadas e resultados!

1996

Ainda durante o mês de maio realiza-se a 3ª Semana da Integração Universitária (27/V a 1/VI). Segundo a Pró-Reitora para Assuntos Comunitários, Profª Maria Julieta Fontes visa à integração entre professores, estudantes e funcionários para o compromisso universitário sobre a cidadania, os direitos humanos e a formação profissional, tão ligados.

Primeira discussão: Plano de Saúde: Direito ou Dever do Cidadão.

6 Cf. A Estatuinte: Repensando a UCSal para construir o Projeto Pedagógico, v. 1. Salvador, 1995.

7 Cf. A Estatuinte: Repensando a UCSal para construir o Projeto Pedagógico, v. 1. Salvador, 1995. p. 11-12.

Uma conferência: O Mundo Contemporâneo e os desafios da Produção do Conhecimento, pela Prof^a Alba Pinto de Carvalho, da Universidade Federal do Ceará.

Esta semana deseja comemorar, de modo especial, os 35 anos de aniversário da UCSal e constará do tema de vivência da Musicoterapia – coordenação das Prof^{as}. Mary Ruth, Ana Carla Filard e Mahno Aguiar –, montagem sobre variadas informações sobre a saúde, educação para o consumo e musicoterapia pelos estudantes de Enfermagem, Serviço Social e Música⁸.

A Tarde (29/V/96) publica o seguinte Edital, na p. 10:

Como se percebe, dá-se continuidade aos trabalhos com vistas à principal meta desse terceiro reitorado do Prof. José Carlos Almeida da Silva: A Estatuinte e a UCSal.

8 Cf. Bahia Hoje (28/V/96. p. 3 e Correio da Bahia (31/V/96).

APÊNDICE D

Quantitativo de bolsas de iniciação científica

(ATUALIZADO EM SET/2014)

POR COTAS DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA (FAPESB)

2004/2005 – 20 bolsas para alunos da graduação

2005/2006 – 35 Bolsas para alunos da graduação e 05 Bolsas iniciação científica junior para estudantes do 2º grau de escolas públicas

2006/2007 – 50 Bolsas para alunos da graduação e 15 para iniciação científica junior

2007/2008 – 50 Bolsas para alunos da graduação e 15 para iniciação científica junior

2008/2009 – 50 Bolsas para alunos da graduação

2009/2010 – 40 Bolsas para alunos da graduação

2010/2011 – 30 Bolsas para alunos da graduação

2011/2012 – 30 Bolsas para alunos da graduação

2012/2013 – 35 Bolsas para alunos da graduação

2013-2014 – 35 Bolsas para alunos da graduação

2014-2015 – 40 Bolsas para alunos da graduação

POR COTAS DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ)

2006/2007 – 10 Bolsas para alunos da graduação

2007/2008 – 10 Bolsas para alunos da graduação

2008/2009 – 10 Bolsas para alunos da graduação

2009/2010 – 15 Bolsas para alunos da graduação

2010/2011 – 20 Bolsas para alunos da graduação

2011/2012 – 20 Bolsas para alunos da graduação

2012/2013 – 17 Bolsas para alunos da graduação

2013-2014 – 19 Bolsas para alunos da graduação

2014-2015 – 19 Bolsas para alunos da graduação

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL)

2006/2007 – 33 Alunos da graduação selecionados
(apenas 17 assinaram contrato)

2008/2009 – 50 Vagas ofertadas (em dois editais), 47 preenchidas
(3 alunos desistiram)

2009/2010 – 20 Bolsas para alunos da graduação

APÊNDICE E

Produção dos docentes dos programas de pós-graduação da UCSal

Gráfico 1 – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea: Produção dos Docentes – UCSal, 2013

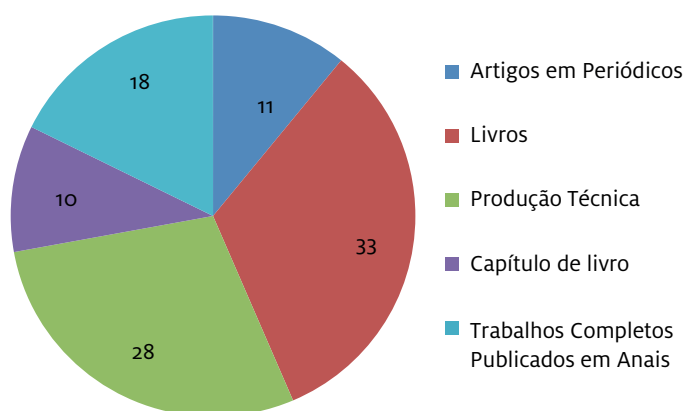


Gráfico 2 – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea: Produção dos Docentes – UCSal, 2014

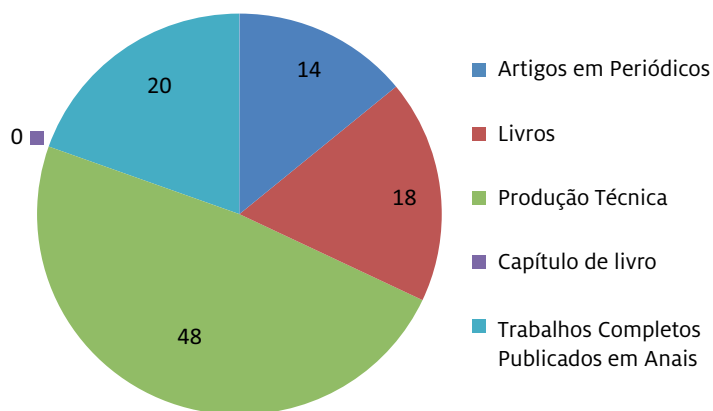


Gráfico 3 – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea: Comparativo da Produção dos Docentes – UCSal, 2013-2014

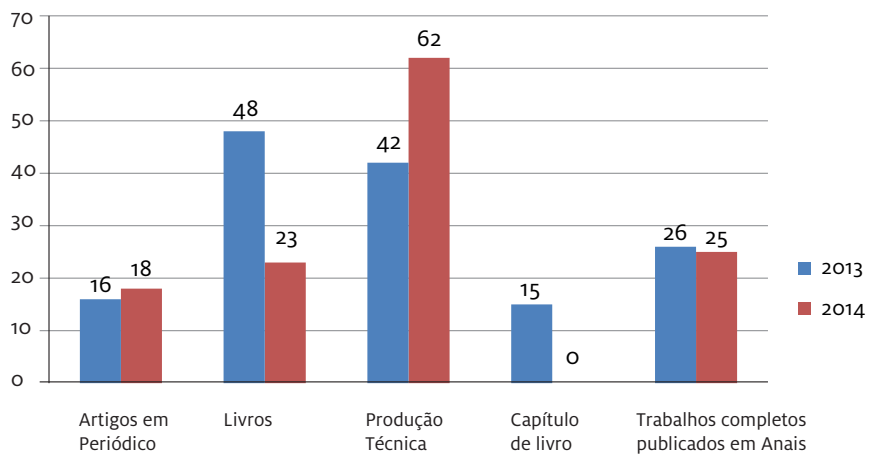


Gráfico 4 – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social: Produção dos Docentes – UCSal, 2013

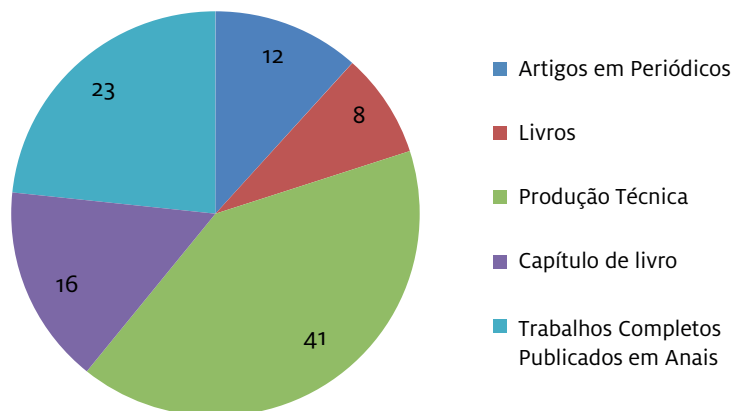


Gráfico 5 – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social: Produção dos Docentes – UCSal, 2014

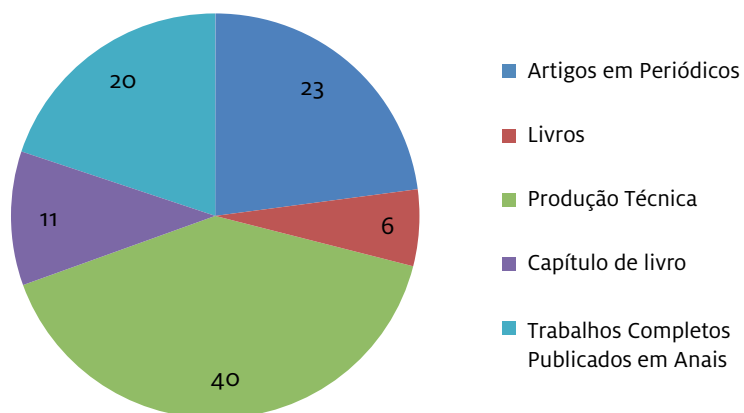


Gráfico 6 – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social: Comparativo da Produção dos docentes – UCSal, 2013-2014

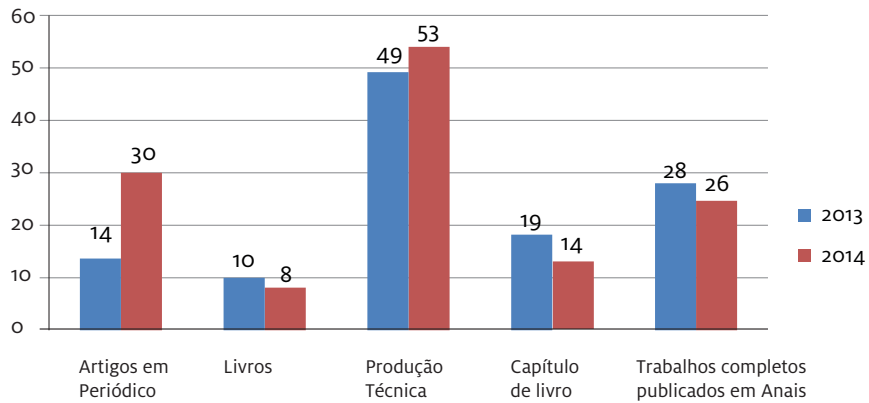


Gráfico 7 – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental: Produção dos Docentes – UCSal, 2013

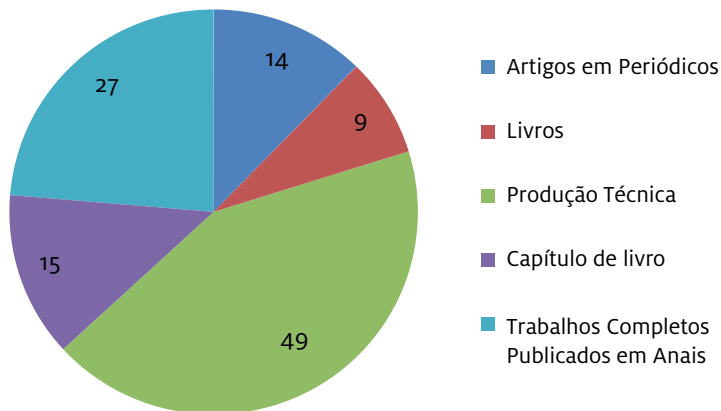


Gráfico 8 – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental:
Produção dos Docentes – UCSal, 2014

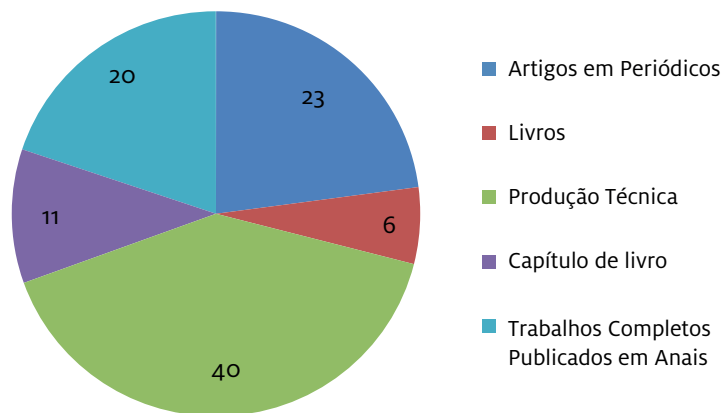


Gráfico 9 – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental:
Comparativo da Produção dos Docentes – UCSal, 2013-2014

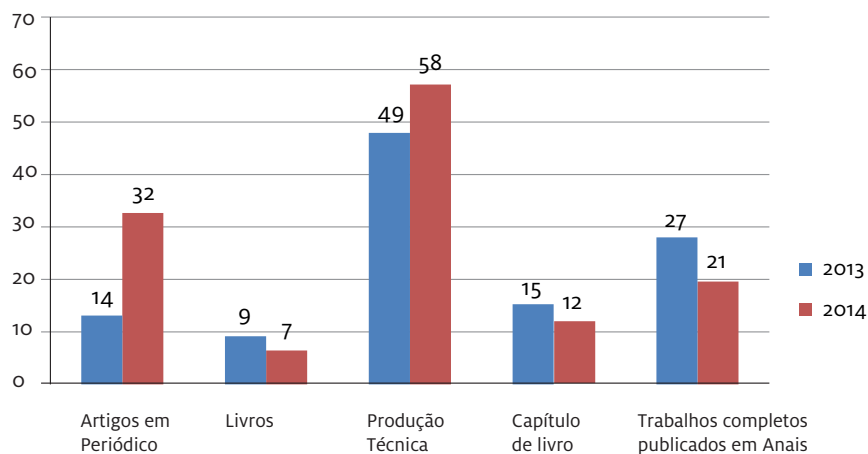


Gráfico 10 – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania:
Produção dos Docentes – UCSal, 2013

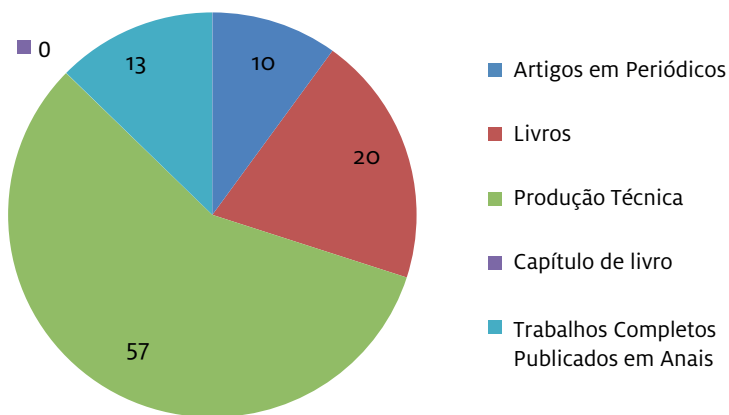


Gráfico 11 – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania:
Produção dos Docentes – UCSal, 2014

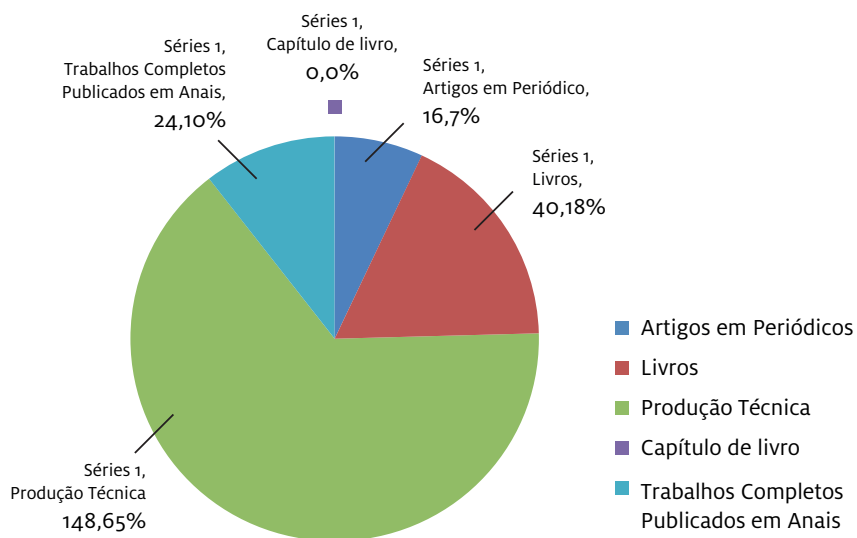
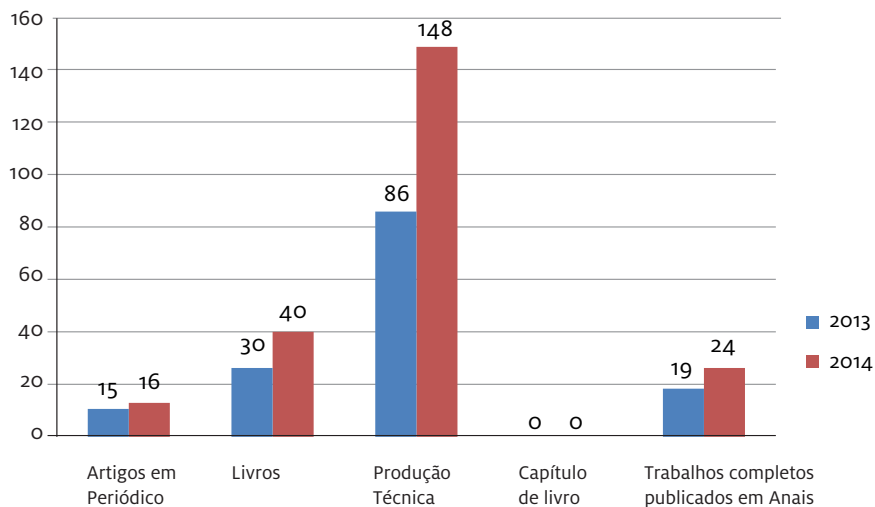


Gráfico 12 – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania:
Comparativo da Produção dos Docentes – UCSal, 2013-2014



APÊNDICE F

Mestrados e doutorados UCSal: alunos inscritos e matriculados

Gráfico 13 – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social: Alunos Matriculados e Inscritos – UCSal, 2005-2014

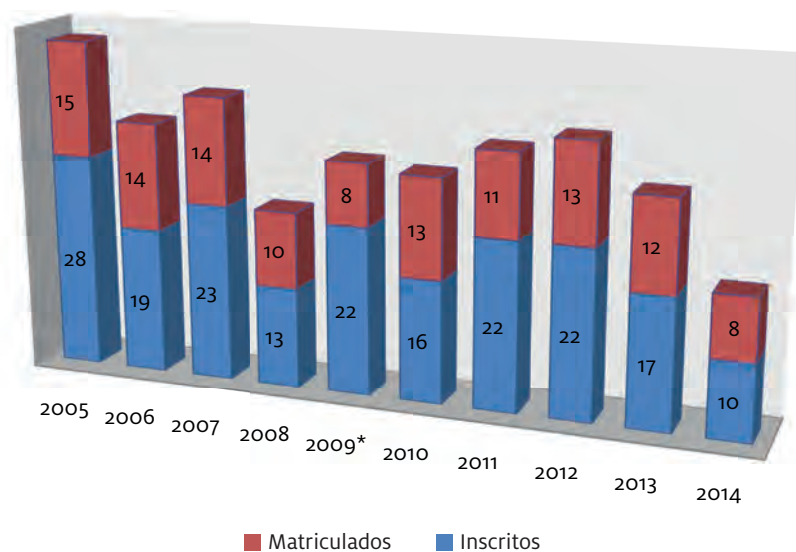


Gráfico 14 – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental: Alunos Matriculados e Inscritos – UCSal, 2005-2014

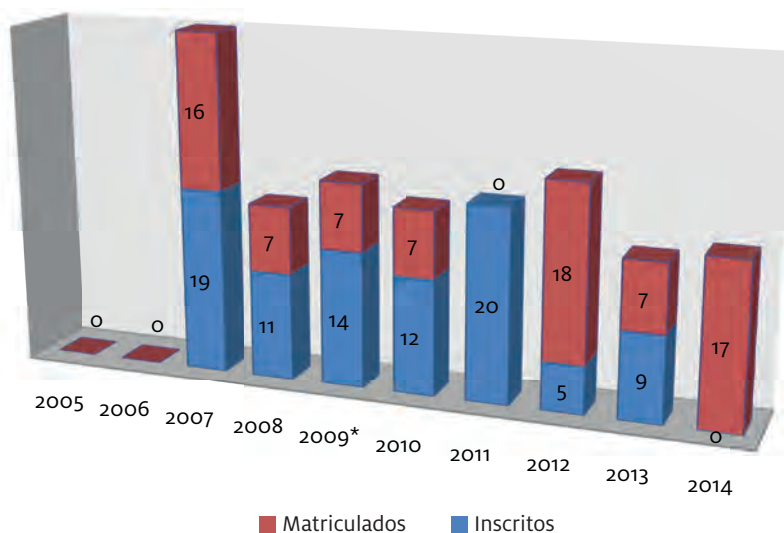


Gráfico 15 – Programa de Pós-Graduação em Família da Sociedade Contemporânea: Alunos Matriculados e Inscritos – UCSal, 2005-2014

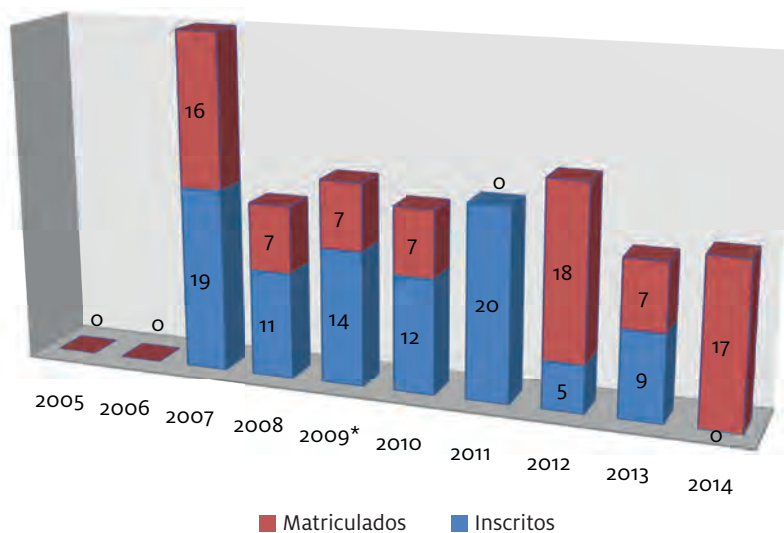


Gráfico 16 – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania: Alunos Matriculados e Inscritos – UCSal, 2006-2014

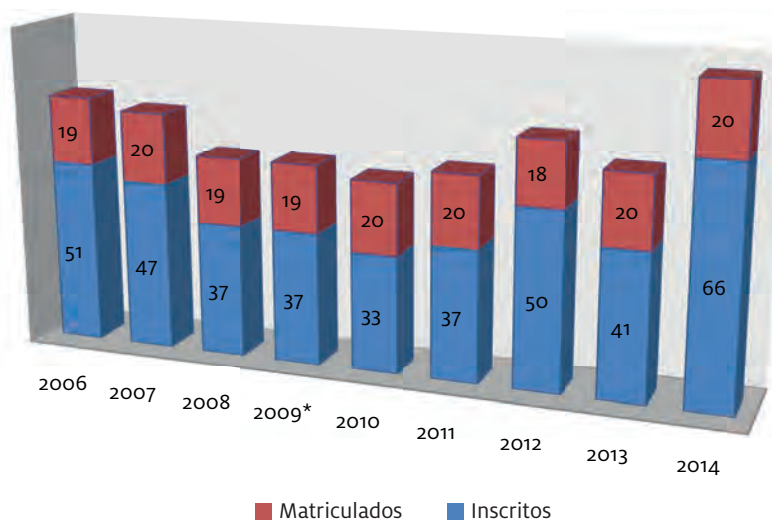


Gráfico 17 – Cursos de Mestrado: Evolução do Número de Inscritos e Matriculados – UCSal, período 2005-2014

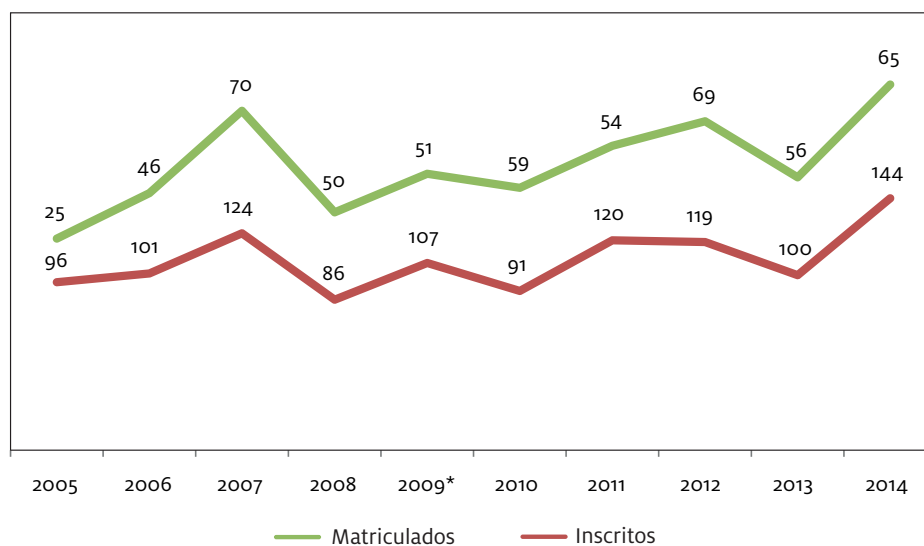


Gráfico 18 – Cursos de Doutorado: Evolução do Número de Inscritos e Matriculados–UCSal, período 2009-2014



APÊNDICE G

A palavra do discente e do egresso da pós-graduação *Stricto Sensu*

INTRODUÇÃO

A concepção pedagógica que permeia os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e de pós-graduação sustenta-se na pedagogia da autonomia, cujo processo pedagógico passa pela relação de intersubjetividade entre professor e aluno, que dialogam a vida, o conhecimento, os processos sociais e a profissão. Nessa relação, que enfatiza a historicidade dos atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, aluno e professor são considerados coautores da construção e reconstrução dos conhecimentos.

Este entendimento está em consonância com a Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel, ao enfatizar que o ser humano aprende os significados que para ele são relevantes, reelaborando-os em novos conhecimentos a partir de suas experiências e conceitos prévios, tornando o processo de aprendizagem peculiar a cada aprendente. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2007, p. 35).

A ideia de projeto de curso pressupõe o envolvimento de professor e estudante enquanto sujeito aprendente e partícipe de sua construção. A Universidade Católica do Salvador (1999, p. 21) esclarece, no documento “Ensino de Graduação na UCSal: Referencial para uma Nova Organização Curricular”:

Diferentemente de uma realidade formal e burocrática, o projeto de curso envolve a definição do ponto onde professores e alunos pretendem chegar, bem como do sentido do seu caminhar, dos pressupostos e implicações de suas teorias e de suas práticas e, acima de tudo, se constitui ele próprio como um conjunto articulado de atividades que professores e estudantes constroem em seu fazer acadêmico de ensinar e aprender, ou seja, no exercício da razão.

No caso da Pós-Graduação *stricto sensu*, por entender que os alunos são sujeitos do processo de aprendizagem, testemunhas vivas do desenvolvimento dos programas de pós-graduação da UCSal, optou-se por ouvir esse segmento no momento em que a Pós *stricto sensu* completa 10 anos de funcionamento.

Nas entrevistas realizadas, alunos regulares dos mestrados e dos doutorados, além de egressos de cada programa contam suas experiências com foco nas suas trajetórias educacionais, satisfação com relação ao programa acadêmico e impacto em suas vidas pessoais e profissionais. Foram 14 entrevistados, com o seguinte perfil:

Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC): seis entrevistados – três doutorandos (duas mulheres com graduação na área de Saúde, uma delas com especialização e mestrado nesta área, ambas com experiência de Intercâmbio – bolsa sanduíche – e um doutorando com graduação em Direito e pós especialização e mestrado na área de Educação); duas alunas do mestrado, sendo uma graduada em Fisioterapia e exercendo a profissão, e a outra graduada em Economia e em Direito, atualmente lecionando em curso de graduação; uma egressa do doutorado, graduada em Pedagogia e lecionando em cursos de graduação da UNEB em Jequié e Serrinha. Dentre os seis entrevistados, quatro exercem a docência no nível de graduação, além das atividades relativas as áreas específicas da formação profissional (fisioterapia, enfermagem, educação, pedagogia, direito).

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (PPGPTDS): cinco entrevistados – um doutorando, com graduação em Administração e especialização na área Ambiental, exercendo a profissão de consultor ambiental; dois egressos do mestrado em PTDS, com formação na área de Direito, ambos exercem advocacia, sendo um docente em curso de graduação na área; dois do MPAMB – um egresso do mestrado, cursando doutorado, graduado em Administração, tem curso de especialização área Ambiental; uma aluna do mestrado com formação em Nutrição (lic/bach) e especialização nesta área. Já exerceu a docência no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (Ceped). Dentre os entrevistados, três já haviam concluído cursos de especialização em áreas específicas relacionadas à formação profissional originária. Apenas dois dos entrevistados, um egresso do doutorado e a aluna do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental, exercem a docência em cursos de graduação. Todos os entrevistados atuam profissionalmente na área de formação específica: consultor ambiental, direito, nutrição, educação.

Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC): três entrevistados: duas egressas do mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, sendo uma com graduação na área de Ciências Sociais, com larga experiência na docência e em atividades de gestão (coordenação de curso de graduação/chefia de departamento, docência no ensino superior), e a outra com graduação em Matemática, Pedagogia, especialização em Administração de Sistemas Educacionais, experiência em docência, atuando na área de educação de jovens e adultos, é editora de Revista nessa área; 1 aluno do mestrado, licenciado em História pela UFBA, atua na área de educação, é professor de formação. Dentre os 3 entrevistados, todos, além da formação no nível de graduação, respectivamente em Ciências Sociais (Matemática, Pedagogia) e História, com larga experiência na área de educação, exercem a docência na atualidade, sendo que um tem forte engajamento na área de Educação de Jovens e Adultos e o outro na Formação de Professores.

Dentre os 14 entrevistados, um total de oito já teve experiência como docente, e a maioria destes últimos está exercendo a docência na graduação/ensino básico.

As entrevistas semiestruturadas com os egressos e alunos regulares, respectivamente do doutorado e do mestrado dos Programas, foram orientadas

por um roteiro com as seguintes questões: dados de identificação, razões para a escolha do curso/Instituição, experiência de aprendizagem no curso do ponto de vista pessoal e profissional (isto é, aprendizagens e competências adquiridas), mudanças que ocorreram, perspectivas de crescimento, sugestões para a pós da UCSal a partir de 10 anos de existência projetando seu futuro.

Para a escolha dos sujeitos a serem entrevistados, levou-se em consideração os seguintes critérios: inserção no Programa como aluno regular (mestrando e doutorando) indicação de docentes vinculados a cada um dos programas. No caso dos egressos, foram critérios: relação de nomes indicados pelo coordenador do curso e maior facilidade de acesso. As entrevistas foram agendadas após contatos feitos pelo próprio entrevistador, quando foram apresentados os objetivos, permitindo boa receptividade e compatibilização de horários disponíveis de ambas as partes. O diálogo estabelecido na relação entrevistador-entrevistado fluiu de forma flexível, facilitado pelo roteiro que contribuiu para colocar questões que estimularam o relato dos entrevistados, bem como o conhecimento prévio dos sujeitos a serem entrevistados. As entrevistas, com duração máxima de 1 h 30 m, foram realizadas, na sua grande maioria, no *campus* da Federação, onde funciona a Superintendência de Pós-Graduação *stricto sensu*, sendo que apenas uma ocorreu no *campus* de Pituaçu e uma no local de trabalho de um dos entrevistados. Foram gravadas, mas também feitas anotações em “caderno de campo” para confronto com o registro da entrevista. As transcrições foram feitas pela entrevistadora e enviadas por e-mail aos entrevistados que, após leitura e revisão, as devolveram à entrevistadora, também por e-mail, com a aprovação.

Segundo Gibbs (2009, p. 95, 96):

As pessoas produzem narrativas e histórias naturalmente em entrevistas [...] e conversas comuns. Elas o fazem por várias razões [...] Elas incluem uma série de temas entre os quais alguns, como pertencimento, distância, carreira e relação com outros, são muito comuns.

As narrativas constituíram-se em precioso recurso, ao permitir que as entrevistas fluíssem mais livremente, viabilizando a emergência de aspectos que enriqueceram os testemunhos de egressos e alunos regulares sobre suas experiências de aprendizagem e avanços alcançados na formação pro-

fissional e pessoal. Além de constituírem-se em testemunhos vivos da qualidade acadêmica dos cursos. Conforme citado por Schraiber (1993, p. 1): “Avalia-se a entrevista aberta como instrumento de produção de narrativas livres e relatos de vida.” Sem dúvida, recorrer à fonte direta dos egressos e alunos mediante entrevistas possibilitou o registro vivo desse período da história dos 10 anos da pós-graduação – pela riqueza dos relatos de cada entrevistado, ao se recordar e se reportar às trajetórias de suas vidas –, bem como criou um espaço de reflexão sobre o significado dos estudos realizados.

Oportunizou também o reconhecimento explícito, por parte dos entrevistados, da qualidade da relação pedagógica estabelecida com os professores, orientadores e colegas de turma. Assim, os depoimentos pessoais podem ser considerados “[...] narrativas com a qualidade de testemunhos pessoais” (SCHRAIBER, 1993, p. 64).

Os testemunhos dos egressos e alunos regulares mostram a relevância dos programas de pós-graduação da UCSal. Seus depoimentos são exemplos da contribuição que os programas vêm dando na formação qualificada, preparando profissionais/pesquisadores competentes para atuar na docência e na pesquisa, de modo a atender às necessidades do mercado, não só como profissionais, mas também como cidadãos, em consonância com o perfil projetado nas propostas enviadas à CAPES e no Projeto Pedagógico Institucional da UCSal.

Para garantir o sigilo recomendado pelas normas estabelecidas, tratou-se de utilizar um código numérico para identificá-los. Nos excertos de narrativas apresentados neste apêndice, os depoentes estão indicados da seguinte forma: identificação da entrevista (Ent. 1.1, 2.1, 3.1 etc.), condição do depoente (Aluno, Egresso) e Programas (Mestrados e Doutorados).

A sistematização das respostas requereu, inicialmente, a organização de quadros, nos quais constaram as seguintes informações extraídas das entrevistas: número do(a) entrevistado(a), dados do perfil, programa, resposta.

Em seguida, foi possível agregar as respostas referentes a cada uma das perguntas formuladas. Para tanto, buscou-se identificar os temas recorrentes e a regularidade dos assuntos tratados pelos entrevistados, agrupando-os e constituindo categorias mais amplas.

No texto a seguir, procura-se apresentar os resultados dessa sistematização mediante a transcrição de trechos de depoimentos de alunos e egress-

tos sobre suas experiências e trajetória na Pós-Graduação *stricto sensu*, conforme as seguintes categorias: razões da escolha do curso/instituição; aprendizagens e competências adquiridas no curso (ampliação da formação acadêmica/impactos gerados na vida pessoal e profissional); Aspectos teórico-práticos refletidos e aprofundados durante o desenvolvimento do curso; Avaliando e projetando o futuro da Pós-Graduação da UCSal.

RAZÕES DA ESCOLHA DO CURSO/INSTITUIÇÃO

Foram identificadas nas entrevistas as seguintes razões da escolha do curso e/ou Instituição.

1. aprofundar conhecimentos/qualificar a intervenção profissional;
2. aperfeiçoar a formação para atuar com a docência;
3. aliar experiência a coisas que gostava de estudar (necessidade de voltar a estudar, a “ser aluna”);
4. qualidade do corpo docente da pós;
5. identificação com a UCSal, com o curso da pós;
6. reconhecimento da história da UCSal, na área educacional (curso reconhecido pela CAPES).

Como foi referido anteriormente, tendo em vista a recorrência dos temas, a regularidade dos assuntos abordados e o número de vezes que aparecem nas narrativas, as respostas relativas às razões da escolha do curso foram agrupadas nas seguintes subcategorias: dar continuidade aos estudos (continuar aprendendo); qualidade do corpo docente; identificação com a Instituição/Programa da Pós (sentimento de pertença e desejo de continuidade do vínculo estabelecido); reconhecimento da UCSal como instituição de ensino superior de reconhecida qualidade.

Dar Continuidade aos Estudos (Continuar Aprendendo)

“Foi a partir do Mestrado que eu percebi que só iria me encontrar, aprofundando os conhecimentos nessa área.” (Ent.I.I, Egressa do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

“Tem 11 anos que fiz o mestrado. Pensei em ir para saúde coletiva ou enfermagem, mas escolhi o Programa em Família, e passei esse tempo maturando desde que terminei o [curso] em 2003 [...] estou satisfeita com minha escolha.” (Ent. 1.2, Aluna do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

“Vim buscar, na Pós-Graduação da UCSal, ferramentas que me dessem maior capacitação técnica para avançar na prática dentro da minha profissão.” (Ent. 3.1, Egresso do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental).

“Tomei conhecimento do mestrado [...] e logo me interessei, desejava continuar me aperfeiçoando como professora da disciplina Segurança, Meio Ambiente e Saúde [...]” (Ent. 3.2, Aluna do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental).

“Senti-me motivada a fazer o mestrado por necessidade de voltar a estudar, a ‘ser aluna’. Vi, na proposta, a possibilidade de aliar a minha experiência a coisas que gostava de estudar.” (Ent. 4.1, Egressa do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

“[dentre as razões para fazer o mestrado foi] o desejo de aprofundar os conhecimentos no campo da sociologia, mais precisamente no campo do materialismo dialético. (Ent. 4.2, Egressa do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

Qualidade do Corpo Docente

“Eu estava decidido fazer um curso de mestrado [...] vinha refletindo sobre uso dos espaços públicos em Salvador [...] tomei conhecimento [...] do Mestrado na UCSal [...] e do trabalho do professor Pedro Vasconcelos sobre as cidades, um dos docentes [...]” (Ent. 2.2, Egresso Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

“Quería estudar o problema urbano de Salvador, compreender o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU 2008), movido pela preocupação com o direito do povo da cidade. Colegas [...]

indicaram o Professor Nelson Baltrusi [...]” (Ent. 2.3, Egresso do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

“Fui convidado pela Professora Kátia Freitas e tem sido valioso. Na pesquisa, tenho caminhado com segurança [...] Identificação com a UCSal, com o Programa da Pós.” (Ent.4.4, Aluno do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

“Quero iniciar essa fala relatando um pouco a minha trajetória até finalmente decidir realizar o mestrado. Desde que terminei a graduação, em 2001, tinha o forte desejo de ingressar em um Programa *Stricto Sensu*, porém, em virtude do grande envolvimento com as atividades profissionais, e pela ausência de Programas específicos para a minha área (Fisioterapia), desanimei. Em 2011, por influência de uma amiga que já estava fazendo mestrado no programa, [...] decidi matricular-me como aluna especial. Para minha grande sorte, essa disciplina era ministrada pelas professoras Elaine Rabinovich e Livia Fialho. [...] Construí laços de carinho e amizade que jamais serão desfeitos. E para ajudar na nutrição dessas relações, ainda me mantenho ligada ao Programa, através do grupo de pesquisa Família, autobiografia e poética (Fabep) liderado pela Professora Elaine Rabinovich. A experiência foi tão maravilhosa que irei participar da seleção para o Doutorado no próximo mês.” (Ent.1.4, Egressa do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea).

Identificação com a Instituição/Programa da Pós (sentimento de pertença e desejo de continuidade do vínculo estabelecido)

“Eu aprendi com a UCSal a questão dos projetos sociais e da solidariedade. Sempre trabalhei com grupo de jovens católicos e tinha entusiasmo. Sou aluna da Católica e acredito na essência do homem como acolhimento e não discriminação [...] O que me fez procurar o mestrado foi o acolhimento na graduação [...] A UCSal é uma família. Todas as vezes que ia para uma seleção de estágio eu era aproveitada por ser da UCSal. Quando vi no site da UCSal comunidade Católica do curso de Economia e encontrei meu nome fiquei feliz. Não há diferença entre aluno espe-

cial e regular você tem voz e vez.” (Ent.1.6, Aluna do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea).

“[...] nós nos sentimos muito pertencentes ao nosso programa. [...]” (Ent. 1.1, Aluna do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

“[...] tenho uma longa história na Universidade Católica do Salvador (UCSal). Comecei com a graduação em Pedagogia. Tempos depois, ingressei no Programa Interdisciplinar em Família na Sociedade Contemporânea, cursando o mestrado e o doutorado neste Programa, recebendo o título de doutora.” (Ent. 1.3, Egressa do Programa em Família na Sociedade Contemporânea).

Reconhecimento da UCSal como Instituição de Ensino Superior de qualidade

“A UCSal é minha casa, a organização é o que me trouxe de volta.” (Ent. 1.6, Aluna do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea).

“Escolhi o curso pelo elenco de disciplinas, pela história da UCSal na educação em nosso estado, pela seriedade do curso, [por] ser reconhecido pela CAPES.” (Ent. 3.2, Aluna do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental).

“Sou licenciado em História pela UFBA e trabalho na área de educação. Sou professor de formação. E as questões que envolvem relação aluno x professor sempre fizeram parte do meu centro de atenção. Nesse pensar do cotidiano escolar envolvendo pais/alunos/professor e a própria oferta de políticas de educação do estado estão no centro de minhas inquietações e descobri que existia esse curso de Políticas Sociais e Cidadania. Procurei informações e fiz a matrícula especial e essa disciplina foi fundamental, pois confirmei minha expectativa e decidi participar do processo de seleção.” (Ent. 4.4, Aluno do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

“Posso destacar [...] o corpo de professores, a proposta curricular, o grupo de mestrandos e mestrandas com suas trajetórias em diferentes campos, se constituíram como diferenciais importantes [...]” (Ent. 4.2, Egressa do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

Na sequência, agregam-se as respostas dos entrevistados referentes à segunda pergunta formulada (Experiência de aprendizagem no curso do ponto de vista pessoal e profissional). No decorrer das entrevistas, alunos e egressos falam sobre os significados que, para eles, foram relevantes, reelaborando-os em novos conhecimentos, com base em suas experiências e conceitos anteriormente assimilados.

APRENDIZAGENS E COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS NO CURSO (IMPACTOS GERADOS NA VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL)

Foi pedido aos entrevistados que relacionassem suas ações atuais aos conhecimentos adquiridos, com foco na contribuição do curso para o aprimoramento profissional e pessoal. Assim, a entrevista teve a intenção de possibilitar o testemunho de alunos sobre a pós-graduação da UCSal, sem adentrar na dinâmica propriamente dita do processo de avaliação da aprendizagem.

Para efeito de sistematização foi necessário criar uma codificação, com base nas respostas dos entrevistados, levando em consideração a pergunta formulada, a regularidade dos assuntos recorrentes, os objetivos do curso e o perfil do egresso desenhado nas propostas dos Programas.

Como se verifica a seguir, os 14 entrevistados, ao falarem de suas experiências nos cursos, reconheceram aprendizagens adquiridas e registraram os avanços alcançados na formação profissional e pessoal. Destacaram também conhecimentos que tiveram oportunidade de aprofundar, desenvolvendo competências e habilidades, além de criar laços afetivos com professores dos respectivos Programas. Excertos das entrevistas ilustram mudanças ocorridas, em que os próprios entrevistados referem-se à contribuição do curso para a formação e o aprimoramento profissional.

As respostas relativas à segunda pergunta formulada foram agrupadas em duas categorias mais amplas e respectivas subcategorias: aprendizagem e competências adquiridas/impactos gerados na vida pessoal e profissional

(aumentou a compreensão dos problemas sociais numa perspectiva interdisciplinar; ocorreu transferência de conhecimento científico para atuar no campo de trabalho; aumentou a consciência crítica e a responsabilidade social; houve melhoria na capacidade de utilizar a metodologia do trabalho/pesquisa; houve melhoria das oportunidades sociais; ampliou-se a inserção na comunidade científica, resultando em maior reconhecimento profissional) e aspectos teórico-práticos refletidos e aprofundados durante o desenvolvimento do curso (Interdisciplinaridade/multireferencialidade; neutralidade científica; a subjetividade nas Ciências Sociais; a perspectiva teórica de Winnicott; formação em pesquisa; a questão do compromisso social x cidadania; formação da consciência crítica; desenvolvimento de habilidades como elaboração e comunicação científica e consequente inserção na comunidade científica).

A seguir excertos de narrativas de alunos e egressos no que tange à Aprendizagem e Competências adquiridas/impactos gerados na vida pessoal e profissional:

- aumentou a compreensão dos problemas sociais numa perspectiva interdisciplinar

“Aprendi muito sobre Salvador. Tive outra visão de mundo [...] a partir daí pude compreender a questão urbana de Salvador, os problemas de educação, saúde através do viés histórico. Compreendi que a Salvador de hoje é fruto de uma construção histórica e como se dá a relação com o Município e o Estado e sua relação com Salvador. E eu consegui olhar na ótica do Direito.” (Ent. 2.3, Egresso do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

“O curso contribuiu para dar esse salto, pensando na transição da escola pública [...] Uma das grandes contribuições foi a de refletir sobre os problemas sociais do país e da Bahia.” (Ent. 4.3, Egresso do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

“[...] compreendi melhor a relação dos soteropolitanos com suas calçadas, culminando com a dissertação sob o título ‘Direito à Calçada: o espaço e o pedestre na cidade de Salvador.’” (Ent. 2.2, Egresso do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

“Vi com os próprios olhos a realidade que conhecia pouco ou não conhecia [...] conheci as condições de vida da população e o descaso do poder público. Foi fantástico porque, como advogado, nunca tive oportunidade de fazer visita de campo.” (Ent. 2.3, Egresso do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

- ocorreu transferência de conhecimento científico para atuar no campo de trabalho

“Eu trabalho com criança. A criança está na família, e eu preciso conhecer essa realidade [...] esperei sete anos para voltar, para fazer o doutorado. Aqui era o lugar que eu queria aprender; a técnica fica mais fácil [...] A grande maioria dos fisioterapeutas faz estudos relacionados ao conteúdo específico e a perspectiva da fisio é técnica, menos humanística. Com frequência negligenciamos as relações familiares.” (Ent. 1.1, Egressa do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

“Leciono disciplina sobre família em situação de hospitalização e [...] venho ampliando o meu olhar sobre a família nos hospital [...] Tenho embasamento para discutir com a equipe de saúde sobre acolhimento à família na hospitalização [...]” (Ent. 1.2, Aluna do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

“A realização do MPSC influenciou significativamente em minha atuação na UNEB, nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, o que pode ser percebido na produção acadêmica, no trabalho relativo à concepção, execução e avaliação de políticas públicas.” (Ent. 4.2, Egressa do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

“Após o curso, a instituição onde trabalho beneficiou-se dos conhecimentos adquiridos. A realização do mestrado em Políticas Sociais e Cidadania na UCSal influenciou significativamente em minha atuação na Instituição [...] também posso destacar minha atuação em organização social.” (Ent. 4.2, Egressa do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

- ampliou-se a leitura do mundo com visão humanista e ambiental

“Hoje, em sala de aula, sou outra pessoa; hoje eu priorizo a perspectiva humana, a interação com a pessoa que está sendo cuidada.” (Ent. 1.1, Aluna do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

“Fiquei com maior domínio da teoria [...] conhecendo as causas e as consequências. Destaco os conhecimentos da legislação específica, tão importante para quem atua na área ambiental.” (Ent. 3.2, Aluna do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental).

“Tenho participado e apresentado trabalhos em eventos da área, a exemplo do 2º Congresso Baiano de Engenharia Sanitária em Feira de Santana. E participo de eventos nacionais, acompanhando as discussões atuais que são feitas por doutores, especialistas que atuam nessa área [...] Constato que cresci, ampliei e aprimorei conhecimentos abrindo novas perspectivas de atuação, por exemplo: a interlocução com engenheiros, tem sido de grande utilidade para mim, que sou nutricionista.” (Ent. 3.2, Egresso do Mestrado Profissional em Planejamento ambiental).

- aumentou a consciência crítica e a responsabilidade social

“[...] a grande contribuição [do ponto de vista profissional] é o modo com passei a processar o conhecimento, a informação de maneira mais crítica, daí a repercussão na minha atuação como advogado.” (Ent. 2.2, Egresso do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

“O mestrado me ajudou a pensar o mundo, pensar a questão do ensino superior; me deu a lógica de construir o pensamento [o conhecimento]. Dentre as disciplinas que fiz, destaco Políticas Públicas de Gestão e a de Inaiá, que foi introdutória, abrindo para questões das Políticas, indicando os principais teóricos para trabalhar a Metodologia com Mary.” (Ent. 4.1, Egressa do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

“[...] me abri mais para a questão dos direitos sociais [...] estamos construindo um Manual destinado a pessoas endividadas com necessidade de se organizar e planejar a vida financeira.” (Ent. 4.1, Egressa do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

- houve melhoria na capacidade de utilizar a metodologia do trabalho/pesquisa

“Após o curso, houve melhoria na capacidade de utilizar a metodologia do trabalho/pesquisa; outra grande contribuição foi aprimorar o método de pesquisa [...]” (Ent. 2.2, Egresso do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

“Talvez, a importância maior do mestrado para mim é ter e propiciado tornar-me mais observador, mais atento, mais crítico do que eu era antes [...] foi através do mestrado que tive a oportunidade de conhecer mais profundamente [...] outra grande contribuição do mestrado foi aprimorar o método de pesquisa. Pesquisa é um poço sem limites; você acha que parou e descobre aspectos, e começa tudo de novo, sob novo enfoque, sob novas perspectivas [...]” (Ent. 2.2, Egresso do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

“Foi o lugar onde me descobri como produtor do conhecimento.” (Ent. 2.1, Aluno do Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

“[...] do lado profissional, o que tive de resultado imediato é que passei a escrever melhor como advogado.” (Ent. 2.3, Egresso do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

- houve melhoria das oportunidades sociais

“A partir dessa formação, entrei para a carreira docente. Quando iniciei o mestrado, estava atuando na Faculdade X, na assessoria jurídica, e logo fui convidada para ser professora.” (Ent. 1.6, Aluna do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea).

“[...] acabei o mestrado há pouco tempo, mas consegui ser professor da instituição X, em Direito.” (Ent. 2.3, Egresso do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

“A partir dessa formação, entrei para a carreira docente, a exemplo do Programa de Formação de Professores em Nível Superior, na Universidade Estadual da Bahia (UESB), Campus de Jequié e Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus de Serrinha. Ademais, estou como professora e coordenadora de pesquisa na Faculdade Ruy Barbosa – Grupo DeVry Brasil.” (Ent. 1.3, Egressa do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

“Em julho de 2013 fui aprovada no concurso para Professor Auxiliar da UNEB, e tenho certeza de que, se não fosse pela produção científica e pelo conhecimento adquirido no Programa, não teria obtido êxito no concurso. Olhando para trás, vejo o quanto a experiência do mestrado transformou a minha vida e a minha carreira. Fez com que oportunidades se abrissem diante dos meus olhos e, felizmente, eu pude agarrar todas elas. Estou certa de que não será diferente com o Doutorado.” (Ent. 1.4, Egressa do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea).

- ampliou-se a inserção na comunidade científica, resultando em maior reconhecimento profissional

“[...] no momento, estou terminando uma consultoria com o Ministério da Justiça sobre educação financeira [...]” (Ent. 4.1, Egressa do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

“[...] faço a editoração de um periódico eletrônico no campo da educação – a revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos. A Revista vem se constituindo [...] uma das ações do Grupo de Pesquisa no qual assumo a liderança.” (Ent. 4.2, Egressa do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

“Todo conhecimento leva a novos conhecimentos que são utilizados na prática, seja na vida pessoal ou profissional. As pesquisas têm me trazido autoridade e propriedade, enquanto representante do conhecimento. Em tudo que faço, percebo que estou mais preparado e o reconhecimento profissional vem

junto. Ministro palestras, escrevo artigos e fui preparado nesta Instituição de ensino.[...]" (Ent. 2.1, Aluno do Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

"Hoje me sinto mais motivada e preparada para a produção científica, e entendo que não há outro caminho para o desenvolvimento social. Consigo enxergar a pesquisa como um meio para promover mudanças na nossa sociedade." (Ent. 1.4, Egressa do mestrado em Família na Sociedade Contemporânea).

"[...] prossigo acompanhando os eventos nacionais e internacionais, a exemplo do Consejo Europeo de Investigaciones Sociales de América Latina (CEISAL), em Toulouse, França, realizado em 2011; e em Porto, Portugal, no ano de 2013. Este ano participo do Congresso Internacional Familias y Redes Sociales: Etnicidad, Movilidad y Marginalidad en el Mundo Atlántico, em Sevilha, Espanha, além de outros [...] seria uma contradição da proposta investigativa, pelo teor e objeto de estudo, se encerrar ao findar o curso. Não é possível deixar de estar presente e envolvida com a Universidade e de continuar buscando compreender a realidade das esferas privadas e pública, como também da vida das pessoas em um mundo que apresenta disparidades e possibilidades de pesquisas intermitentes." (Ent. 1.3, Egressa do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

Aspectos teórico-práticos de refletidos e aprofundados durante o desenvolvimento do curso

Tomando como referências as perspectivas teóricas adotadas, chega-se ao detalhamento do seguinte código, que expressa o conjunto de respostas à segunda questão formulada; isto é, os alunos, após reconhecerem as principais aprendizagens e competências adquiridas ao longo do curso, narram livremente sobre conteúdos relevantes trabalhados durante o curso.

Excertos das respostas dos entrevistados mostram comentários sobre conteúdos considerados relevantes para a formação, tais como: Interdisciplinaridade/multireferencialidade; neutralidade científica; a subjetividade nas Ciências Sociais, além da explicitação de outros aspectos relacionados, a exemplo de: formação em pesquisa, a questão do compromisso social x cida-

dania e da formação da consciência crítica; desenvolvimento de habilidades como elaboração e comunicação científica e consequente inserção na comunidade científica. As respostas foram agrupadas na categoria: Aspectos teórico-práticos refletidos e aprofundados durante o desenvolvimento do curso.

Interdisciplinaridade¹/Multirreferencialidade²

Entre os entrevistados, os relatos assim expressam seus entendimentos:

“Abriu novos horizontes para a minha formação acadêmica e profissional com enfoques inovadores e interessantes [...] fui orientada para além de aprofundar uma pesquisa, mas sob a perspectiva da interdisciplinaridade e multirreferencialidade na formação e carreira de pesquisadora [...] Na perspectiva epistemológica interdisciplinar, a prioridade se molda na construção de objetos de pesquisas que priorizem problemas sociais, com debates pautados no exercício da dialética, da alteridade e no enfrentamento do debate de ideias, com postura questionadora e reflexiva. Tal posição é um desafio e envolve o trabalho de equipe, interesse pela troca de representações mentais de fenômenos concretos e/ou abstratos, opiniões, questionamentos, investimentos intelectuais, observações apuradas, além de ações comprometidas com projetos e justiça social. Não se trata de atender aos modismos, cair na fragmentação do real e, muito menos, de fragilizar a evolução do disciplinar.” (Ent. 1.3, Egressa do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

-
- 1 Interdisciplinaridade é uma abordagem curricular que vai além da justaposição de disciplinas e, ao mesmo tempo, evita a sua diluição em generalidades. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, de 1998, encontramos: “O conceito de interdisciplinaridade fica mais claro quando se considera o fato trivial de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação, de ampliação, de iluminação de aspectos não distinguidos.” (BRASIL, 1998, p. 38)
 - 2 “A multirreferencialidade pode ser entendida como uma pluralidade de olhares dirigidos a uma realidade e uma pluralidade de linguagens para traduzir esta mesma realidade e os olhares dirigidos a ela. Entendendo-se que os diversos sistemas de referência (8) são distintos – reconhecidos explicitamente como não redutíveis uns aos outros, escritos em linguagens distintas –, a aceitação da heterogeneidade que constitui o complexo (e, portanto, a compreensão de que o exercício de reflexividade requerido por ela vai exigir um amplo espectro de referenciais) é o cerne da abordagem multirreferencial [...]” (FAGUNDES; FRÓES BURNHAM, 2001, p. 48).

“Vim focada no curso de Direito e resolvi optar pelo caminho da interdisciplinaridade [...] aqui percebi que tudo está interligado” (Ent. 1.6, Aluna do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea).

O enfoque interdisciplinar do curso do mestrado e a convivência com outras áreas (direito, engenharia, biologia, comunicação, nutrição e outras) foi bastante enriquecedor. Os professores nos estimulavam a trazer para a sala de aula as nossas vivências, durante o curso sempre estávamos trabalhando informações atualizadas. Sem sombra de dúvidas, aumentou a minha inquietação e fui percebendo a relevância dos temas estudados, tornando a aprendizagem prazerosa. Hoje percebo que as questões ambientais se constituem pano de fundo para qualquer área. O mestrado é de qualidade e responde a demanda. [...] (Ent. 3.1, Aluno do Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

A questão da neutralidade científica e a subjetividade nas Ciências Sociais

Estudos diversos têm como objeto a crise de paradigma. Trata-se de um tema polêmico, que perpassa a reflexão crítica sobre a modernidade e a pós-modernidade, e coloca em debate as configurações teóricas de filósofos, cientistas sociais dentre outros. Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 16, 19) considera que:

A transição paradigmática tem várias dimensões que evoluem em ritmos desiguais. Distingo duas dimensões principais: a epistemológica e a societal. A transição epistemológica ocorre entre o paradigma dominante da ciência moderna e o paradigma emergente que designo por paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente [...] A definição da transição paradigmática implica a definição das lutas paradigmáticas, ou seja, das lutas que visam aprofundar a crise do paradigma dominante a acelerar a transição para o paradigma ou paradigmas emergentes [...] as lutas (sociais, políticas e culturais) tendem a ser travadas, em cada geração, como se fossem subparadigmáticas [...] como se ainda se

admitisse, por hipótese, que o paradigma dominante pudesse dar resposta adequada aos problemas para que eles chama a atenção [...] A consciência da ausência (das lutas paradigmáticas) [...] é presença possível das lutas subparadigmáticas.

Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 31), ao tratar da dimensão epistemológica, analisa suas implicações para as ciências sociais críticas, referindo-se a “[...] uma das reivindicações originais da teoria crítica moderna: a distinção entre objectividade e neutralidade”. Para efeito do presente trabalho, não se pretende aprofundar essa questão. Cabe, entretanto, destacar excertos de relatos dos entrevistados:

“Com a conclusão da pesquisa e a defesa da tese de doutorado, tenho a consciência de que a participação não é neutra, nem aleatória [...]” (Entrevistada 1.3, Egressa do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

Sobre a questão, a Ent. 1.4 (Egressa do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) assim se colocou:

“Aproximar-me da subjetividade e das ciências sociais não só me tornou uma profissional melhor, mas também proporcionou grande crescimento pessoal.”

Compromisso Social *versus* Cidadania

A UCSal, durante o processo de construção do Projeto Pedagógico Institucional, realizou debates a respeito do papel da Universidade na educação e cidadania e definiu e fez contar, dos documentos PPI e PDI, como missão:

[...] contribuir para a transformação da sociedade formando profissionais cidadãos, críticos e comprometidos com a solução de problemas e desafios da realidade social, privilegiando as dimensões ética, social e humana, a inclusão e a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2011, p. 13).

Para tanto, tomou como referência as práticas de extensão e as contribuições dos grupos de trabalho da Pro-Reitoria para Assuntos Comunitários cujos documentos observam a existência de pressupostos essenciais na construção do homem cidadão, a saber:

A participação ativa no universo das relações sociais, na vida cotidiana, no âmbito do trabalho, da família, lazer, participação política, observando que o cotidiano é o palco de construção, enfrentamento e conquista da cidadania.

[...]

A existência de mobilização interna e social dos sujeitos frente às dificuldades que dizem respeito a essas necessidades, compreendendo que o sujeito se afirma no mundo como ser social, plural, individual e singular. [...] Dessa forma o significado da Cidadania “pressupõe a descoberta do sujeito como ser desejante”, na procura do equilíbrio entre necessidades pessoais e sociais. Identifica, na “estrutura da vida cotidiana, o cenário fundamental de potencialização da cidadania e reconhece, no Estado, o espaço contraditório entre o campo de construção e o de segregação de cidadania”. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 1996, p. 14,15).

Esta concepção coloca a Educação Política como meio de construção da cidadania. Entre os entrevistados, aparecem posicionamentos quanto a esta questão:

“[...] hoje estou licenciado do Estado para fazer o curso e alimento a expectativa de retornar com outro potencial e com o compromisso de estar contribuindo para a escola pública com a área social.” (Ent.4.3, Aluno do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

“[...] estamos construindo um Manual destinado a pessoas endividadas com necessidade de organizar e planejar a vida financeira [...] Estamos pensando um Manual para chegar a comunidades mais carentes, decodificando linguagem, viabilizando esse acesso a informações.” (Ent. 4.1, Aluna do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

“Participo do Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Bahia, atuando na luta por uma política de Estado para a Educação de Jovens e Adultos [...] O doutorado se constitui como uma meta a ser alcançada.” (Ent. 4.2, Egressa do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

Aluno do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea (Ent. 1.5) também expressa sua sensibilidade e percepção sobre a complexidade das questões que envolvem a questão da cidadania:

“Se eu quiser soltá-lo, ele não tem para onde ir, não tem endereço. Só se tornou visível via violência. Nunca foi visto para ser ajudado. Penso que a Universidade tem que buscar maior aproximação com a sociedade [...]”

Ênfase na formação em pesquisa

Tendo em vista os objetivos do curso e o perfil do egresso desenhado nas propostas dos cursos, registram-se os seguintes excertos de entrevistas, ficando evidenciado que, na formação da Pós-Graduação da UCSal, vem sendo priorizada a formação em pesquisa.

“Todas as reflexões foram potencializadas pela participação no grupo de pesquisa, que tem sido fundamental para o meu crescimento [...] A pesquisa tem caminhado com o acompanhamento da Professora Kátia Freitas e o diálogo com outros professores.” (Ent. 4.3, Aluno do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

“Hoje participo do NPEJI [Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventude, Identidade, Cidadania e Cultura] com as professoras Mary Castro e Vanessa Cavalcanti [...] pretendo fazer também o doutorado aqui na UCSal.” (Ent. 1.6, Aluna do doutorado no Programa em Família na Sociedade Contemporânea).

“Hoje faço parte do grupo de Arquitetura da UFBA, que trabalha a questão da urbanização em Salvador. Estamos estudando e debatendo sobre uso do solo e mobilidade urbana e todas são questões que são relacionadas com a área ambiental, participo

porque fui estimulada pelos professores do curso.” (Ent. 3.2, Aluna do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental).

Comunicação em Eventos Científicos/Inserção na Comunidade Acadêmico-Científica

Os entrevistados, em seus depoimentos, também se referem ao indicador que está presente no coletivo de experiências de pós-graduação *stricto sensu*, a exemplo da prioridade dada à elaboração e apresentação dos resultados das pesquisas e produções acadêmicas em encontros e eventos científicos, tendo como aspecto relevante da formação o desenvolvimento da capacidade de elaborar, construir e sistematizar conhecimentos. Em seus depoimentos, eles narram as experiências e os resultados no tocante a este aspecto da formação na UCSal:

“Tenho participado de eventos, inclusive com a apresentação do Observatório³ [...] Fiz artigo e apresentei no encontro promovido pela Instituição X. A partir da dissertação, publiquei um livro e está no site [da UCSal]”. (Ent. 4.3, Aluno do Mestrado em Políticas Sociais).

“Tenho participado e apresentado trabalho em eventos da área, a exemplo do 2º Congresso Baiano de Engenharia Sanitária, em Feira de Santana. E participado de eventos nacionais, acompanhando as discussões atuais que são feitas por doutores, especialistas que atuam nessa área.” (Ent. 3.2, Aluna do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental).

“Agora em outubro, estamos inscritos no Coninter [Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades] e na Semoc [Semana de Mobilização Científica]. Fizemos artigos para publicar num livro. O meu artigo foi sobre “O direito das famílias”. (Ent. 1.6, Aluna Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

3 Dentre os Programas *stricto sensu* que mantêm Observatório, inclui-se o Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania.

AVALIANDO E PROJETANDO A PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DA UCSAL

A avaliação pode ser vista como uma etapa do processo de planejamento, que se realiza em três momentos básicos: elaboração do plano (programação, proposta, projeto), execução e avaliação. Para realizar uma avaliação adequada, costuma-se elaborar critérios de avaliação. No caso dos programas *stricto sensu*, a CAPES é o órgão responsável por elaborar, executar e avaliar os programas (Doutorado e Mestrado) implantados em todo o país. Cabe ainda ressaltar que, embora esteja fora dos limites do presente trabalho aprofundar a questão da avaliação, no decorrer das entrevistas, à medida que foi solicitado aos entrevistados que apresentassem sugestões relacionadas à projeção do futuro, a partir dos 10 anos de existência, apareceram referências de caráter avaliativo ao lado de propostas para a melhoria da pós-graduação *stricto sensu* da UCSal.

A seguir serão apresentados trechos de narrativas nas quais constam avaliação, sugestões e indicativos de política relativos a intercâmbio/bolsa sanduíche, denominada estágio doutoral, bem como referências ao corpo docente, relação professor/aluno, dentre outros aspectos considerados quesitos de avaliação de cursos *stricto sensu*.

Estágio Doutoral

A bolsa de doutorado sanduíche é um programa da CAPES no qual o estudante, em um período de duração variável, faz uma parte do curso em uma instituição no exterior.

No caso das doutorandas do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea que realizaram o estágio doutoral na Universidade de Lisboa, após identificar os desafios enfrentados, as aprendizagens adquiridas e os aspectos positivos da experiência, tomaram a iniciativa de avaliar a experiência vivenciada, buscando soluções e apresentando sugestões, com o objetivo de melhorar o sistema de acesso à bolsa da CAPES. Destacaram, dentre as pré-condições para o êxito do intercâmbio, a necessidade de dedicar tempo ao planejamento, bem como maior suporte institucional, conforme excertos de entrevistas realizadas:

Quanto às pré-condições de acesso a bolsa da CAPES, ambas apresentaram as seguintes sugestões:

“Penso que seria bom que contássemos com um técnico para auxiliar no que se refere à documentação requerida para o intercâmbio e uma estrutura que facilite o acesso a informações. Precisamos também de parecerista externo (professor de outra instituição de ensino superior) e também aponto a necessidade de contar com um prazo maior, para aqueles que pretendem participar. Por exemplo, se for viajar em 2016, deve começar a pensar agora.” (Ent. I.I, Egressa do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

A Entrevistada I.2 sugere os primeiros passos para as pessoas interessadas no doutorado-sanduíche: “Primeiro ir conversar com o orientador e em seguida fazer uma leitura/estudar o que determinam os órgãos de fomento, o que é necessário para obter a bolsa.”

Para sistematizar as narrativas, as respostas de egressos e alunos regulares foram agrupadas, inicialmente, em duas grandes categorias: Potencialidades dos Programas da Pós-Graduação *stricto sensu* e Indicativos de Política para a Pós-Graduação *stricto sensu*.

Na Categoria Potencialidades dos Programas da Pós-Graduação *stricto sensu*, os relatos permitiram a identificação das seguintes subcategorias: Qualidade do Corpo Docente, Formação Diferenciada do Corpo Docente; Qualidade da Relação Pedagógica; Ambiência Acadêmica/Clima de Produtividade, Autoavaliação e Avaliação Global sobre pontos fortes da Pós-Graduação.

Na Categoria Indicativos de Política para a Pós-Graduação *stricto sensu*, as seguintes subcategorias emergiram das falas: Potencializar o Quadro Docente existente de alta qualidade; Criar novos cursos; Maior Inserção Social/Responsabilidade Social; Ser PUC.

POTENCIALIDADES⁴ DOS PROGRAMAS DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Qualidade do corpo docente

“Temos corpo docente de alta qualidade, pessoas competentes, excelentes pesquisadores, mas sentimos falta de maior contribuição para estudar a nossa família baiana. Creio que daria maior visibilidade ao programa. Tivemos acesso a livros como ‘Famílias em Portugal’. Precisamos pensar, se fizermos esse estudo macro, talvez tenhamos oportunidades maiores. (Ent. 1.1, Egressa do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea [após o estágio pós doutoral]).

“Realço a qualidade da orientadora a professora Junia e dos professores.” (Ent. 3.2, Aluna do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental).

“Creio que um dos grandes méritos, se não o maior, do mestrado da UCSal em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social tem sido o caráter interdisciplinar do Mestrado, com professores-pesquisadores em áreas variadas do conhecimento humano, conectando-as. Do mesmo modo, os mestrandos. São visões distintas universo, da humanidade, das relações sociais, tudo ao final se conectando em torno do território.” (Ent. 2.2, Egresso do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

Formação Diferenciada do corpo discente

“Destaco, no mestrado, o fato de contar com colegas de várias áreas (economia, pedagogia, direito) cada um trazendo sua contribuição a partir de sua formação e do seu interesse.” (Ent. 2.3, Egresso do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

4 Entende-se por potencialidades os pontos fortes dos Programas e que revelam os aspectos positivos, o potencial a ser reforçado, fortalecido.

“Ressalto a riqueza da experiência em sala de aula, que “foi marcante” porque permitia a troca de ideias e conhecimentos, uma vez que os colegas são de áreas diferentes e cada um, durante as discussões, trazia o seu enfoque, o seu olhar.” (Ent. 3.2, Egressa do Mestrado em Planejamento Ambiental).

Qualidade da relação pedagógica

“E, por outro lado, a forma como vislumbro a Pós. Ela me conquistou para a carreira acadêmica. Vejo que é diferente a relação em outras Instituições, em que é engessada a relação entre professor e aluno, uma relação hierarquizada, e aqui a relação aluno/professor é de parceria. Aqui somos estudante e professor juntos, para aprender, ensinar e crescer.” (Ent. 2.3, Egresso do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

“Ressalto também o fato de me aproximar das fontes corretas de informação. Os professores traziam sempre informações atualizadas e com sustentação teórica.” (Ent. 3.2, Egressa do Mestrado em Planejamento Ambiental).

Ambiência Acadêmica/Clima de produtividade

“Considero que a ambiência acadêmica favorece o maior envolvimento e influencia até no ânimo, para dar continuidade aos estudos.” (Ent. 1.5, Aluno do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

“No programa, o trabalho é coletivo, em culminância com pesquisadores comprometidos em um processo do fazer intelectual, seja através de pesquisas, dúvidas, debates, questões e até mesmo com perguntas diretas refletidas individualmente, que, em alguns casos, evidenciam a necessidade de colaboração mútua. O esforço da equipe é sistemático, no sentido de primar pelo uso de conceitos e ferramentas metodológicas e teóricas propostas para a compreensão dos fenômenos emergentes com rigor e eficácia, criando espaços alternativos de reflexões.” (Ent. 1.3, Egressa do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

“Estive olhando o *site* e vi como vem se aprofundando a pesquisa. Percebe-se a quantidade de dissertações da minha época para agora. Percebo o crescimento [...] Percebo esse enraizamento.” (Ent. 2.2, Egresso do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social)

Autoavaliação

A Ent. 1.1, do Programa em Família na Sociedade Contemporânea, ao se referir à experiência vivenciada na Universidade de Lisboa, avalia:

“Nós nos sentimos bem preparadas e levamos contribuições nossas para eles [Universidade de Lisboa]. Eles são diferentes, mas não existe melhor ou pior. Reforçamos a nossa autoconfiança, nossa autoestima. Vamos lá, ganhamos a experiência, percebemos o que temos em comum e nossas diferenças, nossas qualidades. Temos coisas muito boas. A experiência serve também como indicador para avaliação. Vimos que não temos nada a dever. Voltamos fortalecidos.” (Ent. 1.1, Egressa do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

“Se não fosse pela produção científica e pelo conhecimento adquirido no Programa não teria obtido êxito no concurso. Olhando para trás, vejo o quanto a experiência do mestrado transformou a minha vida e a minha carreira. Fez com que oportunidades se abrissem diante dos meus olhos e, felizmente, eu pude agarrar todas elas.” (Ent. 1.5, Aluno do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

“Quando iniciei o mestrado, estava na Faculdade, atuando na assessoria jurídica; logo fui convidada para ser professora. E hoje percebo que eles contam comigo [...]” (Ent. 1.6, Aluna do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea).

“Hoje percebo que o título de mestre me colocou profissionalmente num patamar diferenciado; me dá um plus.” (Ent. 3.1, Egresso do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental).

“Constato que cresci e ampliei e aprimorei conhecimentos, abrindo novas perspectivas de atuação.” (Ent. 3.2, Aluna do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental).

“Hoje sinto-me mais motivada e preparada para a produção científica, e entendo que não há outro caminho para o desenvolvimento social. (Ent. 1.4, Egressa do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea).

“Dando um balanço do tempo em que estive aqui: participei de tudo, publiquei, participei dos seminários nacional e internacional [...] Me abri para a questão dos direitos sociais.” (Ent. 4.1, Egressa do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

Avaliação Global

“O intercâmbio, para nós, foi importante, enquanto profissional, para a tese, enquanto pessoa, a nossa convivência. Nós três [colegas] juntas, ver outra cultura e como pesquisadora. Tanto para nós foi muito bom ver o que eles fazem lá, mas para eles também perceberem a nossa Instituição, o nosso Programa. Foi importante para a imagem da UCSal.” (Ent. 1.2, Aluna do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

“O corpo de professores, a proposta curricular, o grupo de mestrandos e mestrandas com suas trajetórias em diferentes campos, se constituíram como diferenciais importantes, o que faz com que o Curso tenha muita importância para a formação de profissionais que atuam nos mais diversos campos.” (Ent. 4.2, Egressa do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

“Gostaria de destacar alguns aspectos positivos [...] O enfoque interdisciplinar [...] do mestrado e a convivência com outras áreas (direito, engenharia, biologia, comunicação, nutrição e outras) foi bastante enriquecedor. Os professores nos estimulavam a trazer para a sala de aula as nossas vivências. Durante o curso sempre estávamos trabalhando informações atualizadas. Sem sombra de dúvidas, aumentou a minha inquietação e fui percebendo a relevância dos temas estudados, tornando a aprendizagem prazerosa.” (Ent. 3.1, Egresso do Mestrado em Planejamento Ambiental).

“Vivenciei o Programa de Pós-Graduação da UCSal como aluna do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania e posso destacar sua importância para a formação de profissionais que atuam em diferentes campos. Sem dúvida trata-se de um espaço de excelência para a formação de profissionais que buscam a unicidade teoria/prática em suas trajetórias profissionais.” (Ent. 4.2, Egressa do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

“Creio que um dos grandes méritos, se não o maior, do mestrado da UCSal em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social tem sido o caráter interdisciplinar do curso, com professores pesquisadores em áreas variadas do conhecimento humano, conectando-as. Do mesmo modo, os mestrandos. São visões distintas do universo, da humanidade, das relações sociais, tudo ao final se conectando em torno do território.” (Ent. 2.2. Egresso do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

INDICATIVOS DE POLÍTICAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

A exposição dos excertos de entrevistas realizadas com alunos regulares e egressos, que apresentam indicativos para o aperfeiçoamento e o fortalecimento dos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UCSal, é feita de acordo com os temas que se destacaram nas falas:

Potencializar o Quadro Docente existente de alta qualidade

“Acho que a UCSal tem pesquisadores e cientistas para projetar o futuro, a partir das necessidades atuais. Sugiro que se potencialize a riqueza do quadro de docentes cultos e pessoas incentivadoras.” (Ent. 1.6, Aluna do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

A pós poderia estar investindo. Temos corpo docente de alta qualidade, pessoas competentes, excelentes pesquisadores [...] sentimos falta de maior contribuição para estudar a nossa família

baiana. Creio que daria maior visibilidade ao programa.” (Ent. 1.1, Aluna do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

“Acredito que o projeto do futuro é sempre no sentido de ampliação e qualificação dos professores, para atender ao ensino, a pesquisa e a extensão.” (Ent. 2.3, Egresso do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

Criar Novos Cursos

“Tenho esperança que a UCSal amplie, ofertando outros cursos, para que não tenhamos que sair para cursos fora. Valorizo o intercâmbio e leva o nome da Católica. Penso em um doutorado em Meio Ambiente.” (Ent. 1.6, Aluna do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

“Creio que a implantação do Doutorado se constituirá em um ganho importante para todos aqueles que estão envolvidos com problemáticas que envolvem a desigualdade social e a pobreza.” (Ent. 4.2, Egressa do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

“Acho que a área de educação tem possibilidades. A UNEB criou o mestrado profissional de Jovens e Adultos e tem tido uma demanda significativa.” (Ent. 4.1, Egressa do Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Cidadania).

“Sei que não é fácil reunir e manter esse quadro de professores de maior qualidade. Vejo que a Instituição vem superando obstáculos e fico feliz com a oferta e as perspectivas do Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Tenho colegas que já concluíram o Mestrado e estão cursando o doutorado.” (Ent. 3.2, Aluna do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental).

Fortalecer a Inserção Social/Responsabilidade Social

“Penso que a Universidade tem que buscar maior aproximação com a sociedade.” (Ent. 1.5, Aluno do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

“A sugestão é que o curso mantenha seu ritmo de trabalho, fundamentado em seus valores e princípios éticos e de responsabilidade social.” (Ent. 1.3, Egressa do Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea).

“A Universidade tem como função produzir e tornar acessível o conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesse sentido, a Pós-Graduação da UCSal insere-se como um espaço formativo de muita relevância, para que profissionais envolvidos com a problemática social possam contribuir, para que as políticas públicas possam de fato resultar em mudanças no modo de vida do ser humano [...] Podemos intervir, visando modificar essa situação, o que exige conhecimentos como aqueles que fomos construindo como alunos do Mestrado na UCSal.” (Ent. 4.2, Egressa do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

“Para o futuro, sugiro um maior investimento do programa no que tange à metodologia e incentivo à publicação em revistas científicas bem qualificadas pela CAPES. Em minha opinião, não deveríamos receber o certificado sem pelo menos uma publicação durante a realização [do curso].” (Ent. 1.4, Egressa do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea).

“Queria dizer que tenho longa experiência de trabalhos junto a comunidades, inclusive no interior do estado, onde já morei por algum tempo. Tive uma preocupação: a qualidade de vida das pessoas. Tenho como foco o indivíduo inserido no meio. Percebo que a UCSal não tem atuação assistencialista, mas quer atuar junto com a comunidade, com as populações, para soluções para os problemas, ouvindo as pessoas e planejando com a participação das comunidades. Nossas pesquisas contribuem para um conhecimento dos problemas da realidade.” (Ent. 3.2, Egressa do Mestrado em Planejamento Ambiental).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Parecer n. CEB 15/98, Aprovado em 01 de junho de 1998*. Processo 23001.000309/97-46. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para o

Ensino Médio. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Par1598.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

FAGUNDES, Norma Carapiá; FRÓES BURNHAM, Teresinha. Transdisciplinaridade, Multirreferencialidade e Currículo. *Revista da FACED*, Salvador, n. 5, p. 39-55, 2001.

GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Tradução Roberto Cataldo Costa; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Lorí Viali. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SANTOS, Boaventura Souza Santos. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2005. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. v. 1.

SCHRAIBER, Lilia Blima. *Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica*. Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – Brasil). Trabalho baseado na Tese de Doutorado da autora - “Medicina liberal e tecnologia: as transformações históricas da autonomia profissional dos médicos em São Paulo”, apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 1988. Apresentado ao I Encontro Nacional de Antropologia Médica, Salvador, 3 a 6 de novembro de 1993.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. *UEA 01 – Conceituação e contextualização histórica*. Brasília, [ca. 2002]. Disponível em: <http://www.catholicavirtual.br/conteudos/pdf/pos_graduacao/ead/ead_novo/pdf/uea01.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR. *O processo de construção da Extensão na UCSal: a experiência da Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários*. Salvador, 1996.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional, 2011-2015*. Salvador, jan. 2011.

ANEXO A

Portaria nº 1.670/2011 de recredenciamento da UCSal

Nº 228, terça-feira, 29 de novembro de 2011

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

13



Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.663, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 273/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20072807, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Recredenciar o Instituto de Ciências Sociais e Humanas (INCSOIH), com sede na Praça Trindade, nº 164, Bairro Centro, no Município de Januária, Estado de Minas Gerais, mantida pela Associação Educadora do Brasil, situada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais (MG), sediada no mesmo endereço, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.664, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 284/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20076844, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Recredenciar a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com sede na Avenida Fernando Ferrari, nº 514, bairro Goiabeiras, Município de Vitória, Estado do Espírito Santo, mantida pelo Ministério da Educação, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo ainda no caput venha a ocorrer o interstício superior a dez anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do presente credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.665, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 249/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20060022, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Recredenciar as Faculdades Integradas de Três Lagoas, instalada na Avenida Ponta Preta, nº 2.750, Distrito Industrial, Município de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul, mantida pela Associação de Ensino e Cultura de Mato Grosso do Sul, sediada no mesmo endereço, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.666, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 345/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200801867, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Recredenciar a Faculdade Quirinópolis, instalada à Avenida Quirino Cândido de Moraes, nº 38-D, Centro, no Município de Quirinópolis, Estado de Goiás, mantida pelo Centro de Ensino Superior do Sudeste Goiano Ltda., com sede e fuso no mesmo município e Estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.667, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 701/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20074489, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Recredenciar a Faculdade de Tecnologia SENAI CIMATEC, com sede na Avenida Orlando Gomes, nº 1.345, no Bairro Park, no Município de Salvador, no Estado da Bahia, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional da Bahia, com sede no Município de Salvador, no Estado da Bahia, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.668, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 293/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20077516, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Recredenciar a Faculdade de São Bernardo do Campo (FASB), sediada à Rua Dr. Américo Brasiliense, nº 449, com unidade à Rua José Pessoa, 601, Centro, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, mantida pela Fundação Educacional João Ramalho, com sede no mesmo município, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.669, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 285/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20076714, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Recredenciar a Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALF), mantida pela Fundação Preservar Figueira, ambas instaladas à Rua Mineira Sales, nº 850, bairro Vila Bretas, no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo ainda no caput venha a ocorrer o interstício superior a dez anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do presente credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.670, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 280/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação,

conforme consta do Processo e-MEC nº 20077654, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Recredenciar a Universidade Católica do Salvador (UCSal), com sede na Praça Ana Nery, s/nº, no Bairro Nazaré, no Município de Salvador e no Estado da Bahia, mantida pela Associação Universitária e Cultural da Bahia, com sede no Município de Salvador, Estado da Bahia, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo ainda no caput venha a ocorrer o interstício superior a dez anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do presente credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.671, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 344/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20076773, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Recredenciar a Faculdade Anhanguera de Jundiaí (FJFJ), com sede estabelecida na Rua do Retiro, nº 5.000, no Bairro Retiro, Município de Jundiaí, no Estado de São Paulo, mantida pela Anhanguera Educacional Ltda., localizada na Alameda Maria Tereza, nº 2.900, no Bairro Dois Córregos, no Município de Valinhos, Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.672, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 278/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20079689, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Recredenciar a Faculdade de Telmaco Borba, estabelecida na Avenida Manoel Floriano Peixoto, nº 1.181, bairro Alto das Olivieras, no Município de Telmaco Borba, Estado do Paraná, mantida pela FATEB Educação Integral Ltda., com sede na mesma localidade, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.673, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 271/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20073638, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Recredenciar a Universidade Federal de Pernambuco com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1.235 - Campus Universitário Cidade Universitária, no Município de Recife, Estado de Pernambuco, mantida pelo Ministério da Educação, localizada no Edifício dos Ministérios, Pina Pina, Bloco L, na cidade de Brasília, no Distrito Federal, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/visualizar/acta.html>, pelo código 0001201112900013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2004

ISBN 978-65-87378-15-2



9 786587 378152

2014